

# SIMULADO BÔNUS

## Escrevente Técnico do Judiciário

### 001. PROVA OBJETIVA

#### ESCREVENTE TÉCNICO JUDICIÁRIO

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 100 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala para a devida substituição desse caderno.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 5 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridas 2 horas do início da prova.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

**AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO.**

Nome do candidato

RG

Inscrição

Prédio

Sala

Carteira



**FOLHA DE RESPOSTAS**

DADOS DO CANDIDATO

NOME				INSCRIÇÃO	
ASSINATURA			C.P.F.		
DATA DE NASCIMENTO	DOCUMENTO DE IDENTIDADE	LOCAL DA PROVA	PRÉDIO	SALA	CARTEIRA
DATA DA PROVA	PROVA			GAB.	SEQUÊNCIA
VISTO DO FISCAL					

RESERVADO PARA CÓDIGO DE BARRAS

**INSTRUÇÕES**

1. Utilizar caneta com tinta preta.
2. Após conferir todos os seus dados, assinar no campo indicado.
3. Preencher as respostas conforme o modelo: **■**
4. Assinalar apenas uma alternativa para cada questão. Mais de uma marcação anulará a resposta.
5. Não será permitido substituir esta folha de respostas.
6. Esta folha deverá ser devolvida, obrigatoriamente, ao fiscal.
7. Qualquer dúvida, informar-se com o fiscal da sala.

QUESTÃO	RESPOSTA					QUESTÃO	RESPOSTA					QUESTÃO	RESPOSTA					QUESTÃO	RESPOSTA				
01	A	B	C	D	E	26	A	B	C	D	E	51	A	B	C	D	E	76	A	B	C	D	E
02	A	B	C	D	E	27	A	B	C	D	E	52	A	B	C	D	E	77	A	B	C	D	E
03	A	B	C	D	E	28	A	B	C	D	E	53	A	B	C	D	E	78	A	B	C	D	E
04	A	B	C	D	E	29	A	B	C	D	E	54	A	B	C	D	E	79	A	B	C	D	E
05	A	B	C	D	E	30	A	B	C	D	E	55	A	B	C	D	E	80	A	B	C	D	E
06	A	B	C	D	E	31	A	B	C	D	E	56	A	B	C	D	E	81	A	B	C	D	E
07	A	B	C	D	E	32	A	B	C	D	E	57	A	B	C	D	E	82	A	B	C	D	E
08	A	B	C	D	E	33	A	B	C	D	E	58	A	B	C	D	E	83	A	B	C	D	E
09	A	B	C	D	E	34	A	B	C	D	E	59	A	B	C	D	E	84	A	B	C	D	E
10	A	B	C	D	E	35	A	B	C	D	E	60	A	B	C	D	E	85	A	B	C	D	E
11	A	B	C	D	E	36	A	B	C	D	E	61	A	B	C	D	E	86	A	B	C	D	E
12	A	B	C	D	E	37	A	B	C	D	E	62	A	B	C	D	E	87	A	B	C	D	E
13	A	B	C	D	E	38	A	B	C	D	E	63	A	B	C	D	E	88	A	B	C	D	E
14	A	B	C	D	E	39	A	B	C	D	E	64	A	B	C	D	E	89	A	B	C	D	E
15	A	B	C	D	E	40	A	B	C	D	E	65	A	B	C	D	E	90	A	B	C	D	E
16	A	B	C	D	E	41	A	B	C	D	E	66	A	B	C	D	E	91	A	B	C	D	E
17	A	B	C	D	E	42	A	B	C	D	E	67	A	B	C	D	E	92	A	B	C	D	E
18	A	B	C	D	E	43	A	B	C	D	E	68	A	B	C	D	E	93	A	B	C	D	E
19	A	B	C	D	E	44	A	B	C	D	E	69	A	B	C	D	E	94	A	B	C	D	E
20	A	B	C	D	E	45	A	B	C	D	E	70	A	B	C	D	E	95	A	B	C	D	E
21	A	B	C	D	E	46	A	B	C	D	E	71	A	B	C	D	E	96	A	B	C	D	E
22	A	B	C	D	E	47	A	B	C	D	E	72	A	B	C	D	E	97	A	B	C	D	E
23	A	B	C	D	E	48	A	B	C	D	E	73	A	B	C	D	E	98	A	B	C	D	E
24	A	B	C	D	E	49	A	B	C	D	E	74	A	B	C	D	E	99	A	B	C	D	E
25	A	B	C	D	E	50	A	B	C	D	E	75	A	B	C	D	E	100	A	B	C	D	E

## LÍNGUA PORTUGUESA

1. (Simulado Bônus. 2025. Vunesp) Leia o texto para responder às questões de números 01 a 08.

A Santa Casa de Misericórdia de São Paulo anunciou a venda de sete imóveis no centro de São Paulo. O objetivo é arrecadar R\$ 200 milhões e quitar parte dos R\$ 650 milhões em dívidas da instituição. Trata-se de um paliativo que não estancará o sangramento sofrido não apenas pela Santa Casa de São Paulo, mas por toda a rede de hospitais filantrópicos do País em razão do subfinanciamento crônico imposto pela incúria do poder público e o oportunismo de seus agentes.

O Sistema Único de Saúde (SUS) é fundamentalmente um serviço público prestado por entes privados. Hospitais estatais são, em geral, insuficientes, ineficientes e caros. As Santas Casas e os hospitais filantrópicos respondem por quase metade dos leitos do SUS. Em quase 900 municípios, essas entidades são o único serviço de saúde. Segundo a Confederação das Santas Casas (CMB), em 2023 a rede pública foi responsável por apenas 27% das internações de alta complexidade do País, enquanto os hospitais filantrópicos responderam por 61%. Mas esses hospitais são vitimados pelo próprio sucesso.

Em teoria, o SUS seria um exemplo de cooperação entre o público e o privado para outros serviços públicos do País e para sistemas de saúde de todo o mundo: o Estado recolhe o dinheiro do

contribuinte e o repassa a entidades sem fins lucrativos com o alcance e a expertise que ele não tem, garantindo a prestação de serviços de qualidade a todos os cidadãos. Mas como, na prática, os repasses não cobrem os serviços, os hospitais são obrigados a pagá-los.

Há décadas os valores de repasse da Tabela do SUS estão defasados. Hoje, os repasses não cobrem mais que 50% do custo dos procedimentos. Segundo a CMB, em 18 anos a dívida desses hospitais dobrou. Muitos não resistiram à pressão. Estima-se que, entre 2017 e 2021, 500 Santas Casas fecharam as portas. Na maior parte do País, em especial nas regiões mais carentes, o sistema está ruindo aos poucos, e a continuar assim o colapso pode ser súbito e brutal.

Há uma luz no fim do túnel. No início de 2024 finalmente foi sancionada uma lei federal estabelecendo a revisão periódica da tabela. A proposta da CMB é que a partir de 2025 o reajuste corresponda, no mínimo, ao valor da inflação médica. Não é suficiente para recompor as perdas de anos de hemorrhagia financeira, mas ao menos a estancaria.

(O Estado de SP. "Luz no fim do túnel para as Santas Casas". Disponível em: <https://www.estadao.com.br>, 06.11.2024. Adaptado.)

É correto afirmar, a partir das informações do texto, que

A) com a venda de sete imóveis no centro de São Paulo, a Santa Casa conseguirá saldar as dívidas de sua rede de hospitais filantrópicos.

B) aproximadamente 900 cidades do país não podem contar com o SUS, e sua população depende exclusivamente de hospitais privados e caros.

C) o SUS tem contribuído para a melhora da saúde da população, uma vez que, em 2023, apenas 27% das internações do país foram de alta complexidade.

D) os hospitais filantrópicos acabam se prejudicando financeiramente por causa do atendimento que realizam pelo SUS.

E) os valores da Tabela do SUS levaram décadas para serem atualizados e, a partir de 2025, devem resolver a situação das Santas Casas.

2. (Simulado Bônus. 2025. Vunesp) No trecho "... em razão do subfinanciamento crônico imposto pela **incúria** do poder público e o **oportunismo** de seus agentes" (1º parágrafo), os termos destacados significam, respectivamente:

A) comoção; subordinação das decisões às necessidades alheias.

B) indiferença; distanciamento das próprias responsabilidades.

C) negligência; comportamento pautado pelas circunstâncias.

D) impulsividade; reação irracional aos problemas cotidianos.

E) entusiasmo; imposição energética frente às dificuldades.

3. (Simulado Bônus. 2025. Vunesp) Assinale a alternativa em que a palavra destacada foi empregada em sentido próprio.

A) Trata-se de um **paliativo** que não estancará o sangramento sofrido... (1º parágrafo)

B) Há **décadas** os valores de repasse da Tabela do SUS estão defasados. (4º parágrafo)

C) Muitos não resistiram à **pressão**. (4º parágrafo)

D) ... a continuar assim o **colapso** pode ser súbito... (4º parágrafo)

E) ... para recompor as perdas de anos de **hemorragia** financeira... (5º parágrafo)

4. (Simulado Bônus. 2025. Vunesp) Assinale a alternativa em que o acréscimo de vírgulas preserva a norma-padrão de pontuação.

A) A Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, anunciou, a venda de sete imóveis... (1º parágrafo)

B) ... e os hospitais filantrópicos respondem por quase, metade, dos leitos do SUS. (2º parágrafo)

C) ... o Estado recolhe, o dinheiro, do contribuinte e o repassa a entidades sem fins lucrativos... (3º parágrafo)

D) Há décadas, os valores, de repasse da Tabela do SUS estão defasados. (4º parágrafo)

E) No início de 2024, finalmente, foi sancionada uma lei federal... (5º parágrafo)

**5.** (Simulado Bônus. 2025. Vunesp) No trecho do 3º parágrafo “... os hospitais são obrigados a pagá-**los**”, o pronome destacado retoma:

- A) fins lucrativos.
- B) cidadãos.
- C) repasses.
- D) serviços.
- E) hospitais.

**6.** (Simulado Bônus. 2025. Vunesp) O trecho “... o sistema está ruindo aos poucos, e a continuar assim o colapso pode ser súbito e brutal.” (4º parágrafo) está corretamente reescrito, preservando seu sentido, em:

- A) ... o sistema está ruindo aos poucos, mas o colapso pode ser súbito e brutal, caso continue assim.
- B) ... o sistema está ruindo aos poucos, porque o colapso pode ser súbito e brutal, para continuar assim.
- C) ... o sistema está ruindo aos poucos, porém o colapso pode ser súbito e brutal, apesar de continuar assim.
- D) ... o sistema está ruindo aos poucos, logo o colapso possa ser súbito e brutal, ainda que continue assim.
- E) ... o sistema está ruindo aos poucos, então o colapso pode ser súbito e brutal, de modo que continue assim.

**7.** (Simulado Bônus. 2025. Vunesp) Assinale a alternativa em que a reescrita de trecho do texto está em conformidade com a norma-padrão de emprego e concordância verbal.

- A) Se não recompor as perdas financeiras de anos, ao menos o aumento da Tabela de repasses as contém.
- B) Se não recomporem as perdas financeiras de anos, ao menos o aumento da Tabela de repasses as conterão.
- C) Se não recompuser as perdas financeiras de anos, ao menos o aumento da Tabela de repasses as conterá.
- D) Se não recompuserem as perdas financeiras de anos, ao menos o aumento da Tabela de repasses as contém.
- E) Se não recompuseram as perdas financeiras de anos, ao menos o aumento da Tabela de repasses as continham.

**8.** (Simulado Bônus. 2025. Vunesp) Assinale a alternativa que está em conformidade com a norma-padrão de regência.

- A) Transferir verbas aos hospitais conveniados não basta para o equilíbrio financeiro das instituições.
- B) O sucesso no atendimento acarreta em problemas financeiros aos hospitais filantrópicos.
- C) O Estado deveria arrecadar os impostos voltados em hospitais conveniados.
- D) Certificar-se pela prestação de serviços de qualidade em hospitais é dever do Estado.
- E) Os hospitais filantrópicos e as Santa Casas dispõem para quase metade dos leitos do SUS.



09. (Simulado Bônus. 2025. Vunesp) Leia a tirinha a seguir para responder às questões 09 e 10.



(Alexandre Beck. Armandinho. Disponível em: <https://www.facebook.com/tirasarmandinho>)

É **correto** afirmar que a tirinha sugere que

- A) o hábito de lavar as mãos é contemporâneo em relação a outras práticas de cuidados com a saúde desenvolvidas pelas pesquisas científicas.
- B) nos cuidados com a saúde, defender o SUS e a pesquisa científica feita nas universidades públicas é tão crucial quanto criar o hábito de lavar as mãos.
- C) comer bem e descansar, além de criar o hábito de lavar as mãos, são práticas dispensáveis em relação aos cuidados com a saúde.
- D) defender o SUS e a pesquisa científica das universidades públicas refuta bons hábitos de higiene e cuidados com a saúde.
- E) a queda na imunidade está diretamente relacionada às pesquisas desenvolvidas nas universidades públicas.

10. (Simulado Bônus. 2025. Vunesp) Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas da frase a seguir.

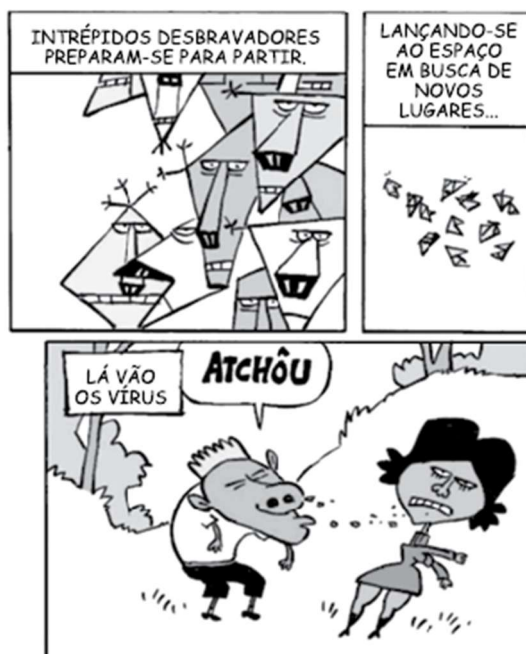
Habituar-se \_\_\_ lavar sempre as mãos, adaptar-se \_\_\_ boa alimentação e disseminar \_\_\_ importância do SUS e da universidade pública.

- A) a ... à ... à
- B) a ... à ... a
- C) a ... a ... à
- D) à ... a ... a
- E) à ... à ... à

11. (Simulado Bônus. 2025. Vunesp) Leia a tira para responder às questões de números 11 e 12.



níquel.nausea



(Cartunista Fernando Gonzales. Disponível em: <https://www.instagram.com/niquelnausea>.)

De acordo com as informações do 1º quadro da tira, os vírus são

- A) prejudiciais.
- B) presunçosos.
- C) atenciosos.
- D) corajosos.
- E) imprevisíveis.

**12.** (Simulado Bônus. 2025. Vunesp) De acordo com a norma-padrão e o sentido das informações, a frase do 2º quadro admite a seguinte reescrita:

- A) À fim de chegar a novos espaços, lançam-se os vírus ao espaço.
- B) Se lançam ao espaço os vírus, a procura de novos lugares.
- C) Os vírus lançam-se ao espaço a buscarem novos lugares.
- D) Ao espaço se lançam os vírus, à buscar novos lugares.
- E) Lançam-se os vírus ao espaço para chegarem à novos lugares

**13.** (Simulado Bônus. 2025. Vunesp) Leia o texto para responder às questões de 13 a 19.

*O viés da palavra câncer: combate ao estigma*

Receber um diagnóstico de câncer é uma experiência que não vem com manual de instruções. É desafiador lidar com a notícia e, mais ainda, se preparar para o que está por vir. A própria palavra câncer não é uma palavra que as pessoas gostam de pronunciar, porque carrega um estigma e um peso, decorrentes de décadas de desinformação.

O estigma se reflete em expressões cotidianas. Quem nunca falou ou ouviu algo como “aquilo ali é um câncer para o País”? Não vamos menosprezar a doença que é, sim, complexa e pode ser o ponto final para muitas pessoas. Porém, precisamos ressaltar que os avanços em prevenção e tratamento são enormes e tornaram o diagnóstico cada vez mais promissor. É hora de reduzir a carga negativa que a palavra câncer carrega, pois, além de perpetuar desinformação, contribui para o isolamento emocional e psicológico de quem convive ou acompanha alguém nesse processo.

Compreender o câncer e seu significado não é mais sobre viver em função da doença, mas tratá-la para viver mais e melhor. Cada paciente, incluindo crianças e adolescentes em formação, é um indivíduo com uma história e trajetória únicas. Essa combinação é o que traz as melhores taxas de cura e sobrevida.

Tratar o câncer como algo terminal ou como uma guerra é uma violência silenciosa que abala a autoestima de quem está em tratamento. Medo e incerteza são naturais, mas, quando amplificados pelo estigma social, tornam-se fardos cruéis.

O primeiro passo para mudar essa realidade é disseminar informações precisas sobre o que significa viver com câncer, destacando que essa não é mais uma condição implacável. Campanhas de conscientização são essenciais, mas precisamos de uma transformação mais profunda e genuína no discurso e nas atitudes diárias.

(Victor Piana. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/opiniao>. Adaptado)



Em seu artigo, o autor mostra-se favorável a uma mudança de comportamento no que tange a

A) dimensionar corretamente a viabilidade de se usar a palavra “câncer” com quem é diagnosticado com a doença, vista como estigma social até hoje.

B) entender a desesperança causada pela palavra “câncer” para as pessoas diagnosticadas com essa doença, pois viverão uma guerra silenciosa marcada pela dor.

C) desconstruir preconceitos que giram em torno da palavra “câncer”, uma vez que a doença perdeu o estigma de tempos atrás e já tem cura na maioria dos casos.

D) diminuir a carga negativa tradicionalmente atribuída à palavra “câncer” como forma de preservar a autoestima das pessoas que convivem com essa doença.

E) vetar totalmente o emprego da palavra “câncer”, já que ela, além de comprometer a autoestima das pessoas doentes, ainda prejudica a conscientização.

**14.** (Simulado Bônus. 2025. Vunesp) A informação destacada cujo sentido é de causa em relação à informação que a precede na passagem do texto é:

A) Receber um diagnóstico de câncer é uma experiência que **não vem com manual de instruções.** (1º parágrafo)

B) A própria palavra câncer [...] carrega um estigma e um peso, **decorrentes de décadas de desinformação.** (1º parágrafo)

C) ... os avanços em prevenção e tratamento são enormes e **tornaram o diagnóstico cada vez mais promissor.** (2º parágrafo)

D) Essa combinação é o que traz **as melhores taxas de cura e sobrevida.** (3º parágrafo)

E) Tratar o câncer como algo terminal ou como uma guerra **é uma violência silenciosa...** (4º parágrafo)

**15.** (Simulado Bônus. 2025. Vunesp)  
Considere as passagens:

- Não vamos **menosprezar** a doença... (2º parágrafo)
- ... além de **perpetuar** desinformação... (2º parágrafo)
- ... essa não é mais uma condição **implacável**. (5º parágrafo)

Os termos destacados significam, correta e respectivamente:

- A) relativizar a importância; disseminar ao longo do tempo; mutável.
- B) ter em pouca conta; fazer durar por longo tempo; inexorável.
- C) reforçar a relevância; espalhar por um período de tempo; inflexível.
- D) diminuir o mérito; dar atenção por determinado tempo; apaziguável.
- E) desvalorizar o impacto; reproduzir por breve tempo; infundável.

**16.** (Simulado Bônus. 2025. Vunesp) O termo destacado é um pronome que exprime sentido demonstrativo em:

- A) É desafiador lidar com a notícia e, mais ainda, se preparar para **o** que está por vir. (1º parágrafo)
- B) A própria palavra câncer não é uma palavra **que** as pessoas gostam de pronunciar... (1º parágrafo)
- C) **Quem** nunca falou ou ouviu algo como “aquilo ali é um câncer para o País”? (2º parágrafo)
- D) ... o isolamento emocional e psicológico de quem convive ou acompanha **alguém** nesse processo. (2º parágrafo)
- E) Tratar o câncer como **algo** terminal ou como uma guerra é uma violência silenciosa... (4º parágrafo)

**17.** (Simulado Bônus. 2025. Vunesp)  
Assinale a alternativa em que a regência atende à norma-padrão.

- A) Câncer é uma palavra que as pessoas não se agradam, porque carrega um estigma e um peso.
- B) Câncer é uma palavra que as pessoas não têm afinidade, porque carrega um estigma e um peso.
- C) Câncer é uma palavra que as pessoas não pronunciam, porque carrega um estigma e um peso.
- D) Câncer é uma palavra que as pessoas não dão ênfase, porque carrega um estigma e um peso.
- E) Câncer é uma palavra que as pessoas não mostram simpatia, porque carrega um estigma e um peso.

**18.** (Simulado Bônus. 2025. Vunesp) A concordância verbal e a concordância nominal estão de acordo com a norma-padrão em:

- A) É natural que existam o medo e a incerteza, mas há bastante influência do estigma social, tornando-os fardos cruéis.
- B) A história do paciente e a sua trajetória constitui uma combinação que traz as melhores taxas de cura e sobrevida.
- C) O estigma e o peso da palavra câncer fazem com que bastante pessoas evitem a utilização desse termo.
- D) Atualmente, a medicina dispõem de recursos para diagnósticos cada vez mais promissor em relação ao câncer.
- E) Para mudar a realidade, devem ser disseminado informações precisas sobre o que significa viver com câncer.

**19.** (Simulado Bônus. 2025. Vunesp) Durante décadas de desinformação, as pessoas se \_\_\_\_\_ do estigma e do peso da doença, evitando proferir o nome dela. Ninguém \_\_\_\_\_ nessa situação, porque acreditavam que, se \_\_\_\_\_ silenciado, poderiam evitar uma má notícia.

De acordo com a norma-padrão, as lacunas do enunciado devem ser preenchidas, respectivamente, com:

- A) precaveram ... entreviu ... mantivessem-no
- B) precavam ... intervinha ... mantivessem-o
- C) precaveriam ... interveio ... mantivessem-lhe
- D) precavam ... entreviu ... lhe mantivessem
- E) precaveram ... intervinha ... o mantivessem

**20.** (Simulado Bônus. 2025. Vunesp) Leia o texto para responder às questões de números 20 a 24.

*O desejo mergulha na luz*

Chamava-se Desiderio, mas desconfio que não gostava muito desse nome. Que nem é feio – em italiano, pelo menos, quer dizer desejo. Eu só soube por acaso que era também Desiderio, um dia que pedi a meu irmão para levar uns livros a ele no hospital. A moça da portaria procurou “Fernando”, não havia nenhum. Procurou então “Severino”, e lá estava: Desiderio. Não cheguei a perguntar a ele se não gostava mesmo do nome tão sonoro. Não soube também se

chegou a ler *O apanhador no campo de centeio*, que eu mandara naquela tarde. Eu não soube, não perguntei nem disse uma porção de coisas. Não comemos os camarões do Tirol com o doutor Eduardo. Não houve tempo. E a gente não sabia disso.

Só o encontrei há poucos meses, no fim da primavera do ano passado, por intermédio de Marcos Breda, que só conhece pessoas do bem, e com quem ele fazia Bailei na curva. Nos vimos poucas vezes depois.

Foi nessa mesma tarde que percebi o quanto ele estava frágil, embora aparentemente normal e bonito como sempre. Mas parecia vacilar às vezes – só parecia, qualquer coisa nos olhos, no passo –, como se fosse cair. Não caía. Por trás da fragilidade física escondia-se uma extraordinária força.

Nos últimos tempos, falamos muito pouco diretamente. Eu mandava recados, pedia notícias a um, a outro. As notícias eram cada vez piores, e aprendi por experiência própria que muitas vezes a gente prefere ser deixado a sós com o enigma do próprio corpo, quando ele começa nos devorar feroz, incompreensível.

Soube de sua partida numa manhã gelada de inverno. Eu acabara de voltar de um dos morros aqui perto de casa. Então, quando me contaram, suspirei assim “que alívio, meu Deus, que alívio”. Depois conversei com ele pedindo que fizesse boa viagem e não se preocupasse, que nós vamos tentar continuar cuidando de nós mesmos, que não olhasse para trás e mergulhasse na luz assim como quem se joga do alto do trampolim numa imensa piscina azul dentro de uma manhã alucinada de verão.

(Caio Fernando Abreu. Pequenas epifanias, 2014. Adaptado)

As informações do texto permitem concluir corretamente que o narrador e Desiderio não comeram os camarões do Tirol porque

- A) aquele preferiu ser deixado a sós com seu próprio corpo.
- B) ambos estavam fragilizados fisicamente no inverno.
- C) este faleceu antes que pudessem saborear a iguaria.
- D) ambos partiram em uma gélida manhã de inverno.
- E) este evitava contatos diretos com o novo amigo.

**21.** (Simulado Bônus. 2025. Vunesp) As passagens – Chamava-se Desiderio, mas desconfio que não gostava muito desse nome. (1º parágrafo) – e – Então, quando me contaram, suspirei assim “que alívio, meu Deus, que alívio”. (5º parágrafo) – estão, correta e respectivamente, interpretadas em:

- A) O narrador expõe um comentário jocoso sobre Desiderio em relação ao nome do rapaz. / O narrador ironiza a morte de Desiderio, julgando-a conveniente.
- B) O narrador expõe uma hipótese sobre Desiderio não gostar do próprio nome. / O narrador expressa compaixão, sugerindo que o amigo deixara de sofrer.
- C) O narrador expõe uma dúvida sobre a relação que Desiderio tem com o próprio nome. / O narrador sabe que a morte de Desiderio seria naquele dia.
- D) O narrador expõe uma crítica do nome de Desiderio, o qual considera extravagante. / O narrador mostra-se surpreso e desesperado com a morte do amigo.
- E) O narrador expõe uma concordância com o fato de Desiderio não apreciar o próprio nome. / O narrador revela um sentimento ambíguo com a morte do amigo.

**22.** (Simulado Bônus. 2025. Vunesp) Na passagem do 1º parágrafo – Chamava-se Desiderio, mas desconfio que não gostava **muito** desse nome. Que nem é **feio**... –, os termos destacados são, na ordem, advérbio e adjetivo, assim como também, correta e respectivamente, os termos destacados em:

A) ... se não gostava **mesmo** do nome tão sonoro. (1º parágrafo); Foi nessa **mesma** tarde que percebi o quanto ele estava frágil... (3º parágrafo)

B) Por trás da fragilidade física escondia-se uma **extraordinária** força. (3º parágrafo); ... dentro de uma manhã **alucinada** de verão. (5º parágrafo)

C) Eu acabara de voltar de um dos morros aqui **perto** de casa. (5º parágrafo); ... **qualquer** coisa nos olhos, no passo –, como se fosse cair. (3º parágrafo)

D) ... embora **aparentemente** normal e bonito como sempre. (3º parágrafo); ... **quando** ele começa nos devorar feroz, incompreensível. (4º parágrafo)

E) ... quando ele começa nos devorar **feroz**, incompreensível. (4º parágrafo); Nos últimos tempos, falamos muito **pouco** diretamente. (4º parágrafo)

**23.** (Simulado Bônus. 2025. Vunesp) Considere as passagens:

- Foi nessa mesma tarde que percebi o quanto ele estava frágil, **embora** aparentemente normal e bonito como sempre. (3º parágrafo)

- Depois conversei com ele pedindo que fizesse boa viagem e não se preocupasse, **que** nós vamos tentar continuar cuidando de nós mesmos... (5º parágrafo)

No contexto em que estão empregados, os termos destacados podem ser substituídos, correta e respectivamente, por:

A) tanto que; portanto.

B) conforme; mas.

C) pois; porque.

D) porém; ao passo que.

E) ainda que; pois.

**24.** (Simulado Bônus. 2025. Vunesp) A pontuação atende à norma-padrão em:

A) Foi Marcos Breda que me apresentou, Desiderio, no fim da primavera do ano passado; depois, eu e ele nos vimos poucas vezes.

B) A moça da portaria procurou “Fernando”, não havia nenhum, “Desiderio”; ela então, procurou “Severino”, e lá estava: Desiderio.

C) Desiderio estava aparentemente normal e bonito como sempre; mas ele às vezes, parecia vacilar, como se fosse cair, e não caía.

D) Desconfio que Desiderio não gostava muito do próprio nome; eu, porém, não cheguei a perguntar a ele se não gostava mesmo.

E) Eu e Desiderio, falamos muito pouco diretamente: eu mandava recados, e pedia notícias a um, e a outro; elas, porém, eram cada vez piores.

## **CONHECIMENTOS EM DIREITO**

### **DIREITO PENAL**

**25.** (Simulado Bônus. 2025. FCC) Aquiles colocou em seu veículo particular diversos adesivos com símbolos e emblemas identificadores da Polícia Militar, ocasião em que passou a circular com o automóvel pelas ruas do Município de São Paulo. Ao ser abordado por policiais, admitiu a caracterização irregular de seu veículo. Considerando os elementos acima expostos, Aquiles

A) não praticou qualquer crime, pois se trata de crime funcional.

B) praticou, em tese, o crime de reprodução ou adulteração de selo.

C) praticou, em tese, o crime de falsificação do selo ou sinal público.

D) praticou, em tese, o crime de falsidade ideológica.

E) não praticou qualquer crime, pois ausentes os elementos objetivos de qualquer tipo penal.



**26.** (Simulado Bônus. 2024. FGV) Tício, agente público no âmbito do Estado Alfa, descobre que o seu genitor faleceu, deixando um testamento particular sobre a parte dos bens que poderia legalmente dispor. Ao tomar ciência sobre o conteúdo da disposição de última vontade, o indivíduo se frustra sobremaneira, pois não foi citado, em momento algum, pelo seu ascendente.

Nesse contexto, Tício, em um dia de folga, resolve, por conta própria, falsificar, no todo, o testamento particular. Nada obstante, dois meses depois, os fatos foram descobertos, dando ensejo à deflagração de um inquérito policial para apurar o delito perpetrado.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, é correto afirmar que Tício responderá pelo crime de

- A) falsificação de documento particular, com a incidência de causa de aumento de pena, por se tratar de agente público.
- B) falsificação de documento público, com a incidência de causa de aumento de pena, por se tratar de agente público.
- C) falsificação de documento particular, sem a incidência de causa de aumento de pena.
- D) falsificação de documento público, sem a incidência de causa de aumento de pena.
- E) falsidade ideológica, sem a incidência de causa de aumento de pena.

**27.** (Simulado Bônus. 2025. FGV) Célio, agente público, concorreu culposamente, mediante conduta negligente, para que João, funcionário público, se apropriasse, em proveito próprio e agindo com dolo, de bens móveis públicos de que tinha a posse em razão do cargo ocupado.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, é correto afirmar que Célio responderá pelo crime de

- A) corrupção passiva, sendo certo que a reparação do dano, se precede à sentença irrecorrível, extingue a punibilidade do agente.
- B) corrupção passiva, sendo certo que a reparação do dano, se precede à sentença irrecorrível, reduz pela metade a pena imposta.
- C) corrupção ativa, sendo certo que a reparação do dano, se precede à sentença irrecorrível, extingue a punibilidade do agente.
- D) peculato culposo, sendo certo que a reparação do dano, se precede à sentença irrecorrível, extingue a punibilidade do agente.
- E) peculato culposo, sendo certo que a reparação do dano, se precede à sentença irrecorrível, reduz pela metade a pena imposta.

**28.** (Simulado Bônus. 2025. FGV) Caio, ocupante de um cargo em comissão no âmbito de uma empresa pública federal, solicitou diretamente, para si, vantagem indevida do particular Lucas, com o objetivo de deixar de praticar determinado ato de ofício, em benefício do último. Contudo, Lucas, irredimido com a proposta recebida, comunicou os fatos às autoridades competentes, não efetuando qualquer pagamento ao referido agente público.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, é correto afirmar que Caio:

- A) responderá pelo crime de corrupção passiva, com a incidência de uma causa de aumento de pena, por se tratar de ocupante de cargo em comissão em uma empresa pública;
- B) responderá pelo crime de corrupção ativa, com a incidência de uma causa de aumento de pena, por se tratar de ocupante de cargo em comissão em uma empresa pública;
- C) responderá pelo crime de corrupção ativa qualificado, por se tratar de ocupante de cargo em comissão em uma empresa pública;
- D) não responderá criminalmente, já que a vantagem indevida não foi recebida;
- E) não responderá criminalmente, por não ser titular de cargo efetivo.

**29.** (Simulado Bônus. 2024. FGV) Guilherme, juiz federal, expediu mandado de condução coercitiva para que Daniel, testemunha arrolada pelo Ministério Público Federal, fosse ouvido em juízo. Durante o cumprimento da determinação judicial pelo oficial de justiça de plantão, Daniel o ofendeu severamente, humilhando-o mediante o emprego de diversas palavras depreciativas, relacionadas ao cargo ocupado, embora não tenha se oposto à execução da ordem legal.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, Daniel responderá pelo crime de:

- A) violência arbitrária;
- B) excesso de exação;
- C) desobediência;
- D) resistência;
- E) desacato.

**30.** (Simulado Bônus. 2025. FGV) Mário, maior e capaz, no pleno gozo de suas faculdades mentais, compareceu à sede da Justiça Federal no estado do Amazonas, tendo sido ouvido, na qualidade de testemunha, em uma ação penal que apura a prática de um crime contra a Administração Pública. Registre-se que, na referida ação penal, houve, ainda, a participação de Lucas, na qualidade de intérprete. Finda a instrução processual, ao analisar os autos para apresentação de alegações finais, o procurador da República concluiu que Mário e Lucas fizeram afirmações falsas em juízo.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, é correto afirmar que:

- A) Mário responderá pelo crime de falso testemunho. Por sua vez, Lucas não responderá por qualquer crime, em razão da atipicidade formal da conduta;
- B) Lucas responderá pelo crime de falso testemunho. Por sua vez, Mário não responderá por qualquer crime, em razão da atipicidade formal da conduta;
- C) Mário e Lucas responderão pelo crime de denunciação caluniosa;
- D) Mário e Lucas responderão pelo crime de fraude processual;
- E) Mário e Lucas responderão pelo crime de falso testemunho.

## **DIREITO PROCESSUAL PENAL**

**31.** (Simulado Bônus. 2023. FGV) 1º cenário: Guilherme, titular da Vara Criminal da Comarca XYZ, verifica que o Ministério Público ofereceu denúncia em face de seu amigo íntimo.

2º cenário: Guilherme, titular da Vara Criminal da Comarca XYZ, verifica que o Ministério Público ofereceu denúncia em face de seu credor.

Considerando as disposições do Código de Processo Penal, é correto afirmar que o juiz dar-se-á por:

- A) suspeito, no 1º cenário, mas, no 2º cenário, inexistente causa de impedimento ou de suspeição;
- B) suspeito, no 1º cenário, e por impedido, no 2º cenário;
- C) impedido, no 1º cenário, e por suspeito, no 2º cenário;
- D) impedido, nos dois cenários;
- E) suspeito, nos dois cenários.

**32.** (Simulado Bônus. 2024. FGV) Em cumprimento à determinação judicial, Lucas, oficial de justiça, compareceu ao domicílio de Caio, réu em ação penal que apura a suposta prática de crime contra a Administração Pública em âmbito federal. Sem conseguir citá-lo, o agente público conversou com vizinhos, que afirmaram que Caio, após tomar ciência sobre o processo, vem buscando se ocultar para não ser responsabilizado criminalmente.

Nesse cenário, segundo as disposições do Código de Processo Penal, verificando que o réu se oculta para não ser citado, o oficial de justiça certificará a ocorrência e procederá à citação:

- A) por carta precatória, sendo certo que, completada a diligência, se o acusado não comparecer, haverá as suspensões do processo e do prazo prescricional;
- B) por carta rogatória, sendo certo que, completada a diligência, se o acusado não comparecer, haverá as suspensões do processo e do prazo prescricional;
- C) com hora certa, sendo certo que, completada a diligência, se o acusado não comparecer, haverá as suspensões do processo e do prazo prescricional;
- D) por carta precatória, sendo certo que, completada a diligência, se o acusado não comparecer, lhe será nomeado defensor dativo;
- E) com hora certa, sendo certo que, completada a diligência, se o acusado não comparecer, lhe será nomeado defensor dativo.

**33.** (Simulado Bônus. FGV. 2024) João, juiz de direito, possui, em seu acervo, dois processos sujeitos ao procedimento comum. A primeira relação processual tem, por objeto, um crime cuja sanção máxima cominada é igual a cinco anos de pena privativa de liberdade. Por sua vez, o segundo processo está atrelado a um delito cuja sanção máxima cominada é igual a três anos de pena privativa de liberdade.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Processo Penal sobre o procedimento comum, é correto afirmar que:

- A) a primeira relação processual está sujeita ao procedimento comum sumaríssimo. Por sua vez, o segundo processo observará o procedimento comum ordinário;
- B) a primeira relação processual está sujeita ao procedimento comum sumário. Por sua vez, o segundo processo observará o procedimento comum ordinário;
- C) a primeira relação processual está sujeita ao procedimento comum ordinário. Por sua vez, o segundo processo observará o procedimento comum sumário;
- D) os dois processos estão sujeitos ao procedimento comum ordinário;
- E) os dois processos estão sujeitos ao procedimento comum sumário.

**34.** (Simulado Bônus. 2024. FGV) João, Juiz-Presidente do Tribunal do Júri da Comarca Alfa, no interior do estado Beta, verificou a existência de dúvida concreta quanto à segurança pessoal de Tício, réu em processo que apura a suposta prática de um crime doloso contra a vida. Dessa forma, o juízo cientificou todos os envolvidos na relação processual sobre a situação posta.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Processo Penal, é correto afirmar que:

A) o Tribunal, de ofício, a requerimento do Ministério Público, do assistente, do querelante ou do acusado ou mediante representação de João, poderá determinar o desaforamento do julgamento para outra comarca da mesma região, onde não exista dúvida concreta quanto à segurança pessoal de Tício, preferindo-se as mais próximas;

B) o Tribunal, a requerimento do Ministério Público, do assistente, do querelante ou do acusado ou mediante representação de João, poderá determinar o desaforamento do julgamento para outra comarca da mesma região, onde não exista dúvida concreta quanto à segurança pessoal de Tício, preferindo-se as mais próximas;

C) João poderá, a requerimento do Ministério Público, do assistente, do querelante ou do acusado, determinar o desaforamento do julgamento para outra comarca da mesma região, onde não exista dúvida concreta quanto à segurança pessoal de Tício, preferindo-se as mais próximas;

D) João poderá, de ofício, determinar o desaforamento do julgamento para a Comarca da capital do estado Beta;

E) distribuído o pedido de desaforamento ao Tribunal, será imediatamente suspenso o julgamento pelo júri.

**35.** (Simulado Bônus. 2023. Vunesp) Salvo a hipótese de má-fé, a parte não será prejudicada pela interposição de um recurso por outro. Se o juiz, desde logo, reconhecer a impropriedade do recurso interposto pela parte,

A) mandará processá-lo de acordo com o rito do recurso cabível.

B) decidirá por seu não conhecimento, apontando a falta de adequação.

C) determinará que o escrivão certifique a boa-fé do recorrente.

D) ordenará a manifestação da parte contrária.

E) deverá reconhecer que o recurso é deserto.

**36.** (Simulado Bônus. 2024. FGV) João foi capturado em flagrante pela suposta prática do crime de furto qualificado. Por ocasião da audiência de custódia, o magistrado relaxou a prisão flagrancial do custodiado, ao argumento de que o auto de prisão em flagrante delito não observou as exigências constitucionais e legais. Irresignado, o Ministério Público pretende recorrer da decisão judicial que fora proferida.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Processo Penal, o Ministério Público poderá fazer uso de:

A) embargos infringentes e de nulidade;

B) recurso em sentido estrito;

C) carta testemunhável;

D) recurso de apelação;

E) correção parcial.

**37.** (Simulado Bônus. 2025. FCC) Para os efeitos da Lei nº 9.099/1995 e suas alterações, consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo:

A) as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima superior a 5 anos, cumulada ou não com multa.

B) os crimes, apenas, desde que a lei comine pena máxima não superior a 3 anos, cumulada ou não com multa.

C) as contravenções penais, apenas, desde que a lei comine pena máxima não superior a 3 anos, cumulada com multa.

D) as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a 2 anos, cumulada ou não com multa.

E) as contravenções penais e os crimes desde que a lei comine pena máxima superior a 4 anos, cumulada com multa.

## **DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

**38.** (Simulado Bônus. 2024. Vunesp) José, juiz de direito, percebeu que um dos processos judiciais a ele distribuídos tinha como réu instituição de ensino para a qual presta serviços, por meio de contrato, sem vínculo empregatício, produzindo material para um curso de pós-graduação na modalidade EAD. Acerca do caso hipotético, pode-se corretamente afirmar que José

A) é suspeito, não podendo atuar no processo.

B) é suspeito, devendo a parte, no prazo de 5 (cinco) dias, a partir do conhecimento do fato, apresentar exceção de suspeição, sob pena de preclusão.

C) é impedido, devendo a parte, no prazo de 5 (cinco) dias, a partir do conhecimento do fato, apresentar exceção de suspeição, sob pena de preclusão.

D) é impedido, sendo-lhe vedado exercer suas funções no processo.

E) poderá atuar livremente no processo, pois não possui relação de emprego com a instituição de ensino ré.



**39.** (Simulado Bônus. 2024. FGV) João, Regina e Maria debatiam acerca dos pronunciamentos judiciais. João afirmou que as decisões interlocutórias são todos os pronunciamentos judiciais decisórios que não são sentenças. Regina, por sua vez, disse que as sentenças são todos os pronunciamentos por meio dos quais o juiz põe fim à fase de conhecimento, bem como extingue a execução. Por fim, Maria aduziu que os atos meramente ordinatórios independem de despacho do juiz.

Tomando o debate acima, é correto afirmar que

- A) todos estão certos em suas colocações.
- B) Regina está certa em sua colocação, ao passo que João e Maria estão errados em suas colocações.
- C) João está certo em sua colocação, enquanto Maria e Regina estão erradas em suas colocações.
- D) todos estão errados em suas colocações.
- E) João e Maria estão certos em suas colocações, enquanto Regina está errada em sua colocação.

**40.** (Simulado Bônus. 2025. FCC) Lucas ajuizou ação contra empresa para pleitear a restituição de um valor já reconhecido como devido em sede de recurso repetitivo. Considerando que Lucas possui todos os documentos para comprovar as suas alegações, o pedido que deve ser formulado por Lucas na petição inicial é de tutela provisória

- A) de evidência, que poderá ser deferida liminarmente pelo juiz.
- B) de urgência, após o contraditório a que o réu não oponha prova capaz de gerar dúvida razoável.
- C) de evidência, após o contraditório a que o réu não oponha prova capaz de gerar dúvida razoável.
- D) de urgência, que poderá ser deferida liminarmente pelo juiz.
- E) cautelar antecedente, que poderá ser deferida liminarmente pelo juiz.

**41.** (Simulado Bônus. 2024. FCC) Suzane ajuizou demanda indenizatória, porém teve sua petição inicial indeferida, em razão de inépcia desta. Nessa situação, se Suzane interpuser apelação,

- A) o recurso deverá ser indeferido, já que o CPC prevê expressamente o cabimento de agravo de instrumento para essa hipótese.
- B) o réu deve ser intimado para tomar ciência do processo, sem, contudo, poder apresentar contrarrazões ao recurso.
- C) os autos serão remetidos ao tribunal sem a citação da parte requerida.
- D) o juiz poderá retratar-se no prazo de cinco dias.
- E) no caso de reforma da sentença pelo tribunal, o prazo para contestação será iniciado a partir da publicação do acórdão no diário oficial.

**42.** (Simulado Bônus. 2024. FCC) De acordo com o Código de Processo Civil, o depoimento pessoal

A) implica o dever de depor sobre todos os fatos que lhe forem perguntados, sem exceção.

B) pode ser assistido pela parte que ainda não foi ouvida.

C) prescinde, para aplicação da pena de confesso, de prévia intimação pessoal.

D) deve ser requerido pela própria parte, para oitiva dela própria, se desejar expor pessoalmente os fatos.

E) pode ser colhido por meio de videoconferência, inclusive durante a audiência de instrução e julgamento, se a parte residir em comarca diversa daquela onde tramita o processo.

**43.** (Simulado Bônus. 2025. FCC. Adaptada) Márcia deseja ingressar com demanda judicial perante o Juizado Especial Cível e procurou a Defensoria Pública para orientações. Nessa situação, ela deverá ser informada de que:

A) não se admite o litisconsórcio passivo, tampouco a intervenção de terceiros.

B) nos Foros onde o Juizado Especial Cível estiver instalado, sua competência é absoluta.

C) em caso de conciliação, o valor acordado entre as partes poderá superar quarenta salários mínimos.

D) nas causas de valor até vinte salários mínimos, não há necessidade de atuação de advogado ou defensor público, em todas as instâncias.

E) se a parte ré não for localizada, será possível sua citação por edital.

**44.** (Simulado Bônus. 2024. Vunesp) Acerca dos juizados especiais da Fazenda Pública, assinale a alternativa **correta**.

A) Não haverá prazo diferenciado para a prática de qualquer ato processual pelas pessoas jurídicas de direito público, inclusive a interposição de recursos, devendo a citação para a audiência de conciliação ser efetuada com antecedência mínima de 15 (quinze) dias úteis.

B) Haverá reexame necessário, se a condenação do ente público superar a quantia de 40 (quarenta) salários mínimos ou contrariar súmula, jurisprudência dominante ou tese decorrente de recursos repetitivos do Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça ou Tribunal de Justiça local.

C) Os Juizados Especiais da Fazenda Pública serão instalados pelos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal, bem como pela Justiça Federal de cada ente da federação, vedada a instalação de Juizados Especiais Adjuntos, salvo mediante convênio entre órgãos do Judiciário vinculados a tribunais diferentes.

D) Os conciliadores e juízes leigos são auxiliares da Justiça, recrutados, os primeiros, exclusivamente, entre os bacharéis em Direito, e os segundos, entre advogados com mais de 2 (dois) anos de experiência.

E) Caberá pedido de uniformização de interpretação de lei que será julgado em reunião conjunta das Turmas em conflito, sob a presidência de desembargador indicado pelo Tribunal de Justiça, quando houver divergência entre decisões proferidas por Turmas Recursais sobre questões de direito material.

## DIREITO CONSTITUCIONAL

**45.** (Simulado Bônus. 2025. Inéditas) A Constituição Federal estabelece que a casa é asilo inviolável do indivíduo e garante a inviolabilidade do sigilo da correspondência e das comunicações. Sobre esses direitos, assinale a alternativa correta:

A) A casa pode ser adentrada a qualquer momento do dia ou da noite por determinação judicial, para cumprimento de mandado de busca e apreensão.

B) O sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas é inviolável, não admitindo-se qualquer exceção.

C) Em caso de flagrante delito, desastre, ou para prestar socorro, é possível a entrada na casa a qualquer hora, independentemente de consentimento ou ordem judicial.

D) A inviolabilidade do domicílio só pode ser afastada com o consentimento do morador, mesmo em situações de iminente perigo público.

E) O sigilo das comunicações telefônicas pode ser afastado por ordem judicial para fins de investigação criminal ou instrução processual civil.

**46.** (Simulado Bônus. 2025. Inéditas) A Constituição Federal classifica certos crimes como inafiançáveis e/ou imprescritíveis, com consequências específicas. Considerando essas disposições, analise as afirmações abaixo e assinale a opção correta:

A) A prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeitando-se à pena de detenção.

B) A prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes, o terrorismo e os crimes hediondos são inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia, respondendo por eles mandantes, executores e os que se omitirem em evitá-los.

C) A ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático, é inafiançável, mas seu prazo prescricional é de vinte anos.

D) O tráfico ilícito de entorpecentes é inafiançável e imprescritível, sendo, contudo, suscetível de graça e anistia.

E) Os crimes hediondos são considerados inafiançáveis e insuscetíveis de graça, mas passíveis de anistia.

**47.** (Simulado Bônus. 2025. Inéditas) A Constituição Federal estabelece uma série de direitos sociais e vedações relacionadas ao trabalho. Considerando as normas constitucionais, analise as afirmativas e assinale a opção correta:

A) A duração do trabalho normal não poderá ser superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, vedada a compensação de horários.

B) É proibido qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz a partir dos quatorze anos.

C) A remuneração do serviço extraordinário deve ser superior, no mínimo, em trinta por cento à do normal.

D) É permitida a distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual, desde que para maiores de dezoito anos.

E) A jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento não admite negociação coletiva.

**48.** (Simulado Bônus. 2025. Inéditas) A nacionalidade brasileira possui critérios de aquisição e cargos privativos. Com base nas disposições constitucionais, analise as afirmativas e assinale a opção correta:

A) São brasileiros natos os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que venham a residir na República Federativa do Brasil e optem pela nacionalidade brasileira a qualquer tempo, antes de atingirem a maioridade.

B) Um Ministro do Superior Tribunal de Justiça deve ser brasileiro nato.

C) Os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, serão brasileiros natos, independentemente de estarem estes a serviço de seu país.

D) O cargo de Ministro de Estado da Defesa é privativo de brasileiro naturalizado.

E) O Presidente do Senado Federal e o Ministro do Supremo Tribunal Federal são cargos privativos de brasileiro nato.

**49.** (Simulado Bônus. 2025. Inéditas) A Constituição Federal estabelece normas sobre a administração pública, incluindo o acesso a cargos e funções. Sobre a acumulação de cargos e as funções de confiança, assinale a alternativa correta:

A) As funções de confiança são exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão são preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinados apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

B) É permitida a acumulação remunerada de dois cargos públicos de professor, independentemente de haver compatibilidade de horários.

C) A proibição de acumular cargos públicos remunerados não se estende a empregos e funções em autarquias e fundações, apenas à administração direta.

D) É vedada a acumulação de um cargo de professor com outro técnico ou científico, mesmo havendo compatibilidade de horários.

E) Os cargos em comissão são de livre nomeação e exoneração, mas exigem aprovação prévia em concurso público.

**50.** (Simulado Bônus. 2025. Inéditas) A Administração Pública direta e indireta se submete a princípios e regras específicas. Sobre a responsabilidade civil do Estado e a readaptação de servidores, analise as afirmativas e assinale a opção correta:

A) As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão objetivamente pelos danos que seus agentes causarem a terceiros, sem direito de regresso contra o responsável em caso de culpa.

B) O servidor público titular de cargo efetivo que sofrer limitação em sua capacidade mental não poderá ser readaptado para outro cargo, mas sim aposentado por invalidez.

C) A aposentadoria concedida com a utilização de tempo de contribuição decorrente de cargo, emprego ou função pública acarreta o rompimento do vínculo que gerou o referido tempo de contribuição.

D) O servidor público titular de cargo efetivo, com limitação em sua capacidade física ou mental, poderá ser readaptado para cargo cujas atribuições e responsabilidades sejam compatíveis com a limitação, mantida a remuneração do cargo de destino, independentemente de habilitação e o nível de escolaridade exigido.

E) Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos e a perda da função pública, mas não o ressarcimento ao erário.

**51.** (Simulado Bônus. 2025. Inéditas) A estabilidade é um dos pilares do regime jurídico dos servidores públicos efetivos. Sobre o tema, analise as afirmativas e assinale a opção correta:

A) O servidor público adquire estabilidade após dois anos de efetivo exercício, desde que aprovado em concurso público.

B) Em caso de extinção do cargo ou declaração de sua desnecessidade, o servidor estável será posto em disponibilidade com remuneração integral, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.

C) A perda do cargo pelo servidor estável só pode ocorrer por sentença judicial transitada em julgado ou mediante processo administrativo com ampla defesa, não havendo outras hipóteses.

D) São estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.

E) A avaliação especial de desempenho para aquisição da estabilidade é facultativa e pode ser realizada por qualquer comissão interna do órgão.

## **DIREITO ADMINISTRATIVO**

**52.** (Simulado Bônus. 2025. Vunesp) Considere que Débora, servidora pública, ocupa o cargo de assistente social no Poder Executivo do Estado de São Paulo há dez anos, juntamente com suas amigas Isabela e Inês. Na última segunda-feira, enquanto estava exercendo suas funções, notou que Isabela estava empregando material do serviço público em serviço particular, e Inês estava se entretendo, durante as horas de trabalho, com leituras e outras atividades estranhas ao serviço.

Com base na situação hipotética e no disposto no Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado de São Paulo, é correto afirmar que

A) Débora deverá apresentar denúncias sobre as irregularidades diretamente à unidade de ouvidoria do órgão ou entidade a que esteja vinculada, ou a outro órgão da Administração com competência para apuração das irregularidades.

B) a conduta de Isabela não será considerada proibida se o material utilizado por ela custar menos do que um salário mínimo.

C) em prol da saúde mental, admite-se que cada funcionário, durante uma hora do trabalho, entretenha-se com leituras, palestras ou estudos.

D) Débora teria o dever de representar aos superiores todas as irregularidades de que tivesse conhecimento no exercício de suas funções apenas se fosse ocupante de cargo de chefia.

E) as condutas de Isabela e de Inês não são proibidas, exceto se Débora comprovar que Isabela utilizou material que custa mais de R\$ 100,00 (cem reais) e que Inês não está cumprindo os prazos que lhe são encarregados.



**53.** (Simulado Bônus. 2025. Inéditas) Ricardo, chefe de seção em um departamento de licitações de uma secretaria estadual de São Paulo, encontrava-se com uma grande demanda de trabalho e prazos apertados. Para conseguir dar conta da análise de um processo licitatório de alta complexidade, ele pediu a um amigo pessoal, que não era servidor público e não possuía qualquer vínculo formal com a administração, para revisar alguns documentos sigilosos relacionados à licitação. Ricardo justificou sua ação afirmando que o amigo era um especialista renomado na área e que a revisão agilizaria o processo. A prática de Ricardo, contudo, veio à tona durante uma auditoria interna de rotina.

Com base na situação hipotética e no disposto na Lei nº 10.261/68, assinale a alternativa correta:

A) A conduta de Ricardo de permitir que uma pessoa estranha à repartição revisasse documentos sigilosos é considerada uma responsabilidade administrativa, pois o desempenho de encargos competia a ele ou a seus subordinados.

B) A ação de Ricardo não gera responsabilidade, uma vez que ele agiu com o intuito de beneficiar a administração, agilizando o processo, e não houve prejuízo financeiro direto à Fazenda Estadual.

C) Ricardo só seria responsabilizado se o amigo tivesse efetivamente causado um prejuízo comprovado à Fazenda Estadual, como a perda de um contrato favorável devido à revisão.

D) A responsabilidade de Ricardo por delegar tarefas a terceiros não se enquadra nas proibições do Estatuto,

pois o amigo é especialista na área e a revisão visava aprimorar o trabalho.

E) A responsabilidade administrativa de Ricardo, caso configurada, eximiria qualquer responsabilidade civil ou criminal, pois as esferas são excludentes.

**54.** (Simulado Bônus. 2025. Inéditas) Ana Cláudia, servidora pública municipal em uma cidade do interior de São Paulo, possui um histórico de problemas de assiduidade. Em 2024, ela faltou ao serviço por 8 dias úteis em abril, 7 dias úteis em junho e, mais recentemente, ficou ausente por 18 dias consecutivos em setembro, sem apresentar qualquer justificativa para essas ausências. O último período de ausência consecutiva se iniciou em uma segunda-feira, após um fim de semana e um feriado prolongado.

Com base na situação hipotética e no disposto na Lei nº 10.261/68), assinale a alternativa correta:

A) A soma das ausências de Ana Cláudia em abril e junho (15 dias úteis intercalados) já seria suficiente para a aplicação da pena de demissão por inassiduidade.

B) A ausência de Ana Cláudia por 18 dias consecutivos em setembro, mesmo que não justificada, não configura inassiduidade para fins de demissão, pois o Estatuto exige que as faltas sejam em dias úteis.

C) A pena de demissão por ineficiência no serviço poderá ser aplicada a Ana Cláudia se for verificada a impossibilidade de readaptação, mas não por inassiduidade.

D) A ausência de Ana Cláudia por 18 dias consecutivos sem justificativa em setembro configura inassiduidade e, consequentemente, poderá acarretar a pena de demissão.

E) A pena de demissão a bem do serviço público será aplicada a Ana Cláudia devido à sua inassiduidade, por se tratar de falta grave que lesa o patrimônio público.

**55.** (Simulado Bônus. 2025. Vunesp) A respeito do Procedimento Disciplinar, assinale a alternativa que está de acordo com o Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado de São Paulo.

A) A citação do acusado será feita pessoalmente, no mínimo 02 (dois) dias antes do interrogatório, por intermédio do oficial de justiça.

B) O servidor que tiver de depor como testemunha fora da sede de seu exercício, terá direito a transporte e diárias na forma da legislação em vigor, podendo ainda expedir-se precatória para esse efeito à autoridade do domicílio do depoente.

C) O processo administrativo deverá ser instaurado por despacho, no prazo improrrogável de 07 (sete) dias do recebimento da determinação.

D) Não apresentadas no prazo as alegações finais, o presidente intimará novamente o acusado, assinando-lhe novo prazo de 48 (quarenta e oito) horas para apresentar defesa, sob pena de incidência dos efeitos da revelia.

E) Decorridos 05 (cinco) anos de efetivo exercício, contados do cumprimento da sanção disciplinar, não mais poderá aquela ser considerada em prejuízo do infrator, exceto para efeito de reincidência.

**56.** (Simulado Bônus. 2025. Inéditas) Mariana, servidora pública estadual com 7 anos de efetivo exercício em seu cargo, está sendo alvo de uma sindicância instaurada há um mês por uma conduta de indisciplina, que em tese, seria passível de pena de repreensão. Em seu histórico funcional, Mariana não registra nenhuma punição de natureza disciplinar nos últimos 5 anos. O responsável pela condução da sindicância avaliou o caso e considerou a possibilidade de propor a suspensão condicional da sindicância. Como condição, seria exigida a apresentação de relatórios trimestrais de atividades e a frequência regular sem faltas injustificadas.

Com base na situação hipotética e no disposto na Lei nº 10.261/68, assinale a alternativa correta:

A) A suspensão condicional da sindicância não pode ser aplicada a Mariana, pois essa medida só é cabível para faltas disciplinares de natureza grave, passíveis de suspensão ou demissão.

B) Durante o período em que a sindicância de Mariana estiver suspensa condicionalmente, o prazo prescricional para a apuração da infração continuará correndo normalmente.

C) Se Mariana descumprir as condições estabelecidas para a suspensão da sindicância ou vier a ser processada por outra falta, a suspensão será revogada, e o procedimento disciplinar prosseguirá.

D) Os requisitos para a suspensão condicional da sindicância são que o servidor tenha no máximo 5 anos de exercício no cargo e não tenha punição disciplinar no histórico funcional.

E) Após o cumprimento das condições da suspensão da sindicância, os autos serão

arquivados automaticamente sem necessidade de declaração de extinção da punibilidade.

**57.** (Simulado Bônus. 2025. Inéditas) Em janeiro de 2023, Carlos, um servidor público estadual, foi demitido a bem do serviço público por ter supostamente praticado um ato de improbidade administrativa, após a conclusão de um Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Na época, todos os recursos administrativos cabíveis foram esgotados. Em maio de 2025, novas evidências surgiram: um documento antes desaparecido foi encontrado, provando que a responsabilidade pela conduta imputada a Carlos era, na verdade, de um colega. Diante desses novos fatos, Carlos, por intermédio de seu advogado, decide pedir a revisão de sua punição disciplinar.

Com base na situação hipotética e no disposto na Lei nº 10.261/68, assinale a alternativa correta.

A) O pedido de revisão de Carlos será admitido apenas se ele alegar que a decisão foi injusta, pois o surgimento de novas provas é irrelevante após o esgotamento dos recursos.

B) A pena de demissão aplicada a Carlos poderá ser agravada no processo de revisão, caso o novo documento revele outras faltas ainda mais graves que não foram consideradas no processo original

C) O processo revisional de Carlos deverá ser requerido fundamentadamente por ele ou por seu advogado, instruído com as novas provas, e o ônus de provar os fatos cabe ao requerente.

D) A decisão final do processo de revisão caberá a um servidor efetivo e confirmado que não tenha participado do processo disciplinar original, e ele poderá apenas anular a pena, não podendo reduzi-la.

E) O processo de revisão de Carlos só poderá ser solicitado após cinco anos da demissão, pois há um prazo prescricional específico para o pedido de revisão de penas disciplinares graves.

**58.** (Simulado Bônus. 2025. Inéditas) Sobre a definição de agente público para os efeitos da Lei nº 8.429/1992, e a aplicação das disposições desta lei a particulares, assinale a alternativa correta:

A) Agente público, para os efeitos desta Lei, é somente o servidor público de carreira, excluindo-se o agente político e aqueles que exercem função transitoriamente.

B) Um particular, pessoa física ou jurídica, que celebra com a administração pública um contrato de repasse não está sujeito às sanções da Lei de Improbidade Administrativa, pois a lei se aplica somente a agentes públicos.

C) As disposições da Lei de Improbidade Administrativa são aplicáveis, no que couber, àquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra culposamente para a prática do ato de improbidade.

D) Os sócios e cotistas de pessoa jurídica de direito privado respondem sempre pelo ato de improbidade imputado à pessoa jurídica, mesmo sem participação direta ou benefícios comprovados.

E) As sanções da Lei de Improbidade Administrativa não se aplicarão à pessoa jurídica, caso o ato de improbidade administrativa seja também sancionado como ato lesivo à administração pública de que trata a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**59.** (Simulado Bônus. 2025. Inéditas) De acordo com o Capítulo III da Lei nº 8.429/1992, que trata das penas aplicáveis por atos de improbidade administrativa, assinale a alternativa correta:

A) Na hipótese de ato de improbidade que importa enriquecimento ilícito (Art. 9º), a suspensão dos direitos políticos será de 5 a 8 anos.

B) Na hipótese de ato de improbidade que causa prejuízo ao erário (Art. 10), a multa civil será equivalente ao valor do dano e a proibição de contratar com o poder público será pelo prazo não superior a 8 anos.

C) Para os atos de improbidade que atentam contra os princípios da administração pública (Art. 11), a sanção de perda da função pública é aplicável, além do pagamento de multa civil e proibição de contratar com o poder público.

D) A sanção de perda da função pública, nas hipóteses de enriquecimento ilícito e lesão ao erário, atinge apenas o vínculo de mesma qualidade e natureza que o agente público ou político detinha com o poder público na época do cometimento da infração.

E) Em casos de atos de menor ofensa aos bens jurídicos tutelados, a sanção limitar-se-á à aplicação de multa, sendo o ressarcimento do dano e a perda dos valores obtidos facultativos.

## **NORMAS DA CORREGEDORIA**

**60.** (Simulado Bônus. 2025. Inéditas) Com base nas disposições sobre a função correcional e suas modalidades, assinale a alternativa correta:

A) A correição extraordinária é uma fiscalização agendada com prévio anúncio, podendo ser geral ou parcial, conforme a necessidade do serviço.

B) A visita correcional tem como objetivo principal a fiscalização geral e abrangente da unidade, verificando todos os aspectos do seu funcionamento.

C) O Juiz Corregedor Permanente deve efetuar a correição ordinária anualmente, preferencialmente no mês de dezembro, e esta será anunciada por edital com pelo menos quinze dias de antecedência.

D) As atas de correição ordinária devem ser encaminhadas à Corregedoria Geral da Justiça em até 15 (quinze) dias após realizada.

E) A função correcional, no Estado de São Paulo, é exercida exclusivamente pelo Corregedor Geral da Justiça.

**61.** (Simulado Bônus. 2025. Inéditas) Acerca do Livro Eletrônico de Visitas e Correições e suas disposições, assinale a alternativa correta:

A) As atas de visitas e correições, no Livro Eletrônico, serão assinadas apenas pelo Juiz Corregedor Permanente e pelo Escrivão Judicial.

B) O Livro Eletrônico de Visitas e Correições será formado a partir do cadastro e distribuição do expediente administrativo digital.

C) O Livro de Visitas e Correições físico deverá ser encerrado e imediatamente descartado após o cadastro e distribuição do expediente administrativo digital.

D) A digitalização do conteúdo dos livros físicos de visitas e correições é vedada, visando à preservação dos originais.

E) O suporte físico dos livros de visitas e correições digitalizados poderá ser inutilizado após 5 (cinco) anos, se observadas as diretrizes de descarte seguro.

**62.** (Simulado Bônus. 2025. Inéditas) A respeito das práticas permitidas e vedadas na escrituração dos atos judiciais e cartorários, conforme as Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça, assinale a alternativa correta:

A) Erros de digitação, omissões ou rasuras na escrituração devem ser evitados, mas, caso ocorram, as devidas ressalvas podem ser feitas após a subscrição do ato, desde que de forma legível e autenticada.

B) Anotações a lápis nos livros e autos de processo são permitidas a título provisório, desde que posteriormente formalizadas com caneta.

C) A utilização de corretivo ou outros meios químicos de correção é vedada na escrituração, mas a raspagem por meio mecânico é permitida em casos excepcionais.

D) A assinatura de atos ou termos em branco, total ou parcialmente, é vedada na escrituração.

E) A utilização de abreviaturas e siglas é totalmente vedada na escrituração, não havendo exceções.



**63.** (Simulado Bônus. 2025. Inéditas)  
Com relação às intimações dos atos e termos do processo e aos procedimentos de publicação, assinale a alternativa correta:

A) É permitido ao servidor dos escritórios de justiça prestar informações por telefone aos advogados, membros do Ministério Público e partes sobre os atos e termos do processo, desde que o processo não esteja em segredo de justiça.

B) Os despachos, decisões interlocutórias e sentenças devem ser encaminhados à publicação no Diário da Justiça Eletrônico em até 5 (cinco) dias, contados da devolução dos autos em cartório.

C) As intimações, por qualquer meio, devem conter o número dos autos, o objeto do processo e o nome das partes, mas o nome dos advogados das partes com o número de suas inscrições na OAB é opcional.

D) Nas intimações pela imprensa, as decisões interlocutórias e sentenças serão publicadas somente na sua parte dispositiva.

E) Quando ocorrer erro ou omissão de elemento indispensável na publicação, é necessária a reclamação da parte para que se proceda à retificação e nova publicação.

**64.** (Simulado Bônus. 2025. Inéditas)  
Sobre a consulta a processos eletrônicos e o acesso a informações processuais no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assinale a alternativa correta:

A) A consulta, no sítio do Tribunal de Justiça, ao inteiro teor das decisões, sentenças, votos e acórdãos é livre, mas as movimentações processuais e os mandados de prisão registrados no BNMP possuem acesso restrito.

B) Advogados não vinculados a um processo eletrônico podem acessar todos os atos e documentos processuais armazenados, mesmo em casos de processos em sigilo ou segredo de justiça, desde que previamente identificados.

C) Os processos que tramitam no sistema de processamento eletrônico do Tribunal de Justiça em segredo de justiça podem ser consultados apenas pelas partes e procuradores habilitados a atuar no processo.

D) A indicação de que um processo está submetido a segredo de justiça pode ser feita automaticamente por expressa previsão legal, mas não no ato do ajuizamento ou por determinação judicial.

E) Para consulta da íntegra dos autos digitais na internet, a senha de acesso a terceiros legitimamente interessados, peritos e assistentes é fornecida automaticamente, sem necessidade de autorização do magistrado.

## CONHECIMENTOS GERAIS

### ATUALIDADES

**65.** (Simulado Bônus. 2025. Inéditas) A Comissão de Constituição e Justiça do Senado aprovou uma proposta de mudança significativa nas regras eleitorais brasileiras. Uma das principais alterações diz respeito a alguns cargos do Executivo.

De acordo com a proposta aprovada na CCJ do Senado, qual será a principal mudança?

- A) Aumento do número de mandatos consecutivos permitidos.
- B) Fim da possibilidade de reeleição.
- C) Redução do tempo de mandato para três anos.
- D) Permissão de reeleição apenas para um mandato extra.
- E) Estabelecimento de um limite de idade para a reeleição.

**66.** (Simulado Bônus. 2025. Inéditas) A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) proferiu uma decisão inédita no Brasil, acolhendo um recurso que impacta diretamente a forma como a identidade de gênero pode ser registrada em documentos civis.

Qual tipo de identificação de gênero foi permitida no documento civil pela decisão inédita do STJ?

- A) Gênero masculina, com opção de asterisco.
- B) Gênero neutro.
- C) Gênero feminino, com opção de asterisco.
- D) Cisgênero.
- E) Transgênero.

**67.** (Simulado Bônus. 2025. Inéditas) Uma investigação do "The New York Times" revelou que um governo estrangeiro tem utilizado um país da América do Sul para estabelecer uma "linha de montagem" de identidades falsas para seus agentes. Esses espões, ao se "camuflarem" e adquirirem reputação como cidadãos dessa nação, conseguem viajar para diversas partes do mundo.

Qual é o país que a Rússia tem utilizado como base para seus espões construírem novas identidades, conforme a reportagem?

- A) Argentina
- B) Colômbia
- C) Chile
- D) Brasil
- E) Guiana Francesa

**68.** (Simulado Bônus. 2025. Inéditas) O governo federal publicou na terça-feira (20) o decreto com as novas regras para a educação à distância em cursos de graduação (EAD).

De acordo com o decreto federal publicado na terça-feira (20), qual dos seguintes cursos de graduação passará a ser ofertado exclusivamente no formato presencial (EAD)?

- A) História.
- B) Engenharia Civil.
- C) Administração.
- D) Letras.
- E) Odontologia.

**69.** (Simulado Bônus. 2025. Vunesp) Maria é uma estudante de 10 anos com deficiência física. Embora sua deficiência não a impeça de participar das atividades, ela enfrenta dificuldades. A escola não oferece adaptações adequadas para que Maria possa se envolver plenamente nas atividades físicas e em outros momentos que exigem mais mobilidade. Esse tipo de comportamento impede que ela participe de forma igualitária em relação aos outros alunos.

Com base na Lei Brasileira de Inclusão (2015), esses comportamentos que prejudicam a participação social de Maria em igualdade de condições com os outros estudantes são classificados como

- A) violência.
- B) discriminação.
- C) capacitismo.
- D) estigma social.
- E) barreira atitudinal.

**70.** (Simulado Bônus. 2025. Vunesp) Aurélia estava inspecionando as dependências da escola, e, ao observar a movimentação de um aluno deficiente pelos espaços, comunicou à direção da escola a existência de barreiras que impediam a circulação do estudante. Segundo o que está escrito no art. 2º da Lei no 13.146/2015, considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza, dentre outras:

- A) física, intelectual ou sensorial.
- B) sensorial, cultural e genética.
- C) socioeconômica e sociocultural.
- D) biológica, psicológica e estrutural.
- E) limitante, ambiental e hereditária.

## MATEMÁTICA

**71.** (Simulado Bônus. 2025. Vunesp) Carlos e Henrique foram hipoteticamente designados para realizar uma tarefa que foi dividida em duas partes iguais. Carlos decidiu que sempre, a cada dia, irá realizar a metade do que ainda falta para terminar, e Henrique decidiu que sempre, a cada dia, irá realizar a terça parte do que ainda falta para terminar. Após dois dias de trabalho de cada um deles, é correto afirmar que a parte da tarefa já realizada pelos dois é uma fração entre:

- A)  $\frac{7}{10}$  e  $\frac{8}{10}$ .
- B)  $\frac{5}{10}$  e  $\frac{6}{10}$ .
- C)  $\frac{4}{10}$  e  $\frac{5}{10}$ .
- D)  $\frac{8}{10}$  e  $\frac{9}{10}$ .
- E)  $\frac{6}{10}$  e  $\frac{7}{10}$ .

**72.** (Simulado Bônus. 2025. Vunesp) Um curso de línguas tem 8 turmas, sendo que a turma de iniciantes em inglês tem mais de 40 alunos. Considerando as demais turmas, os números de alunos em cada uma são, respectivamente, 24, 22, 27, 31, 34, 19 e 25. Do total de alunos desse curso, três quintos estudam em turmas com mais de 25 alunos, logo, o algarismo das unidades do número de alunos da turma de iniciantes é

- A) 3.
- B) 0.
- C) 1.
- D) 2.
- E) 4.

**73.** (Simulado Bônus. 2025. Vunesp) Em um laboratório farmacêutico, onde certo medicamento está sendo produzido, 2 máquinas, operando juntas e ininterruptamente, produzem  $x$  comprimidos em 45 minutos.

Operando com uma máquina a mais, todas juntas e ininterruptamente, e durante o dobro do tempo, seriam produzidas 3.600 cápsulas a mais do que na situação anterior.

Com base nessas informações, pode-se concluir corretamente que  $x$  é igual a

- A) 1.200.
- B) 1.400.
- C) 1.500.
- D) 1.600.
- E) 1.800.

**74.** (Simulado Bônus. 2025. Vunesp) Em uma faculdade, no início de certo semestre, o número de homens matriculados correspondia a 45% do número total de matrículas. Duas semanas após o início das atividades, a faculdade teve a matrícula de mais 255 mulheres e 143 homens, de maneira que, entre os matriculados, o número de homens passou a ser igual a 80% do número de mulheres.

O total de mulheres e homens matriculados no início desse semestre era

- A) 5.700.
- B) 5.900.
- C) 6.500.
- D) 6.300.
- E) 6.100.

**75.** (Simulado Bônus. 2025. Vunesp) A tabela mostra, em relação a três jogadores, apenas alguns dados referentes ao número de lançamentos de uma bola de basquete, o número de acertos e a razão número de acertos por número de lançamentos, de cada um deles.

Jogadores	Nº de lançamentos (L)	Nº de acertos (A)	Razão: A/L
P	60		3/4
R		44	11/16
T	56		5/8

Considerando a totalidade dos lançamentos e acertos dos três jogadores, a razão A/L corresponde a valor entre

- A) 54% e 58%.
- B) 62% e 66%.
- C) 50% e 54%.
- D) 66% e 70%.
- E) 58% e 62%.

**76.** (Simulado Bônus. 2025. Vunesp) De acordo com informações publicadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município brasileiro com a menor extensão territorial é Santa Cruz de Minas, localizado no Estado de Minas Gerais, com 3,565 km<sup>2</sup>. Se, por algum motivo, for necessária a representação dessa extensão territorial na unidade metros quadrados, a correta escrita é

- A) 3565000 m<sup>2</sup>.
- B) 35650000 m<sup>2</sup>.
- C) 356500 m<sup>2</sup>.
- D) 35650 m<sup>2</sup>.
- E) 3565 m<sup>2</sup>.

## INFORMÁTICA

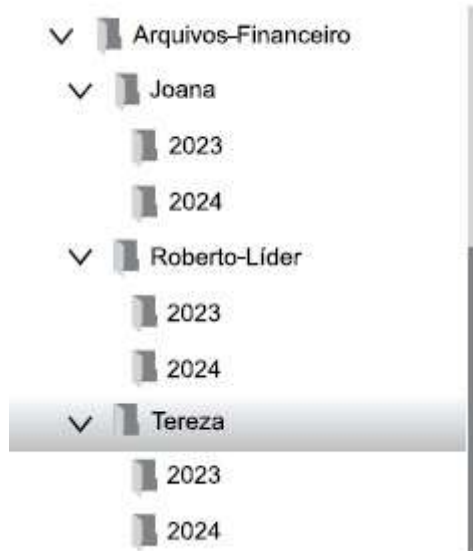
**77.** (Simulado Bônus. 2024. Outras) O sistema operacional Windows 11 tem diversos atalhos de teclado, que são teclas ou combinações de teclas que possibilitam ao usuário uma maneira alternativa de realizar determinada ação sem o uso do *mouse*.

Considerando-se o exposto, pode-se afirmar que o atalho utilizado para percorrer os aplicativos na barra de tarefas sem o uso do *mouse* — tal qual explicitado na imagem apresentada a seguir — é composto pelas teclas:



- A) Windows + P.
- B) Windows + T.
- C) Ctrl + T.
- D) Windows + S.
- E) Ctrl + A.

**78.** (Simulado Bônus. 2024. Vunesp)  
Analise a seguinte estrutura de pastas no Explorador de Arquivos do Windows 11 em sua configuração original:



Considerando que a pasta Tereza está selecionada, caso o usuário pressione a tecla DEL do teclado, quantas pastas serão excluídas, considerando que o usuário possui todas as permissões para a operação, e que a operação foi concluída com sucesso?

- A) 1
- B) 2
- C) 3
- D) 4
- E) 5

**79.** (Simulado Bônus. 2024. FCC. Adaptada) Usando o Word no Microsoft Office 365, em português, aberto e funcionando em condições ideais, o servidor do Tribunal de Justiça de São Paulo produziu uma carta onde, em determinado local do texto, inseriu um endereço eletrônico. Quando fez isso, o Word criou um hyperlink para o endereço. Para excluir esse formato e deixar em texto normal, o servidor deve:

A) clicar com o botão direito do mouse no *hyperlink* e escolher Remover Hyperlink.

B) clicar em Remover Hyperlink na opção Formatar Hyperlink na guia Formatar.

C) acessar a guia Referências, escolher Referências Cruzadas e clicar em Remover e-mail.

D) clicar com o botão direito do mouse no *hyperlink*, escolher Referências Cruzadas e clicar em Remover Hyperlink.

E) acessar a guia Formatar, escolher Referências e clicar em Remover e-mail.

**80.** (Simulado Bônus. 2025. Vunesp) Em um documento do Microsoft Word 365, em sua configuração original, um usuário digitou uma palavra sem nenhuma formatação na primeira linha. Em seguida, ele digitou uma palavra na segunda linha e a formatou em negrito. Depois, digitou uma palavra na terceira linha em itálico. Todas as palavras das linhas 1 a 3 foram digitadas com todas as letras em minúsculo. Na sequência, o usuário digitou uma palavra na quarta linha, com todas as letras em maiúsculo e sem formatação.

Assinale a alternativa que apresenta o resultado obtido quando o usuário seleciona apenas a palavra da primeira linha, clica sobre o Pincel de Formatação, ativando-o, e, em seguida, seleciona as linhas 2, 3 e 4.

A) A formatação das palavras das linhas 2 e 3 não são alteradas e a palavra da linha 4 fica formatada com as letras em minúsculo.

B) A palavra da linha 1 fica formatada em negrito e itálico, com todas as letras em maiúsculo.

C) As palavras das linhas 2 e 3 ficam sem formatação e a palavra da linha 4 fica formatada com as letras em minúsculo.

D) As palavras das linhas 2 e 3 ficam sem formatação e a palavra da linha 4 se mantém formatada com as letras em maiúsculas.

E) Nada acontece, porque o Pincel de Formatação copia apenas texto com alguma formatação.

**81.** (Simulado Bônus. 2025. Consulplan) Micaela, agente administrativo da Câmara Municipal, deverá analisar os custos de diferentes materiais de escritório durante o mês. Para isso, a profissional elaborou a seguinte planilha no Microsoft Excel 365 (Configuração Padrão – Idioma Português-Brasil):

	A	B	C	D	E
1	Produto	Semana 1	Semana 2	Semana 3	Semana 4
2	Papel	150	170	160	180
3	Canetas	73	60	55	50
4	Tesouras	70	80	75	85
5	Grampeadores	30	35	40	45

Para calcular uma métrica que ajuda a entender o custo total, Micaela utilizou a fórmula

=Mult(Máximo(B2:E2);mínimo(B3:E3))).

Com base nessa fórmula, o valor do cálculo para o indicador de desempenho será:

A) 9.000.

B) 10.100.

C) 10.800.

D) 12.000.

E) 13.140.

**82.** (Simulado Bônus. 2025. Vunesp)  
Considere a seguinte planilha, criada no Microsoft Excel 365, em sua configuração padrão:

	A	B	C	D
1	Despesa	Categoria	Valor	
2	Luz	Fixas	200,00	
3	Água	Variáveis	150,00	
4	Aluguel	Fixas	2.500,00	
5	Internet	Fixas	120,00	
6	Impostos	Variáveis	350,00	
7			2.500,00	
8				

A célula C7 contém uma função, cujo resultado é 2.500,00.

Assinale a alternativa com a função que apresenta esse resultado.

- A) =SOMASE(A2:A6; "Aluguel" ;C2:C6)
- B) =PROCURAR(A2:A6; "Aluguel" ;C2:C6)
- C) =SOMA(C2:C6;C4)
- D) =PROCV(2500;A1:C6;3;FALSO)
- E) =SOMARPRODUTO(C2:C6;A2:A6; "Aluguel" )

**83.** (Simulado Bônus. 2024. Vunesp)  
Usando o Microsoft Outlook 2016, em sua configuração padrão, Ricardo enviou uma mensagem de correio eletrônico para Luciana, Tatiana e Paulo, sendo que Luciana estava no campo Para, Tatiana no campo Cc e Paulo no campo Cco. Considerando que a mensagem foi enviada e recebida com sucesso, assinale a alternativa que indica como o Outlook irá preencher os campos Para, Cc e Cco, ao preparar uma mensagem automaticamente, quando Paulo clica no botão Responder a Todos.

- A) Para: Luciana Cc: Tatiana Cco: Paulo
- B) Para: Ricardo, Luciana Cc: Tatiana Cco:
- C) Para: Luciana Cc: Tatiana Cco: Ricardo
- D) Para: Ricardo Cc: Tatiana Cco: Luciana
- E) Para: Ricardo Cc: Cco:

**84.** (Simulado Bônus. 2024. Vunesp)  
Usando o Microsoft Outlook 2016, um usuário preparou uma mensagem de correio eletrônico, com todos os campos corretamente preenchidos e pressionou o campo Enviar. A mensagem, que não foi programada para ser enviada no futuro, ficou gravada na pasta Caixa de Saída. Sem fechar o Outlook, para que a mensagem seja efetivamente enviada para os destinatários, esse usuário precisa

- A) salvar a mensagem.
- B) excluir a mensagem da pasta Caixa de Saída.
- C) limpar a pasta Lixo Eletrônico.
- D) mover a mensagem manualmente da pasta Caixa de Saída para a pasta Itens Enviados.
- E) conectar o computador à Internet.



**85.** (Simulado Bônus. 2024. FGV) No URL representado abaixo,

**`https://example.org:8236/docs/leitura.html?abrir`**

O número 8236, colocado após o nome do domínio significa

- A) limite de usuários do site no servidor designado.
- B) chave de criptografia para acessar o recurso no servidor.
- C) porta em que o servidor está recebendo requisições.
- D) identificação do servidor que receberá a requisição.
- E) identificação do cliente enviando a requisição.

**86.** (Simulado Bônus. 2025. FGV) Ao usar o recurso de “navegação segura” no navegador Chrome, o usuário recebe avisos que ajudam na proteção contra *malware*, sites e extensões abusivos, *phishing*, anúncios maliciosos e invasivos e ataques de engenharia social.

Os níveis de proteção de navegação segura oferecidos por esse navegador são:

- A) proteção extra e proteção padrão, apenas.
- B) proteção padrão e sem proteção, apenas.
- C) proteção avançada, proteção extra e proteção básica, apenas.
- D) proteção reforçada, proteção padrão e sem proteção, apenas.
- E) proteção reforçada, proteção avançada, proteção padrão e proteção básica, apenas.

**87.** (Simulado Bônus. 2025. Vunesp) Acerca do Microsoft Teams, assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as três lacunas a seguir com a funcionalidade adequada.

\_\_\_\_\_ são coleções de pessoas, conteúdo e ferramentas que envolvem diferentes projetos e resultados dentro de uma organização.

\_\_\_\_\_ podem ser do tipo padrão, compartilhados(as) ou privados (as).

\_\_\_\_\_ podem ser públicos(as) e abertos (as), permitindo que qualquer pessoa dentro da organização participe (até 25 000 membros).

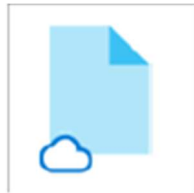
- A) Canais ... Canais ... Equipes
- B) Equipes ... Canais ... Equipes
- C) Equipes ... Canais ... Canais
- D) Equipes ... Equipes ... Equipes
- E) Canais ... Canais ... Canais

**88.** (Simulado Bônus. 2025. Vunesp) João organizou uma reunião virtual não recorrente com Paula e Ricardo por meio do Microsoft Teams. No horário agendado, apenas João e Paula se conectaram. Durante a reunião, João convidou Pedro para participar, e este aceitou o convite e se conectou. Depois disso, João compartilhou informações através do chat da reunião. Finalmente, João, Paula e Pedro se desconectaram, finalizando assim a reunião.

Considerando que todos possuem a mesma versão do Microsoft Teams, em sua configuração original, que todos estão dentro da mesma organização e que todos usam desktop, assinale a alternativa que indica quem terá acesso às informações do chat da reunião imediatamente após ela ter sido finalizada.

- A) João, Paula e Pedro, apenas.
- B) João e Paula, apenas.
- C) João, Paula, Pedro e Ricardo, apenas.
- D) João, apenas.
- E) Todas as pessoas da organização.

**89.** (Simulado Bônus. 2023. FGV. Adaptada) Quando uma pasta do Microsoft OneDrive ou do Microsoft SharePoint é exibida no Explorador de Arquivos do Windows, o status de cada arquivo é mostrado com um ícone. Observe o status do arquivo ilustrado a seguir.



No Explorador de Arquivos do Windows, o ícone de uma nuvem azul ao lado de um arquivo OneDrive indica que:

- A) a conta OneDrive está bloqueada;
- B) o arquivo está disponível apenas online;
- C) a sincronização com a nuvem está em andamento;
- D) a sincronização foi bloqueada pelo administrador;
- E) o arquivo está compartilhado com outras pessoas na nuvem.

**90.** (Simulado Bônus. 2022. Cespe) Ao se compartilhar um arquivo no Windows com outro usuário, por meio da opção de compartilhamento via nuvem pelo OneDrive,

- A) o arquivo será enviado por *e-mail* como anexo para o usuário.
- B) um *link* será enviado para o usuário por *e-mail* para acesso ao arquivo do OneDrive.
- C) o arquivo será enviado para o Google Drive do usuário.
- D) o arquivo será transferido para a nuvem e será apagado da máquina local.
- E) o arquivo ficará disponível para todos os usuários do OneDrive.

### **RACIOCÍNIO LÓGICO**

**91.** (Simulado Bônus. 2025. Vunesp) Considere a seguinte afirmação:

Se os livros foram catalogados, então eles já foram distribuídos nas estantes.

Uma negação lógica para a afirmação apresentada é

- A) Os livros foram catalogados e não foram distribuídos nas estantes.
- B) Os livros não foram catalogados e não foram distribuídos nas estantes.
- C) Os livros foram catalogados ou foram distribuídos nas estantes.
- D) Se os livros não foram catalogados, então eles não foram distribuídos nas estantes.
- E) Se os livros não foram distribuídos nas estantes, então eles não foram catalogados.

**92.** (Simulado Bônus. 2025. Vunesp) Uma negação lógica da afirmação: 'Uma guerra é cruel e cria angústia e aumenta a insegurança' é:

- A) Uma guerra não é cruel e não cria angústia e não aumenta a insegurança.
- B) Uma guerra não é cruel ou cria angústia e não aumenta a insegurança.
- C) Uma guerra não é cruel ou não cria angústia e aumenta a insegurança.
- D) Uma guerra não é cruel ou não cria angústia ou não aumenta a insegurança.
- E) Uma guerra não é cruel e não cria angústia e aumenta a insegurança.

**93.** (Simulado Bônus. 2025. Vunesp) Considere verdadeiras as seguintes premissas:

- I. Se Ana vai participar do concurso, então Ricardo vai participar do concurso.
- II. Ana vai participar do concurso se, e somente se, João é concursado.
- III. Ou Ana vai participar do concurso ou Ricardo vai participar do concurso.

Com essas informações, uma conclusão verdadeira é

- A) Ana e Ricardo vão participar do concurso.
- B) Ana e Ricardo não vão participar do concurso.
- C) Ana não vai participar do concurso e João é concursado.
- D) João é concursado e Ricardo vai participar do concurso.
- E) João não é concursado e Ricardo vai participar do concurso.

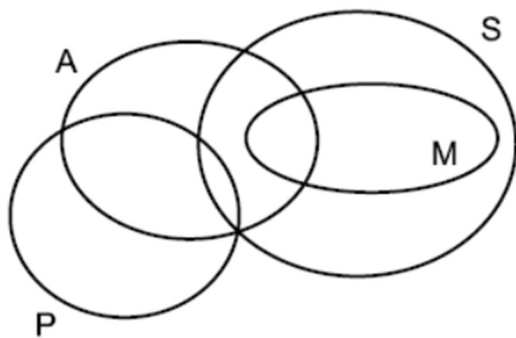
**94.** (Simulado Bônus. 2025. Vunesp) Considere as afirmações e seus respectivos valores lógicos.

- I. O amor é eterno ou a bondade é essencial. Afirmação **VERDADEIRA**.
- II. A caridade é generosa e a dúvida é inútil. Afirmação **FALSA**.
- III. Ou a elegância é nostálgica ou a felicidade é uma busca. Afirmação **VERDADEIRA**.
- IV. Se a dúvida é inútil, então a felicidade é uma busca. Afirmação **FALSA**.
- V. A bondade é essencial e a elegância é nostálgica. Afirmação **FALSA**.

A partir dessas informações, é logicamente verdadeiro que

- A) O amor não é eterno.
- B) A bondade não é essencial.
- C) A caridade é generosa.
- D) A felicidade é uma busca.
- E) A elegância não é nostálgica.

**95.** (Simulado Bônus. 2025. Vunesp) Uma enquête foi realizada entre jovens que praticam esportes de aventura. Os esportes que foram mencionados são: alpinismo (A); paraquedismo (P); mergulho (M) e surfe (S). A enquête também investigou quais desses esportes os jovens praticavam. O diagrama mostra os resultados, e há elementos em todas as regiões do diagrama.



A partir das informações fornecidas no diagrama, é logicamente verdadeiro que

- A) Há praticante de P que é praticante de S e não é de A.
- B) Qualquer praticando de S, que é praticante de M, é também praticante de A.
- C) Os praticantes de P, que não são praticantes apenas de P, são praticantes de M ou são praticantes de A.
- D) Aquele esportista que é praticante de A, e não é praticante de S nem é praticante de P, é praticante de M.
- E) Todos os que são praticantes de S são também praticantes de M e de A e de P.

**96.** (Simulado Bônus. 2025. Vunesp) Em um grupo de atletas há a seguinte situação:

- alguns atletas que disputam os 400 metros também disputam os 100 metros.
- todos os atletas que disputam os 100 metros também disputam os 200 metros.

A partir dessas informações, é logicamente verdadeiro que

- A) qualquer atleta que disputa os 100 metros também disputa os 400 metros.
- B) todos os atletas que disputam os 200 metros e não disputam os 100 metros disputam os 400 metros.
- C) qualquer atleta que disputa os 400 metros e os 100 metros também disputa os 200 metros.
- D) todo atleta que disputa os 200 metros e também os 400 metros também disputa os 100 metros.
- E) Não há atleta que dispute os 400 metros ou os 100 metros que não dispute, também, os 200 metros.

**97.** (Simulado Bônus. 2025. Vunesp) A sequência a seguir foi criada com um padrão lógico:

**29, 28, 27, 26, 38, 37, 36, 35, 34, 46, 45, 44, 43, 42, 54, 53, 52, 51, 50, 62, ...**

Seja A o 41º elemento dessa sequência e B o 53º. O valor numérico da expressão B – A é igual a

- A) 10.
- B) 11.
- C) 14.
- D) 17.
- E) 21.

**98.** (Simulado Bônus. 2025. Vunesp) A sequência apresentada a seguir foi elaborada com um único padrão:

**a, a, b, b, b, c, c, c, c, d, d, d, d, d,  
e, e, f, f, f, f, f, g, g, g, g, g, g, g,  
h, h, h, h, h, h, h, h, i, i, j, j, j, j, j, j, j, j,  
k, ...**

Sabendo-se que o primeiro elemento da sequência é a letra a, a posição da terceira ocorrência da letra p, na sequência, é

- A) 124ª.
- B) 99ª.
- C) 131ª.
- D) 92ª.
- E) 155ª.

**99.** (Simulado Bônus. 2025. Vunesp) Uma afirmação equivalente à afirmação: ‘Se o jogo é bem jogado, então o resultado é a vitória ou é justo’, é:

- A) Se o resultado não é justo e não é a vitória, então o jogo não é bem jogado.
- B) O resultado não é justo e não é a vitória, ou o jogo não é bem jogado.
- C) O resultado não é justo e não é a vitória, e o jogo é bem jogado.
- D) Se o resultado não é justo ou não é a vitória, então o jogo não é bem jogado.
- E) O resultado é justo e é a vitória, ou o jogo é bem jogado.

**100.** (Simulado Bônus. 2025. Vunesp) Assinale a alternativa que apresenta, corretamente, uma negação lógica da afirmação a seguir.

**O companheirismo alimenta a felicidade e a solidão abriga a tristeza.**

- A) O companheirismo não alimenta a felicidade e a solidão não abriga a tristeza.
- B) O companheirismo não alimenta a felicidade ou a solidão abriga a tristeza.
- C) Se o companheirismo não alimenta a felicidade, então a solidão não abriga a tristeza.
- D) O companheirismo alimenta a felicidade ou a solidão não abriga a tristeza.
- E) Se o companheirismo alimenta a felicidade, então a solidão não abriga a tristeza.

# QUESTÕES COMENTADAS

## PORTUGUÊS

1 - (Simulado Bônus. 2025. Vunesp) Leia o texto para responder às questões de números 01 a 08.

A Santa Casa de Misericórdia de São Paulo anunciou a venda de sete imóveis no centro de São Paulo. O objetivo é arrecadar R\$ 200 milhões e quitar parte dos R\$ 650 milhões em dívidas da instituição. Trata-se de um paliativo que não estancará o sangramento sofrido não apenas pela Santa Casa de São Paulo, mas por toda a rede de hospitais filantrópicos do País em razão do subfinanciamento crônico imposto pela incúria do poder público e o oportunismo de seus agentes.

O Sistema Único de Saúde (SUS) é fundamentalmente um serviço público prestado por entes privados. Hospitais estatais são, em geral, insuficientes, ineficientes e caros. As Santas Casas e os hospitais filantrópicos respondem por quase metade dos leitos do SUS. Em quase 900 municípios, essas entidades são o único serviço de saúde. Segundo a Confederação das Santas Casas (CMB), em 2023 a rede pública foi responsável por apenas 27% das internações de alta complexidade do País, enquanto os hospitais filantrópicos responderam por 61%. Mas esses hospitais são vitimados pelo próprio sucesso.

Em teoria, o SUS seria um exemplo de cooperação entre o público e o privado para outros serviços públicos do País e para sistemas de saúde de todo o mundo: o Estado recolhe o dinheiro do contribuinte e o repassa a entidades sem fins lucrativos com o alcance e a expertise que ele não tem, garantindo a prestação de serviços de qualidade a todos os cidadãos. Mas como, na prática, os repasses não cobrem os serviços, os hospitais são obrigados a pagá-los.

Há décadas os valores de repasse da Tabela do SUS estão defasados. Hoje, os repasses não cobrem mais que 50% do custo dos procedimentos. Segundo a CMB, em 18 anos a dívida desses hospitais dobrou. Muitos não resistiram à pressão. Estima-se que, entre 2017 e 2021, 500 Santas Casas fecharam as portas. Na maior parte do País, em especial nas regiões mais carentes, o sistema está ruindo aos poucos, e a continuar assim o colapso pode ser súbito e brutal.

Há uma luz no fim do túnel. No início de 2024 finalmente foi sancionada uma lei federal estabelecendo a revisão periódica da tabela. A proposta da CMB é que a partir de

2025 o reajuste corresponda, no mínimo, ao valor da inflação médica. Não é suficiente para recompor as perdas de anos de hemorrhagia financeira, mas ao menos a estancaria.

(O Estado de SP. "Luz no fim do túnel para as Santas Casas". Disponível em: <https://www.estadao.com.br>, 06.11.2024. Adaptado.)

É correto afirmar, a partir das informações do texto, que

- A) com a venda de sete imóveis no centro de São Paulo, a Santa Casa conseguirá saldar as dívidas de sua rede de hospitais filantrópicos.
- B) aproximadamente 900 cidades do país não podem contar com o SUS, e sua população depende exclusivamente de hospitais privados e caros.
- C) o SUS tem contribuído para a melhora da saúde da população, uma vez que, em 2023, apenas 27% das internações do país foram de alta complexidade.
- D) os hospitais filantrópicos acabam se prejudicando financeiramente por causa do atendimento que realizam pelo SUS.
- E) os valores da Tabela do SUS levaram décadas para serem atualizados e, a partir de 2025, devem resolver a situação das Santas Casas.

Comentário

***A) com a venda de sete imóveis no centro de São Paulo, a Santa Casa conseguirá saldar as dívidas de sua rede de hospitais filantrópicos.***

**INCORRETA.** O texto afirma que o objetivo da venda dos imóveis é arrecadar R\$ 200 milhões para "quitar parte dos R\$ 650 milhões em dívidas da instituição". Claramente, R\$ 200 milhões não saldam R\$ 650 milhões, indicando que a venda não cobrirá a totalidade da dívida, muito menos as dívidas de toda a rede de hospitais filantrópicos. O texto também descreve a venda como um "paliativo que não estancará o sangramento".

***B) aproximadamente 900 cidades do país não podem contar com o SUS, e sua população depende exclusivamente de hospitais privados e caros.***

**INCORRETA.** O texto diz: "Em quase 900 municípios, essas entidades [Santas Casas e hospitais filantrópicos] são o único serviço de saúde." O SUS é fundamentalmente um serviço público prestado por entes privados, como as Santas Casas e hospitais filantrópicos, que respondem por quase metade dos leitos do SUS. Portanto, esses 900 municípios contam com o SUS, mas o serviço é provido por essas entidades filantrópicas, não por hospitais privados e caros que não fazem parte do sistema.

***C) o SUS tem contribuído para a melhora da saúde da população, uma vez que, em 2023, apenas 27% das internações do país foram de alta complexidade.***



**INCORRETA.** O texto não afirma que o SUS tem contribuído para a melhora da saúde da população com base no percentual de internações de alta complexidade. Na verdade, ele aponta que "a rede pública foi responsável por apenas 27% das internações de alta complexidade do País, enquanto os hospitais filantrópicos responderam por 61%". Isso demonstra a grande dependência do SUS em relação aos hospitais filantrópicos para esse tipo de atendimento, e não uma contribuição direta do SUS para a melhora da saúde com base nesse dado. O texto foca nos desafios e subfinanciamento do SUS e seus parceiros.

***D) os hospitais filantrópicos acabam se prejudicando financeiramente por causa do atendimento que realizam pelo SUS.***

**CORRETA.** O texto afirma explicitamente que "Mas como, na prática, os repasses [do SUS] não cobrem os serviços, os hospitais são obrigados a pagá-los" e que "Há décadas os valores de repasse da Tabela do SUS estão defasados. Hoje, os repasses não cobrem mais que 50% do custo dos procedimentos". Isso leva ao "subfinanciamento crônico" e à "hemorragia financeira" das Santas Casas e hospitais filantrópicos, evidenciando o prejuízo financeiro direto decorrente do atendimento prestado ao SUS.

***E) os valores da Tabela do SUS levaram décadas para serem atualizados e, a partir de 2025, devem resolver a situação das Santas Casas.***

**INCORRETA.** O texto informa que "Há décadas os valores de repasse da Tabela do SUS estão defasados" e que "no início de 2024 finalmente foi sancionada uma lei federal estabelecendo a revisão periódica da tabela". No entanto, a proposta da CMB é que, a partir de 2025, o reajuste corresponda "no mínimo, ao valor da inflação médica", e o texto ressalta: "Não é suficiente para recompor as perdas de anos de hemorragia financeira, mas ao menos a estancaria." Portanto, a atualização não resolverá a situação, apenas impedirá que ela piore.

## **GABARITO D**

2 - (Simulado Bônus. 2025. Vunesp) No trecho "... em razão do subfinanciamento crônico imposto pela incúria do poder público e o oportunismo de seus agentes" (1º parágrafo), os termos destacados significam, respectivamente:

- A) comoção; subordinação das decisões às necessidades alheias.
- B) indiferença; distanciamento das próprias responsabilidades.
- C) negligência; comportamento pautado pelas circunstâncias.
- D) impulsividade; reação irracional aos problemas cotidianos.
- E) entusiasmo; imposição energética frente às dificuldades.

Comentário

**Incúria:**

- Significa falta de cuidado, desleixo, negligência, desatenção, omissão. No contexto de "incúria do poder público", refere-se à falta de cuidado ou negligência do poder público em relação ao financiamento da saúde.

**Oportunismo:**

- Refere-se à atitude de aproveitar as circunstâncias ou oportunidades para obter vantagem própria, sem considerar princípios ou consequências éticas. No contexto de "oportunismo de seus agentes", indica que os agentes do poder público estão agindo de forma a se beneficiar das situações, em vez de focar no bem-estar público.

**A) comoção; subordinação das decisões às necessidades alheias.****INCORRETA.**

- "Comoção" (sentimento intenso de perturbação) não é sinônimo de "incúria".
- "Subordinação das decisões às necessidades alheias" não é sinônimo de "oportunismo".

**B) indiferença; distanciamento das próprias responsabilidades.****INCORRETA.**

- "Indiferença" é um sinônimo parcial de "incúria" (falta de interesse).
- "Distanciamento das próprias responsabilidades" é uma consequência da incúria, mas não um sinônimo direto de "oportunismo". Oportunismo é mais sobre tirar vantagem.

**C) negligência; comportamento pautado pelas circunstâncias.****CORRETA.**

- "Negligência" é um sinônimo direto e preciso de "incúria" (desleixo, falta de cuidado).
- "Comportamento pautado pelas circunstâncias" é uma boa definição para "oportunismo", que é agir conforme a oportunidade para benefício próprio, tirando proveito da situação.

**D) impulsividade; reação irracional aos problemas cotidianos.****INCORRETA.**

- "Impulsividade" (agir sem pensar) não é sinônimo de "incúria" (desleixo, omissão).
- "Reação irracional aos problemas cotidianos" não define "oportunismo".

E) **entusiasmo; imposição energética frente às dificuldades.**

**INCORRETA.**

- "Entusiasmo" é o oposto de "incúria".
- "Imposição energética frente às dificuldades" não se relaciona com "oportunismo".

## GABARITO C

3 - (Simulado Bônus. 2025. Vunesp) Assinale a alternativa em que a palavra destacada foi empregada em sentido próprio.

- A) Trata-se de um **paliativo** que não estancará o sangramento sofrido... (1º parágrafo)
- B) Há **décadas** os valores de repasse da Tabela do SUS estão defasados. (4º parágrafo)
- C) Muitos não resistiram à **pressão**. (4º parágrafo)
- D) ... a continuar assim o **colapso** pode ser súbito... (4º parágrafo)
- E) ... para recompor as perdas de anos de **hemorragia** financeira... (5º parágrafo)

Comentário

### 1) Sentido Próprio (Denotativo)

- **Definição:** É o **sentido real, literal, objetivo e original** da palavra. É o significado mais comum e conhecido, aquele que encontramos no dicionário como primeira acepção. O sentido denotativo não depende do contexto para ser compreendido em sua essência.
- **Característica Principal:** A palavra é usada em seu significado básico, sem conotações adicionais ou interpretações subjetivas.
- **Exemplos:**
  - "O **leão** é um animal mamífero da família dos felídeos." (Leão como o animal real)
  - "O sol é uma **estrela**." (Estrela como astro celeste)
  - "As **raízes** da árvore são fortes." (Raízes como parte da planta)
  - "Ele quebrou o **coração**." (Coração como órgão do corpo)
  - "Aquele balão está **cheio** de ar." (Cheio como oposição a vazio)

## 2) Sentido Figurado (Conotativo)

- **Definição:** É o **sentido subjetivo, simbólico, expressivo e ampliado** da palavra. A palavra é usada para criar imagens, expressar emoções, fazer comparações ou dar um novo significado que vai além do seu sentido literal. Depende muito do contexto em que é empregada para ser compreendido.
- **Característica Principal:** A palavra adquire um novo significado por associação, comparação ou analogia, tornando a linguagem mais rica, poética e expressiva. É o que acontece nas figuras de linguagem (metáfora, metonímia, hipérbole, etc.).
- **Exemplos (usando os mesmos termos dos exemplos denotativos):**
  - "O diretor da empresa é um **leão** em suas decisões." (Leão no sentido de ser forte, corajoso, imponente – uma metáfora)
  - "Você é a **estrela** da minha vida." (Estrela no sentido de ser o foco, o brilho, a pessoa mais importante – uma metáfora)
  - "Ele esqueceu suas **raízes** ao se mudar para a cidade grande." (Raízes no sentido de origens, família, cultura – uma metonímia/metáfora)
  - "Aquela notícia partiu meu **coração**." (Coração no sentido de sentimentos, emoções, dor – uma metonímia)
  - "João está **cheio** de problemas." (Cheio no sentido de ter muitos problemas, sobrecarregado – uma hipérbole)

Vamos analisar as alternativas:

A) Trata-se de um **paliativo** que não estancará o sangramento sofrido... (1º parágrafo)

- **Paliativo:** Algo que alivia temporariamente, mas não cura a causa. No contexto de dívidas e problemas financeiros de uma instituição, "paliativo" é usado em seu sentido figurado, significando uma solução temporária para um problema complexo. Em sentido próprio, seria um medicamento ou tratamento que alivia sintomas.

- **SENTIDO FIGURADO.**

B) Há **décadas** os valores de repasse da Tabela do SUS estão defasados. (4º parágrafo)

- **Décadas:** Período de dez anos. Aqui, "há décadas" indica um longo período de tempo, de fato, múltiplos períodos de dez anos. O uso é literal, referindo-se a uma medida de tempo.

- **SENTIDO PRÓPRIO.**

C) Muitos não resistiram à **pressão**. (4º parágrafo)

- **Pressão:** No contexto de instituições financeiramente sufocadas, "pressão" refere-se a uma situação de dificuldade, estresse ou exigência intensa. Não é a pressão física (força exercida por unidade de área).
- **SENTIDO FIGURADO.**

D) ... a continuar assim o **colapso** pode ser súbito... (4º parágrafo)

- **Colapso:** No contexto de um sistema de saúde "ruindo aos poucos", "colapso" refere-se a um desmoronamento, uma ruína completa, uma falência do sistema. Em sentido próprio, colapso pode ser físico (colapso de um prédio) ou biológico (colapso de um órgão/corpo). Aqui é usado metaforicamente para o sistema.
- **SENTIDO FIGURADO.**

E) ... para recompor as perdas de anos de **hemorragia** financeira... (5º parágrafo)

- **Hemorragia:** Em sentido próprio, é o extravasamento de sangue dos vasos sanguíneos. No contexto de finanças, "hemorragia financeira" é uma metáfora para a perda constante e descontrolada de dinheiro.
- **SENTIDO FIGURADO.**

## GABARITO B

4 - (Simulado Bônus. 2025. Vunesp) Assinale a alternativa em que o acréscimo de vírgulas preserva a norma-padrão de pontuação.

- A) A Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, anunciou, a venda de sete imóveis... (1º parágrafo)
- B) ... e os hospitais filantrópicos respondem por quase, metade, dos leitos do SUS. (2º parágrafo)
- C) ... o Estado recolhe, o dinheiro, do contribuinte e o repassa a entidades sem fins lucrativos... (3º parágrafo)
- D) Há décadas, os valores, de repasse da Tabela do SUS estão defasados. (4º parágrafo)
- E) No início de 2024, finalmente, foi sancionada uma lei federal... (5º parágrafo)

Comentário

A) **A Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, anunciou, a venda de sete imóveis... (1º parágrafo)**

**INCORRETA.**

- O trecho original é "A Santa Casa de Misericórdia de São Paulo anunciou a venda de sete imóveis...".
- A vírgula após "São Paulo" separa o sujeito ("A Santa Casa de Misericórdia de São Paulo") do verbo ("anunciou"). A vírgula após "anunciou" separa o verbo transitivo direto de seu objeto direto ("a venda de sete imóveis"). Ambas as vírgulas são gramaticalmente incorretas.

**B) ... e os hospitais filantrópicos respondem por quase, metade, dos leitos do SUS. (2º parágrafo)**

**INCORRETA.**

- O trecho original é "... e os hospitais filantrópicos respondem por quase metade dos leitos do SUS."
- As vírgulas após "quase" e "metade" estão separando termos que formam uma expressão de quantidade ("quase metade") e o complemento preposicionado ("dos leitos do SUS"). Isso quebra a fluidez e a correção sintática da frase.

**C) ... o Estado recolhe, o dinheiro, do contribuinte e o repassa a entidades sem fins lucrativos... (3º parágrafo)**

**INCORRETA.**

- O trecho original é "... o Estado recolhe o dinheiro do contribuinte e o repassa a entidades sem fins lucrativos...".
- As vírgulas após "recolhe" e "o dinheiro" separam o verbo transitivo direto ("recolhe") de seu objeto direto ("o dinheiro"). Essa separação é gramaticalmente incorreta.

**D) Há décadas, os valores, de repasse da Tabela do SUS estão defasados. (4º parágrafo)**

**INCORRETA.**

- O trecho original é "Há décadas os valores de repasse da Tabela do SUS estão defasados."
- A primeira vírgula, após "Há décadas", é opcional e serve para isolar um adjunto adverbial de tempo deslocado de longa extensão ou que se queira dar ênfase. A segunda vírgula, após "os valores", separa o sujeito ("os valores de repasse da Tabela do SUS") do seu predicado ("estão defasados"). Essa vírgula é gramaticalmente incorreta.

**E) No início de 2024, finalmente, foi sancionada uma lei federal... (5º parágrafo)**

### CORRETA.

- O trecho original é "No início de 2024 finalmente foi sancionada uma lei federal...".
- A expressão "No início de 2024" é um adjunto adverbial de tempo deslocado, e pode ser isolada por vírgula (a primeira vírgula).
- O advérbio "finalmente" também é um adjunto adverbial deslocado. Quando um advérbio ou locução adverbial é de curta extensão, a vírgula é opcional. Quando é de média ou longa extensão, é preferível usá-la. No caso de "finalmente", estando entre o adjunto adverbial de tempo e o restante da oração, as vírgulas o isolam corretamente como um adjunto adverbial deslocado, enfatizando-o.

### GABARITO E

5 - (Simulado Bônus. 2025. Vunesp) No trecho do 3º parágrafo "... os hospitais são obrigados a pagá-**los**", o pronome destacado retoma:

- A) fins lucrativos.
- B) cidadãos.
- C) repasses.
- D) serviços.
- E) hospitais.

Comentário

O § 3º está assim:

"Em teoria, o SUS seria um exemplo de cooperação entre o público e o privado para outros serviços públicos do País e para sistemas de saúde de todo o mundo: o Estado recolhe o dinheiro do contribuinte e o repassa a entidades sem fins lucrativos com o alcance e a expertise que ele não tem, garantindo a prestação de **serviços** de qualidade a todos os **cidadãos**. Mas como, na prática, os **repasses** não cobrem os **serviços**, os **hospitais** são obrigados a pagá-**los**."

O pronome "**los**" (presente em "pagá-los") é um pronome oblíquo átono que funciona como objeto direto do verbo "pagar". Para saber o que ele retoma, precisamos perguntar: pagar o *quê*?

A frase anterior, que explica a razão do pagamento, é "os repasses não cobrem os serviços". Se os repasses não cobrem os serviços, os hospitais precisam pagar *pelos serviços*.

**A) fins lucrativos.**

**INCORRETA.**

- Não há relação lógica. Os hospitais são "sem fins lucrativos" e não pagam "fins lucrativos".

**B) cidadãos.**

**INCORRETA.**

- Os hospitais prestam serviços aos cidadãos, mas não pagam os cidadãos nesse contexto.

**C) repasses.**

**INCORRETA.**

- Os repasses são o dinheiro que o Estado *dá* aos hospitais. Se os repasses não cobrem os serviços, os hospitais pagam *a diferença pelos serviços*, e não os repasses.

**D) serviços.**

**CORRETA.**

- A lógica do texto é que os repasses são insuficientes para cobrir o custo dos **serviços** prestados pelos hospitais. Portanto, os hospitais são obrigados a pagar pelos **serviços** que prestaram e que não foram totalmente cobertos pelos repasses.

**E) hospitais.**

**INCORRETA.**

- Os hospitais é que estão pagando, não sendo pagos. O pronome não pode retomar o próprio sujeito.

**GABARITO D**



6 - (Simulado Bônus. 2025. Vunesp) O trecho "... o sistema está ruindo aos poucos, e a continuar assim o colapso pode ser súbito e brutal." (4º parágrafo) está corretamente reescrito, preservando seu sentido, em:

- A) ... o sistema está ruindo aos poucos, mas o colapso pode ser súbito e brutal, caso continue assim.
- B) ... o sistema está ruindo aos poucos, porque o colapso pode ser súbito e brutal, para continuar assim.
- C) ... o sistema está ruindo aos poucos, porém o colapso pode ser súbito e brutal, apesar de continuar assim.
- D) ... o sistema está ruindo aos poucos, logo o colapso possa ser súbito e brutal, ainda que continue assim.
- E) ... o sistema está ruindo aos poucos, então o colapso pode ser súbito e brutal, de modo que continue assim.

#### Comentário

**Trecho Original:** "... o sistema está ruindo aos poucos, e a continuar assim o colapso pode ser súbito e brutal." (4º parágrafo)

Análise da estrutura original:

- "o sistema está ruindo aos poucos" - uma constatação de um processo gradual.
- "e a continuar assim" - uma condição para o que virá em seguida. "A continuar assim" é equivalente a "se continuar assim".
- "o colapso pode ser súbito e brutal" - a consequência possível, expressa com modalização de possibilidade ("pode ser").

**A) ... o sistema está ruindo aos poucos, mas o colapso pode ser súbito e brutal, caso continue assim.**

#### **CORRETA.**

- A conjunção "e" no original pode ter um valor aditivo-consequencial. O "mas" introduz uma ideia de contraste ou ressalva: o ruir é lento, *mas* o colapso (que é uma forma de ruína) pode ser rápido. Essa é uma interpretação possível e comum.
- "caso continue assim" é uma reescrita perfeita para "a continuar assim" (ambas expressam condição).
- Dentre as opções, a alternativa A é a que melhor mantém o sentido original, interpretando o "e" como um elemento que introduz uma ressalva ou uma consequência com um toque de contraste (lento vs. súbito), e mantendo a condição de forma explícita.

**B) ... o sistema está ruindo aos poucos, porque o colapso pode ser súbito e brutal, para continuar assim.**

**INCORRETA.**

- "porque o colapso pode ser súbito e brutal" - "porque" introduz uma causa, o que altera o sentido. O colapso não é a causa do ruir, mas uma possível consequência.
- "para continuar assim" - expressa finalidade, o que também altera o sentido. A frase original expressa uma condição.

**C) ... o sistema está ruindo aos poucos, porém o colapso pode ser súbito e brutal, apesar de continuar assim.**

**INCORRETA.**

- "porém" introduz uma adversidade, similar ao "mas" da alternativa A, alterando a relação de adição/condição do original.
- "apesar de continuar assim" - introduz uma concessão ("mesmo que continue assim"), que é o oposto da condição que leva ao colapso. O sentido original é que o colapso acontecerá se continuar assim, não *apesar* de continuar.

**D) ... o sistema está ruindo aos poucos, logo o colapso possa ser súbito e brutal, ainda que continue assim.**

**INCORRETA.**

- "logo" introduz uma conclusão, o que é razoável para a relação entre o ruir e o colapso.
- "possa ser" - mantém a modalização de possibilidade ("pode ser").
- "ainda que continue assim" - introduz uma concessão, o que altera fundamentalmente a relação de causa/condição do original.

**E) ... o sistema está ruindo aos poucos, então o colapso pode ser súbito e brutal, de modo que continue assim.**

**INCORRETA.**

- "então" introduz uma consequência, o que está de acordo com a relação lógica do original (ruir gradualmente, *então* pode haver colapso súbito se continuar).
- "pode ser" - mantém a modalização de possibilidade.
- "de modo que continue assim" - introduz finalidade ou consequência, mas não expressa a condição do original ("a continuar assim"). A ideia da frase original é "se continuar dessa forma".

## GABARITO A

7 - (Simulado Bônus. 2025. Vunesp) Assinale a alternativa em que a reescrita de trecho do texto está em conformidade com a norma-padrão de emprego e concordância verbal.

- A) Se não recompor as perdas financeiras de anos, ao menos o aumento da Tabela de repasses as contém.
- B) Se não recomporem as perdas financeiras de anos, ao menos o aumento da Tabela de repasses as conterão.
- C) Se não recompuser as perdas financeiras de anos, ao menos o aumento da Tabela de repasses as conterá.
- D) Se não recompuserem as perdas financeiras de anos, ao menos o aumento da Tabela de repasses as contém.
- E) Se não recompuseram as perdas financeiras de anos, ao menos o aumento da Tabela de repasses as continham.

Comentário

A) **Se não recompor as perdas financeiras de anos, ao menos o aumento da Tabela de repasses as contém.**

**INCORRETA.**

- **"Se não recompor"**: O verbo "recompor" no futuro do subjuntivo (que é o que a estrutura "Se não [verbo]" exige para expressar condição futura) é "recompuser" (assim como "se ele compuser"). "Recompor" é infinitivo.
- **"as contém"**: O sujeito de "contém" é "o aumento da Tabela de repasses" (singular). O verbo deveria estar no singular: "contém".

B) **Se não recomporem as perdas financeiras de anos, ao menos o aumento da Tabela de repasses as conterão.**

**INCORRETA.**

- **"Se não recomporem"**: "Recomporem" seria a terceira pessoa do plural do futuro do subjuntivo, concordando com um sujeito plural (eles). A frase não especifica o sujeito. Se for "o aumento", é singular. Se for "as Santas Casas", seria plural. O texto original é impessoal ("Não é suficiente para recompor"), então um sujeito genérico ou singular é mais provável para o "recompor".
- **"as conterão"**: O sujeito de "conterão" é "o aumento da Tabela de repasses" (singular). O verbo deveria estar no singular: "conterá".

C) **Se não recompuser as perdas financeiras de anos, ao menos o aumento da Tabela de repasses as conterà.**

**CORRETA.**

- **"Se não recompuser":** "Recompuser" é a 3ª pessoa do singular do futuro do subjuntivo do verbo "recompôr", que concorda com um sujeito subentendido singular (como "o aumento" ou uma ideia geral). Gramaticalmente correto para a condição.
- **"as conterà":** O sujeito é "o aumento da Tabela de repasses" (singular). "Conterà" é a 3ª pessoa do singular do futuro do presente do indicativo, concordando corretamente com o sujeito.

D) **Se não recompuserem as perdas financeiras de anos, ao menos o aumento da Tabela de repasses as contêm.**

**INCORRETA.**

- **"Se não recompuserem":** Futuro do subjuntivo plural, o que poderia ser aceitável se o sujeito subentendido fosse plural.
- **"as contêm":** O sujeito é "o aumento da Tabela de repasses" (singular). O verbo deveria ser "contém".

E) **Se não recompuseram as perdas financeiras de anos, ao menos o aumento da Tabela de repasses as continham.**

**INCORRETA.**

- **"Se não recompuseram":** "Recompuseram" é pretérito perfeito do indicativo. Não se usa pretérito perfeito do indicativo após "se" para expressar condição futura. O correto seria o futuro do subjuntivo.
- **"as continham":** "Continuam" é pretérito imperfeito do indicativo, que não se alinha com a temporalidade futura da condição estabelecida pelo "se".

**GABARITO C**

8 - (Simulado Bônus. 2025. Vunesp) Assinale a alternativa que está em conformidade com a norma-padrão de regência.

A) Transferir verbas aos hospitais conveniados não basta para o equilíbrio financeiro das instituições.

B) O sucesso no atendimento acarreta em problemas financeiros aos hospitais filantrópicos.

C) O Estado deveria arrecadar os impostos voltados em hospitais conveniados.

D) Certificar-se pela prestação de serviços de qualidade em hospitais é dever do Estado.

E) Os hospitais filantrópicos e as Santa Casas dispõem para quase metade dos leitos do SUS.

Comentário

**A) Transferir verbas aos hospitais conveniados não basta para o equilíbrio financeiro das instituições.**

**CORRETA.**

- **Verbo "transferir":** Quem transfere, transfere *algo* (verbas) *a* alguém/algo (aos hospitais). A regência "transferir verbas **aos** hospitais" está correta.
- **Verbo "basta":** Quem basta, basta *para algo* ou *a algo*. "Não basta para o equilíbrio" está correto.

**B) O sucesso no atendimento acarreta em problemas financeiros aos hospitais filantrópicos.**

**INCORRETA.**

- **Verbo "acarretar":** É transitivo direto e indireto, ou apenas direto. No sentido de "causar, provocar, gerar", a regência é "acarretar *algo* (problemas) *a* alguém/algo (aos hospitais)". O uso da preposição "em" ("acarreta **em** problemas") é considerado um desvio da norma-padrão. O correto seria "acarreta problemas financeiros aos hospitais".

**C) O Estado deveria arrecadar os impostos voltados em hospitais conveniados.**

**INCORRETA.**

- **Verbo "voltar" (no sentido de direcionar/destinar):** Quem volta/direciona algo, volta/direciona *para* ou *a* algum lugar/finalidade. O uso da preposição "em" ("voltados **em** hospitais") é inadequado. O correto seria "voltados **para** hospitais" ou "voltados **a** hospitais".

**D) Certificar-se pela prestação de serviços de qualidade em hospitais é dever do Estado.**

**INCORRETA.**

- **Verbo "certificar-se":** Quem se certifica, se certifica *de algo* ou *sobre algo*. O uso da preposição "pela" ("certificar-se **pela** prestação") é inadequado. O correto seria "certificar-se **da** prestação" ou "certificar-se **sobre a** prestação".

E) Os hospitais filantrópicos e as Santa Casas dispõem para quase metade dos leitos do SUS.

**INCORRETA.**

- **Verbo "dispor":** No sentido de "ter à disposição", "possuir", a regência é "dispor de algo". O uso da preposição "para" ("dispõem **para** quase metade") é incorreto. O correto seria "dispõem **de** quase metade dos leitos".

#### GABARITO A

09 - (Simulado Bônus. 2025. Vunesp) Leia a tirinha a seguir para responder às questões 09 e 10.



(Alexandre Beck. Armandinho. Disponível em: <https://www.facebook.com/tirasarmandinho>)

É **correto** afirmar que a tirinha sugere que

- A) o hábito de lavar as mãos é contemporâneo em relação a outras práticas de cuidados com a saúde desenvolvidas pelas pesquisas científicas.
- B) nos cuidados com a saúde, defender o SUS e a pesquisa científica feita nas universidades públicas é tão crucial quanto criar o hábito de lavar as mãos.
- C) comer bem e descansar, além de criar o hábito de lavar as mãos, são práticas dispensáveis em relação aos cuidados com a saúde.
- D) defender o SUS e a pesquisa científica das universidades públicas refuta bons hábitos de higiene e cuidados com a saúde.
- E) a queda na imunidade está diretamente relacionada às pesquisas desenvolvidas nas universidades públicas.

#### Comentário

***A) o hábito de lavar as mãos é contemporâneo em relação a outras práticas de cuidados com a saúde desenvolvidas pelas pesquisas científicas.***

**INCORRETA.** A tirinha não faz uma comparação temporal sobre a contemporaneidade das práticas. Ela apenas lista diferentes práticas importantes para a saúde. Lavar as mãos é um hábito antigo e fundamental, e não é apresentado como algo novo em relação às pesquisas científicas.

***B) nos cuidados com a saúde, defender o SUS e a pesquisa científica feita nas universidades públicas é tão crucial quanto criar o hábito de lavar as mãos.***

**CORRETA.** A estrutura da tirinha, especialmente a sequência e o uso do "E" na última fala, estabelece uma equivalência de importância entre as ações citadas. Lavar as mãos, comer bem e descansar são cuidados individuais, enquanto defender o SUS e a pesquisa pública são ações coletivas que impactam a saúde de forma mais ampla. A tirinha os coloca no mesmo plano de relevância para a saúde.

***C) comer bem e descansar, além de criar o hábito de lavar as mãos, são práticas dispensáveis em relação aos cuidados com a saúde.***

**INCORRETA.** A tirinha apresenta essas práticas como importantes para "não baixar a imunidade" e como hábitos a serem criados, o que as torna essenciais e não dispensáveis. A alternativa contradiz diretamente o sentido das duas primeiras cenas.

***D) defender o SUS e a pesquisa científica das universidades públicas refuta bons hábitos de higiene e cuidados com a saúde.***

**INCORRETA.** Não há qualquer indicação na tirinha de que uma ação refuta a outra. Pelo contrário, a tirinha sugere que todas as ações são complementares e igualmente importantes para a saúde, formando um conjunto de boas práticas.

***E) a queda na imunidade está diretamente relacionada às pesquisas desenvolvidas nas universidades públicas.***

**INCORRETA.** A queda na imunidade é relacionada a "não comer bem e descansar", conforme a segunda cena. A pesquisa da universidade pública é apresentada como algo a ser defendido, assim como o SUS, mas não como causa direta ou consequência da imunidade baixa. São elementos distintos na cadeia de importância para a saúde.

## **GABARITO B**

10 - (Simulado Bônus. 2025. Vunesp) Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas da frase a seguir.

Habituar-se \_\_\_\_ lavar sempre as mãos, adaptar-se \_\_\_\_ boa alimentação e disseminar \_\_\_\_ importância do SUS e da universidade pública.

- A) a ... à ... à
- B) a ... à ... a
- C) a ... a ... à
- D) à ... a ... a
- E) à ... à ... à

Comentário

### **Análise da questão: Preposições e Crase**

A questão exige o preenchimento correto das lacunas com as preposições ou crases adequadas. Vamos analisar cada uma das lacunas individualmente para entender o porquê de cada resposta.

#### **Primeira Lacuna: "Habituar-se \_\_\_\_ lavar"**

O verbo "habituar-se" é um verbo transitivo indireto e exige a preposição "a".

A estrutura é "habituar-se **a** algo" ou "habituar-se **a** fazer algo". Como "lavar" é um verbo no infinitivo, não ocorre crase.



- **Exemplo:** Ele se habituou **a** acordar cedo.

Portanto, a primeira lacuna deve ser preenchida com "**a**".

#### **Segunda Lacuna: "adaptar-se \_\_\_\_ boa alimentação"**

O verbo "adaptar-se" também é um verbo transitivo indireto e exige a preposição "a".

A estrutura é "adaptar-se **a** algo". A palavra "alimentação" é um substantivo feminino que admite o artigo "a". Quando a preposição "a" encontra o artigo feminino "a", ocorre a crase.

- **Exemplo:** Ele se adaptou **à** nova rotina.

Portanto, a segunda lacuna deve ser preenchida com "**à**".

#### **Terceira Lacuna: "disseminar \_\_\_\_ importância"**

O verbo "disseminar" é um verbo transitivo direto. Isso significa que ele não exige uma preposição para ligar-se ao seu complemento. O que vem depois de "disseminar" é o objeto direto. A palavra "importância" é um substantivo feminino que admite o artigo "a".

- **Exemplo:** Eles disseminaram **a** notícia.

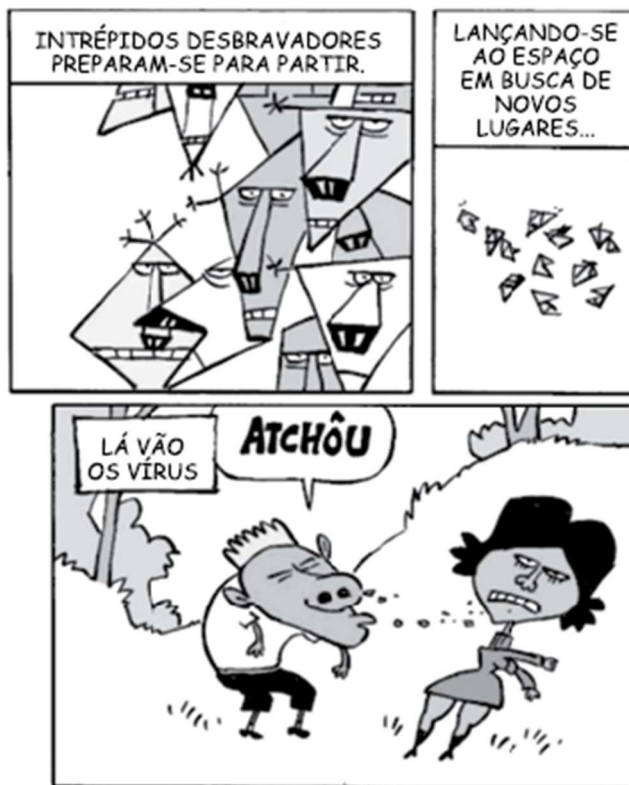
Portanto, a terceira lacuna deve ser preenchida com "**a**".

#### **GABARITO B**

11 - (Simulado Bônus. 2025. Vunesp) Leia a tira para responder às questões de números 11 e 12.



niquel.nausea



(Cartunista Fernando Gonzales. Disponível em: <https://www.instagram.com/niquelnausea>.)

De acordo com as informações do 1º quadro da tira, os vírus são

- A) prejudiciais.
- B) presunçosos.
- C) atenciosos.
- D) corajosos.
- E) imprevisíveis.

Comentário

**Intrépido** é aquele que não receia o perigo, que não tem medo; arrojado, corajoso. E desbravador é aquele que explora.

**GABARITO D**

12 - (Simulado Bônus. 2025. Vunesp) De acordo com a norma-padrão e o sentido das informações, a frase do 2º quadro admite a seguinte reescrita:

- A) À fim de chegar a novos espaços, lançam-se os vírus ao espaço.
- B) Se lançam ao espaço os vírus, a procura de novos lugares.
- C) Os vírus lançam-se ao espaço a buscarem novos lugares.
- D) Ao espaço se lançam os vírus, à buscar novos lugares.
- E) Lançam-se os vírus ao espaço para chegarem à novos lugares

#### Comentário

Vamos analisar a frase original do 2º quadro e as opções de reescrita, considerando a norma-padrão (principalmente colocação pronominal e regência) e o sentido.

**Frase original do 2º quadro:** "LANÇANDO-SE AO ESPAÇO EM BUSCA DE NOVOS LUGARES..."

- **Verbo:** lançar-se (pronominal)
- **Pronome:** se
- **Complemento:** ao espaço
- **Finalidade:** em busca de novos lugares (locução adverbial de finalidade)

**A) À fim de chegar a novos espaços, lançam-se os vírus ao espaço.**

#### **INCORRETA.**

- "À fim de": A locução correta é "A fim de" (sem crase), que indica finalidade. "À fim de" com crase não existe.
- "lançam-se os vírus ao espaço": Colocação pronominal ("lançam-se") está correta, pois o pronome átono pode vir depois do verbo em início de frase ou após uma pausa. A regência de "lançar-se ao espaço" está correta.
- "chegar a novos espaços": A regência de "chegar a" está correta.
- Problema: Erro de crase em "À fim de".

**B) Se lançam ao espaço os vírus, a procura de novos lugares.**

#### **INCORRETA.**

- "Se lançam": O pronome "se" deveria vir antes do verbo em início de frase. No entanto, iniciar frase com pronome oblíquo átono (próclise obrigatória em alguns casos) é informal. Embora não seja estritamente um erro grave em textos mais

livres, a norma-padrão prefere a ênclise em início de período. O maior problema aqui é a regência de "a procura".

- "a procura de novos lugares": A locução correta para finalidade é "em busca de" ou "para procurar". "A procura de" (sem crase) é possível, mas menos clara para indicar finalidade aqui e soa um pouco estranha nesse contexto de finalidade. Se fosse "à procura de" (com crase), seria uma locução prepositiva, mas ainda assim não expressaria a mesma ideia de "para chegar".
- Problema: Colocação pronominal discutível para início de frase em norma culta, e regência de "a procura" para finalidade.

***C) Os vírus lançam-se ao espaço a buscarem novos lugares.***

**CORRETA.**

- "Os vírus lançam-se": O pronome "se" após o verbo ("lançam-se") é aceitável, pois o sujeito está antes do verbo e não há fator de próclise obrigatória.
- "ao espaço": Regência de "lançar-se" está correta.
- "a buscarem novos lugares": O "a" preposicionado seguido de infinitivo flexionado ("a buscarem") é uma construção válida para indicar finalidade (equivale a "para buscarem").
- Conformidade: A frase está em conformidade com a norma-padrão de emprego e colocação pronominal, e o sentido de finalidade é mantido.

***D) Ao espaço se lançam os vírus, à buscar novos lugares.***

**INCORRETA.**

- "Ao espaço se lançam os vírus": A próclise ("se lançam") é justificada pela presença do adjunto adverbial de lugar deslocado no início da frase ("Ao espaço"), que funciona como fator atrativo.
- "à buscar novos lugares": Não ocorre crase antes de verbo no infinitivo ("buscar"). O correto seria "a buscar" (apenas preposição).
- Problema: Erro de crase.

***E) Lançam-se os vírus ao espaço para chegarem à novos lugares***

**INCORRETA.**

- "Lançam-se os vírus ao espaço": Colocação pronominal ("Lançam-se") está correta, pois o pronome átono pode vir depois do verbo em início de frase. A regência de "lançar-se ao espaço" está correta.
- "para chegarem à novos lugares": O verbo "chegar" rege a preposição "a" (chegar a algum lugar). No entanto, "novos lugares" é um substantivo masculino plural. Não ocorre crase antes de substantivo masculino. A preposição seria "a", não "à". Seria "a novos lugares".
- Problema: Erro de crase.

## GABARITO C

13 - (Simulado Bônus. 2025. Vunesp) Leia o texto para responder às questões de 13 a 19.

### *O viés da palavra câncer: combate ao estigma*

Receber um diagnóstico de câncer é uma experiência que não vem com manual de instruções. É desafiador lidar com a notícia e, mais ainda, se preparar para o que está por vir. A própria palavra câncer não é uma palavra que as pessoas gostam de pronunciar, porque carrega um estigma e um peso, decorrentes de décadas de desinformação.

O estigma se reflete em expressões cotidianas. Quem nunca falou ou ouviu algo como “aquilo ali é um câncer para o País”? Não vamos menosprezar a doença que é, sim, complexa e pode ser o ponto final para muitas pessoas. Porém, precisamos ressaltar que os avanços em prevenção e tratamento são enormes e tornaram o diagnóstico cada vez mais promissor. É hora de reduzir a carga negativa que a palavra câncer carrega, pois, além de perpetuar desinformação, contribui para o isolamento emocional e psicológico de quem convive ou acompanha alguém nesse processo.

Compreender o câncer e seu significado não é mais sobre viver em função da doença, mas tratá-la para viver mais e melhor. Cada paciente, incluindo crianças e adolescentes em formação, é um indivíduo com uma história e trajetória únicas. Essa combinação é o que traz as melhores taxas de cura e sobrevida.

Tratar o câncer como algo terminal ou como uma guerra é uma violência silenciosa que abala a autoestima de quem está em tratamento. Medo e incerteza são naturais, mas, quando amplificados pelo estigma social, tornam-se fardos cruéis.

O primeiro passo para mudar essa realidade é disseminar informações precisas sobre o que significa viver com câncer, destacando que essa não é mais uma condição implacável. Campanhas de conscientização são essenciais, mas precisamos de uma transformação mais profunda e genuína no discurso e nas atitudes diárias.

(Victor Piana. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/opiniao>. Adaptado)

Em seu artigo, o autor mostra-se favorável a uma mudança de comportamento no que tange a

- A) dimensionar corretamente a viabilidade de se usar a palavra “câncer” com quem é diagnosticado com a doença, vista como estigma social até hoje.
- B) entender a desesperança causada pela palavra “câncer” para as pessoas diagnosticadas com essa doença, pois viverão uma guerra silenciosa marcada pela dor.
- C) desconstruir preconceitos que giram em torno da palavra “câncer”, uma vez que a doença perdeu o estigma de tempos atrás e já tem cura na maioria dos casos.
- D) diminuir a carga negativa tradicionalmente atribuída à palavra “câncer” como forma de preservar a autoestima das pessoas que convivem com essa doença.
- E) vetar totalmente o emprego da palavra “câncer”, já que ela, além de comprometer a autoestima das pessoas doentes, ainda prejudica a conscientização.

#### Comentário

O autor aborda o "viés da palavra câncer: combate ao estigma". Ele destaca que a palavra carrega um peso e um estigma devido à desinformação e que isso se reflete em expressões cotidianas. Apesar de reconhecer a complexidade da doença, ele ressalta os avanços em prevenção e tratamento, que tornaram o diagnóstico mais promissor. O autor argumenta que é preciso "reduzir a carga negativa que a palavra câncer carrega", pois ela contribui para o isolamento emocional e psicológico. Ele enfatiza que tratar o câncer como terminal ou uma guerra é uma "violência silenciosa que abala a autoestima". A solução proposta é "disseminar informações precisas" e promover uma "transformação mais profunda e genuína no discurso e nas atitudes diárias".

Vamos analisar as alternativas:

***A) dimensionar corretamente a viabilidade de se usar a palavra “câncer” com quem é diagnosticado com a doença, vista como estigma social até hoje.***

**INCORRETA.** O autor não discute a "viabilidade de se usar a palavra" com o paciente, mas sim a necessidade de combater o estigma associado à palavra em geral e à percepção da doença. O foco não é se a palavra deve ou não ser usada, mas como ela é percebida e a carga que ela carrega.

***B) entender a desesperança causada pela palavra “câncer” para as pessoas diagnosticadas com essa doença, pois viverão uma guerra silenciosa marcada pela dor.***

**INCORRETA.** Embora o autor mencione que "Medo e incerteza são naturais", ele explicitamente critica a ideia de tratar o câncer "como uma guerra" e a "violência silenciosa

que abala a autoestima". A ideia do texto é justamente combater essa desesperança e a visão negativa, não apenas "entender" ou reforçá-la.

**C) desconstruir preconceitos que giram em torno da palavra “câncer”, uma vez que a doença perdeu o estigma de tempos atrás e já tem cura na maioria dos casos.**

**INCORRETA.** O texto diz que a doença "pode ser o ponto final para muitas pessoas", e que os avanços "tornaram o diagnóstico cada vez mais promissor", mas não afirma que a doença "já tem cura na maioria dos casos" nem que "perdeu o estigma de tempos atrás". Pelo contrário, o foco do artigo é justamente que a palavra *ainda* carrega um estigma significativo que precisa ser combatido.

**D) diminuir a carga negativa tradicionalmente atribuída à palavra “câncer” como forma de preservar a autoestima das pessoas que convivem com essa doença.**

**CORRETA.** Esta alternativa alinha-se perfeitamente com a tese central do autor. Ele afirma que é "hora de reduzir a carga negativa que a palavra câncer carrega" e que o estigma "contribui para o isolamento emocional e psicológico" e "abala a autoestima de quem está em tratamento". O objetivo principal do artigo é promover uma mudança na percepção da doença e, consequentemente, na palavra, para beneficiar aqueles que a enfrentam.

**E) vetar totalmente o emprego da palavra “câncer”, já que ela, além de comprometer a autoestima das pessoas doentes, ainda prejudica a conscientização.**

**INCORRETA.** O autor não sugere vetar o uso da palavra. A proposta é "reduzir a carga negativa que a palavra câncer carrega" e "disseminar informações precisas sobre o que significa viver com câncer", não eliminá-la do vocabulário. O problema não é a palavra em si, mas o estigma e a desinformação associados a ela.

## GABARITO D

14 - (Simulado Bônus. 2025. Vunesp) A informação destacada cujo sentido é de causa em relação à informação que a precede na passagem do texto é:

A) Receber um diagnóstico de câncer é uma experiência que **não vem com manual de instruções**. (1º parágrafo)

B) A própria palavra câncer [...] carrega um estigma e um peso, **decorrentes de décadas de desinformação**. (1º parágrafo)

C) ... os avanços em prevenção e tratamento são enormes e **tornaram o diagnóstico cada vez mais promissor**. (2º parágrafo)

D) Essa combinação é o que traz **as melhores taxas de cura e sobrevida**. (3º parágrafo)

E) Tratar o câncer como algo terminal ou como uma guerra é uma violência silenciosa... (4º parágrafo)

Comentário

Vamos analisar cada alternativa para identificar aquela em que a informação destacada expressa uma relação de causa com o que a precede.

**A) Receber um diagnóstico de câncer é uma experiência que não vem com manual de instruções. (1º parágrafo)**

**INCORRETA. Não é causa.**

- A parte destacada é "não vem com manual de instruções". Esta frase descreve uma característica da experiência de receber um diagnóstico de câncer. Não é a causa do fato de receber o diagnóstico ser uma experiência.

**B) A própria palavra câncer [...] carrega um estigma e um peso, decorrentes de décadas de desinformação. (1º parágrafo)**

**CORRETA. É causa.**

- O termo "decorrentes de" indica que o estigma e o peso da palavra câncer resultam de ou são causados por décadas de desinformação. Ou seja, a desinformação é a causa do estigma e do peso.

**C) ... os avanços em prevenção e tratamento são enormes e tornaram o diagnóstico cada vez mais promissor. (2º parágrafo)**

**INCORRETA. Não é causa.**

- A parte destacada é uma consequência dos avanços em prevenção e tratamento. Os avanços são a causa, e o diagnóstico mais promissor é o efeito/consequência.

**D) Essa combinação é o que traz as melhores taxas de cura e sobrevida. (3º parágrafo)**

**INCORRETA. Não é causa.**

- A parte destacada ("as melhores taxas de cura e sobrevida") é o resultado ou a consequência da "combinação" (paciente com história e trajetória únicas). A combinação é a causa do bom resultado.

**E) Tratar o câncer como algo terminal ou como uma guerra é uma violência silenciosa... (4º parágrafo)**

**INCORRETA. Não é causa.**



- A parte destacada define o que é tratar o câncer de certa forma. Não é a causa de se tratar o câncer assim, mas a natureza dessa forma de tratamento.

## GABARITO B

15 - (Simulado Bônus. 2025. Vunesp) Considere as passagens:

- Não vamos **menosprezar** a doença... (2º parágrafo)
- ... além de **perpetuar** desinformação... (2º parágrafo)
- ... essa não é mais uma condição **implacável**. (5º parágrafo)

Os termos destacados significam, correta e respectivamente:

- A) relativizar a importância; disseminar ao longo do tempo; mutável.
- B) ter em pouca conta; fazer durar por longo tempo; inexorável.
- C) reforçar a relevância; espalhar por um período de tempo; inflexível.
- D) diminuir o mérito; dar atenção por determinado tempo; apaziguável.
- E) desvalorizar o impacto; reproduzir por breve tempo; infindável.

### Comentário

Vamos analisar cada termo destacado e seu significado no contexto das passagens, para então verificar a correspondência nas alternativas.

1º) **Menosprezar** (2º parágrafo: "Não vamos menosprezar a doença...")

- Significa desvalorizar, desdenhar, desprezar, ter em pouca conta, subestimar a importância ou a gravidade de algo.
- Contexto: O autor adverte para não diminuir a seriedade da doença.

2º) **Perpetuar** (2º parágrafo: "...além de perpetuar desinformação...")

- Significa fazer durar por muito tempo, tornar perpétuo, immortalizar, prolongar indefinidamente.
- Contexto: A carga negativa da palavra câncer ajuda a manter a desinformação por um longo tempo.

3º) **Implacável** (5º parágrafo: "...destacando que essa não é mais uma condição implacável.")

- Significa que não se pode aplacar, que não cede, inflexível, inexorável, rigoroso, que não se dobra. No contexto da doença, uma condição "implacável" é aquela que não dá trégua, que não pode ser controlada ou vencida, que é fatal ou muito severa.
- Contexto: O autor argumenta que, com os avanços, o câncer não é mais visto como uma condição sem chance de melhora.

**A) relativizar a importância; disseminar ao longo do tempo; mutável.**

**INCORRETA.**

- "relativizar a importância" é um sinônimo possível para menosprezar.
- "disseminar ao longo do tempo" é razoável para perpetuar.
- "mutável" é o oposto de implacável.

**B) ter em pouca conta; fazer durar por longo tempo; inexorável.**

**CORRETA.**

- "ter em pouca conta": Correto para "menosprezar".
- "fazer durar por longo tempo": Correto para "perpetuar".
- "inexorável": Correto para "implacável" (que não se dobra, inevitável, fatal).

**C) reforçar a relevância; espalhar por um período de tempo; inflexível.**

**INCORRETA.**

- "reforçar a relevância" é o oposto de menosprezar.
- "espalhar por um período de tempo" é menos preciso que "fazer durar por longo tempo" para perpetuar.
- "inflexível" é um sinônimo de implacável.

**D) diminuir o mérito; dar atenção por determinado tempo; apaziguável.**

**INCORRETA.**

- "diminuir o mérito" é um sinônimo possível para menosprezar.
- "dar atenção por determinado tempo" não é sinônimo de perpetuar.
- "apaziguável" é o oposto de implacável.

**E) desvalorizar o impacto; reproduzir por breve tempo; infindável.**

**INCORRETA.**

- "desvalorizar o impacto" é um sinônimo possível para menosprezar.

- "reproduzir por breve tempo" é o oposto de perpetuar.
- "infindável" é sinônimo de implacável, mas a alternativa já está incorreta pelos outros termos.

## GABARITO B

16 - (Simulado Bônus. 2025. Vunesp) O termo destacado é um pronome que exprime sentido demonstrativo em:

- A) É desafiador lidar com a notícia e, mais ainda, se preparar para o que está por vir. (1º parágrafo)
- B) A própria palavra câncer não é uma palavra que as pessoas gostam de pronunciar... (1º parágrafo)
- C) Quem nunca falou ou ouviu algo como “aquilo ali é um câncer para o País”? (2º parágrafo)
- D) ... o isolamento emocional e psicológico de quem convive ou acompanha alguém nesse processo. (2º parágrafo)
- E) Tratar o câncer como algo terminal ou como uma guerra é uma violência silenciosa... (4º parágrafo)

### Comentário

Um pronome demonstrativo serve para indicar a posição de algo ou alguém no tempo ou no espaço, ou no próprio texto. Os pronomes demonstrativos são: este(s), esta(s), isto; esse(s), essa(s), isso; aquele(s), aquela(s), aquilo. Além disso, o "o", "a", "os", "as" podem ser pronomes demonstrativos quando equivalem a "aquilo", "aquela", "aqueles", "aquelas".

**A) É desafiador lidar com a notícia e, mais ainda, se preparar para o que está por vir. (1º parágrafo)**

### CORRETA.

- Neste caso, "o" equivale a "aquilo". "Para aquilo que está por vir". Portanto, "o" é um pronome demonstrativo.

**B) A própria palavra câncer não é uma palavra que as pessoas gostam de pronunciar... (1º parágrafo)**

### INCORRETA.

- "Que" retoma "palavra". Ele introduz uma oração subordinada adjetiva. Portanto, "que" é um pronome relativo.

**C) Quem nunca falou ou ouviu algo como “aquilo ali é um câncer para o País”? (2º parágrafo)**

**INCORRETA.** (Com a correção do termo destacado)

- "Quem": Neste contexto, "Quem" é um pronome indefinido, usado para se referir a uma pessoa de forma genérica e indeterminada. (Ex: "Quem cala consente"). Não tem sentido demonstrativo.

**D) ... o isolamento emocional e psicológico de quem convive ou acompanha alguém nesse processo. (2º parágrafo)**

**INCORRETA.**

- "Alguém" é um pronome indefinido, que se refere a uma pessoa de forma vaga.

**E) Tratar o câncer como algo terminal ou como uma guerra é uma violência silenciosa... (4º parágrafo)**

**INCORRETA.**

- "Algo" é um pronome indefinido, que se refere a uma coisa de forma vaga.

## **GABARITO A**

17 - (Simulado Bônus. 2025. Vunesp) Assinale a alternativa em que a regência atende à norma-padrão.

- A) Câncer é uma palavra que as pessoas não se agradam, porque carrega um estigma e um peso.
- B) Câncer é uma palavra que as pessoas não têm afinidade, porque carrega um estigma e um peso.
- C) Câncer é uma palavra que as pessoas não pronunciam, porque carrega um estigma e um peso.
- D) Câncer é uma palavra que as pessoas não dão ênfase, porque carrega um estigma e um peso.
- E) Câncer é uma palavra que as pessoas não mostram simpatia, porque carrega um estigma e um peso.

Comentário

Perfeito! Entendi o pedido. Você quer que eu reformule a resolução da questão sobre regência, mantendo a clareza e precisão, mas talvez com uma abordagem ligeiramente diferente ou com foco em aspectos que achei mais relevantes para a explicação.

Vamos reformular a análise da questão de regência:

Vamos analisar cada alternativa, focando na **regência** dos termos (verbos, substantivos, locuções) e na sua adequação à **norma-padrão**, especialmente em relação ao uso de preposições e pronomes relativos.

**Contexto da frase-modelo:** A estrutura "Câncer é uma palavra **que** [oração]" implica que o pronome relativo "que" está retomando "palavra". A regência do verbo ou substantivo na oração subordinada deve estar correta em relação a esse "que".

**A) Câncer é uma palavra que as pessoas não se agradam, porque carrega um estigma e um peso.**

**INCORRETA.**

- **Análise de Regência:** O verbo "agradar-se" (no sentido de sentir satisfação), quando pronominal, é transitivo indireto e rege a preposição "de" (agradar-se **de** algo/alguém).
- **Problema:** Na frase, o pronome relativo "que" funciona como o elemento a ser agradado, mas a preposição "de" está ausente. Para estar correto, deveria ser: "Câncer é uma palavra **da qual** as pessoas não se agradam..." ou "Câncer é uma palavra **de que** as pessoas não se agradam..."

**B) Câncer é uma palavra que as pessoas não têm afinidade, porque carrega um estigma e um peso.**

**INCORRETA.**

- **Análise de Regência:** O substantivo "afinidade" rege a preposição "com" (ter afinidade **com** algo/alguém). Outras preposições são possíveis dependendo do contexto ("afinidade entre", "afinidade para"), mas "com" é a mais comum nesse sentido de ligação.
- **Problema:** O pronome relativo "que" não cumpre a regência da preposição "com". Para estar correto, deveria ser: "Câncer é uma palavra **com a qual** as pessoas não têm afinidade..." ou "Câncer é uma palavra **com que** as pessoas não têm afinidade..."

C) Câncer é uma palavra que as pessoas não pronunciam, porque carrega um estigma e um peso.

**CORRETA.**

- **Análise de Regência:** O verbo "pronunciar" é **transitivo direto**. Isso significa que ele não exige preposição antes de seu objeto. Quem pronuncia, pronuncia *algo*.
- **Correção:** O pronome relativo "que" retoma "palavra" e funciona como objeto direto do verbo "pronunciar". A ausência de preposição antes do "que" está perfeitamente de acordo com a regência de "pronunciar". A estrutura "as pessoas não pronunciam [a palavra]" está correta.

D) Câncer é uma palavra que as pessoas não dão ênfase, porque carrega um estigma e um peso.

**INCORRETA.**

- **Análise de Regência:** A locução verbal "dar ênfase" é transitiva indireta e rege a preposição "a" (dar ênfase **a** algo/alguém).
- **Problema:** O pronome relativo "que" não vem acompanhado da preposição "a" exigida. Para estar correto, deveria ser: "Câncer é uma palavra **à qual** as pessoas não dão ênfase..." ou "Câncer é uma palavra **a que** as pessoas não dão ênfase..."

E) Câncer é uma palavra que as pessoas não mostram simpatia, porque carrega um estigma e um peso.

**INCORRETA.**

- **Análise de Regência:** O substantivo "simpatia" rege a preposição "por" ou "com" (ter simpatia **por/ com** algo/alguém).
- **Problema:** O pronome relativo "que" não cumpre a regência da preposição "por" ou "com". Para estar correto, deveria ser: "Câncer é uma palavra **pela qual** as pessoas não mostram simpatia..." ou "Câncer é uma palavra **por que** as pessoas não mostram simpatia..."

**GABARITO C**

18 - (Simulado Bônus. 2025. Vunesp) A concordância verbal e a concordância nominal estão de acordo com a norma-padrão em:

A) É natural que existam o medo e a incerteza, mas há bastante influência do estigma social, tornando-os fardos cruéis.

B) A história do paciente e a sua trajetória constitui uma combinação que traz as melhores taxas de cura e sobrevida.

C) O estigma e o peso da palavra câncer fazem com que bastante pessoas evitem a utilização desse termo.

D) Atualmente, a medicina dispõem de recursos para diagnósticos cada vez mais promissor em relação ao câncer.

E) Para mudar a realidade, devem ser disseminado informações precisas sobre o que significa viver com câncer.

#### Comentário

A) **É natural que existam o medo e a incerteza, mas há bastante influência do estigma social, tornando-os fardos cruéis.**

#### CORRETA.

- **"É natural que existam o medo e a incerteza"**: O verbo "existir" concorda com o sujeito. O sujeito de "existam" é "o medo e a incerteza" (composto e pós-posto), portanto, o verbo "existir" deve ir para o plural ("existam"). Correto.
- **"mas há bastante influência do estigma social"**: O verbo "haver" no sentido de "existir" é impessoal, ou seja, fica sempre no singular. "Há" está correto.
- **"tornando-os fardos cruéis"**: "Tornando" concorda com o que torna, e "os" retoma "medo e incerteza", que se tornam fardos cruéis. "Cruéis" (adjetivo) concorda com "fardos" (substantivo).

B) **A história do paciente e a sua trajetória constitui uma combinação que traz as melhores taxas de cura e sobrevida.**

#### INCORRETA.

- **"A história do paciente e a sua trajetória constitui"**: O sujeito é composto ("A história do paciente e a sua trajetória"). Quando o sujeito é composto e vem antes do verbo, o verbo deve ir para o plural. O correto seria "constituem".

C) **O estigma e o peso da palavra câncer fazem com que bastante pessoas evitem a utilização desse termo.**

#### INCORRETA.

- **"bastante pessoas"**: "Bastante" aqui é um pronome indefinido que modifica "pessoas" (substantivo). Se for numeral, varia. Se for advérbio de intensidade ("muito"), é invariável. No sentido de "muitas pessoas", "bastante" deveria concordar em número, ou seja, "bastantes pessoas".

D) **Atualmente, a medicina dispõem de recursos para diagnósticos cada vez mais promissor em relação ao câncer.**

**INCORRETA.**

- **"a medicina dispõem"**: O sujeito é "a medicina" (singular). O verbo "dispor" deve concordar no singular. O correto seria "dispõe".
- **"diagnósticos cada vez mais promissor"**: "Promissor" é um adjetivo que qualifica "diagnósticos" (plural). O adjetivo deveria concordar em número. O correto seria "diagnósticos cada vez mais promissores".

E) **Para mudar a realidade, devem ser disseminado informações precisas sobre o que significa viver com câncer.**

**INCORRETA.**

- **"devem ser disseminado informações"**: Esta é uma voz passiva analítica ("devem ser + particípio"). O particípio ("disseminado") deve concordar em gênero e número com o sujeito paciente ("informações precisas", que é feminino plural). O correto seria "devem ser disseminadas".

**GABARITO A**

19 - (Simulado Bônus. 2025. Vunesp) Durante décadas de desinformação, as pessoas se \_\_\_\_\_ do estigma e do peso da doença, evitando proferir o nome dela. Ninguém \_\_\_\_\_ nessa situação, porque acreditavam que, se \_\_\_\_\_ silenciado, poderiam evitar uma má notícia.

De acordo com a norma-padrão, as lacunas do enunciado devem ser preenchidas, respectivamente, com:

- A) precaveram ... entreviu ... mantivessem-no
- B) precavam ... intervinha ... mantivessem-o
- C) precaveriam ... interveio ... mantivessem-lhe
- D) precavam ... entreviu ... lhe mantivessem
- E) precaveram ... intervinha ... o mantivessem

**Comentário**

1ª lacuna: "...as pessoas se \_\_\_\_\_ do estigma..."

- Verbo correto: precaver (pronominal: precaver-se)
- No tempo do texto, estamos em pretérito imperfeito de um hábito que se repetia ao longo das décadas.
- O pretérito perfeito "precaveram" (ação concluída) não é o mais adequado.



- O correto é *precaviam* (pretérito imperfeito do indicativo).
- **Correto:** *precaviam*

2ª lacuna: "Ninguém \_\_\_\_\_ nessa situação..."

- Sujeito: ninguém → terceira pessoa do singular.
- Verbo: *intervir*, que se conjuga como "vir".
- No tempo do texto, a concordância e coerência indicam que a ação de *intervir* aconteceu em algum momento pontual.
- **Correto:** *interview* (pretérito perfeito do indicativo, 3ª pessoa do singular)

3ª lacuna: "... porque acreditavam que, se \_\_\_\_\_ silenciado, poderiam evitar uma má notícia."

- Verbo: *manter*, conjugado no pretérito imperfeito do subjuntivo (após "se").
- Perceba que temos a presença da conjunção subordinativa "se", que expressa condição.
- Essa conjunção subordinativa é elemento atrativo da próclise, de forma que o pronome deve vir antes do verbo.
- Portanto, o correto é "o mantivessem".

## GABARITO E

20 - (Simulado Bônus. 2025. Vunesp) Leia o texto para responder às questões de números 20 a 24.

### *O desejo mergulha na luz*

Chamava-se Desiderio, mas desconfio que não gostava muito desse nome. Que nem é feio – em italiano, pelo menos, quer dizer desejo. Eu só soube por acaso que era também Desiderio, um dia que pedi a meu irmão para levar uns livros a ele no hospital. A moça da portaria procurou "Fernando", não havia nenhum. Procurou então "Severino", e lá estava: Desiderio. Não cheguei a perguntar a ele se não gostava mesmo do nome tão sonoro. Não soube também se chegou a ler *O apanhador no campo de centeio*, que eu mandara naquela tarde. Eu não soube, não perguntei nem disse uma porção de coisas. Não comemos os camarões do Tirol com o doutor Eduardo. Não houve tempo. E a gente não sabia disso.

Só o encontrei há poucos meses, no fim da primavera do ano passado, por intermédio de Marcos Breda, que só conhece pessoas do bem, e com quem ele fazia Bailei na curva. Nos vimos poucas vezes depois.

Foi nessa mesma tarde que percebi o quanto ele estava frágil, embora aparentemente normal e bonito como sempre. Mas parecia vacilar às vezes – só parecia, qualquer coisa nos olhos, no passo –, como se fosse cair. Não caía. Por trás da fragilidade física escondia-se uma extraordinária força.

Nos últimos tempos, falamos muito pouco diretamente. Eu mandava recados, pedia notícias a um, a outro. As notícias eram cada vez piores, e aprendi por experiência própria que muitas vezes a gente prefere ser deixado a sós com o enigma do próprio corpo, quando ele começa nos devorar feroz, incompreensível.

Soube de sua partida numa manhã gelada de inverno. Eu acabara de voltar de um dos morros aqui perto de casa. Então, quando me contaram, suspirei assim “que alívio, meu Deus, que alívio”. Depois conversei com ele pedindo que fizesse boa viagem e não se preocupasse, que nós vamos tentar continuar cuidando de nós mesmos, que não olhasse para trás e mergulhasse na luz assim como quem se joga do alto do trampolim numa imensa piscina azul dentro de uma manhã alucinada de verão.

(Caio Fernando Abreu. Pequenas epifanias, 2014. Adaptado)

As informações do texto permitem concluir corretamente que o narrador e Desiderio não comeram os camarões do Tirol porque

- A) aquele preferiu ser deixado a sós com seu próprio corpo.
- B) ambos estavam fragilizados fisicamente no inverno.
- C) este faleceu antes que pudessem saborear a iguaria.
- D) ambos partiram em uma gélida manhã de inverno.
- E) este evitava contatos diretos com o novo amigo.

#### Comentário

O texto é uma crônica de Caio Fernando Abreu que narra a relação do narrador com seu amigo Desiderio. No primeiro parágrafo, o narrador lista coisas que não fez com Desiderio: "Eu não soube, não perguntei nem disse uma porção de coisas. Não comemos os camarões do Tirol com o doutor Eduardo. Não houve tempo. E a gente não sabia disso." Nos parágrafos seguintes, o texto descreve a fragilidade de Desiderio e as notícias que se tornavam "cada vez piores". Por fim, o narrador relata: "Soube de sua partida numa manhã gelada de inverno." A "partida" é um eufemismo para a morte.

A chave da questão está na frase "Não houve tempo. E a gente não sabia disso." no primeiro parágrafo, que, em retrospectiva, é explicada pela morte de Desiderio narrada no final do texto.

**A) *aquele preferiu ser deixado a sós com seu próprio corpo.***

**INCORRETA.** O texto menciona que, "Nos últimos tempos", o narrador mandava recados porque "muitas vezes a gente prefere ser deixado a sós com o enigma do próprio corpo". Essa preferência por isolamento de Desiderio ocorreu no estágio avançado da doença, mas a razão pela qual não comeram os camarões é a falta de tempo, que o narrador só entende posteriormente (a morte). Não é a preferência de Desiderio por isolamento que os impediu daquela refeição específica.

**B) *ambos estavam fragilizados fisicamente no inverno.***

**INCORRETA.** O texto descreve a fragilidade física de Desiderio ("o quanto ele estava frágil"), mas não do narrador. Além disso, a morte de Desiderio aconteceu no inverno, mas a impossibilidade de comer os camarões é mencionada como um plano não realizado que o tempo impediu, sem vinculação direta à fragilidade física de ambos naquele momento da proposta.

**C) *este faleceu antes que pudessem saborear a iguaria.***

**CORRETA.** A frase "Não houve tempo. E a gente não sabia disso" no primeiro parágrafo, aliada ao relato posterior da morte de Desiderio ("Soube de sua partida numa manhã gelada de inverno"), leva à conclusão de que a falta de tempo se deu porque Desiderio morreu antes que o encontro para comer os camarões pudesse acontecer. O "e a gente não sabia disso" reforça a ideia de que a morte foi inesperada e frustrou os planos futuros.

**D) *ambos partiram em uma gélida manhã de inverno.***

**INCORRETA.** O texto afirma que o narrador "Soube de sua partida [de Desiderio] numa manhã gelada de inverno." O narrador estava vivo ("Eu acabara de voltar de um dos morros aqui perto de casa") e recebendo a notícia, não "partindo".

**E) *este evitava contatos diretos com o novo amigo.***

**INCORRETA.** O texto diz que "Nos últimos tempos, falamos muito pouco diretamente. Eu mandava recados, pedia notícias a um, a outro." Essa evitação de contatos diretos se deu mais tarde, devido à progressão da doença de Desiderio. A questão dos camarões é colocada como algo que "não houve tempo", um impedimento definitivo da vida, não uma evitação temporária.

**GABARITO C**

21 - (Simulado Bônus. 2025. Vunesp) As passagens – Chamava-se Desiderio, mas desconfio que não gostava muito desse nome. (1º parágrafo) – e – Então, quando me contaram, suspirei assim “que alívio, meu Deus, que alívio”. (5º parágrafo) – estão, correta e respectivamente, interpretadas em:

- A) O narrador expõe um comentário jocoso sobre Desiderio em relação ao nome do rapaz. / O narrador ironiza a morte de Desiderio, julgando-a conveniente.
- B) O narrador expõe uma hipótese sobre Desiderio não gostar do próprio nome. / O narrador expressa compaixão, sugerindo que o amigo deixara de sofrer.
- C) O narrador expõe uma dúvida sobre a relação que Desiderio tem com o próprio nome. / O narrador sabe que a morte de Desiderio seria naquele dia.
- D) O narrador expõe uma crítica do nome de Desiderio, o qual considera extravagante. / O narrador mostra- -se surpreso e desesperado com a morte do amigo.
- E) O narrador expõe uma concordância com o fato de Desiderio não apreciar o próprio nome. / O narrador revela um sentimento ambíguo com a morte do amigo.

#### Comentário

#### Análise das Passagens

1ª) "Chamava-se Desiderio, mas desconfio que não gostava muito desse nome." (1º parágrafo)

O narrador usa a expressão "desconfio que não gostava", o que claramente indica uma hipótese ou uma dúvida pessoal dele sobre a relação de Desiderio com seu nome. Não é uma afirmação factual, nem um comentário jocoso, crítico ou uma concordância explícita.

2ª) "Então, quando me contaram, suspirei assim “que alívio, meu Deus, que alívio”." (5º parágrafo)

Essa reação de "alívio" ocorre após o narrador saber da "partida" (morte) de Desiderio. O texto nos parágrafos anteriores descreve que as notícias de Desiderio "eram cada vez piores" e que ele estava sendo "devorado feroz, incompreensível" pelo próprio corpo. Portanto, o alívio do narrador não é de alegria pela morte, mas sim pelo fim do sofrimento do amigo. Isso denota compaixão pelo estado em que Desiderio se encontrava.

**A) O narrador expõe um comentário jocoso sobre Desiderio em relação ao nome do rapaz. / O narrador ironiza a morte de Desiderio, julgando-a conveniente.**

**INCORRETA.** A primeira parte está incorreta: "desconfio" não é jocoso. A segunda parte também está incorreta: "alívio" não é ironia nem julgamento de conveniência, mas compaixão pelo fim do sofrimento.

**B) O narrador expõe uma hipótese sobre Desiderio não gostar do próprio nome. / O narrador expressa compaixão, sugerindo que o amigo deixara de sofrer.**

**CORRETA.** A primeira parte está correta: "desconfio que não gostava" é uma hipótese. A segunda parte também está correta: o "que alívio" no contexto do sofrimento de Desiderio e as palavras de despedida ("que fizesse boa viagem e não se preocupasse") expressam compaixão e a ideia de que o amigo não sofreria mais.

**C) O narrador expõe uma dúvida sobre a relação que Desiderio tem com o próprio nome. / O narrador sabe que a morte de Desiderio seria naquele dia.**

**INCORRETA.** A primeira parte está correta ("desconfio" implica dúvida). A segunda parte, contudo, é incorreta: o narrador "Soube de sua partida", ou seja, foi informado da morte, não tinha conhecimento prévio de que aconteceria naquele dia.

**D) O narrador expõe uma crítica do nome de Desiderio, o qual considera extravagante. / O narrador mostra-se surpreso e desesperado com a morte do amigo.**

**INCORRETA.** A primeira parte está incorreta: o narrador até diz "Que nem é feio". Não há crítica, e sim uma observação. A segunda parte também está incorreta: o "alívio" é o oposto de desespero.

**E) O narrador expõe uma concordância com o fato de Desiderio não apreciar o próprio nome. / O narrador revela um sentimento ambíguo com a morte do amigo.**

**INCORRETA.** A primeira parte está incorreta: o narrador desconfia que Desiderio não gostasse do nome, mas não expressa concordância com essa suposta não apreciação. A segunda parte ("sentimento ambíguo") poderia ser discutível, pois "alívio" junto à tristeza da perda pode gerar ambiguidade. No entanto, a primeira parte já invalida a alternativa, e a alternativa B é mais precisa na descrição da compaixão.

## **GABARITO B**

22 - (Simulado Bônus. 2025. Vunesp) Na passagem do 1º parágrafo – Chamava-se Desiderio, mas desconfio que não gostava **muito** desse nome. Que nem é **feio**... –, os termos destacados são, na ordem, advérbio e adjetivo, assim como também, correta e respectivamente, os termos destacados em:

A) ... se não gostava **mesmo** do nome tão sonoro. (1º parágrafo); Foi nessa **mesma** tarde que percebi o quanto ele estava frágil... (3º parágrafo)

B) Por trás da fragilidade física escondia-se uma **extraordinária** força. (3º parágrafo); ... dentro de uma manhã **alucinada** de verão. (5º parágrafo)

C) Eu acabara de voltar de um dos morros aqui **perto** de casa. (5º parágrafo); ... **qualquer** coisa nos olhos, no passo –, como se fosse cair. (3º parágrafo)

D) ... embora **aparentemente** normal e bonito como sempre. (3º parágrafo); ... **quando** ele começa nos devorar feroz, incompreensível. (4º parágrafo)

E) ... quando ele começa nos devorar **feroz**, incompreensível. (4º parágrafo); Nos últimos tempos, falamos muito **pouco** diretamente. (4º parágrafo)

#### Comentário

"Chamava-se Desiderio, mas desconfio que não gostava **muito** desse nome. Que nem é **feio**..."

- **muito**: Modifica o verbo "gostava", indicando intensidade. É um **advérbio** de intensidade.
- **feio**: Caracteriza o nome. É um **adjetivo**.

Portanto, a alternativa correta deve apresentar, **respectivamente**, um **advérbio** e um **adjetivo**.

**A) ... se não gostava mesmo do nome tão sonoro. (1º parágrafo); Foi nessa mesma tarde que percebi o quanto ele estava frágil... (3º parágrafo)**

**CORRETO.** O termo "mesmo", na primeira ocorrência, é um advérbio que realça a negação feita anteriormente (não gostava); por sua vez, "mesma" é um adjetivo que qualifica o substantivo "tarde", inclusive com ele concordando.

**B) Por trás da fragilidade física escondia-se uma extraordinária força. (3º parágrafo); ... dentro de uma manhã alucinada de verão. (5º parágrafo)**

**INCORRETO.** O primeiro termo, "extraordinária", é um adjetivo que qualifica o substantivo "força", e "alucinada" também é um adjetivo que qualifica "manhã". Ambos são adjetivos, e a sequência pedida é advérbio e adjetivo.

**C) Eu acabara de voltar de um dos morros aqui perto de casa. (5º parágrafo); ... qualquer coisa nos olhos, no passo –, como se fosse cair. (3º parágrafo)**

**INCORRETO.** O termo "perto" está formando uma locução adverbial ("perto de") que indica circunstância de lugar, portanto exerce a função de um advérbio. Já "qualquer" é um pronome indefinido (com função adjetiva, ou seja, pronome adjetivo). A sequência não é advérbio e adjetivo qualificativo.

**D) ... embora aparentemente normal e bonito como sempre. (3º parágrafo); ... quando ele começa nos devorar feroz, incompreensível. (4º parágrafo)**

**INCORRETO.** "Aparentemente" é um advérbio de modo (terminado em -mente). "Quando" é um advérbio de tempo (ou conjunção subordinativa adverbial temporal, dependendo da abordagem), introduzindo uma oração. Ambos os termos são advérbios, e a sequência pedida é advérbio e adjetivo.

**E) ... quando ele começa nos devorar feroz, incompreensível. (4º parágrafo); Nos últimos tempos, falamos muito pouco diretamente. (4º parágrafo)**

**INCORRETO.** "Feroz" é um adjetivo usado com valor de advérbio (adjetivo adverbializado, equivalendo a "ferozmente"). "Pouco" é um advérbio de intensidade que modifica outro advérbio ("diretamente") ou o verbo. Assim, a sequência é advérbio (funcional) e advérbio, não advérbio e adjetivo.

## GABARITO A

23 - (Simulado Bônus. 2025. Vunesp) Considere as passagens:

- Foi nessa mesma tarde que percebi o quanto ele estava frágil, **embora** aparentemente normal e bonito como sempre. (3º parágrafo)
- Depois conversei com ele pedindo que fizesse boa viagem e não se preocupasse, **que** nós vamos tentar continuar cuidando de nós mesmos... (5º parágrafo)

No contexto em que estão empregados, os termos destacados podem ser substituídos, correta e respectivamente, por:

- A) tanto que; portanto.
- B) conforme; mas.
- C) pois; porque.
- D) porém; ao passo que.
- E) ainda que; pois.

## Comentário

1ª) "Foi nessa mesma tarde que percebi o quanto ele estava frágil, **embora** aparentemente normal e bonito como sempre." (3º parágrafo)

- **"embora"**: É uma conjunção concessiva. Ela introduz uma ideia de contraste, de ressalva, ou seja, algo que acontece apesar de outra coisa.
- Ex: "Ele estava frágil, *apesar de* parecer normal."

Analisando as opções para "embora":

- A) "tanto que" - indica consequência. **INCORRETO.**
- B) "conforme" - indica conformidade. **INCORRETO.**
- C) "pois" - indica explicação/causa. **INCORRETO.**
- D) "porém" - indica adversidade/oposição. Poderia ser, mas "embora" é concessiva. **INCORRETO.**
- E) "ainda que" - é uma conjunção concessiva, sinônimo de "embora". **CORRETO.**

2ª) "Depois conversei com ele pedindo que fizesse boa viagem e não se preocupasse, **que** nós vamos tentar continuar cuidando de nós mesmos..." (5º parágrafo)

- **"que"**: Neste contexto, o "que" introduz uma oração que expressa o motivo, a causa, ou uma explicação para o "não se preocupasse". Equivale a "porque" ou "pois". O narrador diz "não se preocupe" e, em seguida, justifica o porquê dessa não preocupação.
- Analisando as opções para "que":
  - A) "portanto" - indica conclusão. **INCORRETO.**
  - B) "mas" - indica adversidade. **INCORRETO.**
  - C) "porque" - indica causa/explicação. **CORRETO.**
  - D) "ao passo que" - indica conformidade ou comparação. **INCORRETO.**
  - E) "pois" - indica causa/explicação, sinônimo de "porque" nesse contexto. **CORRETO.**

## GABARITO E

24 - (Simulado Bônus. 2025. Vunesp) A pontuação atende à norma-padrão em:

- A) Foi Marcos Breda que me apresentou, Desiderio, no fim da primavera do ano passado; depois, eu e ele nos vimos poucas vezes.
- B) A moça da portaria procurou “Fernando”, não havia nenhum, “Desiderio”; ela então, procurou “Severino”, e lá estava: Desiderio.
- C) Desiderio estava aparentemente normal e bonito como sempre; mas ele às vezes, parecia vacilar, como se fosse cair, e não caía.



D) Desconfio que Desiderio não gostava muito do próprio nome; eu, porém, não cheguei a perguntar a ele se não gostava mesmo.

E) Eu e Desiderio, falamos muito pouco diretamente: eu mandava recados, e pedia notícias a um, e a outro; elas, porém, eram cada vez piores.

#### Comentário

**A) Foi Marcos Breda que me apresentou, Desiderio, no fim da primavera do ano passado; depois, eu e ele nos vimos poucas vezes.**

**INCORRETO.** A primeira vírgula (após "apresentou") está separando o verbo (apresentou) do seu complemento, o objeto direto (Desiderio), o que é gramaticalmente incorreto. A segunda vírgula, que isola o adjunto adverbial "no fim da primavera do ano passado", e a terceira vírgula, que isola o adjunto adverbial deslocado "depois" são facultativas.

**B) A moça da portaria procurou "Fernando", não havia nenhum, "Desiderio"; ela então, procurou "Severino", e lá estava: Desiderio.**

**INCORRETO.**

- "não havia nenhum, "Desiderio"": A vírgula após "nenhum" separando "Desiderio" está incorreta, pois "Desiderio" não é um aposto explicativo aqui, mas uma espécie de retomada ou retificação.
- Além disso, não há motivo para usar aspas nos nomes próprios.

**C) Desiderio estava aparentemente normal e bonito como sempre; mas ele às vezes, parecia vacilar, como se fosse cair, e não caía.**

**INCORRETO.** Falta uma vírgula após "bonito" para iniciar a oração concessiva, e faltou outra vírgula após "ele" pra isolar o adjunto adverbial "às vezes".

**D) Desconfio que Desiderio não gostava muito do próprio nome; eu, porém, não cheguei a perguntar a ele se não gostava mesmo.**

**CORRETO.** O ponto e vírgula (;) está corretamente empregado para separar orações coordenadas que possuem um certo grau de autonomia ou que já contêm vírgulas internas. As duas vírgulas que isolam a conjunção adversativa "porém" estão gramaticalmente corretas, pois "porém" é um termo intercalado, deslocado da sua posição usual (geralmente no início da oração).

**E) Eu e Desiderio, falamos muito pouco diretamente: eu mandava recados, e pedia notícias a um, e a outro; elas, porém, eram cada vez piores.**

**INCORRETO.** A primeira vírgula (após "Desiderio") está incorreta, pois separa o sujeito composto ("Eu e Desiderio") do seu verbo ("falamos"). A segunda vírgula (após "recados") é

inadequada, pois separa orações coordenadas aditivas unidas por "e" com o mesmo sujeito (eu mandava recados e [eu] pedia notícias). A terceira vírgula (após "a um") também é incorreta, separando termos coordenados ("a um e a outro").

## GABARITO D

### DIREITO PENAL

25 - (Simulado Bônus. 2025. FCC) Aquiles colocou em seu veículo particular diversos adesivos com símbolos e emblemas identificadores da Polícia Militar, ocasião em que passou a circular com o automóvel pelas ruas do Município de São Paulo. Ao ser abordado por policiais, admitiu a caracterização irregular de seu veículo. Considerando os elementos acima expostos, Aquiles

- A) não praticou qualquer crime, pois se trata de crime funcional.
- B) praticou, em tese, o crime de reprodução ou adulteração de selo.
- C) praticou, em tese, o crime de falsificação do selo ou sinal público.
- D) praticou, em tese, o crime de falsidade ideológica.
- E) não praticou qualquer crime, pois ausentes os elementos objetivos de qualquer tipo penal.

#### Comentário

A conduta praticada por Aquiles (fez uso indevido de símbolos e emblemas identificadores da Polícia Militar (órgão público), caracteriza o crime de Falsificação do selo ou sinal público:

#### **Falsificação do selo ou sinal público**

##### **Art. 296 - Falsificar, fabricando-os ou alterando-os:**

**I - selo público destinado a autenticar atos oficiais da União, de Estado ou de Município;**

**II - selo ou sinal atribuído por lei a entidade de direito público, ou a autoridade, ou sinal público de tabelião:**

**Pena - reclusão, de dois a seis anos, e multa.**

**§ 1º - Incorre nas mesmas penas:**

**III - quem altera, falsifica ou faz uso indevido de marcas, logotipos, siglas ou quaisquer outros símbolos utilizados ou identificadores de órgãos ou entidades da Administração Pública.**

Sobre esse crime, é importante saber:

### 1º) O crime aqui é de falsificação, que pode ocorrer de duas formas:

**Falsificar, fabricando-os:** Criar um selo ou sinal público do zero, de forma idêntica ou semelhante ao verdadeiro, sem que ele exista de fato. É a **contrafação**.

- **Exemplo Prático:** Uma pessoa imprime e recorta um selo falso do Detran para colar em um documento veicular.

**Falsificar, alterando-os:** Modificar um selo ou sinal público que já existe, mas que era autêntico.

- **Exemplo Prático:** Um carimbo verdadeiro de um órgão público tem a data "2023", e alguém altera para "2024" para usar indevidamente.

### 2º) Objetos protegidos:

***I - selo público destinado a autenticar atos oficiais da União, de Estado ou de Município: São os selos usados para dar autenticidade a documentos e atos dos três níveis de governo.***

- Exemplo Prático: Selos de autenticação de certidões, diplomas, documentos de veículos, passaportes, etc. A falsificação de um selo usado em uma nota fiscal emitida pela prefeitura para um serviço é um exemplo.

***II - selo ou sinal atribuído por lei a entidade de direito público:***

- Símbolos oficiais de autarquias, fundações públicas, empresas públicas, etc.
- Exemplo Prático: Um carimbo do INSS, um selo da Receita Federal para comprovante de pagamento de imposto, um adesivo de vistoria veicular da ANTT.

***III) Selo ou sinal atribuído por lei a autoridade***

- Símbolos ou marcas de autoridades específicas.
- Exemplo Prático: O brasão ou assinatura digital de um Ministro, Presidente ou Governador.

***IV) Sinal público de tabelião***

- Os selos, carimbos e assinaturas que tabeliães e notários usam para autenticar documentos.
- Exemplo Prático: O selo de autenticidade de uma cópia de documento em cartório, o carimbo de reconhecimento de firma.

### 3º) Figuras equiparadas:

**I - quem faz uso do selo ou sinal falsificado:** Aqui não é o ato de falsificar, mas de **utilizar** aquilo que foi falsificado. A lei equipara a pena de quem usa à de quem fabrica/altera.

- **Exemplo Prático:** Pedro falsificou o selo do Detran. Maria, sabendo que o selo é falso, o utiliza para tentar emplacar seu carro. Maria incorre nas mesmas penas de Pedro.

**II - quem utiliza indevidamente o selo ou sinal verdadeiro em prejuízo de outrem ou em proveito próprio ou alheio:** Esta é uma conduta diferente: o selo ou sinal é **verdadeiro**, mas é usado de forma **indevida**, com dolo de prejudicar ou obter benefício.

- **Exemplo Prático:** Um funcionário do Ministério da Saúde tem acesso a carimbos e selos autênticos de autenticação de vacinas. Ele usa esses selos verdadeiros em carteiras de vacinação de pessoas que não foram vacinadas, em proveito próprio (talvez cobrando por isso) ou alheio. O selo é verdadeiro, mas o uso é indevido e fraudulento.

**III - quem altera, falsifica ou faz uso indevido de marcas, logotipos, siglas ou quaisquer outros símbolos utilizados ou identificadores de órgãos ou entidades da Administração Pública.** (Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000)

- Este inciso amplia o alcance do crime para outros símbolos que identifiquem órgãos ou entidades públicas, não se limitando apenas a "selos" ou "sinais" no sentido estrito. Inclui as **marcas, logotipos e siglas** usadas na identidade visual da administração.
- **Exemplo Prático:** Alguém cria uma carteira de identificação falsa usando o logotipo do "Ministério da Educação" para se passar por funcionário. Ou altera a sigla de um programa governamental para desviar recursos.

**4º) SUJEITO ATIVO:** qualquer pessoa, pois se trata de crime comum. Porém, quando o crime é praticado por funcionário público, que para tanto se prevaleça de suas funções, a pena é aumentada em um sexto, nos termos do § 2º do art. 296.

**5º) CONSUMAÇÃO:** é crime formal, ou seja, consuma-se no momento da falsificação, mediante fabricação ou alteração, do selo ou sinal público, independentemente da obtenção de vantagem indevida ou da provocação de prejuízo a alguém.

**6º) TENTATIVA:** É possível, na medida em que os atos executórios podem ser fracionados.

**7º) CONDUTA TÍPICA:** A conduta típica da figura principal (caput) é falsificar, que pode se dar por fabricação (criar imitando) ou alteração (modificação). O objeto material é o selo ou sinal público.

**8º) CAUSA DE AUMENTO DE PENA:** Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, aumenta-se a pena de **sexta parte**.

## GABARITO C

26 - (Simulado Bônus. 2024. FGV) Tício, agente público no âmbito do Estado Alfa, descobre que o seu genitor faleceu, deixando um testamento particular sobre a parte dos bens que poderia legalmente dispor. Ao tomar ciência sobre o conteúdo da disposição de última vontade, o indivíduo se frustra sobremaneira, pois não foi citado, em momento algum, pelo seu ascendente.

Nesse contexto, Tício, em um dia de folga, resolve, por conta própria, falsificar, no todo, o testamento particular. Nada obstante, dois meses depois, os fatos foram descobertos, dando ensejo à deflagração de um inquérito policial para apurar o delito perpetrado.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, é correto afirmar que Tício responderá pelo crime de

- A) falsificação de documento particular, com a incidência de causa de aumento de pena, por se tratar de agente público.
- B) falsificação de documento público, com a incidência de causa de aumento de pena, por se tratar de agente público.
- C) falsificação de documento particular, sem a incidência de causa de aumento de pena.
- D) falsificação de documento público, sem a incidência de causa de aumento de pena.
- E) falsidade ideológica, sem a incidência de causa de aumento de pena.

## Comentário

1ª Informação importante: Tício falsificou um testamento particular. Esse testamento é um documento público ou particular?

Para fins penais, é um documento público por equiparação, conforme estabelece o § 2º do art. 297 do Código Penal:

#### **Falsificação de documento público**

**Art. 297 - Falsificar, no todo ou em parte, documento público, ou alterar documento público verdadeiro:**

**Pena - reclusão, de dois a seis anos, e multa.**

**§ 1º - Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, aumenta-se a pena de sexta parte.**

**§ 2º - Para os efeitos penais, equiparam-se a documento público o emanado de entidade paraestatal, o título ao portador ou transmissível por endosso, as ações de sociedade comercial, os livros mercantis e o testamento particular.**

Portanto, Tício praticou o crime de falsificação de documento público. Para decorar quais são os documentos equiparados a documentos públicos para fins penais:

#### **MNEMÔNICO: LATTE**

<b>L</b>	ivros mercantis
<b>A</b>	s ações de sociedade comercial
<b>T</b>	estamento particular
<b>T</b>	ítulo ao portador ou transmissível por endosso
<b>E</b>	manados de entidade paraestatal

Com aumento ou sem aumento de pena?

2ª Informação importante: Tício falsificou o testamento particular em dia de folga, ou seja, ele não se prevaleceu de seu cargo para a falsificação. Portanto, não incide a causa de aumento de pena prevista no § 1º.

Sobre esse crime, é importante saber:

**1º) SUJEITO ATIVO:** qualquer pessoa, pois se trata de crime comum. Porém, quando o crime é praticado por funcionário público, que para tanto se prevaleça de suas funções, a pena é aumentada em um sexto, nos termos do § 2º do art. 297.

**2º) CONSUMAÇÃO:** é crime formal, ou seja, consuma-se no momento da falsificação ou alteração, independentemente do uso ou de qualquer outra consequência posterior.

**3º) FALSIDADE MATERIAL:** o crime de falsificação de documento é mais conhecido pela denominação “falsidade material”, diferenciando-se da falsidade ideológica (que também é uma espécie de falsidade documental).

**4º) CONDUTA TÍPICA:** falsificar (formar um documento falso) ou alterar (modificar um verdadeiro, total (quando é integralmente forjado) ou parcial (quando parte é verdadeiro e parte é falsa)).

**5º) OBJETO MATERIAL:** documento público (elaborado por funcionário público, de acordo com as formalidades legais, no desempenho de suas funções. Exs.: carteira de identidade, CPF, Carteira de Habilitação, Carteira Funcional, Certificado de Reservista, Título de Eleitor, escritura pública etc.)

**6º) DOCUMENTO PÚBLICO POR EQUIPARAÇÃO:** são os seguintes (§ 2º do art. 297)

1. os **emanados de entidade paraestatal** (autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista, fundações instituídas pelo Poder Público);
2. o **título ao portador ou transmissível por endosso** (cheque, nota promissória etc.);
3. as **ações das sociedades mercantis**: sociedades anônimas ou em comandita por ações;
4. os **livros mercantis**: utilizados pelos empresários para registro dos atos de comércio (livro diário, por exemplo).
5. o **testamento particular** (hológrafo): aquele escrito pessoalmente pelo testador

**ATENÇÃO!** Pode cair na prova o “testamento hológrafo”, também chamado de testamento particular (é o mesmo). É aquele escrito de próprio punho pelo testador, sem a necessidade de testemunhas.

**7º) TENTATIVA:** É possível porque os atos executórios podem ser fracionados

**8º) CAUSA DE AUMENTO DE PENA:** Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, aumenta-se a pena de **sexta parte**.

## **9º) FALSIFICAÇÃO DE DADOS EM CARTEIRA DE TRABALHO OU OUTROS DOCUMENTOS**

**PREVIDENCIÁRIOS:** os §§ 3º e 4º do art. 297 punem com as mesmas penas da falsidade material de documento público a falsificação de determinados documentos que têm reflexos na Previdência Social:

- insere ou faz inserir pessoa que não tem qualidade de segurado obrigatório
- insere ou faz inserir declaração falsa ou diversa da que deveria ter sido escrita

## **GABARITO D**

27 - (Simulado Bônus. 2025. FGV) Célio, agente público, concorreu culposamente, mediante conduta negligente, para que João, funcionário público, se apropriasse, em proveito próprio e agindo com dolo, de bens móveis públicos de que tinha a posse em razão do cargo ocupado.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, é correto afirmar que Célio responderá pelo crime de

- A) corrupção passiva, sendo certo que a reparação do dano, se precede à sentença irrecorrível, extingue a punibilidade do agente.
- B) corrupção passiva, sendo certo que a reparação do dano, se precede à sentença irrecorrível, reduz pela metade a pena imposta.
- C) corrupção ativa, sendo certo que a reparação do dano, se precede à sentença irrecorrível, extingue a punibilidade do agente.
- D) peculato culposo, sendo certo que a reparação do dano, se precede à sentença irrecorrível, extingue a punibilidade do agente.
- E) peculato culposo, sendo certo que a reparação do dano, se precede à sentença irrecorrível, reduz pela metade a pena imposta.

### **Comentário**

Como Célio concorreu CULPOSAMENTE, mediante uma conduta negligente, para que outra pessoa (pode ser particular ou funcionário público) cometesse outro crime, ele cometeu o crime de Peculato culposo:

### **Peculato**

**Art. 312** - Apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio:

(...)



## Peculato culposo

§ 2º - Se o funcionário **concorrer culposamente** para o crime de outrem:

Pena - detenção, de três meses a um ano.

§ 3º - No caso do parágrafo anterior, a **reparação do dano**, se precede à sentença irrecorrível, **extingue a punibilidade**; se lhe é posterior, reduz de metade a pena imposta.

E, nesse crime, temos a reparação do dano, que vai funcionar assim:

REPARAÇÃO NO PECULATO CULPOSO	
ANTES DA SENTENÇA IRRECORRÍVEL	EXTINGUE A PUNIBILIDADE
DEPOIS DA SENTENÇA IRRECORRÍVEL	REDUZ A PENA DA METADE

Sobre esse crime, é importante saber:

**1º) SUJEITO ATIVO:** trata-se de crime próprio, só podendo ser praticado por funcionário público (lembrando que particular pode ser coautor ou partícipe).

**2º) CONDUTA TÍPICA:** Para que ocorra o peculato culposo, é preciso a soma de 2 fatores (a+b)

a) Que o funcionário público tenha sido descuidado, faltando com o seu dever de guarda ou vigilância da coisa pública (por isso que é peculato culposo).		b) Que terceiro (funcionário público ou não) pratique um crime doloso, se aproveitando da facilidade advinda da conduta culposa do funcionário público.
--	---	---

Exemplo prático: **policial que deixa uma viatura com as portas abertas em via pública e dela se afasta desnecessariamente, deixando-a sem vigilância, o que acaba possibilitando o furto do radiotransmissor por pessoa que passava pelo local.**

**ATENÇÃO1:** no exemplo acima narrado, o policial responde por peculato culposo e o terceiro que furtou o radiotransmissor responde por furto. Não pense que os dois vão responder por peculato culposo, pois estamos diante de crimes autônomos.

**ATENÇÃO2:** suponha, que, em que pese o descuido do policial, não houve qualquer crime doloso advindo de sua conduta, ou seja, não houve o furto do radiotransmissor. Nessa hipótese, não se configurou o peculato culposo.

**3º) CONSUMAÇÃO:** no momento em que se consuma o crime de terceiro.

**4º) TENTATIVA:** não é possível por se tratar de crime culposo.

**5º) REPARAÇÃO DO DANO:** conforme dispõe o § 3º do 312, a reparação do dano no peculato culposo pode ensejar duas consequências, dependendo do momento em que ocorra:

- Antes da sentença irrecorrível: extingue a punibilidade
- Depois da sentença irrecorrível: reduz a pena pela metade

**ATENÇÃO MASTER!** O PECULATO É O ÚNICO CRIME PRATICADO POR FUNCIONÁRIO PÚBLICO QUE ADMITE A MODALIDADE CULPOSA. ALÍAS, É O ÚNICO CRIME QUE CAI NO NOSSO EDITAL QUE ADMITE A FORMA CULPOSA.

## GABARITO D

28 - (Simulado Bônus. 2025. FGV) Caio, ocupante de um cargo em comissão no âmbito de uma empresa pública federal, solicitou diretamente, para si, vantagem indevida do particular Lucas, com o objetivo de deixar de praticar determinado ato de ofício, em benefício do último. Contudo, Lucas, irresignado com a proposta recebida, comunicou os fatos às autoridades competentes, não efetuando qualquer pagamento ao referido agente público.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, é correto afirmar que Caio:

A) responderá pelo crime de corrupção passiva, com a incidência de uma causa de aumento de pena, por se tratar de ocupante de cargo em comissão em uma empresa pública;

- B) responderá pelo crime de corrupção ativa, com a incidência de uma causa de aumento de pena, por se tratar de ocupante de cargo em comissão em uma empresa pública;
- C) responderá pelo crime de corrupção ativa qualificado, por se tratar de ocupante de cargo em comissão em uma empresa pública;
- D) não responderá criminalmente, já que a vantagem indevida não foi recebida;
- E) não responderá criminalmente, por não ser titular de cargo efetivo.

#### Comentário

Como Caio, que é um funcionário público (ocupa cargo em comissão de uma empresa pública federal), SOLICITOU vantagem indevida de particular, ele praticou o crime de corrupção passiva:

#### **Corrupção passiva**

**Art. 317 - Solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem:**

**Pena – reclusão, de 2 (dois) a 12 (doze) anos, e multa. (Redação dada pela Lei nº 10.763, de 12.11.2003)**

**§ 1º - A pena é aumentada de um terço, se, em consequência da vantagem ou promessa, o funcionário retarda ou deixa de praticar qualquer ato de ofício ou o pratica infringindo dever funcional.**

**§ 2º - Se o funcionário pratica, deixa de praticar ou retarda ato de ofício, com infração de dever funcional, cedendo a pedido ou influência de outrem:**

**Pena - detenção, de três meses a um ano, ou multa.**

“Mas SIGA, como o particular não efetuou o pagamento solicitado, achei que o crime não se consumaria. Por que se consumou?”

O crime se consumou porque se trata de um crime formal, ou seja, ele se consuma com a mera conduta de SOLICITAR, independentemente de a solicitação ser aceita ou não. O crime se consumou no momento da solicitação.

Além disso: aplica-se a causa de aumento de pena prevista lá no § 2º do art. 327, por se tratar de ocupante de cargo em comissão:

**Art. 327, § 2º - A pena será aumentada da terça parte quando os autores dos crimes previstos neste Capítulo forem ocupantes de cargos em comissão ou de função de direção ou assessoramento de órgão da administração direta, sociedade de economia mista, empresa pública ou fundação instituída pelo poder público.**

Portanto:

A pena será aumentada de 1/3 quando o **autor** for ocupante de:

- cargos em comissão
- função de direção ou assessoramento
- de órgão da Adm. direta, sociedade de economia mista, empresa pública ou fundação instituída pelo poder público.

**ATENÇÃO:** perceba que o § 2º não menciona “autarquia”. Assim, pela letra da lei, ocupante de cargo em comissão em autarquia que seja autor de crime praticados por funcionários públicos não terá a sua pena aumentada em 1/3.

**OBS1:** Cargo em comissão é o cargo para o qual o sujeito é nomeado em confiança, sem a necessidade de concurso público.

**OBS2:** O aumento também será cabível quando o agente ocupar função de direção (Governadores, por exemplo) ou assessoramento (Secretários Municipais, assessores de Deputados etc.).

## GABARITO A

29 - (Simulado Bônus. 2024. FGV) Guilherme, juiz federal, expediu mandado de condução coercitiva para que Daniel, testemunha arrolada pelo Ministério Público Federal, fosse ouvido em juízo. Durante o cumprimento da determinação judicial pelo oficial de justiça de plantão, Daniel o ofendeu severamente, humilhando-o mediante o emprego de diversas palavras depreciativas, relacionadas ao cargo ocupado, embora não tenha se oposto à execução da ordem legal.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, Daniel responderá pelo crime de:

- A) violência arbitrária;
- B) excesso de exação;

- C) desobediência;
- D) resistência;
- E) desacato.

#### Comentário

Como Daniel ofendeu severamente o Oficial de Justiça, humilhando-o mediante o emprego de diversas palavras depreciativas, relacionadas ao cargo ocupado, ele praticou o crime de desacato:

#### **Desacato**

**Art. 331 - Desacatar funcionário público no exercício da função ou em razão dela:**

**Pena - detenção, de seis meses a dois anos, ou multa.**

Sobre esse crime, importante saber:

**1º) SUJEITO ATIVO:** é crime comum, ou seja, pode ser praticado por qualquer pessoa, inclusive por funcionário público, conforme doutrina majoritária. O funcionário público ao ofender o outro se despe da qualidade de funcionário público e se equipara a um particular, respondendo pelo crime de desacato.

**2º) CONDUTA TÍPICA:** “desacatar” significa ofender, desrespeitar, desprestigiar. Admite qualquer meio de execução, seja com palavras, com gestos etc. O crime pode se configurar em 2 situações:

- quando a ofensa for feita contra funcionário que está no exercício de suas funções, ou seja, que está trabalhando
- quando for feita contra funcionário que está de folga, desde que se refira às suas funções.

**EXEMPLOS PRÁTICOS:** xingar o policial que o está multando; fazer sinais ofensivos; rasgar o mandado de intimação entregue pelo oficial de justiça e atirá-lo ao chão; passar a mão no rosto do policial; atirar seu quepe no chão; mostrar o dedo do meio etc.

**ATENÇÃO1:** O desacato pode, excepcionalmente, ser cometido por ato omissivo, como no caso de pessoa que, acintosamente, finge não perceber que o funcionário está lhe dirigindo a palavra.

**ATENÇÃO2:** O desacato pressupõe que a ofensa seja feita na presença do funcionário, pois somente assim ficará caracterizada a intenção de desprestigiar a função.

**ATENÇÃO3:** O crime de desacato existe mesmo que o fato não seja presenciado por outras pessoas, porque a publicidade da ofensa não é requisito do crime. Basta, portanto, que o funcionário esteja presente.

**3º) CONSUMAÇÃO:** é crime formal e se consuma no momento em que ocorre a ofensa. É indiferente se o agente público sentiu-se ou não ofendido, pois a lei tutela a dignidade da função pública, e não a honra de quem a exerce.

**4º) TENTATIVA:** O crime, por exigir a presença do sujeito passivo, torna-se unissubsistente, não admitindo a tentativa.

Não confunda:

RESISTÊNCIA (ART. 329)	DESOBEDIÊNCIA (ART. 330)	DESACATO (ART. 331)
Opor-se à execução de ato legal, mediante violência ou ameaça a funcionário competente para executá-lo ou a quem lhe esteja prestando auxílio:	Desobedecer a ordem legal de funcionário público:	Desacatar funcionário público no exercício da função ou em razão dela:
Ex: Aquiles, com o objetivo de impedir a execução de uma ordem judicial, <u>ameaçou e agrediu</u> um oficial de justiça que se encontrava em sua residência para realizar uma intimação.	Ex: Afrodite, dirigindo uma motocicleta sem capacete, foi interceptada por um policial em serviço de trânsito, o qual lhe <u>deu ordem para parar</u> o veículo. Afrodite, no entanto, <u>fugiu em alta velocidade</u> .	Ex: Em um shopping, Zeus, ex-presidiário, encontrou-se com Poseidon, que estava passeando no local com sua família. Nessa ocasião, Zeus reconheceu Poseidon como sendo um dos agentes federais de execução penal que haviam realizado sua escolta durante uma de suas transferências de presídio. Zeus, então, <u>dirigiu xingamentos a Poseidon, em razão do cargo deste</u> .
Há violência ou ameaça (a ameaça não precisa ser grave)	Não há violência ou ameaça. O agente simplesmente não cumpre o que foi ordenado	há desrespeito, desprestígio, ofensa, humilhação

## GABARITO E

30 - (Simulado Bônus. 2025. FGV) Mário, maior e capaz, no pleno gozo de suas faculdades mentais, compareceu à sede da Justiça Federal no estado do Amazonas, tendo sido ouvido,

na qualidade de testemunha, em uma ação penal que apura a prática de um crime contra a Administração Pública. Registre-se que, na referida ação penal, houve, ainda, a participação de Lucas, na qualidade de intérprete. Finda a instrução processual, ao analisar os autos para apresentação de alegações finais, o procurador da República concluiu que Mário e Lucas fizeram afirmações falsas em juízo.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, é correto afirmar que:

- A) Mário responderá pelo crime de falso testemunho. Por sua vez, Lucas não responderá por qualquer crime, em razão da atipicidade formal da conduta;
- B) Lucas responderá pelo crime de falso testemunho. Por sua vez, Mário não responderá por qualquer crime, em razão da atipicidade formal da conduta;
- C) Mário e Lucas responderão pelo crime de denunciação caluniosa;
- D) Mário e Lucas responderão pelo crime de fraude processual;
- E) Mário e Lucas responderão pelo crime de falso testemunho.

#### Comentário

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, é correto afirmar que Mário e Lucas responderão pelo crime de falso testemunho:

#### Falso testemunho ou falsa perícia

**Art. 342. Fazer afirmação falsa, ou negar ou calar a verdade como **testemunha**, perito, contador, tradutor ou **intérprete** em processo judicial, ou administrativo, inquérito policial, ou em juízo arbitral: (Redação dada pela Lei nº 10.268, de 28.8.2001)**

**Pena - reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa. (Redação dada pela Lei nº 12.850, de 2013) (Vigência)**

**§ 1º As penas aumentam-se de um sexto a um terço, se o crime é praticado mediante suborno ou se cometido com o fim de obter prova destinada a produzir efeito em processo penal, ou em processo civil em que for parte entidade da administração pública direta ou indireta. (Redação dada pela Lei nº 10.268, de 28.8.2001)**

**§ 2º O fato deixa de ser punível se, antes da sentença no processo em que ocorreu o ilícito, o agente se retrata ou declara a verdade. (Redação dada pela Lei nº 10.268, de 28.8.2001)**

CAUTION! Embora o crime se chame “falso testemunho ou falsa perícia”, o crime pode ser praticado por:

- testemunha
- perito

- contador
- tradutor ou intérprete

Sobre esse crime, é importante saber:

**1º) SUJEITO ATIVO:** é crime próprio, pois só pode ser praticado por testemunha, perito, contador, tradutor ou intérprete.

**ATENÇÃO1:** A vítima não é considerada testemunha e, portanto, não comete falso testemunho. As partes (autor e réu em ação cível, por exemplo) também não cometem falso testemunho.

**2º) CONDUTA TÍPICIA:** a lei incrimina 3 condutas:

**a) fazer afirmação falsa** (conduta comissiva): significa afirmar inverdade. É a chamada falsidade positiva;

**b) negar a verdade** (conduta comissiva): o sujeito diz não ter visto o que, em verdade, viu

**c) calar a verdade** (conduta omissiva): silenciar a respeito do que sabe

**ATENÇÃO2:** perceba das condutas acima descritas que o crime em análise pode ser cometido tanto por ação quanto por omissão.

**ATENÇÃO3:** Para que se configura esse crime, ele deverá ser cometido em:

**a) Processo judicial:** alcança o processo civil, trabalhista, criminal etc.

**b) Inquérito policial.**

**c) Processo administrativo:** aquele instaurado no âmbito da Administração Pública para apurar faltas ou transgressões disciplinares ou administrativas.

**d) Em juízo arbitral:** procedimento regulamentado pela Lei n. 9.307/96 que tem por objetivo solucionar extrajudicialmente litígios relativos a direitos patrimoniais disponíveis.

**ATENÇÃO4:** Para que ocorra o crime de falso testemunho, a falsidade deve ser relativa a fato juridicamente relevante, ou seja, deve referir-se a assunto discutido nos autos.

**ATENÇÃO5:** Para a configuração do falso não se exige que o depoimento tenha efetivamente influenciado na decisão do juiz, bastando a possibilidade de influir no resultado da causa.



**3º) CONSUMAÇÃO:** O crime de falso testemunho é de natureza formal e se consuma com a simples prestação do depoimento falso, sendo de todo irrelevante se influiu ou não no desfecho do processo. o crime de falsa perícia se consuma com a entrega do laudo em desconformidade com a realidade, a fim de produzir efeitos em processo judicial, administrativo, inquérito policial ou juízo arbitral, ou então na ocasião em que o perito, tradutor, contador ou intérprete, nessa condição, faz afirmação falsa, nega ou cala a verdade perante a autoridade.

**4º) CAUSA DE AUMENTO DE PENA:** aumenta 1/6 a 1/3:

- **praticado mediante suborno:** a pessoa que deu, prometeu ou ofereceu o dinheiro à testemunha ou perito incide no art. 343 do Código Penal.
- Se o delito for cometido com o fim de obter prova destinada a produzir efeito em **processo penal:** se o falso for cometido em inquérito policial ou em ação penal, a pena será agravada.
- Se o crime for praticado com o fim de obter prova destinada a produzir efeito em **processo civil em que for parte entidade da Administração Pública direta ou indireta.**

**5º) RETRATAÇÃO:** O fato deixa de ser punível se, **ANTES** da sentença no processo **em que ocorreu o ilícito**, o agente se retrata ou declara a verdade.

**6º) TENTATIVA:** prevalece o entendimento de que não é possível, mas há divergência na doutrina. Damásio de Jesus entende que é possível, apesar de, na prática, ser de difícil ocorrência. Ex.: audiência interrompida durante o depoimento, por falta de energia elétrica.

## GABARITO E

### DIREITO PROCESSUAL PENAL

31 - (Simulado Bônus. 2023. FGV) 1º cenário: Guilherme, titular da Vara Criminal da Comarca XYZ, verifica que o Ministério Público ofereceu denúncia em face de seu amigo íntimo.

2º cenário: Guilherme, titular da Vara Criminal da Comarca XYZ, verifica que o Ministério Público ofereceu denúncia em face de seu credor.

Considerando as disposições do Código de Processo Penal, é correto afirmar que o juiz dar-se-á por:

- A) suspeito, no 1º cenário, mas, no 2º cenário, inexistente causa de impedimento ou de suspeição;
- B) suspeito, no 1º cenário, e por impedido, no 2º cenário;
- C) impedido, no 1º cenário, e por suspeito, no 2º cenário;
- D) impedido, nos dois cenários;
- E) suspeito, nos dois cenários.

#### Comentário

A imparcialidade do julgador é um pilar fundamental do sistema judicial. O Código de Processo Penal (CPP) brasileiro estabelece situações específicas que podem comprometer essa imparcialidade, dividindo-as em impedimentos (Art. 252) e suspeições (Art. 254). A suspeição ocorre quando há um vínculo pessoal ou interesse que pode influenciar a decisão do juiz, tornando-o inapto para julgar a causa.

#### **Análise de Cenários: Suspeição do Juiz no Processo Penal**

A imparcialidade do julgador é um pilar fundamental do sistema judicial. O Código de Processo Penal (CPP) brasileiro estabelece situações específicas que podem comprometer essa imparcialidade, dividindo-as em impedimentos (Art. 252) e suspeições (Art. 254). A suspeição ocorre quando há um vínculo pessoal ou interesse que pode influenciar a decisão do juiz, tornando-o inapto para julgar a causa.

#### **Cenário 1: Juiz Titular de Vara Criminal e Denúncia Contra Amigo Íntimo**

No primeiro cenário, um juiz verifica que o Ministério Público ofereceu denúncia contra um **amigo íntimo**.

- Este caso se enquadra perfeitamente no **Artigo 254, inciso I, do Código de Processo Penal**, que afirma: "**O juiz dar-se-á por suspeito, e, se não o fizer, poderá ser recusado por qualquer das partes: I - se for amigo íntimo ou inimigo capital de qualquer deles.**"

**Art. 254.** O juiz dar-se-á por **suspeito**, e, se não o fizer, poderá ser recusado por qualquer das partes:

**I - se for **amigo íntimo** ou inimigo capital de qualquer deles;**

II - se ele, seu cônjuge, ascendente ou descendente, estiver respondendo a processo por fato análogo, sobre cujo caráter criminoso haja controvérsia;

III - se ele, seu cônjuge, ou parente, consanguíneo, ou afim, até o terceiro grau, inclusive, sustentar demanda ou responder a processo que tenha de ser julgado por qualquer das partes;

IV - se tiver aconselhado qualquer das partes;

V - se for credor ou devedor, tutor ou curador, de qualquer das partes;

VI - se for sócio, acionista ou administrador de sociedade interessada no processo.

Portanto, a relação de amizade íntima com uma das partes (neste caso, o denunciado) configura uma situação de **suspeição** do juiz.

## Cenário 2: Juiz e Denúncia Contra Seu Credor

No segundo cenário, o juiz verifica que o Ministério Público ofereceu denúncia contra seu **credor**.

- Esta situação está expressamente prevista no **Artigo 254, inciso V, do Código de Processo Penal**, que dispõe: "O juiz dar-se-á por **suspeito**, e, se não o fizer, poderá ser recusado por qualquer das partes: V - se for **credor** ou devedor, tutor ou curador, de qualquer das partes."

**Art. 254.** O juiz dar-se-á por **suspeito**, e, se não o fizer, poderá ser recusado por qualquer das partes:

I - se for amigo íntimo ou inimigo capital de qualquer deles;

II - se ele, seu cônjuge, ascendente ou descendente, estiver respondendo a processo por fato análogo, sobre cujo caráter criminoso haja controvérsia;

III - se ele, seu cônjuge, ou parente, consanguíneo, ou afim, até o terceiro grau, inclusive, sustentar demanda ou responder a processo que tenha de ser julgado por qualquer das partes;

IV - se tiver aconselhado qualquer das partes;

V - **se for credor** ou devedor, tutor ou curador, de qualquer das partes;

VI - se for sócio, acionista ou administrador de sociedade interessada no processo.

Assim, a relação de credor-devedor com uma das partes no processo também configura uma situação de **suspeição** do juiz.

Portanto, ambos os cenários descritos – o juiz ser amigo íntimo de uma das partes ou ser credor de uma das partes – são hipóteses claras de **suspeição** conforme o **Art. 254 do Código de Processo Penal**.

## GABARITO E

32 - (Simulado Bônus. 2024. FGV) Em cumprimento à determinação judicial, Lucas, oficial de justiça, compareceu ao domicílio de Caio, réu em ação penal que apura a suposta prática de crime contra a Administração Pública em âmbito federal. Sem conseguir citá-lo, o agente público conversou com vizinhos, que afirmaram que Caio, após tomar ciência sobre o processo, vem buscando se ocultar para não ser responsabilizado criminalmente.

Nesse cenário, segundo as disposições do Código de Processo Penal, verificando que o réu se oculta para não ser citado, o oficial de justiça certificará a ocorrência e procederá à citação:

- A) por carta precatória, sendo certo que, completada a diligência, se o acusado não comparecer, haverá as suspensões do processo e do prazo prescricional;
- B) por carta rogatória, sendo certo que, completada a diligência, se o acusado não comparecer, haverá as suspensões do processo e do prazo prescricional;
- C) com hora certa, sendo certo que, completada a diligência, se o acusado não comparecer, haverá as suspensões do processo e do prazo prescricional;
- D) por carta precatória, sendo certo que, completada a diligência, se o acusado não comparecer, lhe será nomeado defensor dativo;
- E) com hora certa, sendo certo que, completada a diligência, se o acusado não comparecer, lhe será nomeado defensor dativo.

### Comentário

No caso da nossa questão, o Oficial de Justiça procederá à citação por HORA CERTA, conforme determina o art. 362 do CPP, sendo certo que, completada a citação com hora certa, se o acusado não comparecer, ser-lhe-á nomeado DEFENSOR DATIVO:

**Art. 362. Verificando que o réu se oculta para não ser citado, o oficial de justiça certificará a ocorrência e procederá à citação com hora certa, na forma estabelecida nos arts. 227 a 229 da Lei no 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil.**

**Parágrafo único. Completada a citação com hora certa, se o acusado não comparecer, ser-lhe-á nomeado defensor dativo.**

Ninguém pode ser julgado criminalmente sem defesa. Mesmo que o réu esteja se ocultando, o processo não pode tramitar sem que ele tenha um defensor. A nomeação do defensor dativo garante que a defesa técnica seja exercida, mesmo contra a vontade do réu de participar.

## GABARITO E

33 - (Simulado Bônus. FGV. 2024) João, juiz de direito, possui, em seu acervo, dois processos sujeitos ao procedimento comum. A primeira relação processual tem, por objeto, um crime cuja sanção máxima cominada é igual a cinco anos de pena privativa de liberdade. Por sua vez, o segundo processo está atrelado a um delito cuja sanção máxima cominada é igual a três anos de pena privativa de liberdade.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Processo Penal sobre o procedimento comum, é correto afirmar que:

- A) a primeira relação processual está sujeita ao procedimento comum sumaríssimo. Por sua vez, o segundo processo observará o procedimento comum ordinário;
- B) a primeira relação processual está sujeita ao procedimento comum sumário. Por sua vez, o segundo processo observará o procedimento comum ordinário;
- C) a primeira relação processual está sujeita ao procedimento comum ordinário. Por sua vez, o segundo processo observará o procedimento comum sumário;
- D) os dois processos estão sujeitos ao procedimento comum ordinário;
- E) os dois processos estão sujeitos ao procedimento comum sumário.

### Comentário

Essa questão exigiu o conhecimento do art. 394 do CPP:

**Art. 394. O procedimento será comum ou especial.**

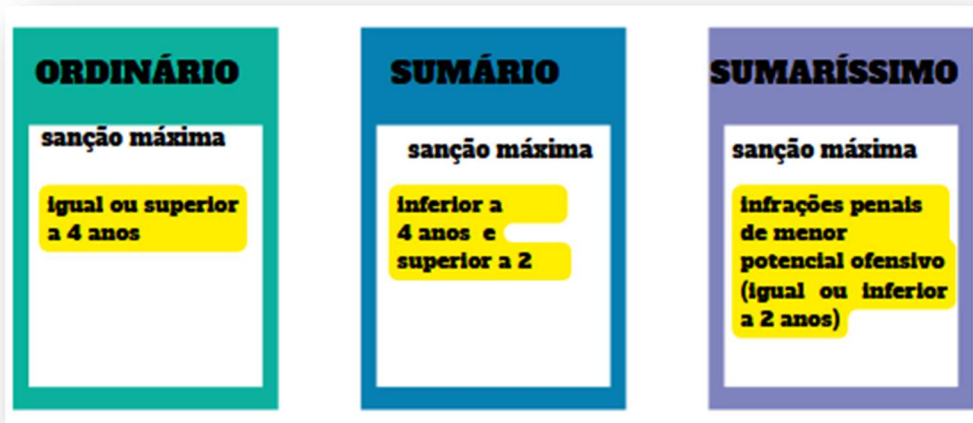
**§ 1º O procedimento comum será ordinário, sumário ou sumaríssimo:**

**I - ordinário, quando tiver por objeto crime cuja sanção máxima cominada for igual ou superior a 4 (quatro) anos de pena privativa de liberdade;**

**II - sumário, quando tiver por objeto crime cuja sanção máxima cominada seja inferior a 4 (quatro) anos de pena privativa de liberdade;**

**III - sumaríssimo, para as infrações penais de menor potencial ofensivo, na forma da lei.**

Esquematizando:



1º Caso: versa sobre crime com pena máxima igual a cinco anos de pena privativa de liberdade, ou seja, deve ser adotado o procedimento comum **ORDINÁRIO**.

2º Caso: trata de crime cuja sanção máxima cominada é igual a três anos de pena privativa de liberdade, ou seja, será adotado o rito **SUMÁRIO**.

### GABARITO C

34 - (Simulado Bônus. 2024. FGV) João, Juiz-Presidente do Tribunal do Júri da Comarca Alfa, no interior do estado Beta, verificou a existência de dúvida concreta quanto à segurança pessoal de Tício, réu em processo que apura a suposta prática de um crime doloso contra a vida. Dessa forma, o juízo cientificou todos os envolvidos na relação processual sobre a situação posta.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Processo Penal, é correto afirmar que:

A) o Tribunal, de ofício, a requerimento do Ministério Público, do assistente, do querelante ou do acusado ou mediante representação de João, poderá determinar o desaforamento do julgamento para outra comarca da mesma região, onde não exista dúvida concreta quanto à segurança pessoal de Tício, preferindo-se as mais próximas;

B) o Tribunal, a requerimento do Ministério Público, do assistente, do querelante ou do acusado ou mediante representação de João, poderá determinar o desaforamento do julgamento para outra comarca da mesma região, onde não exista dúvida concreta quanto à segurança pessoal de Tício, preferindo-se as mais próximas;

C) João poderá, a requerimento do Ministério Público, do assistente, do querelante ou do acusado, determinar o desaforamento do julgamento para outra comarca da mesma

região, onde não exista dúvida concreta quanto à segurança pessoal de Tício, preferindo-se as mais próximas;

D) João poderá, de ofício, determinar o desaforamento do julgamento para a Comarca da capital do estado Beta;

E) distribuído o pedido de desaforamento ao Tribunal, será imediatamente suspenso o julgamento pelo júri.

#### Comentário

O **desaforamento** é um instituto do Direito Processual Penal que permite a mudança do local de julgamento de um processo do Tribunal do Júri para outra comarca. Essa medida excepcional visa garantir a imparcialidade do julgamento e a segurança das partes envolvidas, especialmente em casos de grande repercussão. O **Art. 427 do Código de Processo Penal (CPP)** detalha as condições e o procedimento para que o desaforamento ocorra.

#### Desaforamento no Tribunal do Júri: Análise Detalhada do Art. 427 do CPP

O desaforamento é um mecanismo jurídico crucial no processo penal brasileiro que permite a transferência do julgamento de um caso do Tribunal do Júri para outra comarca. Seu objetivo principal é assegurar a imparcialidade do julgamento e a segurança dos envolvidos, especialmente quando o ambiente original pode estar comprometido. O Art. 427 do Código de Processo Penal (CPP) estabelece as condições e o rito para que essa medida excepcional seja aplicada.

***a) o Tribunal, de ofício, a requerimento do Ministério Público, do assistente, do querelante ou do acusado ou mediante representação de João, poderá determinar o desaforamento do julgamento para outra comarca da mesma região, onde não exista dúvida concreta quanto à segurança pessoal de Tício, preferindo-se as mais próximas;***

**INCORRETA:** A afirmação está incorreta porque o Tribunal não pode determinar o desaforamento "de ofício". A iniciativa para o desaforamento deve sempre partir de um requerimento das partes (Ministério Público, assistente, querelante ou acusado) ou de uma representação do juiz competente.

**Art. 427 do CPP: Se o interesse da ordem pública o reclamar ou houver dúvida sobre a imparcialidade do júri ou a segurança pessoal do acusado, o Tribunal, a requerimento do Ministério Público, do assistente, do querelante ou do acusado ou mediante representação do juiz competente, poderá determinar o desaforamento do julgamento para outra comarca da mesma região, onde não existam aqueles motivos, preferindo-se as mais próximas.**

***b) o Tribunal, a requerimento do Ministério Público, do assistente, do querelante ou do acusado ou mediante representação de João, poderá determinar o desaforamento do julgamento para outra comarca da mesma região, onde não exista dúvida concreta quanto à segurança pessoal de Tício, preferindo-se as mais próximas;***

**CORRETA:** Esta alternativa está correta e reflete fielmente o que o Art. 427 do CPP prevê. O desaforamento é uma decisão do Tribunal, que age mediante provocação (requerimento das partes ou representação do juiz). A finalidade é encontrar uma comarca na mesma região que não apresente os problemas iniciais, priorizando a proximidade.

**Art. 427 do CPP: Se o interesse da ordem pública o reclamar ou houver dúvida sobre a imparcialidade do júri ou a segurança pessoal do acusado, o Tribunal, a requerimento do Ministério Público, do assistente, do querelante ou do acusado ou mediante representação do juiz competente, poderá determinar o desaforamento do julgamento para outra comarca da mesma região, onde não existam aqueles motivos, preferindo-se as mais próximas.**

***c) João poderá, a requerimento do Ministério Público, do assistente, do querelante ou do acusado, determinar o desaforamento do julgamento para outra comarca da mesma região, onde não exista dúvida concreta quanto à segurança pessoal de Tício, preferindo-se as mais próximas;***

**INCORRETA:** A afirmação está incorreta porque "João" (o juiz presidente do Tribunal do Júri de primeira instância) não possui competência para determinar o desaforamento. A ele cabe apenas representar ao Tribunal de Justiça (instância superior) sobre a necessidade do desaforamento.

**Art. 427 do CPP: Se o interesse da ordem pública o reclamar ou houver dúvida sobre a imparcialidade do júri ou a segurança pessoal do acusado, o Tribunal, a requerimento do Ministério Público, do assistente, do querelante ou do acusado ou mediante representação do juiz competente, poderá determinar o desaforamento do julgamento para outra comarca da mesma região, onde não existam aqueles motivos, preferindo-se as mais próximas.**

***d) João poderá, de ofício, determinar o desaforamento do julgamento para a Comarca da capital do estado Beta;***

**INCORRETA:** Esta alternativa é incorreta por duas razões. Primeiro, "João" (o juiz presidente do Júri) não pode determinar o desaforamento de ofício, apenas representar. Segundo, o desaforamento não impõe que o julgamento seja deslocado para a capital; a lei orienta que se prefiram as comarcas mais próximas onde os motivos do desaforamento não existam.

**Art. 427 do CPP: Se o interesse da ordem pública o reclamar ou houver dúvida sobre a imparcialidade do júri ou a segurança pessoal do acusado, o Tribunal, a requerimento**



do Ministério Público, do assistente, do querelante ou do acusado ou mediante representação do juiz competente, poderá determinar o desaforamento do julgamento para outra comarca da mesma região, onde não existam aqueles motivos, preferindo-se as mais próximas.

*e) distribuído o pedido de desaforamento ao Tribunal, será imediatamente suspenso o julgamento pelo júri.*

**INCORRETA:** A afirmação está incorreta porque a suspensão do julgamento pelo júri não é imediata e automática com a distribuição do pedido. A suspensão é uma faculdade do relator no Tribunal, que deve ser fundamentada e ocorre apenas se os motivos alegados no pedido forem considerados relevantes.

**Art. 427, § 2º, do CPP:** Sendo relevantes os motivos alegados, o relator poderá determinar, fundamentadamente, a suspensão do julgamento pelo júri.

## GABARITO B

35 - (Simulado Bônus. 2023. Vunesp) Salvo a hipótese de má-fé, a parte não será prejudicada pela interposição de um recurso por outro. Se o juiz, desde logo, reconhecer a impropriedade do recurso interposto pela parte,

- A) mandará processá-lo de acordo com o rito do recurso cabível.
- B) decidirá por seu não conhecimento, apontando a falta de adequação.
- C) determinará que o escrivão certifique a boa-fé do recorrente.
- D) ordenará a manifestação da parte contrária.
- E) deverá reconhecer que o recurso é deserto.

### Comentário

No Direito Processual Penal, o princípio da **fungibilidade recursal** é uma garantia importante que visa evitar o prejuízo à parte que interpõe um recurso incorreto, desde que não haja má-fé. Ele busca priorizar o acesso à justiça e a efetividade da jurisdição, permitindo que o mérito do caso seja analisado mesmo diante de um equívoco formal na escolha do recurso. O **Art. 579 do Código de Processo Penal (CPP)** é a base legal para esse princípio.

*a) mandará processá-lo de acordo com o rito do recurso cabível.*

**CORRETA.** Esta alternativa está correta e reflete exatamente o que dispõe o parágrafo único do Art. 579 do CPP. Se o juiz verificar que a parte interpôs um recurso de forma

equivocada, mas agiu de boa-fé, ele deve dar prosseguimento ao processo, aplicando o rito do recurso que seria o correto para a situação. Isso evita que um erro formal prejudique o direito da parte de ter seu pleito analisado.

**Art. 579, Parágrafo único, do CPP: Se o juiz, desde logo, reconhecer a impropriedade do recurso interposto pela parte, mandará processá-lo de acordo com o rito do recurso cabível.**

***b) decidirá por seu não conhecimento, apontando a falta de adequação.***

**INCORRETA.** Esta alternativa está incorreta e contraria o princípio da fungibilidade recursal. Conforme o Art. 579, parágrafo único, do CPP, o juiz não deve simplesmente não conhecer o recurso por sua inadequação. Pelo contrário, se houver boa-fé, deve-se aplicar o rito do recurso cabível para permitir sua análise.

***c) determinará que o escrivão certifique a boa-fé do recorrente.***

**INCORRETA.** Esta alternativa está incorreta. A análise da boa-fé do recorrente é uma prerrogativa do juiz, que deve avaliar as circunstâncias do caso para decidir se o erro na interposição do recurso foi por má-fé ou um equívoco justificado. A boa-fé não é atestada por uma certidão do escrivão.

**Art. 579, caput, do CPP: Salvo a hipótese de má-fé, a parte não será prejudicada pela interposição de um recurso por outro. (A análise da má-fé é judicial, não cartorária).**

***d) ordenará a manifestação da parte contrária.***

**INCORRETA.** O Art. 579, parágrafo único, do CPP não prevê que o juiz deva ordenar a manifestação da parte contrária antes de mandar processar o recurso pelo rito adequado. A decisão de aplicar a fungibilidade é uma prerrogativa inicial do juiz diante da impropriedade do recurso interposto. A parte contrária será ouvida nos termos do rito do recurso cabível.

***e) deverá reconhecer que o recurso é deserto.***

**INCORRETA.** A deserção de um recurso ocorre por razões específicas, como a ausência de recolhimento de custas processuais ou preparo, quando exigível (principalmente em ações penais privadas e quando o querelante não é beneficiário da justiça gratuita). A deserção não tem relação com a impropriedade da modalidade recursal, objeto da fungibilidade.

**GABARITO A**

36 - (Simulado Bônus. 2024. FGV) João foi capturado em flagrante pela suposta prática do crime de furto qualificado. Por ocasião da audiência de custódia, o magistrado relaxou a prisão flagrancial do custodiado, ao argumento de que o auto de prisão em flagrante delito não observou as exigências constitucionais e legais. Irresignado, o Ministério Público pretende recorrer da decisão judicial que fora proferida.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Processo Penal, o Ministério Público poderá fazer uso de:

- A) embargos infringentes e de nulidade;
- B) recurso em sentido estrito;
- C) carta testemunhável;
- D) recurso de apelação;
- E) correição parcial.

#### Comentário

No caso da nossa questão, João foi preso em flagrante por suposto furto qualificado, mas o magistrado, em audiência de custódia, relaxou a prisão. O relaxamento ocorreu porque o auto de prisão em flagrante delito não atendeu às exigências constitucionais e legais. O Ministério Público, discordando da decisão, busca recorrer.

O que significa relaxar a prisão em flagrante? Significa que o juiz colocou o preso em liberdade, porque sua prisão foi considerada ilegal.

Qual o recurso cabível contra a decisão que relaxa a prisão? É o RESE:

**Art. 581. Caberá recurso, no sentido estrito, da decisão, despacho ou sentença:**

(...)

**V - que conceder, negar, arbitrar, cassar ou julgar inidônea a fiança, indeferir requerimento de prisão preventiva ou revogá-la, conceder liberdade provisória ou relaxar a prisão em flagrante;**

## GABARITO B

37 - (Simulado Bônus. TRT/15. 2025. FCC) Para os efeitos da Lei nº 9.099/1995 e suas alterações, consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo:

- A) as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima superior a 5 anos, cumulada ou não com multa.
- B) os crimes, apenas, desde que a lei comine pena máxima não superior a 3 anos, cumulada ou não com multa.
- C) as contravenções penais, apenas, desde que a lei comine pena máxima não superior a 3 anos, cumulada com multa.
- D) as contravenções penais e os crimes que a lei comine pena máxima não superior a 2 anos, cumulada ou não com multa.
- E) as contravenções penais e os crimes desde que a lei comine pena máxima superior a 4 anos, cumulada com multa.

Comentário

De acordo com o art. 61 da Lei 9.099/95:

**Art. 61. Consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo, para os efeitos desta Lei, as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a 2 (dois) anos, cumulada ou não com multa.**

Aprofundando o conhecimento:

### 1º) Contravenções penais

**O que são?** São as infrações mais leves do nosso ordenamento jurídico, definidas na Lei de Contravenções Penais (Decreto-Lei nº 3.688/41). Elas são consideradas de menor gravidade do que os crimes e, por isso, suas penas são mais brandas (geralmente prisão simples ou multa).

**Pena Máxima:** Não há limite de pena para enquadrá-las como de menor potencial ofensivo, pois, por sua própria natureza jurídica, todas as contravenções penais são consideradas infrações de menor potencial ofensivo.

### Exemplo Prático:

- **Vias de fato (Art. 21 da Lei de Contravenções Penais):** Ocorre quando há uma agressão física sem deixar lesões (ex: um empurrão).
- **Perturbação do sossego (Art. 42 da Lei de Contravenções Penais):** Fazer barulho excessivo que perturba a tranquilidade alheia (ex: som alto em casa de show, vizinho com festa barulhenta).

**Conclusão para Contravenções:** Toda contravenção penal é, por definição, uma infração de menor potencial ofensivo e será julgada pelo Juizado Especial Criminal.

### 2º) Os Crimes a que a lei comine pena máxima não superior a 2 (dois) anos, cumulada ou não com multa

**O que são?** São crimes (infrações mais graves que as contravenções) cuja pena máxima prevista na lei **não ultrapassa 2 anos de privação de liberdade**. Não importa se a pena de multa também está prevista; o critério é a pena privativa de liberdade.

**Pena Máxima:** A atenção deve ser na **pena máxima em abstrato** cominada pela lei para o crime, e não na pena que será efetivamente aplicada em um caso concreto.

### Exemplo Prático:

- **Lesão corporal leve (Art. 129, *caput*, do Código Penal):** Pena de detenção de 3 meses a 1 ano. Como a pena máxima é 1 ano (não superior a 2 anos), é infração de menor potencial ofensivo.
- **Ameaça (Art. 147 do Código Penal):** Pena de detenção de 1 a 6 meses, ou multa. Pena máxima de 6 meses, então é infração de menor potencial ofensivo.
- **Desacato (Art. 331 do Código Penal):** Pena de detenção de 6 meses a 2 anos, ou multa. Pena máxima de 2 anos, então é infração de menor potencial ofensivo.

### O que NÃO é infração de menor potencial ofensivo por esse critério?

- **Furto simples (Art. 155, *caput*, do Código Penal):** Pena de reclusão de 1 a 4 anos, e multa. Pena máxima é 4 anos, que é superior a 2 anos. Portanto, **não é** infração de menor potencial ofensivo.

## DIREITO PROCESSUAL CIVIL

38 - (Simulado Bônus. 2024. Vunesp) José, juiz de direito, percebeu que um dos processos judiciais a ele distribuídos tinha como réu instituição de ensino para a qual presta serviços, por meio de contrato, sem vínculo empregatício, produzindo material para um curso de pós-graduação na modalidade EAD. Acerca do caso hipotético, pode-se corretamente afirmar que José

A) é suspeito, não podendo atuar no processo.

B) é suspeito, devendo a parte, no prazo de 5 (cinco) dias, a partir do conhecimento do fato, apresentar exceção de suspeição, sob pena de preclusão.

C) é impedido, devendo a parte, no prazo de 5 (cinco) dias, a partir do conhecimento do fato, apresentar exceção de suspeição, sob pena de preclusão.

D) é impedido, sendo-lhe vedado exercer suas funções no processo.

E) poderá atuar livremente no processo, pois não possui relação de emprego com a instituição de ensino ré.

Comentário

**a) é suspeito, não podendo atuar no processo.**

**INCORRETA.** Esta alternativa confunde impedimento com suspeição. A relação de prestação de serviços com uma das partes configura uma hipótese de impedimento, que é uma situação mais grave e objetiva do que a suspeição.

**b) é suspeito, devendo a parte, no prazo de 5 (cinco) dias, a partir do conhecimento do fato, apresentar exceção de suspeição, sob pena de preclusão.**

**INCORRETA:** Esta alternativa está incorreta por múltiplos motivos. Primeiro, como na alternativa "a", ela confunde impedimento com suspeição. Segundo, o prazo para alegar impedimento ou suspeição é de 15 dias, não de 5 dias. Terceiro, o procedimento correto é a alegação de impedimento ou suspeição, e não especificamente uma "exceção de suspeição" como único termo.

**Art. 146 do CPC/2015:** No prazo de 15 (quinze) dias, a contar do conhecimento do fato, a parte alegará o impedimento ou a suspeição, em petição específica dirigida ao juiz do processo, na qual indicará o fundamento da recusa, podendo instruí-la com documentos em que se fundar a alegação e com rol de testemunhas.

**c) é impedido, devendo a parte, ~~no prazo de 5 (cinco) dias~~, a partir do conhecimento do fato, apresentar exceção de suspeição, sob pena de preclusão.**

**INCORRETA:** Apesar de corretamente identificar que o juiz está impedido, a alternativa contém erros processuais. O prazo para alegar impedimento ou suspeição é de 15 dias, conforme o Art. 146, caput, do CPC/2015, e não 5 dias. Além disso, embora seja uma "exceção" no sentido lato, a terminologia processual mais precisa para alegar impedimento ou suspeição é "alegação de impedimento ou suspeição".

**Art. 146 do CPC/2015:** No prazo de 15 (quinze) dias, a contar do conhecimento do fato, a parte alegará o impedimento ou a suspeição, em petição específica dirigida ao juiz do processo, na qual indicará o fundamento da recusa, podendo instruí-la com documentos em que se fundar a alegação e com rol de testemunhas.

***d) é impedido, sendo-lhe vedado exercer suas funções no processo.***

**CORRETA:** Esta alternativa está correta. Conforme o cenário de referência (o juiz José prestando serviços para a instituição de ensino ré), a situação configura um caso de impedimento do juiz. O Art. 144, inciso VII, do CPC/2015 é claro ao estabelecer que o juiz é impedido quando há relação de emprego ou contrato de prestação de serviços com uma das partes. Nesses casos, o juiz está legalmente proibido de atuar no processo.

**Art. 144 do CPC/2015:** Há impedimento do juiz, sendo-lhe vedado exercer suas funções no processo:

(...)

**VII - em que figure como parte instituição de ensino com a qual tenha relação de emprego ou decorrente de contrato de prestação de serviços;**

***e) poderá atuar livremente no processo, pois não possui relação de emprego com a instituição de ensino ré.***

**INCORRETA:** Esta alternativa está incorreta. Ela ignora que a hipótese de impedimento do juiz não se limita apenas a relações de emprego. O Art. 144, inciso VII, do CPC/2015 também abrange explicitamente as situações decorrentes de contrato de prestação de serviços. Portanto, mesmo sem vínculo empregatício direto, a prestação de serviços gera o impedimento.

**Art. 144, VII, do CPC/2015:** em que figure como parte instituição de ensino com a qual tenha relação de emprego ou decorrente de contrato de prestação de serviços;

**GABARITO D**

39 - (Simulado Bônus. 2024. FGV) João, Regina e Maria debatiam acerca dos pronunciamentos judiciais. João afirmou que as decisões interlocutórias são todos os pronunciamentos judiciais decisórios que não são sentenças. Regina, por sua vez, disse que as sentenças são todos os pronunciamentos por meio dos quais o juiz põe fim à fase de conhecimento, bem como extingue a execução. Por fim, Maria aduziu que os atos meramente ordinatórios independem de despacho do juiz.

Tomando o debate acima, é correto afirmar que

- A) todos estão certos em suas colocações.
- B) Regina está certa em sua colocação, ao passo que João e Maria estão errados em suas colocações.
- C) João está certo em sua colocação, enquanto Maria e Regina estão erradas em suas colocações.
- D) todos estão errados em suas colocações.
- E) João e Maria estão certos em suas colocações, enquanto Regina está errada em sua colocação.

Comentário

O Código de Processo Civil (CPC) de 2015 classifica os pronunciamentos do juiz em três categorias principais: **sentenças**, **decisões interlocutórias** e **despachos**. Além disso, o Código também aborda os **atos meramente ordinatórios**. Entender essa classificação é fundamental para compreender o andamento do processo judicial e a natureza de cada ato praticado pelo magistrado e pelos servidores da justiça.

**1º) João está certo quando afirmou que as decisões interlocutórias são todos os pronunciamentos judiciais decisórios que não são sentenças porque é o que estabelece o art. 203, § 2º do CPC.**

**CORRETA:** A afirmação de João está correta. O § 2º do Art. 203 do CPC define a decisão interlocutória por exclusão, ou seja, é todo pronunciamento judicial que possui natureza decisória e que não se enquadra na definição de sentença.

**Art. 203, § 2º, do CPC: Decisão interlocutória é todo pronunciamento judicial de natureza decisória que não se enquadre no § 1º.**

**2º) Regina está certa quando disse que as sentenças são todos os pronunciamentos por meio dos quais o juiz põe fim à fase de conhecimento, bem como extingue a execução porque é o que estabelece o art. 203, § 1º do CPC;**



**CORRETA:** A afirmação de Regina está correta. O § 1º do Art. 203 do CPC define sentença como o pronunciamento judicial que põe fim à fase de conhecimento do procedimento comum, com base nos artigos 485 (sentença sem resolução de mérito) e 487 (sentença com resolução de mérito), e também o pronunciamento que extingue a execução.

**Art. 203, § 1º, do CPC: Ressalvadas as disposições expressas dos procedimentos especiais, sentença é o pronunciamento por meio do qual o juiz, com fundamento nos arts. 485 e 487, põe fim à fase cognitiva do procedimento comum, bem como extingue a execução.**

**3º) Maria está certa quando aduziu que os atos meramente ordinatórios independem de despacho do juiz porque é o que prescreve o art. 203, § 4º do CPC.**

**CORRETA:** A afirmação de Maria está correta. Embora o § 3º do Art. 203 defina o que são despachos (todos os demais pronunciamentos do juiz), o § 4º do mesmo artigo especifica que os atos meramente ordinatórios (como juntada e vista obrigatória) independem de despacho do juiz e devem ser praticados de ofício pelo servidor, podendo ser revistos pelo juiz quando necessário.

**Art. 203, § 4º, do CPC: Os atos meramente ordinatórios, como a juntada e a vista obrigatória, independem de despacho, devendo ser praticados de ofício pelo servidor e revistos pelo juiz quando necessário.**

## **GABARITO A**

40 - (Simulado Bônus. 2025. FCC) Lucas ajuizou ação contra empresa para pleitear a restituição de um valor já reconhecido como devido em sede de recurso repetitivo. Considerando que Lucas possui todos os documentos para comprovar as suas alegações, o pedido que deve ser formulado por Lucas na petição inicial é de tutela provisória

- A) de evidência, que poderá ser deferida liminarmente pelo juiz.
- B) de urgência, após o contraditório a que o réu não oponha prova capaz de gerar dúvida razoável.
- C) de evidência, após o contraditório a que o réu não oponha prova capaz de gerar dúvida razoável.
- D) de urgência, que poderá ser deferida liminarmente pelo juiz.
- E) cautelar antecedente, que poderá ser deferida liminarmente pelo juiz.

Comentário

A questão aborda um caso prático sobre o tipo de tutela provisória que Lucas deve pleitear em sua petição inicial. O cerne da questão reside na situação em que o valor pleiteado já foi **reconhecido como devido em sede de recurso repetitivo** e Lucas possui **todos os documentos para comprovar suas alegações**.

Essa situação específica remete diretamente à **tutela de evidência**, que é um tipo de tutela provisória que dispensa a demonstração de perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo, focando na alta probabilidade do direito.

**A) de evidência, que poderá ser deferida liminarmente pelo juiz.**

**CORRETA.** Esta alternativa se encaixa perfeitamente na situação descrita. O fato de o valor ser "já reconhecido como devido em sede de recurso repetitivo" enquadra-se na hipótese do Art. 311, inciso II, do CPC, que permite a concessão da tutela de evidência quando "as alegações de fato puderem ser comprovadas apenas documentalment e houver tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em súmula vinculante".

Além disso, o Parágrafo único do Art. 311 do CPC estabelece que, nas hipóteses dos incisos II e III, "o juiz poderá decidir liminarmente", ou seja, sem a prévia oitiva do réu (sem contraditório prévio).

**Art. 311, II, do CPC: A tutela da evidência será concedida, independentemente da demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo, quando: (...)**

**II - as alegações de fato puderem ser comprovadas apenas documentalment e houver tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em súmula vinculante;**

**Art. 311, Parágrafo único, do CPC: Nas hipóteses dos incisos II e III, o juiz poderá decidir liminarment e.**

**B) de urgência, após o contraditório a que o réu não oponha prova capaz de gerar dúvida razoável.**

**INCORRETA.** Não se trata de tutela de urgência. A tutela de urgência exige a demonstração de "perigo de dano" ou "risco ao resultado útil do processo" (*periculum in mora*), o que não é um requisito para a tutela de evidência. A condição de "após o contraditório a que o réu não oponha prova capaz de gerar dúvida razoável" se assemelha a uma das hipóteses da tutela de evidência (Art. 311, IV), mas não da tutela de urgência, e não é a hipótese principal para o caso de recurso repetitivo.

***C) de evidência, após o contraditório a que o réu não oponha prova capaz de gerar dúvida razoável.***

**INCORRETA.** Embora seja uma hipótese de tutela de evidência (Art. 311, IV, do CPC), esta alternativa não é a mais precisa para o cenário de "valor já reconhecido como devido em sede de recurso repetitivo". Nesse caso específico (Art. 311, II), a tutela de evidência pode ser deferida liminarmente, ou seja, antes do contraditório, e não necessariamente "após o contraditório".

***D) de urgência, que poderá ser deferida liminarmente pelo juiz.***

**INCORRETA.** Não se trata de tutela de urgência, conforme explicado na alternativa B.

***E) cautelar antecedente, que poderá ser deferida liminarmente pelo juiz.***

**INCORRETA.** Não se trata de tutela cautelar. A tutela cautelar tem natureza conservativa, visando assegurar o resultado útil do processo principal, e não a antecipação do próprio direito. A situação de Lucas busca a restituição de um valor, o que configura uma tutela satisfativa, e não meramente conservativa.

## **GABARITO A**

41 - (Simulado Bônus. 2024. FCC) Suzane ajuizou demanda indenizatória, porém teve sua petição inicial indeferida, em razão de inépcia desta. Nessa situação, se Suzane interpuser apelação,

A) o recurso deverá ser indeferido, já que o CPC prevê expressamente o cabimento de agravo de instrumento para essa hipótese.

B) o réu deve ser intimado para tomar ciência do processo, sem, contudo, poder apresentar contrarrazões ao recurso.

C) os autos serão remetidos ao tribunal sem a citação da parte requerida.

D) o juiz poderá retratar-se no prazo de cinco dias.

E) no caso de reforma da sentença pelo tribunal, o prazo para contestação será iniciado a partir da publicação do acórdão no diário oficial.

## **Comentário**

A petição inicial é a porta de entrada de um processo judicial. Se ela for considerada inepta (ou seja, não preenche os requisitos legais essenciais ou apresenta vícios graves), o juiz pode indeferi-la, o que gera uma sentença que põe fim ao processo em primeira instância. Nesse cenário, o Código de Processo Civil (CPC) de 2015 estabelece um rito específico para a interposição de recurso de apelação por parte do autor.

***A) o recurso deverá ser indeferido, já que o CPC prevê expressamente o cabimento de agravo de instrumento para essa hipótese.***

**INCORRETA:** O recurso cabível contra a sentença que indefere a petição inicial é expressamente a apelação, conforme o Art. 331, caput, do CPC. Não se trata de agravo de instrumento.

**Art. 331, caput, do CPC/2015: Indeferida a petição inicial, o autor poderá apelar, facultado ao juiz, no prazo de 5 (cinco) dias, retratar-se.**

***B) o réu deve ser intimado para tomar ciência do processo, sem, contudo, poder apresentar contrarrazões ao recurso.***

**INCORRETA:** Se o juiz não se retratar do indeferimento da petição inicial, o réu deverá ser citado para responder ao recurso de apelação, o que implica, sim, a possibilidade de apresentar contrarrazões.

**Art. 331, § 1º, do CPC/2015: Se não houver retratação, o juiz mandará citar o réu para responder ao recurso.**

***C) os autos serão remetidos ao tribunal sem a citação da parte requerida.***

**INCORRETA:** Conforme explicado na análise da alternativa "B", a citação do réu para responder ao recurso é uma etapa obrigatória antes da remessa dos autos ao tribunal, caso o juiz não se retrate. Os autos só são remetidos ao tribunal após o decurso do prazo para a resposta ao recurso.

**Art. 331, § 1º, do CPC/2015: Se não houver retratação, o juiz mandará citar o réu para responder ao recurso. (A remessa subsequente ao tribunal pressupõe o cumprimento desta etapa).**

***D) o juiz poderá retratar-se no prazo de cinco dias.***

**CORRETA:** O Art. 331, caput, do CPC/2015, prevê expressamente a possibilidade de o juiz exercer o juízo de retratação no prazo de 5 (cinco) dias após a interposição da apelação contra o indeferimento da petição inicial.

**Art. 331, caput, do CPC/2015: Indeferida a petição inicial, o autor poderá apelar, facultado ao juiz, no prazo de 5 (cinco) dias, retratar-se.**

***E) no caso de reforma da sentença pelo tribunal, o prazo para contestação será iniciado a partir da publicação do acórdão no diário oficial.***

**INCORRETA:** O CPC/2015 estabelece que, se a sentença de indeferimento da inicial for reformada pelo tribunal, **o prazo para contestação do réu começará a correr da intimação do retorno dos autos à primeira instância**, e deverá ser observado o disposto sobre a designação de audiência de conciliação ou mediação (Art. 334 do CPC). Não é a partir da publicação do acórdão no diário oficial.

**Art. 331, § 2º, do CPC/2015: Sendo a sentença reformada pelo tribunal, o prazo para a contestação começará a correr da intimação do retorno dos autos, observado o disposto no art. 334.**

**Art. 334, caput, do CPC/2015: Se a petição inicial preencher os requisitos essenciais e não for o caso de improcedência liminar do pedido, o juiz designará audiência de conciliação ou de mediação com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, devendo ser citado o réu com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência.**

## **GABARITO D**

42 - (Simulado Bônus. 2024. FCC) De acordo com o Código de Processo Civil, o depoimento pessoal

- A) implica o dever de depor sobre todos os fatos que lhe forem perguntados, sem exceção.
- B) pode ser assistido pela parte que ainda não foi ouvida.
- C) prescinde, para aplicação da pena de confesso, de prévia intimação pessoal.
- D) deve ser requerido pela própria parte, para oitiva dela própria, se desejar expor pessoalmente os fatos.
- E) pode ser colhido por meio de videoconferência, inclusive durante a audiência de instrução e julgamento, se a parte residir em comarca diversa daquela onde tramita à processo.

Comentário

***A) implica o dever de depor sobre todos os fatos que lhe forem perguntados, sem exceção.***

**INCORRETA:** O dever de depor não é absoluto. O CPC prevê exceções, ou seja, situações em que a parte não é obrigada a depor sobre determinados fatos.

**Art. 388 do CPC: A parte não é obrigada a depor sobre fatos:**

**I - criminosos ou torpes que lhe forem imputados;**

**II - a cujo respeito, por estado ou profissão, deva guardar sigilo;**

**III - acerca dos quais não possa responder sem desonra própria, de seu cônjuge, de seu companheiro ou de parente em grau sucessível;**

**IV - que coloquem em perigo a vida do depoente ou das pessoas referidas no inciso III.**

**Parágrafo único. Esta disposição não se aplica às ações de estado e de família.**

***B) pode ser assistido pela parte que ainda não foi ouvida.***

**INCORRETA:** O CPC proíbe expressamente que a parte que ainda não depôs assista ao depoimento da outra parte. Isso visa evitar que o depoente adapte sua versão dos fatos com base no que já foi dito.

**Art. 385, § 2º, do CPC: É vedado a quem ainda não depôs assistir ao interrogatório da outra parte.**

***C) prescinde, para aplicação da pena de confesso, de prévia intimação pessoal.***

**INCORRETA:** Para que a pena de confesso (confissão ficta) seja aplicada, é imprescindível (não prescinde) que a parte tenha sido previamente intimada pessoalmente para depor e advertida da pena. A ausência de intimação pessoal ou da advertência impede a aplicação dessa sanção processual.

**Art. 385, § 1º, do CPC: Se a parte, pessoalmente intimada para prestar depoimento pessoal e advertida da pena de confesso, não comparecer ou, comparecendo, se recusar a depor, o juiz aplicar-lhe-á a pena.**

***D) deve ser requerido pela própria parte, para oitiva dela própria, se desejar expor pessoalmente os fatos.***

**INCORRETA:** O depoimento pessoal é um meio de prova que se destina a colher a versão da parte adversa. Portanto, ele cabe à parte requerer o depoimento da outra parte, e não o depoimento de si mesma. O juiz, no entanto, tem o poder de ordenar o depoimento de ofício.

**Art. 385, caput, do CPC: Cabe à parte requerer o depoimento pessoal da outra parte, a fim de que esta seja interrogada na audiência de instrução e julgamento, sem prejuízo do poder do juiz de ordená-lo de ofício.**

***E) pode ser colhido por meio de videoconferência, inclusive durante a audiência de instrução e julgamento, se a parte residir em comarca diversa daquela onde tramita o processo.***

**CORRETA:** O CPC, buscando modernizar o processo e facilitar a produção de provas, permite expressamente que o depoimento pessoal seja colhido por meio de videoconferência ou outro recurso tecnológico, especialmente quando a parte reside em comarca diversa.

**Art. 385, § 3º, do CPC: O depoimento pessoal da parte que residir em comarca, seção ou subseção judiciária diversa daquela onde tramita o processo poderá ser colhido por meio de videoconferência ou outro recurso tecnológico de transmissão de sons e imagens em tempo real, o que poderá ocorrer, inclusive, durante a realização da audiência de instrução e julgamento.**

## **GABARITO E**

43 - (Simulado Bônus. 2025. FCC. Adaptada) Márcia deseja ingressar com demanda judicial perante o Juizado Especial Cível e procurou a Defensoria Pública para orientações. Nessa situação, ela deverá ser informada de que:

- A) não se admite o litisconsórcio passivo, tampouco a intervenção de terceiros.
- B) nos Foros onde o Juizado Especial Cível estiver instalado, sua competência é absoluta.
- C) em caso de conciliação, o valor acordado entre as partes poderá superar quarenta salários mínimos.
- D) nas causas de valor até vinte salários mínimos, não há necessidade de atuação de advogado ou defensor público, em todas as instâncias.
- E) se a parte ré não for localizada, será possível sua citação por edital.

Comentário

***A) não se admite o litisconsórcio passivo, tampouco a intervenção de terceiros.***

**INCORRETA.** A Lei nº 9.099/95 realmente não admite a intervenção de terceiros (como assistência, denúncia da lide, chamamento ao processo, etc.), mas admite o litisconsórcio. Litisconsórcio significa a existência de mais de um autor ou mais de um réu no mesmo polo da ação.

**Lei nº 9.099/95, Art. 10: Não se admitirá, no processo, qualquer forma de intervenção de terceiro nem de assistência. Admitir-se-á o litisconsórcio.**

**B) nos Foros onde o Juizado Especial Cível estiver instalado, sua competência é absoluta.**

**INCORRETA.** A competência dos Juizados Especiais Cíveis é, em regra, relativa, e não absoluta. Isso significa que, nas causas que se enquadram nos limites do JEC, a parte tem a opção de ajuizar a ação tanto no Juizado Especial quanto na Justiça Comum. A competência só se torna "absoluta" no sentido de ser a única via se houver renúncia ao crédito excedente ao limite de 40 salários-mínimos.

**Lei nº 9.099/95, Art. 3º, § 3º: A opção pelo procedimento previsto nesta Lei importará em renúncia ao crédito excedente ao limite estabelecido neste artigo, excetuada a hipótese de conciliação. (A opção indica que não é absoluta).**

**C) em caso de conciliação, o valor acordado entre as partes poderá superar quarenta salários mínimos.**

**CORRETA.** Embora a competência do Juizado Especial Cível seja para causas de valor até quarenta salários-mínimos, há uma exceção expressa para a conciliação. Se as partes chegarem a um acordo em conciliação, o valor desse acordo pode ultrapassar o limite de quarenta salários-mínimos, pois a lei busca incentivar a autocomposição.

**Lei nº 9.099/95, Art. 3º, § 3º: A opção pelo procedimento previsto nesta Lei importará em renúncia ao crédito excedente ao limite estabelecido neste artigo, excetuada a hipótese de conciliação.**

**D) nas causas de valor até vinte salários mínimos, há necessidade de atuação de advogado ou defensor público.**

**INCORRETA.** Pois até 20 salários-mínimos a assistência por advogado é FACULTATIVA:

**Lei nº 9.099/95, Art. 9º: Nas causas de valor até vinte salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogado; nas de valor superior, a assistência é obrigatória.**

**Lei nº 9.099/95, Art. 41, § 2º: No recurso, as partes serão obrigatoriamente representadas por advogado.**

**E) se a parte ré não for localizada, será possível sua citação por edital.**

**INCORRETA.** Uma das características fundamentais dos Juizados Especiais Cíveis é a simplicidade e a oralidade, evitando formalismos que poderiam atrasar o processo. Por essa razão, a citação por edital, que pressupõe a impossibilidade de localização pessoal



do réu e é um procedimento mais complexo, não é admitida no JEC. Se o réu não for encontrado para ser citado pessoalmente, o processo é extinto sem resolução do mérito.

**Lei nº 9.099/95, Art. 18, § 2º: Não se fará citação por edital.**

## GABARITO C

44 - (Simulado Bônus. 2024. Vunesp) Acerca dos juizados especiais da Fazenda Pública, assinale a alternativa **correta**.

A) Não haverá prazo diferenciado para a prática de qualquer ato processual pelas pessoas jurídicas de direito público, inclusive a interposição de recursos, devendo a citação para a audiência de conciliação ser efetuada com antecedência mínima de 15 (quinze) dias úteis.

B) Haverá reexame necessário, se a condenação do ente público superar a quantia de 40 (quarenta) salários mínimos ou contrariar súmula, jurisprudência dominante ou tese decorrente de recursos repetitivos do Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça ou Tribunal de Justiça local.

C) Os Juizados Especiais da Fazenda Pública serão instalados pelos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal, bem como pela Justiça Federal de cada ente da federação, vedada a instalação de Juizados Especiais Adjuntos, salvo mediante convênio entre órgãos do Judiciário vinculados a tribunais diferentes.

D) Os conciliadores e juízes leigos são auxiliares da Justiça, recrutados, os primeiros, exclusivamente, entre os bacharéis em Direito, e os segundos, entre advogados com mais de 2 (dois) anos de experiência.

E) Caberá pedido de uniformização de interpretação de lei que será julgado em reunião conjunta das Turmas em conflito, sob a presidência de desembargador indicado pelo Tribunal de Justiça, quando houver divergência entre decisões proferidas por Turmas Recursais sobre questões de direito material.

Comentário

**A) Não haverá prazo diferenciado para a prática de qualquer ato processual pelas pessoas jurídicas de direito público, inclusive a interposição de recursos, devendo a citação para a audiência de conciliação ser efetuada com antecedência ~~mínima de 15 (quinze) dias úteis~~.**

**INCORRETA.** A primeira parte da afirmativa ("Não haverá prazo diferenciado...") está correta, conforme o Art. 7º da Lei. No entanto, a segunda parte ("devendo a citação para a audiência de conciliação ser efetuada com antecedência mínima de 15 (quinze) dias úteis") está incorreta. A lei estabelece um prazo de 30 dias para a citação.

Lei nº 12.153/2009, Art. 7º: Não haverá prazo diferenciado para a prática de qualquer ato processual pelas pessoas jurídicas de direito público, inclusive a interposição de recursos, devendo a citação para a audiência de conciliação ser efetuada com **antecedência mínima de 30 (trinta) dias.**

*B) Haverá reexame necessário, se a condenação do ente público superar a quantia de 40 (quarenta) salários mínimos ou contrariar súmula, jurisprudência dominante ou tese decorrente de recursos repetitivos do Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça ou Tribunal de Justiça local.*

**INCORRETA.** O Art. 11 da Lei nº 12.153/2009 expressamente estabelece que não haverá reexame necessário nas causas de que trata a Lei dos Juizados Especiais da Fazenda Pública. Esta é uma simplificação processual importante para o rito.

Lei nº 12.153/2009, Art. 11: Nas causas de que trata esta Lei, **não haverá reexame necessário.**

*C) Os Juizados Especiais da Fazenda Pública serão instalados pelos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal, bem como pela Justiça Federal de cada ente da federação, vedada a instalação de Juizados Especiais Adjuntos, salvo mediante convênio entre órgãos do Judiciário vinculados a tribunais diferentes.*

**INCORRETA.** Os Juizados Especiais da Fazenda Pública são instalados pelos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal, mas não pela Justiça Federal. Além disso, a lei permite a instalação de Juizados Especiais Adjuntos, e não a veda.

Lei nº 12.153/2009, Art. 14: Os Juizados Especiais da Fazenda Pública **serão instalados pelos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal.**

Parágrafo único: **Poderão ser instalados Juizados Especiais Adjuntos**, cabendo ao Tribunal designar a Vara onde funcionará.

*D) Os conciliadores e juízes leigos são auxiliares da Justiça, recrutados, os primeiros, exclusivamente, entre os bacharéis em Direito, e os segundos, entre advogados com mais de 2 (dois) anos de experiência.*

**INCORRETA.** Esta afirmação está incorreta por causa do termo "exclusivamente". O Art. 15, § 1º, da Lei nº 12.153/2009 estabelece que os conciliadores são recrutados preferencialmente entre bacharéis em Direito, não exclusivamente.

Lei nº 12.153/2009, Art. 15, § 1º: Os conciliadores e juízes leigos são auxiliares da Justiça, recrutados, os primeiros, **preferentemente**, entre os bacharéis em Direito, e os segundos, entre advogados com mais de 2 (dois) anos de experiência.

***E) Caberá pedido de uniformização de interpretação de lei que será julgado em reunião conjunta das Turmas em conflito, sob a presidência de desembargador indicado pelo Tribunal de Justiça, quando houver divergência entre decisões proferidas por Turmas Recursais sobre questões de direito material.***

**CORRETA:** Esta afirmação está correta e descreve com precisão uma das hipóteses e o procedimento para o pedido de uniformização de interpretação de lei no âmbito dos Juizados Especiais da Fazenda Pública, quando a divergência ocorre entre Turmas Recursais do mesmo Estado.

**Lei nº 12.153/2009, Art. 18: Caberá pedido de uniformização de interpretação de lei quando houver divergência entre decisões proferidas por Turmas Recursais sobre questões de direito material.**

**§ 1º: O pedido fundado em divergência entre Turmas do mesmo Estado será julgado em reunião conjunta das Turmas em conflito, sob a presidência de desembargador indicado pelo Tribunal de Justiça.**

**GABARITO E**

## **DIREITO CONSTITUCIONAL**

45 - (Simulado Bônus. 2025. Inéditas) A Constituição Federal estabelece que a casa é asilo inviolável do indivíduo e garante a inviolabilidade do sigilo da correspondência e das comunicações. Sobre esses direitos, assinale a alternativa correta:

- A) A casa pode ser adentrada a qualquer momento do dia ou da noite por determinação judicial, para cumprimento de mandado de busca e apreensão.
- B) O sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas é inviolável, não admitindo-se qualquer exceção.
- C) Em caso de flagrante delito, desastre, ou para prestar socorro, é possível a entrada na casa a qualquer hora, independentemente de consentimento ou ordem judicial.
- D) A inviolabilidade do domicílio só pode ser afastada com o consentimento do morador, mesmo em situações de iminente perigo público.
- E) O sigilo das comunicações telefônicas pode ser afastado por ordem judicial para fins de investigação criminal ou instrução processual civil.

Comentário

***A) A casa pode ser adentrada a qualquer momento do dia ou da noite por determinação judicial, para cumprimento de mandado de busca e apreensão.***

**INCORRETA.** A Constituição Federal restringe a entrada na casa por determinação judicial ao período diurno. Art. 5º, XI da CF/88.

**Art. 5º, XI da CF/88: a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial;**

- **Flagrante Delito:** Em qualquer horário (**dia ou noite**), é permitida a entrada na casa sem consentimento do morador em caso de flagrante delito, ou seja, quando alguém é pego em meio à prática de um crime.
- **Desastre ou Socorro:** Em qualquer horário (**dia ou noite**), a entrada na casa também é permitida para prestar socorro em situações de desastre, como incêndios ou enchentes, quando a vida ou a segurança das pessoas está em risco.
- **Determinação Judicial: Somente durante o dia**, a casa pode ser acessada por determinação judicial, desde que haja um mandado de busca e apreensão específico.

Esse inciso cai muito em prova, então fizemos esse esqueminha:

REGRA GERAL	EXCEÇÕES: casos em que é possível permitido penetrar em casa mesmo sem o consentimento do morador
A casa (alcançando também escritórios, motéis, hotéis e congêneres, embarcações, conforme entendimento do Supremo) é asilo inviolável e nela ninguém pode penetrar sem o consentimento do morador.	1º) Em qualquer horário <ul style="list-style-type: none"><li>• Flagrante delito</li><li>• Desastre</li><li>• Prestar socorro</li></ul>
	2º) Somente durante o dia <ul style="list-style-type: none"><li>• Por determinação judicial</li></ul>

**B) O sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas é inviolável, ~~não admitindo-se qualquer exceção.~~**

**INCORRETA.** A própria Constituição Federal prevê exceções à inviolabilidade do sigilo das comunicações telefônicas, permitindo sua quebra por ordem judicial em casos específicos de investigação criminal ou instrução processual penal. Art. 5º, XII da CF/88.

**Art. 5º, XII da CF/88: é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por**

ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal;

Além da proteção ao sigilo da correspondência, perceba que há mais 3 formas de proteção ao sigilo, com ressalva somente em relação às comunicações telefônicas:

■ telegráfica — sem ressalva expressa;
■ de dados — sem ressalva expressa;
■ telefônica — com ressalva expressa, exigindo ordem judicial e nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.



**Somente é possível a interceptação telefônica durante o processo penal ou investigação criminal, não podendo ser decretada durante o processo administrativo ou durante o processo civil**

13

**C) Em caso de flagrante delito, desastre, ou para prestar socorro, é possível a entrada na casa a qualquer hora, independentemente de consentimento ou ordem judicial.**

**CORRETA.** A Constituição Federal expressamente permite a entrada sem o consentimento do morador nessas situações, sem impor restrição de horário ou a necessidade de ordem judicial. Art. 5º, XI da CF/88.

**Art. 5º, XI da CF/88: a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial;**

**D) A inviolabilidade do domicílio só pode ser afastada com o consentimento do morador, mesmo em situações de iminente perigo público.**

**INCORRETA.** A Constituição prevê situações em que a entrada é permitida sem consentimento, como flagrante delito, desastre ou para prestar socorro, que são situações de perigo. Art. 5º, XI da CF/88.

**Art. 5º, XI da CF/88: a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial;**

***E) O sigilo das comunicações telefônicas pode ser afastado por ordem judicial para fins de investigação criminal ou instrução processual civil.***

**INCORRETA.** Para instrução processual civil não pode! A Constituição Federal limita a quebra do sigilo das comunicações telefônicas a processos criminais, não civis. Art. 5º, XII da CF/88.

**Art. 5º, XII da CF/88: é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal;**



**Somente é possível a interceptação telefônica durante o processo penal ou investigação criminal, não podendo ser decretada durante o processo administrativo ou durante o processo civil**

#### **GABARITO C**

46 - (Simulado Bônus. 2025. Inéditas) A Constituição Federal classifica certos crimes como inafiançáveis e/ou imprescritíveis, com consequências específicas. Considerando essas disposições, analise as afirmações abaixo e assinale a opção correta:

- A) A prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeitando-se à pena de detenção.
- B) A prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes, o terrorismo e os crimes hediondos são inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia, respondendo por eles mandantes, executores e os que se omitirem em evitá-los.
- C) A ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático, é inafiançável, mas seu prazo prescricional é de vinte anos.
- D) O tráfico ilícito de entorpecentes é inafiançável e imprescritível, sendo, contudo, suscetível de graça e anistia.
- E) Os crimes hediondos são considerados inafiançáveis e insuscetíveis de graça, mas passíveis de anistia.

Comentário

***A) A prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeitando-se à pena de detenção.***

**INCORRETA.** A Constituição Federal prevê para o crime de racismo a pena de reclusão, e não detenção. Art. 5º, XLII da CF/88.

Art. 5º, XLII da CF/88: a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de **reclusão**, nos termos da lei;

- **Inafiançável:** não admite liberdade provisória do preso por meio do pagamento de fiança
- **Imprescritível:** pode ser julgado a qualquer momento, independentemente do tempo que já passou desde a sua ocorrência.
- **Reclusão:** aplicada a condenações mais severas, o regime de cumprimento pode ser fechado, semi-aberto ou aberto.

*B) A prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes, o terrorismo e os crimes hediondos são inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia, respondendo por eles mandantes, executores e os que se omitirem em evitá-los.*

**CORRETA.** A alternativa transcreve fielmente a disposição constitucional sobre a natureza desses crimes e a responsabilidade. Art. 5º, XLIII da CF/88.

Art. 5º, XLIII da CF/88: a lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem;

É importante decorar:



**C) A ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático, é inafiançável, mas seu prazo prescricional é de vinte anos.**

**INCORRETA.** A Constituição Federal estabelece que esse crime é imprescritível, ou seja, não há prazo prescricional. Art. 5º, XLIV da CF/88.

**Art. 5º, XLIV da CF/88: constitui crime inafiançável e imprescritível a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático;**

**D) O tráfico ilícito de entorpecentes é inafiançável e imprescritível, sendo, contudo, suscetível de graça e anistia.**

**INCORRETA.** A Constituição Federal expressamente define o tráfico ilícito de entorpecentes como inafiançável e insuscetível de graça ou anistia. Art. 5º, XLIII da CF/88.

**Art. 5º, XLIII da CF/88: a lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem;**

**E) Os crimes hediondos são considerados inafiançáveis e insuscetíveis de graça, mas passíveis de anistia.**

**INCORRETA.** A Constituição Federal declara que os crimes hediondos são insuscetíveis tanto de graça quanto de anistia. Art. 5º, XLIII da CF/88.

**Art. 5º, XLIII da CF/88: a lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem;**

**INSUSCETÍVEIS DE GRAÇA OU ANISTIA: NÃO PODEM SER PERDOADOS**

## **GABARITO B**

47 - (Simulado Bônus. 2025. Inéditas) A Constituição Federal estabelece uma série de direitos sociais e vedações relacionadas ao trabalho. Considerando as normas constitucionais, analise as afirmativas e assinale a opção correta:

A) A duração do trabalho normal não poderá ser superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, vedada a compensação de horários.



B) É proibido qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz a partir dos quatorze anos.

C) A remuneração do serviço extraordinário deve ser superior, no mínimo, em trinta por cento à do normal.

D) É permitida a distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual, desde que para maiores de dezoito anos.

E) A jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento não admite negociação coletiva.

Comentário

***A) A duração do trabalho normal não pode ser superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, sendo vedada a compensação de horários.***

**INCORRETA.** A Constituição Federal expressamente permite a compensação de horários e a redução da jornada mediante acordo ou convenção coletiva.

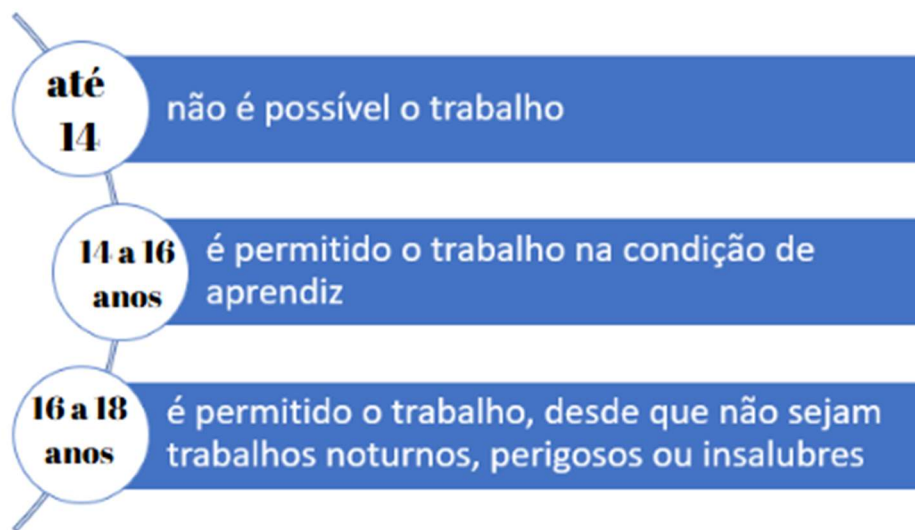
**Artigo 7º, XIII da CF/88: duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho ;**

- **Facultada a compensação de horários:** A Constituição permite a flexibilização da jornada por meio da compensação de horários. Isso significa que, em alguns casos, o trabalhador e o empregador podem ajustar a jornada de trabalho de forma a distribuir as horas trabalhadas de maneira diferente ao longo da semana, desde que a carga semanal não ultrapasse as quarenta e quatro horas.
- **Redução da jornada mediante acordo ou convenção coletiva:** A redução da jornada de trabalho abaixo das oito horas diárias ou quarenta e quatro semanais pode ser estabelecida por meio de acordo ou convenção coletiva de trabalho. Isso implica que os sindicatos de trabalhadores e empregadores podem negociar essas condições de trabalho de acordo com as necessidades e interesses das partes envolvidas.

***B) É proibido qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz a partir dos quatorze anos.***

**CORRETA.** A alternativa reproduz fielmente a vedação constitucional ao trabalho de menores, com a exceção para o aprendiz.

**Art. 7º, XXXIII da CF/88: proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;**



**C) A remuneração do serviço extraordinário deve ser superior, no mínimo, ~~em trinta por cento à do normal.~~**

**INCORRETA.** A Constituição Federal estabelece um percentual mínimo de cinquenta por cento para a remuneração do serviço extraordinário.

**Artigo 7º, XVI da CF/88: remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em **cinquenta por cento à do normal**;**

Esse inciso garante que o trabalho realizado além da jornada regular, ou seja, as horas extras, deve ser remunerado a um valor superior ao da hora de trabalho normal. A Constituição estabelece um mínimo de 50% a mais em relação à remuneração da hora de trabalho regular.

**D) ~~É permitida a distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual, desde que para maiores de dezoito anos.~~**

**INCORRETA.** A Constituição Federal veda expressamente qualquer distinção entre esses tipos de trabalho.

**Artigo 7º, XXXII da CF/88: **proibição** de distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual ou entre os profissionais respectivos;**

**Igualdade de Tratamento:** Este inciso reforça o princípio fundamental da igualdade perante a lei e no mercado de trabalho. Ele estabelece que não deve haver diferenciação ou discriminação entre os diferentes tipos de trabalho, sejam eles manuais, técnicos ou

intelectuais. Todos os trabalhadores devem receber tratamento igualitário, independentemente da natureza de suas atividades profissionais.

***E) A jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento ~~não admite negociação coletiva~~.***

**INCORRETA.** A Constituição Federal permite a negociação coletiva para a jornada em turnos ininterruptos de revezamento.

**Art. 7º, XIV da CF/88: jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva;**

## **GABARITO B**

48 - (Simulado Bônus. 2025. Inéditas) A nacionalidade brasileira possui critérios de aquisição e cargos privativos. Com base nas disposições constitucionais, analise as afirmativas e assinale a opção correta:

- A) São brasileiros natos os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que venham a residir na República Federativa do Brasil e optem pela nacionalidade brasileira a qualquer tempo, antes de atingirem a maioridade.
- B) Um Ministro do Superior Tribunal de Justiça deve ser brasileiro nato.
- C) Os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, serão brasileiros natos, independentemente de estarem estes a serviço de seu país.
- D) O cargo de Ministro de Estado da Defesa é privativo de brasileiro naturalizado.
- E) O Presidente do Senado Federal e o Ministro do Supremo Tribunal Federal são cargos privativos de brasileiro nato.

Comentário

***A) São brasileiros natos os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que venham a residir na República Federativa do Brasil e optem pela nacionalidade brasileira a qualquer tempo, antes de atingirem a maioridade.***

**INCORRETA.** A opção pela nacionalidade brasileira, nesse caso, deve ocorrer após a maioridade. Art. 12, I, "c" da CF/88.

**Art. 12, I, "c" da CF/88: os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira;**

Na alínea “c” - primeira parte (cor azul), foi adotado o critério do IUS SANGUINIS + REGISTRO. Imagine o seguinte: E se o nascimento não ocorrer no Brasil, filho de pai ou mãe brasileira (natos ou naturalizados) e os pais não estiverem a serviço do Brasil? Esse filho ainda pode ser considerado brasileiro nato?

Ex: Joana, brasileira nata, estava de férias no Japão quando seu filho José nasceu. José pode ser considerado brasileiro nato? Sim, se ele for registrado em repartição brasileira competente.

Na alínea “c” - segunda parte (cor vermelha), foi adotado o critério do IUS SANGUINIS + OPÇÃO CONFIRMATIVA. Suponha que, no exemplo acima, Joana não registrou José em repartição brasileira competente. José ainda poderá ser considerado brasileiro nato? Sim, desde que José venha residir no Brasil e opte, em qualquer tempo, DEPOIS DE ATINGIDA A MAIORIDADE, pela nacionalidade brasileira. Trata-se da chamada nacionalidade potestativa, uma vez que a aquisição depende da exclusiva vontade do filho.

***B) Um Ministro do Superior Tribunal de ~~Justiça~~ deve ser brasileiro nato.***

**INCORRETA.** A Constituição Federal não lista o cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça entre os cargos privativos de brasileiro nato. Art. 12, § 3º da CF/88. Na verdade, ela lista o ministro do Supremo Tribunal Federal.

**Art. 12, § 3º da CF/88: São privativos de brasileiro nato os cargos:**

- I - de Presidente e Vice-Presidente da República;**
- II - de Presidente da Câmara dos Deputados;**
- III - de Presidente do Senado Federal;**
- IV - de Ministro do Supremo Tribunal Federal;**
- V - da carreira diplomática;**
- VI - de oficial das Forças Armadas.**
- VII - de Ministro de Estado da Defesa.**

E em relação ao § 3º, temos um famoso mnemônico para guardar os cargos privativos de brasileiros natos, o renomado MP3.COM:

Ministro do STF	
Presidente e Vice da República	
Presidente da Câmara dos deputados	
Presidente do Senado Federal	
Carreira diplomática	
Oficial das Forças Armadas	
Ministro de Estado da Defesa	

***C) Os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, serão brasileiros natos, independentemente de estarem estes a serviço de seu país:***

**INCORRETA.** A Constituição Federal exige que os pais estrangeiros não estejam a serviço de seu país para que a criança nascida no Brasil seja considerada nata.

**Art. 12, I, "a" da CF/88. Art. 12, I, "a" da CF/88: os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país ;**

Nessa alínea “a”, foi adotado o critério do IUS SOLIS. Assim, qualquer pessoa que nascer no TERRITÓRIO BRASILEIRO, ainda que de pais estrangeiros, será considerado brasileiro nato. Os pais estrangeiros, contudo, **não podem estar a serviço de seu país**. Se estiverem, o que podemos afirmar é que o indivíduo que nasceu em território brasileiro não será brasileiro nato.

O que significa “estar a serviço do Brasil”? Significa estar a serviço do Estado Brasileiro, numa missão diplomática, ou a serviço da Administração Pública direta ou indireta, federal, estadual ou municipal. Nesse sentido, Valerio Mazzuoli afirma que: “o serviço a que se refere o texto constitucional deve ser entendido em sentido largo, compreendendo qualquer encargo derivado dos poderes da União, dos Estados e dos Municípios, bem como as autarquias. Amplia-se também o conceito aos serviços que o Brasil participa nas Organizações Internacionais das quais é parte.



**D) O cargo de Ministro de Estado da Defesa é privativo de brasileiro *naturalizado*.**

**INCORRETA.** A Constituição Federal, em sua lista de cargos privativos de brasileiro **nato**, inclui expressamente o Ministro de Estado da Defesa. Art. 12, § 3º, VII da CF/88.

**Art. 12, § 3º da CF/88: São privativos de brasileiro nato os cargos:**

**VII - de Ministro de Estado da Defesa.**

**E) O Presidente do Senado Federal e o Ministro do Supremo Tribunal Federal são cargos privativos de brasileiro nato.**

**CORRETA.** A Constituição Federal expressamente elenca esses cargos como privativos de brasileiro nato. Art. 12, § 3º, III e IV da CF/88.

**Art. 12, § 3º da CF/88: São privativos de brasileiro nato os cargos:**

**[...]**

**III - de Presidente do Senado Federal;**

**IV - de Ministro do Supremo Tribunal Federal;**

## **GABARITO E**

49 - (Simulado Bônus. 2025. Inéditas) A Constituição Federal estabelece normas sobre a administração pública, incluindo o acesso a cargos e funções. Sobre a acumulação de cargos e as funções de confiança, assinale a alternativa correta:

A) As funções de confiança são exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão são preenchidos por servidores de carreira nos

casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinados apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

B) É permitida a acumulação remunerada de dois cargos públicos de professor, independentemente de haver compatibilidade de horários.

C) A proibição de acumular cargos públicos remunerados não se estende a empregos e funções em autarquias e fundações, apenas à administração direta.

D) É vedada a acumulação de um cargo de professor com outro técnico ou científico, mesmo havendo compatibilidade de horários.

E) Os cargos em comissão são de livre nomeação e exoneração, mas exigem aprovação prévia em concurso público.

Comentário

***A) As funções de confiança são exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão são preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinados apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.***

**CORRETA.** Esta alternativa reproduz fielmente a redação do inciso V do Art. 37 da Constituição Federal. Art. 37, V da CF/88.

**Art. 37, V da CF/88: as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento;**

**Esse inciso gera muita dúvida. Então, vamos explicar tim tim por tim tim:**

#### **1º) Funções de confiança:**

**O que são?** São atribuições extras de direção, chefia ou assessoramento que são **acrescentadas** a um cargo efetivo já existente. O servidor já é concursado e, além de suas funções normais, assume uma responsabilidade adicional.

**Quem pode exercer? Exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo.** Isso significa que a função de confiança é um "plus" para quem já é concursado. Não se pode nomear alguém de fora dos quadros da administração para uma função de confiança.

**Para que servem?** Destinam-se **apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento**. São atividades que demandam um vínculo de confiança com a autoridade superior devido à sua natureza estratégica ou de comando.

## 2º) Cargos em comissão

**O que são?** São cargos de livre nomeação e exoneração (*ad nutum*), sem a necessidade de concurso público. São criados especificamente para a "confiança" do gestor.

**Quem pode preencher?** Aqui está a particularidade: podem ser preenchidos por qualquer pessoa que atenda aos requisitos do cargo, **MAS com uma ressalva importante: devem ser preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei.**

- Essa parte visa evitar que todos os cargos de chefia, direção e assessoramento sejam ocupados por pessoas de fora, desvalorizando a carreira dos servidores concursados. A lei (federal, estadual ou municipal, a depender da esfera) deve estabelecer uma cota mínima de cargos em comissão que precisam ser ocupados por servidores que já são concursados.

**Para que servem?** Destinam-se **apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento**. Assim como as funções de confiança, a finalidade é a mesma.

### Exemplo prático:

- O prefeito de uma cidade precisa de um "Secretário Municipal de Saúde". Esse é um típico **cargo em comissão**. Ele pode nomear alguém de sua confiança, mesmo que não seja servidor público (um médico renomado da iniciativa privada, por exemplo).
- No entanto, a lei municipal que criou os cargos em comissão pode estabelecer que, por exemplo, 30% dos cargos de chefia de departamento (que são cargos em comissão) devem ser preenchidos por servidores de carreira do próprio município. Assim, se o prefeito tiver 10 cargos de chefia de departamento, pelo menos 3 deles deverão ser ocupados por servidores concursados.



Para não esquecer:

**Funções de  
Confiança**



**Cargo  
Efetivo**

**Cargos em  
Comissão**



**Servidor de  
Carreira**

**Direção**

**Chefia**

**Assessoramento**

**B) É permitida a acumulação remunerada de dois cargos públicos de professor, independentemente de haver compatibilidade de horários.**

**INCORRETA.** A acumulação de dois cargos de professor exige expressamente a compatibilidade de horários. Art. 37, XVI, "a" da CF/88.

**Art. 37, XVI da CF/88: é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI: a) a de dois cargos de professor;**

- **Regra:** não pode acumular cargos públicos remunerados
- **Exceções:** desde que haja compatibilidade de horários:

**a) Dois cargos de professor:** Possível acumular dois cargos públicos, ambos na área de magistério, desde que haja compatibilidade de horários.

**b) Um cargo de professor com outro técnico ou científico:** Permite que a pessoa tenha um cargo de professor e outro cargo público de natureza técnica ou científica, novamente respeitando a compatibilidade de horários.

**c) Dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas:** Permite acumular dois cargos na área da saúde, desde que sejam profissões regulamentadas (por exemplo, médico, enfermeiro, odontólogo etc.) e haja compatibilidade de horários.

Para não esquecer:



**C) A proibição de acumular cargos públicos remunerados não se estende a empregos e funções em autarquias e fundações, apenas à administração direta.**

**INCORRETA.** A Constituição Federal expressamente estende a proibição de acumular a autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista. Art. 37, XVII da CF/88.

Art. 37, XVII da CF/88: a proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público;

**D) É vedada a acumulação de um cargo de professor com outro técnico ou científico, mesmo havendo compatibilidade de horários.**

**INCORRETA.** A Constituição Federal permite a acumulação de um cargo de professor com outro técnico ou científico, desde que haja compatibilidade de horários.

Art. 37, XVI da CF/88: é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI:

[...]

b) a de um cargo de professor com outro técnico ou científico;

**E) Os cargos em comissão são de livre nomeação e exoneração, mas exigem aprovação prévia em concurso público.**

**INCORRETA.** Os cargos em comissão são ressalvados da regra do concurso público. Art. 37, II da CF/88.

**Art. 37, II da CF/88: a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração;**

## GABARITO A

50 - (Simulado Bônus. 2025. Inéditas) A Administração Pública direta e indireta se submete a princípios e regras específicas. Sobre a responsabilidade civil do Estado e a readaptação de servidores, analise as afirmativas e assinale a opção correta:

- A) As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão objetivamente pelos danos que seus agentes causarem a terceiros, sem direito de regresso contra o responsável em caso de culpa.
- B) O servidor público titular de cargo efetivo que sofrer limitação em sua capacidade mental não poderá ser readaptado para outro cargo, mas sim aposentado por invalidez.
- C) A aposentadoria concedida com a utilização de tempo de contribuição decorrente de cargo, emprego ou função pública acarreta o rompimento do vínculo que gerou o referido tempo de contribuição.
- D) O servidor público titular de cargo efetivo, com limitação em sua capacidade física ou mental, poderá ser readaptado para cargo cujas atribuições e responsabilidades sejam compatíveis com a limitação, mantida a remuneração do cargo de destino, independentemente de habilitação e o nível de escolaridade exigido.
- E) Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos e a perda da função pública, mas não o ressarcimento ao erário.

Comentário:

**A) As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão objetivamente pelos danos que seus agentes causarem a terceiros, sem direito de regresso contra o responsável em caso de culpa.**

**INCORRETA.** A Constituição Federal garante o direito de regresso contra o responsável em caso de dolo ou culpa.

**Art. 37, § 6º da CF/88: As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa**

**qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa .**

Esse parágrafo também é um pouco confuso, vamos destrinchá-lo com exemplos:

### **1º) Quem Responde pelos Danos?**

- Pessoas jurídicas de direito público: São os entes da Administração Direta (União, Estados, Distrito Federal, Municípios) e as autarquias e fundações públicas de direito público.
- Pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos: São as empresas públicas, sociedades de economia mista e as concessionárias ou permissionárias de serviços públicos (ex: empresas de energia, saneamento, transporte público).

Exemplo Prático:

- Um ônibus da empresa de transporte público (uma concessionária) atropela um pedestre. A empresa concessionária responderá pelos danos.
- Um hospital público (autarquia) erra em um procedimento cirúrgico. O hospital (pessoa jurídica de direito público) responderá pelos danos.

### **2º) Por que Danos Elas Respondem? "Pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros":**

- Agentes: Refere-se a qualquer pessoa que esteja atuando em nome da administração pública ou da prestadora de serviço público, seja servidor público (concursado ou comissionado), empregado público, contratado temporariamente, ou até mesmo um particular em colaboração (ex: um mesário eleitoral).
- Nessa qualidade: Significa que o dano deve ter ocorrido enquanto o agente estava no exercício de suas funções ou agindo em razão delas. Se o agente causar um dano em sua vida particular, a responsabilidade não será da administração pública.
- Causarem a terceiros: Os danos devem ser causados a alguém que não seja a própria administração pública ou o agente causador.

Exemplo Prático:

- Um policial militar (agente) durante uma perseguição, atira e atinge um civil inocente (terceiro). O Estado (ente público) responde.
- Um motorista de ambulância (agente) da prefeitura, em serviço, bate o veículo e causa danos a outro carro. A prefeitura responde.
- Um funcionário de uma empresa de energia (prestadora de serviço público), durante a manutenção da rede, deixa um fio solto e alguém se machuca. A empresa responde.

### **3º) Natureza da Responsabilidade: OBJETIVA**

Para o Estado/Prestador de Serviço Público em relação ao terceiro lesado, a responsabilidade é OBJETIVA.

O que isso significa? Significa que o terceiro (vítima) só precisa provar três coisas para ser indenizado:

- O dano que sofreu (ex: lesão, prejuízo material).
- A conduta (ação ou omissão) do agente.
- O nexo de causalidade entre a conduta do agente e o dano.

NÃO precisa provar dolo ou culpa do agente. Não importa se o agente agiu de propósito (dolo) ou por imprudência/negligência/imperícia (culpa). A mera ocorrência do dano causado pelo agente no exercício de suas funções é suficiente para gerar a responsabilidade do Estado/Prestador.

Exemplo Prático: O pedestre atropelado pelo ônibus (do exemplo acima) não precisa provar que o motorista estava bêbado ou falando ao celular (dolo/culpa). Basta provar que o ônibus daquela empresa o atropelou e que ele sofreu lesões para ter direito à indenização da empresa.

### **4º) Direito de Regresso: RESPONSABILIDADE SUBJETIVA**

- "Assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.":
- Direito de Regresso: É o direito que o Estado/Prestador de Serviço Público tem de cobrar do seu agente o valor que pagou à vítima, caso fique provado que o agente agiu com dolo ou culpa.
- Responsável: É o agente público (servidor, empregado, etc.) que efetivamente causou o dano.
- Nos casos de dolo ou culpa: Aqui, a responsabilidade do agente em relação ao Estado/Prestador de Serviço Público é SUBJETIVA. Significa que o Estado/Prestador terá que provar que o agente agiu com dolo (intenção de causar o dano) ou culpa (imprudência, negligência, imperícia).

### **Exemplo Prático:**

- A empresa de ônibus pagou a indenização ao pedestre atropelado (responsabilidade objetiva). Agora, a empresa ajuiza uma ação de regresso contra o motorista. Para ter sucesso nessa ação, a empresa terá que provar que o motorista dirigia embriagado (dolo) ou que estava em alta velocidade e distraído

(culpa) no momento do acidente. Se a empresa não provar o dolo ou culpa do motorista, ele não terá que reembolsar a empresa.

***B) O servidor público titular de cargo efetivo que sofrer limitação em sua capacidade mental ~~não poderá ser readaptado para outro cargo, mas sim aposentado por invalidez.~~***

**INCORRETA.** A Constituição Federal prevê a readaptação para o servidor com limitação na capacidade física ou mental. Art. 37, § 13 da CF/88.

**Art. 37, § 13 da CF/88: O servidor público titular de cargo efetivo poderá ser readaptado para exercício de cargo cujas atribuições e responsabilidades sejam compatíveis com a limitação que tenha sofrido em **sua capacidade física ou mental**, enquanto permanecer nesta condição, desde que possua a habilitação e o nível de escolaridade exigidos para o cargo de destino, mantida a remuneração do cargo de origem.**

***C) A aposentadoria concedida com a utilização de tempo de contribuição decorrente de cargo, emprego ou função pública acarreta o rompimento do vínculo que gerou o referido tempo de contribuição.***

**CORRETA.** Essa é uma disposição expressa da Constituição Federal. Art. 37, § 14 da CF/88.

**Art. 37, § 14 da CF/88: A aposentadoria concedida com a utilização de tempo de contribuição decorrente de cargo, emprego ou função pública, inclusive do Regime Geral de Previdência Social, **acarretará o rompimento do vínculo que gerou o referido tempo de contribuição.****

Exemplos práticos:

- Maria, ao ter sua aposentadoria concedida com base no tempo de contribuição como servidora federal, terá seu vínculo com o serviço público federal rompido. Ela não poderá continuar exercendo o cargo de Analista que ocupava.
- José, ao se aposentar pela Petrobras com base no tempo de contribuição como empregado da empresa, terá seu contrato de trabalho rompido e não poderá mais trabalhar na Petrobras.
- Ana, ao se aposentar pelo RGPS com base no tempo de contrato temporário, terá seu vínculo temporário rompido.

***D) O servidor público titular de cargo efetivo, com limitação em sua capacidade física ou mental, poderá ser readaptado para cargo cujas atribuições e responsabilidades sejam compatíveis com a limitação, mantida a remuneração do cargo de destino, independentemente de habilitação e o nível de escolaridade exigido.***

**INCORRETA.** Pois mantém a remuneração do cargo de origem, desde que possua a habilitação e o nível de escolaridade exigidos para o cargo de destino:

**Art. 37, § 13 da CF/88:** O servidor público titular de cargo efetivo poderá ser readaptado para exercício de cargo cujas atribuições e responsabilidades sejam compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, enquanto permanecer nesta condição, **desde que possua a habilitação e o nível de escolaridade exigidos para o cargo de destino, mantida a remuneração do cargo de origem.**

*E) Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos e a perda da função pública, mas não o ressarcimento ao erário.*

**INCORRETA.** A Constituição Federal inclui expressamente o ressarcimento ao erário como uma das sanções decorrentes de atos de improbidade administrativa. Art. 37, § 4º da CF/88.

**Art. 37, § 4º da CF/88:** Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens **e o ressarcimento ao erário**, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.

## **GABARITO C**

51 - (Simulado Bônus. 2025. Inéditas) A estabilidade é um dos pilares do regime jurídico dos servidores públicos efetivos. Sobre o tema, analise as afirmativas e assinale a opção correta:

- A) O servidor público adquire estabilidade após dois anos de efetivo exercício, desde que aprovado em concurso público.
- B) Em caso de extinção do cargo ou declaração de sua desnecessidade, o servidor estável será posto em disponibilidade com remuneração integral, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.
- C) A perda do cargo pelo servidor estável só pode ocorrer por sentença judicial transitada em julgado ou mediante processo administrativo com ampla defesa, não havendo outras hipóteses.
- D) São estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.
- E) A avaliação especial de desempenho para aquisição da estabilidade é facultativa e pode ser realizada por qualquer comissão interna do órgão.

**A) O servidor público adquire estabilidade após dois anos de efetivo exercício, desde que aprovado em concurso público.**

**INCORRETA.** A Constituição Federal estabelece o prazo de três anos de efetivo exercício para a aquisição da estabilidade. Art. 41, caput da CF/88.

**Art. 41, caput da CF/88:** São estáveis **após três anos de efetivo exercício** os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.

**B) Em caso de extinção do cargo ou declaração de sua desnecessidade, o servidor estável será posto em disponibilidade com remuneração integral, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.**

**INCORRETA.** A remuneração em disponibilidade é proporcional ao tempo de serviço, não integral. Art. 41, § 3º da CF/88.

**Art. 41, § 3º da CF/88:** Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade, com **remuneração proporcional** ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.

**C) A perda do cargo pelo servidor estável só pode ocorrer por sentença judicial transitada em julgado ou mediante processo administrativo com ampla defesa, não havendo outras hipóteses.**

**INCORRETA.** A Constituição Federal prevê uma terceira hipótese de perda do cargo: avaliação periódica de desempenho. Art. 41, § 1º da CF/88.

**Art. 41, § 1º da CF/88:** O servidor público estável só perderá o cargo:

**I - em virtude de sentença judicial transitada em julgado;**

**II - mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa;**

**III - mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa.**

**D) São estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.**

**CORRETA.** Esta alternativa reproduz fielmente o caput do Art. 41 da Constituição Federal. Art. 41, caput da CF/88.



**Art. 41, caput da CF/88: São estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.**

***E) A avaliação especial de desempenho para aquisição da estabilidade é facultativa e pode ser realizada por qualquer comissão interna do órgão.***

**INCORRETA.** A Constituição Federal estabelece que a avaliação especial de desempenho para fins de estabilidade é obrigatória e deve ser feita por comissão específica. Art. 41, § 4º da CF/88.

**Art. 41, § 4º da CF/88: Como condição para a aquisição da estabilidade, é obrigatória a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.**

## **GABARITO D**

## **DIREITO ADMINISTRATIVO**

52 - (Simulado Bônus. 2025. Vunesp) Considere que Débora, servidora pública, ocupa o cargo de assistente social no Poder Executivo do Estado de São Paulo há dez anos, juntamente com suas amigas Isabela e Inês. Na última segunda-feira, enquanto estava exercendo suas funções, notou que Isabela estava empregando material do serviço público em serviço particular, e Inês estava se entretendo, durante as horas de trabalho, com leituras e outras atividades estranhas ao serviço.

Com base na situação hipotética e no disposto no Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de São Paulo, é correto afirmar que

A) Débora deverá apresentar denúncias sobre as irregularidades diretamente à unidade de ouvidoria do órgão ou entidade a que esteja vinculada, ou a outro órgão da Administração com competência para apuração das irregularidades.

B) a conduta de Isabela não será considerada proibida se o material utilizado por ela custar menos do que um salário mínimo.

C) em prol da saúde mental, admite-se que cada funcionário, durante uma hora do trabalho, entretenha-se com leituras, palestras ou estudos.

D) Débora teria o dever de representar aos superiores todas as irregularidades de que tivesse conhecimento no exercício de suas funções apenas se fosse ocupante de cargo de chefia.

E) as condutas de Isabela e de Inês não são proibidas, exceto se Débora comprovar que Isabela utilizou material que custa mais de R\$ 100,00 (cem reais) e que Inês não está cumprindo os prazos que lhe são encarregados.

Comentário

**A) Débora deverá apresentar denúncias sobre as irregularidades diretamente à unidade de ouvidoria do órgão ou entidade a que esteja vinculada, ou a outro órgão da Administração com competência para apuração das irregularidades.**

**CORRETA.** Esta afirmação está correta. O Estatuto estabelece o dever do funcionário de representar aos superiores sobre irregularidades. O parágrafo único do artigo 241, inciso V, esclarece que esse dever é cumprido quando a denúncia é feita à ouvidoria ou a outro órgão competente da Administração para apuração. A conduta de Isabela (empregar material público em serviço particular) e de Inês (entreter-se com atividades estranhas ao serviço) são infrações disciplinares.

**Artigo 241 - São deveres do funcionário:**

[...]

**V - representar aos superiores sobre todas as irregularidades de que tiver conhecimento no exercício de suas funções;**

[...]

**Parágrafo único - Será considerado cumprido o dever a que se refere o inciso V deste artigo quando o funcionário apresentar denúncia sobre referida irregularidade diretamente à unidade de ouvidoria do órgão ou entidade a que esteja vinculado, ou a outro órgão da Administração com competência para apuração da irregularidade. - Parágrafo único acrescentado pela Lei Complementar nº 1.419, de 27/12/2024.**

**ATENÇÃO!** Esse parágrafo único foi acrescentado em dezembro de 2024, ou seja, é muito grande a chance de ele também aparecer na nossa próxima prova de escrevente.

**B) a conduta de Isabela não será considerada proibida se o material utilizado por ela custar menos do que um salário mínimo.**

**INCORRETA.** O Estatuto proíbe o emprego de material do serviço público em serviço particular independentemente do valor do material. Não há previsão legal que estabeleça um valor mínimo para configurar a proibição.

**Artigo 242 - Ao funcionário é proibido:**

[...]

**VIII - empregar material do serviço público em serviço particular.**

***C) em prol da saúde mental, admite-se que cada funcionário, durante uma hora do trabalho, entretenha-se com leituras, palestras ou estudos.***

**INCORRETA.** O Estatuto proíbe expressamente o funcionário de entreter-se com atividades estranhas ao serviço durante as horas de trabalho. Não há exceção para "saúde mental" ou um período específico de lazer.

**Artigo 242 - Ao funcionário é proibido:**

[...]

**III - entreter-se, durante as horas de trabalho, em palestras, leituras ou outras atividades estranhas ao serviço;**

***D) Débora teria o dever de representar aos superiores todas as irregularidades de que tivesse conhecimento no exercício de suas funções apenas se fosse ocupante de cargo de chefia.***

**INCORRETA.** O dever de representar irregularidades aos superiores é um dever de todo funcionário, conforme o Art. 241, inciso V, do Estatuto, e não apenas de quem ocupa cargo de chefia.

**Artigo 241 - São deveres do funcionário:**

[...]

**V - representar aos superiores sobre todas as irregularidades de que tiver conhecimento no exercício de suas funções;**

***E) as condutas de Isabela e de Inês não são proibidas, exceto se Débora comprovar que Isabela utilizou material que custa mais de R\$ 100,00 (cem reais) e que Inês não está cumprindo os prazos que lhe são encarregados.***

**INCORRETA.** As condutas de Isabela e Inês são expressamente proibidas pelo Estatuto, independentemente de valores ou de cumprimento de prazos. A proibição é clara quanto ao uso de material público para fins particulares e ao entretenimento com atividades alheias ao serviço durante o horário de trabalho.

**Artigo 242 - Ao funcionário é proibido:**

[...]

**III - entreter-se, durante as horas de trabalho, em palestras, leituras ou outras atividades estranhas ao serviço;**

**VIII - empregar material do serviço público em serviço particular.**

## **GABARITO A**

53 - (Simulado Bônus. 2025. Inéditas) Ricardo, chefe de seção em um departamento de licitações de uma secretaria estadual de São Paulo, encontrava-se com uma grande demanda de trabalho e prazos apertados. Para conseguir dar conta da análise de um processo licitatório de alta complexidade, ele pediu a um amigo pessoal, que não era servidor público e não possuía qualquer vínculo formal com a administração, para revisar alguns documentos sigilosos relacionados à licitação. Ricardo justificou sua ação afirmando que o amigo era um especialista renomado na área e que a revisão agilizaria o processo. A prática de Ricardo, contudo, veio à tona durante uma auditoria interna de rotina.

Com base na situação hipotética e no disposto na Lei nº 10.261/68, assinale a alternativa correta:

- A) A conduta de Ricardo de permitir que uma pessoa estranha à repartição revisasse documentos sigilosos é considerada uma responsabilidade administrativa, pois o desempenho de encargos competia a ele ou a seus subordinados.
- B) A ação de Ricardo não gera responsabilidade, uma vez que ele agiu com o intuito de beneficiar a administração, agilizando o processo, e não houve prejuízo financeiro direto à Fazenda Estadual.
- C) Ricardo só seria responsabilizado se o amigo tivesse efetivamente causado um prejuízo comprovado à Fazenda Estadual, como a perda de um contrato favorável devido à revisão.
- D) A responsabilidade de Ricardo por delegar tarefas a terceiros não se enquadra nas proibições do Estatuto, pois o amigo é especialista na área e a revisão visava aprimorar o trabalho.
- E) A responsabilidade administrativa de Ricardo, caso configurada, eximiria qualquer responsabilidade civil ou criminal, pois as esferas são excludentes.

Comentário

**A) A conduta de Ricardo de permitir que uma pessoa estranha à repartição revisasse documentos sigilosos é considerada uma responsabilidade administrativa, pois o desempenho de encargos competia a ele ou a seus subordinados.**

**CORRETA.** O Artigo 249 do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de São Paulo estabelece claramente que o funcionário será responsabilizado se, fora dos casos expressamente previstos em lei ou regulamento, incumbir a pessoas estranhas às

repartições o desempenho de tarefas que lhe competem ou a seus subordinados. A revisão de documentos sigilosos de licitação é um encargo inerente ao cargo de Ricardo ou de seus subordinados diretos.

**Lei nº 10.261/68: Artigo 249: Será igualmente responsabilizado o funcionário que, fora dos casos expressamente previstos nas leis, regulamentos ou regimentos, cometer a pessoas estranhas às repartições, o desempenho de encargos que lhe competirem ou aos seus subordinados.**

***B) A ação de Ricardo não gera responsabilidade, uma vez que ele agiu com o intuito de beneficiar a administração, agilizando o processo, e não houve prejuízo financeiro direto à Fazenda Estadual.***

**INCORRETA.** O Artigo 249 não condiciona a responsabilização à ocorrência de prejuízo financeiro direto ou à intenção de beneficiar a administração. A simples ação de cometer a estranhos encargos que lhe competem é, por si só, uma conduta que gera responsabilidade, violando o princípio da impessoalidade e a segurança do serviço público.

**Lei nº 10.261/68: Artigo 249: Será igualmente responsabilizado o funcionário que, fora dos casos expressamente previstos nas leis, regulamentos ou regimentos, cometer a pessoas estranhas às repartições, o desempenho de encargos que lhe competirem ou aos seus subordinados.**

***C) Ricardo só seria responsabilizado se o amigo tivesse efetivamente causado um prejuízo comprovado à Fazenda Estadual, como a perda de um contrato favorável devido à revisão.***

**INCORRETA.** Conforme o Artigo 249, a responsabilidade administrativa decorre do ato de cometer a estranhos o desempenho de encargos, independentemente de haver um prejuízo financeiro direto ou comprovado. A infração se configura pela quebra do dever funcional e da segurança dos processos administrativos.

**Lei nº 10.261/68: Artigo 249: Será igualmente responsabilizado o funcionário que, fora dos casos expressamente previstos nas leis, regulamentos ou regimentos, cometer a pessoas estranhas às repartições, o desempenho de encargos que lhe competirem ou aos seus subordinados.**

***D) A responsabilidade de Ricardo por delegar tarefas a terceiros não se enquadra nas proibições do Estatuto, pois o amigo é especialista na área e a revisão visava aprimorar o trabalho.***

**INCORRETA.** A expertise do amigo ou a intenção de aprimorar o trabalho não são excludentes da responsabilidade. A lei é clara ao proibir a delegação de encargos a pessoas estranhas à repartição, salvo em casos expressamente previstos em normas, o que não foi o caso. A segurança e a legalidade dos atos administrativos prevalecem sobre a conveniência.

Lei nº 10.261/68: Artigo 249: **Será igualmente responsabilizado o funcionário que, fora dos casos expressamente previstos nas leis, regulamentos ou regimentos, cometer a pessoas estranhas às repartições, o desempenho de encargos que lhe competirem ou aos seus subordinados.**

***E) A responsabilidade administrativa de Ricardo, caso configurada, eximiria qualquer responsabilidade civil ou criminal, pois as esferas são excludentes.***

**INCORRETA.** O Artigo 250 e seu § 1º explicitam que a responsabilidade administrativa é independente da civil e da criminal. Portanto, a apuração e eventual sanção na esfera administrativa não impedem que Ricardo seja responsabilizado também nas esferas civil ou criminal, se couber. As esferas não são excludentes.

Lei nº 10.261/68: Artigo 250: **A responsabilidade administrativa não exime o funcionário da responsabilidade civil ou criminal que no caso couber, nem o pagamento da indenização a que ficar obrigado, na forma dos arts. 247 e 248, o exame da pena disciplinar em que incorrer.**

**§ 1º: A responsabilidade administrativa é independente da civil e da criminal. (NR)**

## **GABARITO A**

54 - (Simulado Bônus. 2025. Inéditas) Ana Cláudia, servidora pública municipal em uma cidade do interior de São Paulo, possui um histórico de problemas de assiduidade. Em 2024, ela faltou ao serviço por 8 dias úteis em abril, 7 dias úteis em junho e, mais recentemente, ficou ausente por 18 dias consecutivos em setembro, sem apresentar qualquer justificativa para essas ausências. O último período de ausência consecutiva se iniciou em uma segunda-feira, após um fim de semana e um feriado prolongado.

Com base na situação hipotética e no disposto na Lei nº 10.261/68), assinale a alternativa correta:

A) A soma das ausências de Ana Cláudia em abril e junho (15 dias úteis intercalados) já seria suficiente para a aplicação da pena de demissão por inassiduidade.

B) A ausência de Ana Cláudia por 18 dias consecutivos em setembro, mesmo que não justificada, não configura inassiduidade para fins de demissão, pois o Estatuto exige que as faltas sejam em dias úteis.

C) A pena de demissão por ineficiência no serviço poderá ser aplicada a Ana Cláudia se for verificada a impossibilidade de readaptação, mas não por inassiduidade.

D) A ausência de Ana Cláudia por 18 dias consecutivos sem justificativa em setembro configura inassiduidade e, conseqüentemente, poderá acarretar a pena de demissão.

E) A pena de demissão a bem do serviço público será aplicada a Ana Cláudia devido à sua inassiduidade, por se tratar de falta grave que lesa o patrimônio público.

Comentário

***A) A soma das ausências de Ana Cláudia em abril e junho (15 dias úteis intercalados) já seria suficiente para a aplicação da pena de demissão por inassiduidade.***

**INCORRETA.** O Artigo 256, § 1º, da Lei nº 10.261/68 define inassiduidade por ausências intercaladas como "mais de 20 (vinte) dias úteis intercalados, durante 1 (um) ano". A soma das ausências de Ana Cláudia em abril e junho totaliza 15 dias úteis, o que não atinge o limite para demissão por inassiduidade intercalada.

**Lei nº 10.261/68: Artigo 256, § 1º: Considerar-se-á inassiduidade a ausência ao serviço, sem causa justificável, por mais de 15 (quinze) dias consecutivos, ou por mais de 20 (vinte) dias úteis intercalados, durante 1 (um) ano. (NR)**

***B) A ausência de Ana Cláudia por 18 dias consecutivos em setembro, mesmo que não justificada, não configura inassiduidade para fins de demissão, pois o Estatuto exige que as faltas sejam em dias úteis.***

**INCORRETA.** O Artigo 256, § 1º, do Estatuto, considera inassiduidade a ausência ao serviço "por mais de 15 (quinze) dias consecutivos". O § 3º, item 1, do mesmo artigo, esclarece que, para a configuração da inassiduidade por ausência consecutiva, "serão computados os sábados, os domingos, os feriados e os pontos facultativos subsequentes à primeira falta". Assim, os 18 dias consecutivos, incluindo o fim de semana e feriado (se houver no período), configuram inassiduidade passível de demissão.

**Lei nº 10.261/68: Artigo 256, § 1º: Considerar-se-á inassiduidade a ausência ao serviço, sem causa justificável, por mais de 15 (quinze) dias consecutivos, ou por mais de 20 (vinte) dias úteis intercalados, durante 1 (um) ano. (NR)**

(...)

**§ 3º, item 1: Para configuração do ilícito administrativo de inassiduidade em razão da ausência ao serviço por mais de 15 (quinze) dias consecutivos, observar-se-á o seguinte:**

(...)

**1 - serão computados os sábados, os domingos, os feriados e os pontos facultativos subsequentes à primeira falta; (NR)**

***C) A pena de demissão por ineficiência no serviço poderá ser aplicada a Ana Cláudia se for verificada a impossibilidade de readaptação, mas não por inassiduidade.***

**INCORRETA.** O Artigo 256, inciso V, prevê expressamente a demissão por inassiduidade. A ineficiência no serviço (Art. 256, III) é outra hipótese de demissão, com sua própria condição de impossibilidade de readaptação (§ 2º), mas não exclui a aplicação da demissão por inassiduidade, que é um motivo diferente e já configurado no caso.

**Lei nº 10.261/68: Artigo 256: Será aplicada a pena de demissão nos casos de:**

(...)

**V - inassiduidade. (NR)**

(...)

**§ 2º: A pena de demissão por ineficiência no serviço, só será aplicada quando verificada a impossibilidade de readaptação.**

***D) A ausência de Ana Cláudia por 18 dias consecutivos sem justificativa em setembro configura inassiduidade e, conseqüentemente, poderá acarretar a pena de demissão.***

**CORRETA.** O Artigo 256, § 1º, da Lei nº 10.261/68 define inassiduidade como "ausência ao serviço, sem causa justificável, por mais de 15 (quinze) dias consecutivos". Os 18 dias de ausência sem justificativa de Ana Cláudia se enquadram perfeitamente nessa definição, levando à possibilidade de aplicação da pena de demissão (Art. 256, V).

**Lei nº 10.261/68: Artigo 256: Será aplicada a pena de demissão nos casos de:**

(...)

**V - inassiduidade. (NR)**

**§ 1º: Considerar-se-á inassiduidade a ausência ao serviço, sem causa justificável, por mais de 15 (quinze) dias consecutivos, ou por mais de 20 (vinte) dias úteis intercalados, durante 1 (um) ano. (NR)**

***E) A pena de demissão a bem do serviço público será aplicada a Ana Cláudia devido à sua inassiduidade, por se tratar de falta grave que lesa o patrimônio público.***



**INCORRETA.** A pena de demissão a bem do serviço público (Art. 257) é aplicada a infrações de natureza mais grave, como crimes contra a administração pública, revelação de segredos com dolo, lesão ao patrimônio ou cofres públicos, recebimento de propinas, entre outros. A inassiduidade, embora seja uma falta grave que pode levar à demissão (Art. 256, V), é uma hipótese distinta da demissão a bem do serviço público, que implica um grau de gravidade e desvalor moral ainda maior. A simples inassiduidade não se enquadra nas hipóteses taxativas do Art. 257.

**Lei nº 10.261/68: Artigo 256: Será aplicada a pena de demissão nos casos de:**

(...)

**V - inassiduidade. (NR)**

**Artigo 257: Será aplicada a pena de demissão a bem do serviço público ao funcionário que: (...) (e lista as hipóteses específicas, que não incluem a inassiduidade simples).**

#### **GABARITO D**

55 - (Simulado Bônus. 2025. Vunesp) A respeito do Procedimento Disciplinar, assinale a alternativa que está de acordo com o Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado de São Paulo.

- A) A citação do acusado será feita pessoalmente, no mínimo 02 (dois) dias antes do interrogatório, por intermédio do oficial de justiça.
- B) O servidor que tiver de depor como testemunha fora da sede de seu exercício, terá direito a transporte e diárias na forma da legislação em vigor, podendo ainda expedir-se precatória para esse efeito à autoridade do domicílio do depoente.
- C) O processo administrativo deverá ser instaurado por despacho, no prazo improrrogável de 07 (sete) dias do recebimento da determinação.
- D) Não apresentadas no prazo as alegações finais, o presidente intimará novamente o acusado, assinando-lhe novo prazo de 48 (quarenta e oito) horas para apresentar defesa, sob pena de incidência dos efeitos da revelia.
- E) Decorridos 05 (cinco) anos de efetivo exercício, contados do cumprimento da sanção disciplinar, não mais poderá aquela ser considerada em prejuízo do infrator, exceto para efeito de reincidência.

Comentário

**A) A citação do acusado será feita pessoalmente, no mínimo 02 (dois) dias antes do interrogatório, por intermédio do oficial de justiça.**

**INCORRETA.** O Estatuto prevê que a citação do acusado seja feita pessoalmente, no prazo mínimo de 2 (dois) dias antes do interrogatório, mas a atribuição é do respectivo superior hierárquico, e não do oficial de justiça.

**Art. 278, § 2º, da Lei Estadual nº 10.261/1968:** A citação do acusado será feita pessoalmente, no mínimo 2 (dois) dias antes do interrogatório, por intermédio do respectivo superior hierárquico, ou diretamente, onde possa ser encontrado.

**B) O servidor que tiver de depor como testemunha fora da sede de seu exercício, terá direito a transporte e diárias na forma da legislação em vigor, podendo ainda expedir-se precatória para esse efeito à autoridade do domicílio do depoente.**

**CORRETA:** O Estatuto garante os direitos a transporte e diárias para o servidor que precisar depor como testemunha fora de sua sede de exercício e permite a expedição de carta precatória para colher o depoimento no domicílio do testemunha.

**Art. 285, § 3º, da Lei Estadual nº 10.261/1968:** O servidor que tiver de depor como testemunha fora da sede de seu exercício, terá direito a transporte e diárias na forma da legislação em vigor, podendo ainda expedir-se precatória para esse efeito à autoridade do domicílio do depoente.

**C) O processo administrativo deverá ser instaurado por despacho, no prazo improrrogável de 07 (sete) dias do recebimento da determinação.**

**INCORRETA:** O processo administrativo deve ser instaurado por portaria, e o prazo para instauração é de 8 (oito) dias, não 7 dias.

**Artigo 277, caput, da Lei Estadual nº 10.261/1968:** O processo administrativo deverá ser instaurado por portaria, no prazo improrrogável de 8 (oito) dias do recebimento da determinação, e concluído no de 90 (noventa) dias da citação do acusado. (NR)

**D) Não apresentadas no prazo as alegações finais, o presidente intimará novamente o acusado, assinando-lhe novo prazo de 48 (quarenta e oito) horas para apresentar defesa, sob pena de incidência dos efeitos da revelia.**

**INCORRETA.** Se as alegações finais não forem apresentadas no prazo, o Estatuto determina que o presidente da comissão processante designará um advogado dativo para o acusado, a quem será concedido um novo prazo. Não há previsão de nova intimação direta ao acusado com prazo de 48 horas ou incidência dos efeitos da revelia nesse contexto.

**Artigo 292, Parágrafo único, da Lei Estadual nº 10.261/1968: Não apresentadas no prazo as alegações finais, o presidente designará advogado dativo, assinando-lhe novo prazo.**

***E) Decorridos 05 (cinco) anos de efetivo exercício, contados do cumprimento da sanção disciplinar, não mais poderá aquela ser considerada em prejuízo do infrator, exceto para efeito de reincidência.***

**INCORRETA:** Embora o prazo seja de 5 anos, a sanção deixará de ser considerada inclusive para efeito de reincidência, desde que não haja nova infração nesse período. A ressalva "exceto para efeito de reincidência" torna a afirmação falsa.

**Artigo 307, da Lei Estadual nº 10.261/1968: Decorridos 5 (cinco) anos de efetivo exercício, contados do cumprimento da sanção disciplinar, sem cometimento de nova infração, não mais poderá aquela ser considerada em prejuízo do infrator, inclusive para efeito de reincidência.**

## **GABARITO B**

56 - (Simulado Bônus. 2025. Inéditas) Mariana, servidora pública estadual com 7 anos de efetivo exercício em seu cargo, está sendo alvo de uma sindicância instaurada há um mês por uma conduta de indisciplina, que em tese, seria passível de pena de repreensão. Em seu histórico funcional, Mariana não registra nenhuma punição de natureza disciplinar nos últimos 5 anos. O responsável pela condução da sindicância avaliou o caso e considerou a possibilidade de propor a suspensão condicional da sindicância. Como condição, seria exigida a apresentação de relatórios trimestrais de atividades e a frequência regular sem faltas injustificadas.

Com base na situação hipotética e no disposto na Lei nº 10.261/68, assinale a alternativa correta:

A) A suspensão condicional da sindicância não pode ser aplicada a Mariana, pois essa medida só é cabível para faltas disciplinares de natureza grave, passíveis de suspensão ou demissão.

B) Durante o período em que a sindicância de Mariana estiver suspensa condicionalmente, o prazo prescricional para a apuração da infração continuará correndo normalmente.

C) Se Mariana descumprir as condições estabelecidas para a suspensão da sindicância ou vier a ser processada por outra falta, a suspensão será revogada, e o procedimento disciplinar prosseguirá.

D) Os requisitos para a suspensão condicional da sindicância são que o servidor tenha no máximo 5 anos de exercício no cargo e não tenha punição disciplinar no histórico funcional.

E) Após o cumprimento das condições da suspensão da sindicância, os autos serão arquivados automaticamente sem necessidade de declaração de extinção da punibilidade.

Comentário

***A) A suspensão condicional da sindicância não pode ser aplicada a Mariana, pois essa medida só é cabível para faltas disciplinares de natureza grave, passíveis de suspensão ou demissão.***

**INCORRETA.** O Artigo 267-N não restringe a suspensão condicional da sindicância apenas a faltas graves ou passíveis de suspensão/demissão. Ele estabelece requisitos relacionados ao tempo de serviço e ao histórico disciplinar do servidor. A natureza da falta (indisciplina, que em tese levaria à repreensão) não a desqualifica para o benefício, desde que os demais requisitos sejam atendidos.

**Lei nº 10.261/68: Artigo 267-N (Caput):** Após a edição da portaria de instauração da sindicância, o responsável que a presidir poderá propor sua suspensão pelo prazo de 1 (um) a 2 (dois) anos, desde que o servidor tenha mais de 5 (cinco) anos de exercício no cargo ou função e não registre punição de natureza disciplinar nos últimos 5 (cinco) anos.

***B) Durante o período em que a sindicância de Mariana estiver suspensa condicionalmente, o prazo prescricional para a apuração da infração continuará correndo normalmente.***

**INCORRETA.** O Artigo 267-N, § 5º, estabelece expressamente que "Durante o período da suspensão não correrá prazo prescricional". Isso significa que a contagem do tempo para que a punibilidade da infração prescreva é paralisada durante a suspensão condicional.

**Lei nº 10.261/68: Artigo 267-N, § 5º:** Durante o período da suspensão **não correrá prazo prescricional**, ficando vedado ao beneficiário ocupar cargo em comissão ou exercer função de confiança.

***C) Se Mariana descumprir as condições estabelecidas para a suspensão da sindicância ou vier a ser processada por outra falta, a suspensão será revogada, e o procedimento disciplinar prosseguirá.***

**CORRETA.** O Artigo 267-N, § 2º, prevê exatamente essa situação: "A suspensão será revogada se o beneficiário vier a ser processado por outra falta disciplinar ou se descumprir as condições estabelecidas no § 1º deste artigo, prosseguindo, nestes casos, o procedimento disciplinar cabível."

**Lei nº 10.261/68: Artigo 267-N, § 2º: A suspensão será revogada se o beneficiário vier a ser processado por outra falta disciplinar ou se descumprir as condições estabelecidas no § 1º deste artigo, prosseguindo, nestes casos, o procedimento disciplinar cabível.**

***D) Os requisitos para a suspensão condicional da sindicância são que o servidor tenha no máximo 5 anos de exercício no cargo e não tenha punição disciplinar no histórico funcional.***

**INCORRETA.** O Artigo 267-N, Caput, estabelece que o servidor deve ter "mais de 5 (cinco) anos de exercício no cargo ou função" e "não registre punição de natureza disciplinar nos últimos 5 (cinco) anos". O enunciado informa que Mariana tem 7 anos de serviço, atendendo ao requisito de tempo, e não tem punições nos últimos 5 anos.

**Lei nº 10.261/68: Artigo 267-N (Caput): Após a edição da portaria de instauração da sindicância, o responsável que a presidir poderá propor sua suspensão pelo prazo de 1 (um) a 2 (dois) anos, desde que o servidor tenha mais de 5 (cinco) anos de exercício no cargo ou função e não registre punição de natureza disciplinar nos últimos 5 (cinco) anos.**

***E) Após o cumprimento das condições da suspensão da sindicância, os autos serão arquivados automaticamente sem necessidade de declaração de extinção da punibilidade.***

**INCORRETA.** O Artigo 267-N, § 3º, determina que, "Expirado o prazo da suspensão e tendo sido cumpridas suas condições, o responsável pela condução da sindicância encaminhará os autos à autoridade competente para aplicar a pena em tese cabível, para a declaração da extinção da punibilidade". A declaração formal é necessária, não é um arquivamento automático.

**Lei nº 10.261/68: Artigo 267-N, § 3º: Expirado o prazo da suspensão e tendo sido cumpridas suas condições, o responsável pela condução da sindicância encaminhará os autos à autoridade competente para aplicar a pena em tese cabível, para a declaração da extinção da punibilidade.**

## **GABARITO C**

57 - (Simulado Bônus. 2025. Inéditas) Em janeiro de 2023, Carlos, um servidor público estadual, foi demitido a bem do serviço público por ter supostamente praticado um ato de improbidade administrativa, após a conclusão de um Processo Administrativo Disciplinar (PAD). Na época, todos os recursos administrativos cabíveis foram esgotados. Em maio de 2025, novas evidências surgiram: um documento antes desaparecido foi encontrado,

provando que a responsabilidade pela conduta imputada a Carlos era, na verdade, de um colega. Diante desses novos fatos, Carlos, por intermédio de seu advogado, decide pedir a revisão de sua punição disciplinar.

Com base na situação hipotética e no disposto na Lei nº 10.261/68, assinale a alternativa correta.

- A) O pedido de revisão de Carlos será admitido apenas se ele alegar que a decisão foi injusta, pois o surgimento de novas provas é irrelevante após o esgotamento dos recursos.
- B) A pena de demissão aplicada a Carlos poderá ser agravada no processo de revisão, caso o novo documento revele outras faltas ainda mais graves que não foram consideradas no processo original
- C) O processo revisional de Carlos deverá ser requerido fundamentadamente por ele ou por seu advogado, instruído com as novas provas, e o ônus de provar os fatos cabe ao requerente.
- D) A decisão final do processo de revisão caberá a um servidor efetivo e confirmado que não tenha participado do processo disciplinar original, e ele poderá apenas anular a pena, não podendo reduzi-la.
- E) O processo de revisão de Carlos só poderá ser solicitado após cinco anos da demissão, pois há um prazo prescricional específico para o pedido de revisão de penas disciplinares graves.

Comentário

**~~A) O pedido de revisão de Carlos será admitido apenas se ele alegar que a decisão foi injusta, pois o surgimento de novas provas é irrelevante após o esgotamento dos recursos.~~**

**INCORRETA.** O Artigo 315, § 1º, estabelece que "A simples alegação da injustiça da decisão não constitui fundamento do pedido." O Artigo 315 (caput) admite a revisão se "surgirem fatos ou circunstâncias ainda não apreciados, ou vícios insanáveis de procedimento", como é o caso do novo documento que prova a inocência de Carlos.

**Lei nº 10.261/68: Artigo 315 (Caput): Admitir-se-á, a qualquer tempo, a revisão de punição disciplinar de que não caiba mais recurso, se surgirem fatos ou circunstâncias ainda não apreciados, ou vícios insanáveis de procedimento, que possam justificar redução ou anulação da pena aplicada. (NR)**

**§ 1º: A simples alegação da injustiça da decisão não constitui fundamento do pedido. (NR)**

***B) A pena de demissão aplicada a Carlos ~~poderá ser agravada~~ no processo de revisão, caso o novo documento revele outras faltas ainda mais graves que não foram consideradas no processo original.***

**INCORRETA.** O Artigo 316 proíbe expressamente o agravamento da pena pela revisão: "A pena imposta não poderá ser agravada pela revisão." A revisão é um instrumento de defesa do servidor, visando reduzir ou anular a pena, não agravá-la.

**Lei nº 10.261/68: Artigo 316: A pena imposta **não poderá ser agravada** pela revisão. (NR)**

***C) O processo revisional de Carlos deverá ser requerido fundamentadamente por ele ou por seu advogado, instruído com as novas provas, e o ônus de provar os fatos cabe ao requerente.***

**CORRETA.** O Artigo 317 estabelece que a instauração do processo revisional pode ser requerida fundamentadamente pelo interessado (ou seus representantes, como advogado). O Parágrafo único do mesmo artigo exige que o pedido seja instruído com as provas. Além disso, o Artigo 315, § 4º, define que "O ônus da prova cabe ao requerente", ou seja, Carlos deve apresentar as evidências de sua inocência.

**Lei nº 10.261/68: Artigo 315, § 4º: O ônus da prova cabe ao requerente. (NR)**

**Artigo 317 (Caput): A instauração de processo revisional poderá ser requerida fundamentadamente pelo interessado ou, se falecido ou incapaz, por seu curador, cônjuge, companheiro, ascendente, descendente ou irmão, sempre por intermédio de advogado. (NR)**

**Parágrafo único: "O pedido será instruído com as provas que o requerente possuir ou com indicação daquelas que pretenda produzir. (NR)**

***D) A decisão final do processo de revisão caberá a um servidor efetivo e confirmado que não tenha participado do processo disciplinar original, e ele poderá apenas anular a pena, não podendo reduzi-la.***

**INCORRETA.** A competência para o exame da admissibilidade e a decisão final da revisão é da autoridade que aplicou a penalidade ou que a confirmou em grau de recurso (Art. 318). O Artigo 319 descreve quem conduzirá o processamento da revisão (um servidor efetivo que não tenha atuado no PAD original), mas não quem decide. Além disso, o Artigo 321 prevê que a decisão que julgar procedente a revisão pode "alterar a classificação da infração, absolver o punido, modificar a pena ou anular o processo", ou seja, pode reduzir a pena.

**Lei nº 10.261/68: Artigo 318: A autoridade que aplicou a penalidade, ou que a tiver confirmado em grau de recurso, será competente para o exame da admissibilidade do pedido de revisão, bem como, caso deferido o processamento, para a sua decisão final. (NR)**

**Artigo 321: A decisão que julgar procedente a revisão poderá alterar a classificação da infração, absolver o punido, modificar a pena ou anular o processo, restabelecendo os direitos atingidos pela decisão reformada. (NR)**

***E) O processo de revisão de Carlos só poderá ser solicitado após cinco anos da demissão, pois há um prazo prescricional específico para o pedido de revisão de penas disciplinares graves.***

**INCORRETA.** O Artigo 315 (caput) afirma que a revisão pode ser admitida "a qualquer tempo", desde que não caiba mais recurso e surjam novos fatos ou vícios. Não há um prazo prescricional para o pedido de revisão em si, mas sim para a punibilidade da falta (Art. 261). O objetivo da revisão é corrigir erros em decisões já transitadas, e o "a qualquer tempo" garante que novos fatos, mesmo que tardios, possam ser considerados.

**Lei nº 10.261/68: Artigo 315 (Caput): Admitir-se-á, a qualquer tempo, a revisão de punição disciplinar de que não caiba mais recurso, se surgirem fatos ou circunstâncias ainda não apreciados, ou vícios insanáveis de procedimento, que possam justificar redução ou anulação da pena aplicada. (NR)**

## **GABARITO C**

58 - (Simulado Bônus. 2025. Inéditas) Sobre a definição de agente público para os efeitos da Lei nº 8.429/1992, e a aplicação das disposições desta lei a particulares, assinale a alternativa correta:

- A) Agente público, para os efeitos desta Lei, é somente o servidor público de carreira, excluindo-se o agente político e aqueles que exercem função transitoriamente.
- B) Um particular, pessoa física ou jurídica, que celebra com a administração pública um contrato de repasse não está sujeito às sanções da Lei de Improbidade Administrativa, pois a lei se aplica somente a agentes públicos.
- C) As disposições da Lei de Improbidade Administrativa são aplicáveis, no que couber, àquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra culposamente para a prática do ato de improbidade.
- D) Os sócios e cotistas de pessoa jurídica de direito privado respondem sempre pelo ato de improbidade imputado à pessoa jurídica, mesmo sem participação direta ou benefícios comprovados.



E) As sanções da Lei de Improbidade Administrativa não se aplicarão à pessoa jurídica, caso o ato de improbidade administrativa seja também sancionado como ato lesivo à administração pública de que trata a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Comentário

**A) Agente público, para os efeitos desta Lei, é somente o servidor público de carreira, excluindo-se o agente político e aqueles que exercem função transitoriamente.**

**INCORRETA.** A alternativa restringe indevidamente a definição de agente público.

Art. 2º, LIA: Para os efeitos desta Lei, consideram-se agente público o agente político, o servidor público e todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nas entidades referidas no art. 1º desta Lei.

**B) Um particular, pessoa física ou jurídica, que celebra com a administração pública um contrato de repasse não está sujeito às sanções da Lei de Improbidade Administrativa, pois a lei se aplica somente a agentes públicos.**

**INCORRETA.** A alternativa contradiz a extensão da aplicabilidade da LIA a particulares.

Art. 2º, Parágrafo único, LIA: No que se refere a recursos de origem pública, sujeita-se às sanções previstas nesta Lei o particular, pessoa física ou jurídica, que celebra com a administração pública convênio, contrato de repasse, contrato de gestão, termo de parceria, termo de cooperação ou ajuste administrativo equivalente.

**C) As disposições da Lei de Improbidade Administrativa são aplicáveis, no que couber, àquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra culposamente para a prática do ato de improbidade.**

**INCORRETA.** A alternativa erra ao prever a culpa como elemento para a responsabilização do particular que induz ou concorre para o ato de improbidade.

Art. 3º, LIA: As disposições desta Lei são aplicáveis, no que couber, àquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra dolosamente para a prática do ato de improbidade.

**D) Os sócios e cotistas de pessoa jurídica de direito privado respondem sempre pelo ato de improbidade imputado à pessoa jurídica, mesmo sem participação direta ou benefícios comprovados.**

**INCORRETA.** A alternativa estabelece uma responsabilidade ilimitada e sem comprovação, o que não corresponde ao texto legal. Eles só responderão se, comprovadamente, houver participação e benefícios diretos, caso em que responderão nos limites da sua participação

**Art. 3º, § 1º, LIA: Os sócios, os cotistas, os diretores e os colaboradores de pessoa jurídica de direito privado não respondem pelo ato de improbidade que venha a ser imputado à pessoa jurídica, salvo se, comprovadamente, houver participação e benefícios diretos, caso em que responderão nos limites da sua participação.**

***E) As sanções da Lei de Improbidade Administrativa não se aplicarão à pessoa jurídica, caso o ato de improbidade administrativa seja também sancionado como ato lesivo à administração pública de que trata a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.***

**CORRETA.** A alternativa está em conformidade com a previsão de vedação de bis in idem para a pessoa jurídica.

**Art. 3º, § 2º, LIA: As sanções desta Lei não se aplicarão à pessoa jurídica, caso o ato de improbidade administrativa seja também sancionado como ato lesivo à administração pública de que trata a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.**

## **GABARITO E**

59 - (Simulado Bônus. 2025. Inéditas) De acordo com o Capítulo III da Lei nº 8.429/1992, que trata das penas aplicáveis por atos de improbidade administrativa, assinale a alternativa correta:

A) Na hipótese de ato de improbidade que importa enriquecimento ilícito (Art. 9º), a suspensão dos direitos políticos será de 5 a 8 anos.

B) Na hipótese de ato de improbidade que causa prejuízo ao erário (Art. 10), a multa civil será equivalente ao valor do dano e a proibição de contratar com o poder público será pelo prazo não superior a 8 anos.

C) Para os atos de improbidade que atentam contra os princípios da administração pública (Art. 11), a sanção de perda da função pública é aplicável, além do pagamento de multa civil e proibição de contratar com o poder público.

D) A sanção de perda da função pública, nas hipóteses de enriquecimento ilícito e lesão ao erário, atinge apenas o vínculo de mesma qualidade e natureza que o agente público ou político detinha com o poder público na época do cometimento da infração.

E) Em casos de atos de menor ofensa aos bens jurídicos tutelados, a sanção limitar-se-á à aplicação de multa, sendo o ressarcimento do dano e a perda dos valores obtidos facultativos.

Comentário

**A) Na hipótese de ato de improbidade que importa enriquecimento ilícito (Art. 9º), a suspensão dos direitos políticos será de 5 a 8 anos:**

**INCORRETA.** É até 14 anos:

Art. 12, I, LIA: na hipótese do art. 9º desta Lei, perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos até 14 (catorze) anos, pagamento de multa civil equivalente ao valor do acréscimo patrimonial e proibição de contratar com o poder público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, **pelo prazo não superior a 14 (catorze) anos;**



**SIGA ESCRIVENTE**  
**@sigaescreventeoficial**



+ DE 300 APROVADOS NO  
ÚLTIMO CONCURSO TJSP  
2024.

LEI DE IMPROBIDADE - DAS PENAS		
ART. 9º - ENRIQUECIMENTO ILÍCITO	Art. 10 - LESÃO AO ERÁRIO	ART. 11 ATOS CONTRA OS PRINCÍPIOS DA ADM. PÚBLICA
PERDA DE BENS OU VALORES acrescidos ilicitamente ao patrimônio	PERDA DE BENS OU VALORES acrescidos ilicitamente ao patrimônio, se concorrer essa circunstância	×
PERDA DA FUNÇÃO PÚBLICA	PERDA DA FUNÇÃO PÚBLICA	×
SUSPENSÃO DOS D. POLÍTICOS  ATÉ 14 ANOS	SUSPENSÃO DOS D. POLÍTICOS  ATÉ 12 ANOS	×
PAGAMENTO DE MULTA CIVIL  EQUIVALENTE AO VALOR DO ACRÉSCIMO PATRIMONIAL	PAGAMENTO DE MULTA CIVIL  EQUIVALENTE AO VALOR DO DANO	PAGAMENTO DE MULTA CIVIL  ATÉ 24X O VALOR DA REMUNERAÇÃO PERCEBIDA PELO AGENTE
PROIBIÇÃO DE CONTRATAR COM O P. PÚBLICO OU DE RECEBER BENEFÍCIOS/INCENTIVOS FISCAIS OU CREDITÍCIOS PELO PRAZO  NÃO SUPERIOR A 14 ANOS	PROIBIÇÃO DE CONTRATAR COM O P. PÚBLICO OU DE RECEBER BENEFÍCIOS/INCENTIVOS FISCAIS OU CREDITÍCIOS PELO PRAZO  NÃO SUPERIOR A 12 ANOS	PROIBIÇÃO DE CONTRATAR COM O P. PÚBLICO OU DE RECEBER BENEFÍCIOS/INCENTIVOS FISCAIS OU CREDITÍCIOS PELO PRAZO  NÃO SUPERIOR A 4 ANOS

**B) Na hipótese de ato de improbidade que causa prejuízo ao erário (Art. 10), a multa civil será equivalente ao valor do dano e a proibição de contratar com o poder público será pelo prazo não superior a 8 anos.**

**INCORRETA.** É não superior a 12 anos:

Art. 12, II, LIA: na hipótese do art. 10 desta Lei, perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, se concorrer esta circunstância, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos até 12 (doze) anos, pagamento de multa civil equivalente ao valor do dano e proibição de contratar com o poder público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, **pelo prazo não superior a 12 (doze) anos;**

**C) Para os atos de improbidade que atentam contra os princípios da administração pública (Art. 11), a sanção de perda da função pública é aplicável, além do pagamento de multa civil e proibição de contratar com o poder público.**

**INCORRETA.** A alternativa está incorreta, pois a pena de perda da função pública não é aplicável para os atos do Art. 11.

Art. 12, III, LIA: na hipótese do art. 11 desta Lei, pagamento de multa civil de até 24 (vinte e quatro) vezes o valor da remuneração percebida pelo agente e proibição de contratar com o poder público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, **pelo prazo não superior a 4 (quatro) anos;**

**D) A sanção de perda da função pública, nas hipóteses de enriquecimento ilícito e lesão ao erário, atinge apenas o vínculo de mesma qualidade e natureza que o agente público ou político detinha com o poder público na época do cometimento da infração.**

**CORRETA.** Esta alternativa está em conformidade com o que dispõe o § 1º do art. 12 da LIA.

Art. 12, § 1º, LIA: A sanção de perda da função pública, nas hipóteses dos incisos I e II do caput deste artigo, atinge apenas o vínculo de mesma qualidade e natureza que o agente público ou político detinha com o poder público na época do cometimento da infração, podendo o magistrado, na hipótese do inciso I do caput deste artigo, e em caráter excepcional, estendê-la aos demais vínculos, consideradas as circunstâncias do caso e a gravidade da infração.

***E) Em casos de atos de menor ofensa aos bens jurídicos tutelados, a sanção limitar-se-á à aplicação de multa, sendo o ressarcimento do dano e a perda dos valores obtidos facultativos.***

**INCORRETA.** A alternativa está incorreta, pois o ressarcimento do dano e a perda dos valores obtidos não são facultativos.

**Art. 12, § 5º, LIA:** No caso de atos de menor ofensa aos bens jurídicos tutelados por esta Lei, a sanção limitar-se-á à aplicação de multa, **sem prejuízo do ressarcimento do dano e da perda dos valores obtidos, quando for o caso**, nos termos do caput deste artigo.

## GABARITO D

### NORMAS DA CORREGEDORIA

60 - (Simulado Bônus. 2025. Inéditas) Com base nas disposições sobre a função correcional e suas modalidades, assinale a alternativa correta:

- A) A correção extraordinária é uma fiscalização agendada com prévio anúncio, podendo ser geral ou parcial, conforme a necessidade do serviço.
- B) A visita correcional tem como objetivo principal a fiscalização geral e abrangente da unidade, verificando todos os aspectos do seu funcionamento.
- C) O Juiz Corregedor Permanente deve efetuar a correção ordinária anualmente, preferencialmente no mês de dezembro, e esta será anunciada por edital com pelo menos quinze dias de antecedência.
- D) As atas de correção ordinária devem ser encaminhadas à Corregedoria Geral da Justiça em até 15 (quinze) dias após realizada.
- E) A função correcional, no Estado de São Paulo, é exercida exclusivamente pelo Corregedor Geral da Justiça.

Comentário

***A) A correção extraordinária é uma fiscalização agendada com prévio anúncio, podendo ser geral ou parcial, conforme a necessidade do serviço.***

**INCORRETA.** A correção extraordinária é realizada sem prévio anúncio. Art. 6º, § 2º.

**Art. 6º, § 2º:** A correção extraordinária consiste em fiscalização excepcional, realizada a qualquer momento **e sem prévio anúncio** e poderá ser geral ou parcial, conforme as necessidades e conveniência do serviço correcional.

***B) A visita correcional tem como objetivo principal a fiscalização ~~geral e abrangente da unidade, verificando todos os aspectos do seu funcionamento.~~***

**INCORRETA.** A visita correcional é uma fiscalização direcionada a aspectos específicos, e não geral e abrangente. Art. 6º, § 3º.

**Art. 6º, § 3º: A visita correcional consiste na fiscalização direcionada à verificação da regularidade de funcionamento da unidade, do saneamento de irregularidades constatadas em correições ou ao exame de algum aspecto da regularidade ou da continuidade dos serviços e atos praticados.**

***C) O Juiz Corregedor Permanente deve efetuar a correição ordinária anualmente, preferencialmente no mês de dezembro, e esta será anunciada por edital com pelo menos quinze dias de antecedência.***

**CORRETA.** A alternativa está em conformidade com as disposições do Art. 8º, caput e § 1º.

**Art. 8º, caput: O Juiz Corregedor Permanente efetuará, uma vez por ano, de preferência no mês de dezembro, correição ordinária em todas as serventias, repartições e demais estabelecimentos sujeitos à sua fiscalização correcional, lavrando-se o correspondente termo no livro próprio.**

**§ 1º: A correição ordinária será anunciada por edital, afixado no átrio do fórum e publicado no Diário da Justiça Eletrônico, com pelo menos quinze dias de antecedência, bem como comunicada à Ordem dos Advogados do Brasil da respectiva subseção.**

***D) As atas de correição ordinária devem ser encaminhadas à Corregedoria Geral da Justiça em até 15 (quinze) dias após realizada.***

**INCORRETA.** O prazo para o encaminhamento das atas de correição ordinária é de 60 dias, não 15 dias. Art. 6º, § 4º, I.

**Art. 6º, § 4º: As atas das correições e visitas serão encaminhadas à Corregedoria Geral da Justiça nos prazos que seguem:**

**I - correição ordinária – até 60 (sessenta) dias após realizada;**

**II - correição extraordinária ou visita correcional – até 15 (quinze) dias após realizada.**

***E) A função correcional, no Estado de São Paulo, é exercida exclusivamente pelo Corregedor Geral da Justiça.***

**INCORRETA.** A função correcional é exercida tanto pelo Corregedor Geral da Justiça quanto pelos Juízes de Primeiro Grau. Art. 5º.

**Art. 5º: A função correcional (...) é exercida, no Estado de São Paulo, pelo Corregedor Geral da Justiça e, nos limites de suas atribuições, pelos Juízes de Primeiro Grau.**

## GABARITO C

61 - (Simulado Bônus. 2025. Inéditas) Acerca do Livro Eletrônico de Visitas e Correições e suas disposições, assinale a alternativa correta:

- A) As atas de visitas e correições, no Livro Eletrônico, serão assinadas apenas pelo Juiz Corregedor Permanente e pelo Escrivão Judicial.
- B) O Livro Eletrônico de Visitas e Correições será formado a partir do cadastro e distribuição do expediente administrativo digital.
- C) O Livro de Visitas e Correições físico deverá ser encerrado e imediatamente descartado após o cadastro e distribuição do expediente administrativo digital.
- D) A digitalização do conteúdo dos livros físicos de visitas e correições é vedada, visando à preservação dos originais.
- E) O suporte físico dos livros de visitas e correições digitalizados poderá ser inutilizado após 5 (cinco) anos, se observadas as diretrizes de descarte seguro.

## Comentário

Trouxemos essa questão para revisar pontos que foram atualizados em 2024:

**Art. 67. O Livro Eletrônico de Visitas e Correições será formado a partir do cadastro e distribuição do expediente administrativo digital. Nele serão emitidas e registradas as atas de visitas e correições, conforme padrão estabelecido pela Corregedoria Geral da Justiça. As atas serão assinadas pelo Juiz Corregedor Permanente, pelo Escrivão Judicial e demais servidores da Unidade. (Alterado pelo Provimento CG Nº 13/2024)**

**§ 1º - Efetuado o cadastro e a distribuição do expediente administrativo digital, o Livro de Visitas e Correições físico deverá ser encerrado, mediante o lançamento de certidão pelo Escrivão Judicial e mantido na Unidade para consulta. (Alterado pelo Provimento CG Nº 13/2024)**

**§ 2º - Faculta-se a digitalização do conteúdo dos livros físicos de visitas e correições e a sua inserção no expediente administrativo, lançando-se certidão pormenorizada. (Alterado pelo Provimento CG Nº 13/2024)**

§ 3º - Após a digitalização e inserção do conteúdo dos livros físicos de visitas e correições no expediente administrativo digital, o suporte físico permanecerá na Unidade Judicial ou Administrativa pelo prazo de 2 (dois) anos, podendo ser inutilizado, desde que observadas as diretrizes relacionadas ao descarte seguro dos materiais. **(Acrescentado pelo Provimento CG Nº 13/2024)**

§ 4º - Sempre que houver alteração do Magistrado designado para Corregedoria Permanente da Unidade Administrativa, o expediente administrativo digital deverá ser redistribuído por direcionamento à Vara presidida pelo atual Juiz Corregedor Permanente. **(Acrescentado pelo Provimento CG Nº 13/2024)**

Vamos analisar cada alternativa:

**A) As atas de visitas e correições, no Livro Eletrônico, serão assinadas apenas pelo Juiz Corregedor Permanente e pelo Escrivão Judicial.**

**INCORRETA.** As atas também devem ser assinadas pelos demais servidores da Unidade.

**Art. 67: O Livro Eletrônico de Visitas e Correições (...) As atas serão assinadas pelo Juiz Corregedor Permanente, pelo Escrivão Judicial e demais servidores da Unidade."**

**B) O Livro Eletrônico de Visitas e Correições será formado a partir do cadastro e distribuição do expediente administrativo digital.**

**CORRETA.** A alternativa está em plena conformidade com o Art. 67, caput.

**Art. 67: O Livro Eletrônico de Visitas e Correições será formado a partir do cadastro e distribuição do expediente administrativo digital.**

**C) O Livro de Visitas e Correições físico deverá ser encerrado e imediatamente descartado após o cadastro e distribuição do expediente administrativo digital.**

**INCORRETA.** Após o encerramento, o livro físico deve ser mantido na Unidade para consulta, e seu descarte, se digitalizado, tem um prazo específico e condições a serem observadas, não sendo imediato.

**Art. 67, § 1º: Efetuado o cadastro e a distribuição do expediente administrativo digital, o Livro de Visitas e Correições físico deverá ser encerrado, mediante o lançamento de certidão pelo Escrivão Judicial e mantido na Unidade para consulta.**

**(...)**



§ 3º: Após a digitalização e inserção do conteúdo dos livros físicos de visitas e correições no expediente administrativo digital, o suporte físico permanecerá na Unidade Judicial ou Administrativa pelo prazo de 2 (dois) anos, podendo ser inutilizado, desde que observadas as diretrizes relacionadas ao descarte seguro dos materiais.

*D) A digitalização do conteúdo dos livros físicos de visitas e correições é vedada, visando à preservação dos originais.*

**INCORRETA.** A digitalização é facultada pela norma. Art. 67, § 2º.

Art. 67, § 2º: **Faculta-se a digitalização** do conteúdo dos livros físicos de visitas e correições e a sua inserção no expediente administrativo, lançando-se certidão pormenorizada.

*E) O suporte físico dos livros de visitas e correições digitalizados poderá ser inutilizado após 5 (cinco) anos, se observadas as diretrizes de descarte seguro.*

**INCORRETA.** O prazo para a permanência do suporte físico na Unidade antes de sua possível inutilização é de 2 (dois) anos, não de 5 (cinco) anos. Art. 67, § 3º.

Art. 67, § 3º: Após a digitalização e inserção do conteúdo dos livros físicos de visitas e correições no expediente administrativo digital, o suporte físico permanecerá na Unidade Judicial ou Administrativa pelo prazo de 2 (dois) anos, podendo ser inutilizado, desde que observadas as diretrizes relacionadas ao descarte seguro dos materiais.

## GABARITO B

62 - (Simulado Bônus. 2025. Inéditas) A respeito das práticas permitidas e vedadas na escrituração dos atos judiciais e cartorários, conforme as Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça, assinale a alternativa correta:

A) Erros de digitação, omissões ou rasuras na escrituração devem ser evitados, mas, caso ocorram, as devidas ressalvas podem ser feitas após a subscrição do ato, desde que de forma legível e autenticada.

B) Anotações a lápis nos livros e autos de processo são permitidas a título provisório, desde que posteriormente formalizadas com caneta.

C) A utilização de corretivo ou outros meios químicos de correção é vedada na escrituração, mas a raspagem por meio mecânico é permitida em casos excepcionais.

D) A assinatura de atos ou termos em branco, total ou parcialmente, é vedada na escrituração.

E) A utilização de abreviaturas e siglas é totalmente vedada na escrituração, não havendo exceções.

Comentário

**A) Erros de digitação, omissões ou rasuras na escrituração devem ser evitados, mas, caso ocorram, as devidas ressalvas ~~podem ser feitas após a subscrição do ato~~, desde que de forma legível e autenticada.**

**INCORRETA.** Na ocorrência das irregularidades previstas no inciso I do Art. 81, as ressalvas devem ser feitas antes da subscrição do ato, e não depois.

**Art. 81, § 1º: Na ocorrência das irregularidades previstas no inciso I, far-se-ão as devidas ressalvas, **antes da subscrição do ato**, de forma legível e autenticada."**

**B) Anotações a lápis nos livros e autos de processo ~~são permitidas a título provisório~~, desde que posteriormente formalizadas com caneta.**

**INCORRETA.** As anotações a lápis devem ser evitadas nos livros e autos de processo, mesmo que a título provisório.

**Art. 81: Na escrituração **serão evitadas** as seguintes práticas:**

(...)

**III - anotações a lápis nos livros e autos de processo, **mesmo que a título provisório**."**

**C) A utilização de corretivo ou outros meios químicos de correção é vedada na escrituração, ~~mas a raspagem por meio mecânico é permitida em casos excepcionais~~.**

**INCORRETA.** Tanto a utilização de corretivo ou outro meio químico quanto a utilização de borracha ou raspagem por outro meio mecânico são práticas vedadas na escrituração.

**Art. 82: Na escrituração **é vedada**:**

**I - a utilização de borracha ou raspagem por outro meio mecânico, bem como a uso de corretivo, detergente ou outro meio químico de correção;**

**D) A assinatura de atos ou termos em branco, total ou parcialmente, é vedada na escrituração.**

**CORRETA.** Esta alternativa reproduz fielmente uma das vedações expressas na escrituração.

**Art. 82: Na escrituração é vedada:**

(...)

**II - a assinatura de atos ou termos em branco, total ou parcialmente;**

***E) A utilização de abreviaturas e siglas é totalmente vedada na escrituração, não havendo exceções.***

**INCORRETA.** A utilização de abreviaturas, abreviações, acrônimos, siglas ou símbolos é vedada, mas há exceções para formas consagradas, as adotadas por órgãos oficiais e as convencionadas por determinada área do conhecimento.

**Art. 82: Na escrituração é vedada:**

(...)

**III - a utilização de abreviaturas, abreviações, acrônimos, siglas ou símbolos, excetuando-se as formas consagradas pelo Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa da Academia Brasileira de Letras, as adotadas por órgãos oficiais e as convencionadas por determinada área do conhecimento humano;**

## **GABARITO D**

63 - (Simulado Bônus. 2025. Inéditas) Com relação às intimações dos atos e termos do processo e aos procedimentos de publicação, assinale a alternativa correta:

A) É permitido ao servidor dos órgãos de justiça prestar informações por telefone aos advogados, membros do Ministério Público e partes sobre os atos e termos do processo, desde que o processo não esteja em segredo de justiça.

B) Os despachos, decisões interlocutórias e sentenças devem ser encaminhados à publicação no Diário da Justiça Eletrônico em até 5 (cinco) dias, contados da devolução dos autos em cartório.

C) As intimações, por qualquer meio, devem conter o número dos autos, o objeto do processo e o nome das partes, mas o nome dos advogados das partes com o número de suas inscrições na OAB é opcional.

D) Nas intimações pela imprensa, as decisões interlocutórias e sentenças serão publicadas somente na sua parte dispositiva.

E) Quando ocorrer erro ou omissão de elemento indispensável na publicação, é necessária a reclamação da parte para que se proceda à retificação e nova publicação.

## Comentário

**A) ~~É permitido~~ ao servidor dos órgãos de justiça prestar informações por telefone aos advogados, membros do Ministério Público e partes sobre os atos e termos do processo, desde que o processo não esteja em segredo de justiça.**

**INCORRETA.** É expressamente vedado ao servidor prestar informações por telefone sobre os atos e termos do processo. Art. 132, Parágrafo único.

Art. 132, Parágrafo único: **É vedado** ao servidor dos órgãos de justiça prestar informações por telefone aos advogados, aos membros do Ministério Público, às partes e ao público em geral acerca dos atos e termos do processo.

**B) Os despachos, decisões interlocutórias e sentenças devem ser encaminhados à publicação no Diário da Justiça Eletrônico em até 5 (cinco) dias, contados da devolução dos autos em cartório.**

**INCORRETA.** O prazo máximo para encaminhamento à publicação é de 3 (três) dias, e não 5 (cinco) dias. Art. 133.

Art. 133: Os despachos, decisões interlocutórias e sentenças devem ser encaminhados à publicação no Diário da Justiça Eletrônico, dentro do prazo máximo **de 3 (três) dias**, a contar da devolução dos autos em cartório.

**C) As intimações, por qualquer meio, devem conter o número dos autos, o objeto do processo e o nome das partes, ~~mas o nome dos advogados das partes com o número de suas inscrições na OAB é opcional.~~**

**INCORRETA.** O nome dos advogados com suas respectivas inscrições na Ordem dos Advogados do Brasil é um requisito obrigatório das intimações. Art. 134, III.

Art. 134: As intimações de atos ordinatórios, despachos, decisões interlocutórias e sentenças, qualquer que seja o meio empregado, consumir-se-ão de maneira objetiva e precisa, sem ambiguidades e omissões, e conterão:

(...)

III - **o nome dos advogados das partes com o número de suas respectivas inscrições na Ordem dos Advogados do Brasil.**

**D) Nas intimações pela imprensa, as decisões interlocutórias e sentenças serão publicadas somente na sua parte dispositiva.**

**CORRETA.** A alternativa reproduz fielmente a regra sobre a publicação de decisões interlocutórias e sentenças na imprensa. Art. 135, II.

**Art. 135: Nas intimações pela imprensa:**

(...)

**II - as decisões interlocutórias e sentenças serão publicadas somente na sua parte dispositiva; os atos ordinatórios e despachos de mero expediente serão transcritos ou resumidos com os elementos necessários à explicitação do conteúdo da ordem judicial (quem e sobre o que se deve manifestar, ter ciência, providenciar, etc.).**

*E) Quando ocorrer erro ou omissão de elemento indispensável na publicação, é necessária a reclamação da parte para que se proceda à retificação e nova publicação.*

**INCORRETA.** A retificação e nova publicação devem ocorrer independentemente de reclamação da parte. Art. 137.

**Art. 137: Quando ocorrer erro ou omissão de elemento indispensável na publicação, independentemente de despacho ou de reclamação da parte, proceder-se-á imediatamente à retificação e nova publicação, encartando-se aos autos cópia do ato incorretamente publicado.**

## **GABARITO D**

64 - (Simulado Bônus. 2025. Inéditas) Sobre a consulta a processos eletrônicos e o acesso a informações processuais no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assinale a alternativa correta:

A) A consulta, no sítio do Tribunal de Justiça, ao inteiro teor das decisões, sentenças, votos e acórdãos é livre, mas as movimentações processuais e os mandados de prisão registrados no BNMP possuem acesso restrito.

B) Advogados não vinculados a um processo eletrônico podem acessar todos os atos e documentos processuais armazenados, mesmo em casos de processos em sigilo ou segredo de justiça, desde que previamente identificados.

C) Os processos que tramitam no sistema de processamento eletrônico do Tribunal de Justiça em segredo de justiça podem ser consultados apenas pelas partes e procuradores habilitados a atuar no processo.

D) A indicação de que um processo está submetido a segredo de justiça pode ser feita automaticamente por expressa previsão legal, mas não no ato do ajuizamento ou por determinação judicial.

E) Para consulta da íntegra dos autos digitais na internet, a senha de acesso a terceiros legitimamente interessados, peritos e assistentes é fornecida automaticamente, sem necessidade de autorização do magistrado.

Comentário

***A) A consulta, no sítio do Tribunal de Justiça, ao inteiro teor das decisões, sentenças, votos e acórdãos é livre, mas as movimentações processuais e os mandados de prisão registrados no BNMP possuem acesso restrito.***

**INCORRETA.** A consulta é livre também para as movimentações processuais e mandados de prisão registrados no BNMP. Art. 1.224.

**Art. 1.224:** É livre a consulta, no sítio do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, às movimentações processuais, inteiro teor das decisões, sentenças, votos, acórdãos e aos mandados de prisão registrados no BNMP.

***B) Advogados não vinculados a um processo eletrônico podem acessar todos os atos e documentos processuais armazenados, mesmo em casos de processos em sigilo ou segredo de justiça, desde que previamente identificados.***

**INCORRETA.** Advogados não vinculados não podem acessar processos em sigilo ou segredo de justiça. Art. 1.224, § 2º.

**Art. 1.224, § 2º:** Os advogados, defensores públicos, procuradores e membros do Ministério Público, não vinculados a processo, previamente identificados, poderão acessar todos os atos e documentos processuais armazenados, salvo nos casos de processos em sigilo ou segredo de justiça.

***C) Os processos que tramitam no sistema de processamento eletrônico do Tribunal de Justiça em segredo de justiça podem ser consultados apenas pelas partes e procuradores habilitados a atuar no processo.***

**CORRETA.** Esta alternativa reproduz fielmente a regra de consulta para processos em segredo de justiça. Art. 1.225.

**Art. 1.225:** Os processos que tramitam no sistema de processamento eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, em segredo de justiça, só poderão ser consultados pelas partes e procuradores habilitados a atuar no processo.

**D) A indicação de que um processo está submetido a segredo de justiça pode ser feita automaticamente por expressa previsão legal, ~~mas não no ato do ajuizamento ou por determinação judicial.~~**

**INCORRETA.** A indicação de segredo de justiça pode ocorrer por indicação do advogado, procurador ou autoridade policial no ato do ajuizamento, ou por determinação do juiz/relator, além da previsão legal automática. Art. 1.225, § 1º, I, III e IV.

**Art. 1.225, § 1º:** A indicação de que um processo está submetido a segredo de justiça deverá ser incluída no sistema de processamento eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo:

**I - no ato do ajuizamento por indicação do advogado, procurador ou autoridade policial;**

(...)

**III – por determinação do juiz ou do relator;**

**IV – automaticamente, por expressa previsão legal, conforme tabela de classes e assuntos padronizadas no sistema.**

**E) Para consulta da íntegra dos autos digitais na internet, a senha de acesso a terceiros legitimamente interessados, peritos e assistentes ~~é fornecida automaticamente, sem necessidade de autorização do magistrado.~~**

**INCORRETA.** O acesso à íntegra dos autos digitais para terceiros legitimamente interessados, peritos, assistentes e outros auxiliares da justiça nomeados nos autos, exige autorização do magistrado. Art. 1.226, III.

**Art. 1.226, III:** Para consulta da íntegra dos autos digitais na internet será fornecida senha de acesso a terceiros legitimamente interessados para autos que tramitem em sigilo, peritos, assistentes e outros auxiliares da justiça nomeados nos autos, de acordo com o tipo de participação no processo, **mediante autorização do magistrado.**

**GABARITO C**

## **ATUALIDADES**

65 - (Simulado Bônus. 2025. Inéditas) A Comissão de Constituição e Justiça do Senado aprovou uma proposta de mudança significativa nas regras eleitorais brasileiras. Uma das principais alterações diz respeito a alguns cargos do Executivo.

De acordo com a proposta aprovada na CCJ do Senado, qual será a principal mudança?

- A) Aumento do número de mandatos consecutivos permitidos.
- B) Fim da possibilidade de reeleição.
- C) Redução do tempo de mandato para três anos.
- D) Permissão de reeleição apenas para um mandato extra.
- E) Estabelecimento de um limite de idade para a reeleição.

Comentário



[CCJ do Senado aprova fim da reeleição para o Executivo | Radioagência Nacional](#)

## GABARITO B

66 - (Simulado Bônus. 2025. Inéditas) A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) proferiu uma decisão inédita no Brasil, acolhendo um recurso que impacta diretamente a forma como a identidade de gênero pode ser registrada em documentos civis.

Qual tipo de identificação de gênero foi permitida no documento civil pela decisão inédita do STJ?

- A) Gênero masculina, com opção de asterisco.
- B) Gênero neutro.
- C) Gênero feminino, com opção de asterisco.
- D) Cisgênero.
- E) Transgênero.

Comentário



## Pela 1ª vez, STJ autoriza **gênero neutro** em registro civil

"Aqui a questão é muito dramática, esse ser humano, no meu modo de ver, deve estar sofrendo muito", destacou a relatora antes do voto

Isabella Cavalcante, da CNN, Brasília

07/05/25 às 16:59 | Atualizado 07/05/25 às 16:59

[Pela 1ª vez, STJ autoriza gênero neutro em registro civil | CNN Brasil](#)

### GABARITO B

67 - (Simulado Bônus. 2025. Inéditas) Uma investigação do "The New York Times" revelou que um governo estrangeiro tem utilizado um país da América do Sul para estabelecer uma "linha de montagem" de identidades falsas para seus agentes. Esses espiões, ao se "camuflarem" e adquirirem reputação como cidadãos dessa nação, conseguem viajar para diversas partes do mundo.

Qual é o país que a Rússia tem utilizado como base para seus espiões construírem novas identidades, conforme a reportagem?

- A) Argentina
- B) Colômbia
- C) Chile
- D) Brasil
- E) Guiana Francesa

Comentário

## Rússia usa Brasil como 'linha de montagem' de espiões, diz jornal

Investigação do jornal 'The New York Times' identificou que Kremlin envia cidadãos russos ao Brasil, onde adquirem identidades falsas enquanto treinam para servir como agentes de espionagem em outros lugares do mundo.

Por **Redação g1**

21/05/2025 10h47 · Atualizado há um mês

[Rússia usa Brasil como 'linha de montagem' de espiões, diz jornal | Mundo | G1](#)

## GABARITO D

68 - (Simulado Bônus. 2025. Inéditas) O governo federal publicou na terça-feira (20) o decreto com as novas regras para a educação à distância em cursos de graduação (EAD).

De acordo com o decreto federal publicado na terça-feira (20), qual dos seguintes cursos de graduação passará a ser ofertado exclusivamente no formato presencial (EAD)?

- A) História.
- B) Engenharia Civil.
- C) Administração.
- D) Letras.
- E) Odontologia.

Comentário

Com o decreto, os cursos **Direito, Medicina, Enfermagem, Odontologia e Psicologia** só poderão ser ofertados no formato presencial.

[EAD: Saiba em quais cursos ensino a distância está proibido | Educação | G1](#)

## GABARITO E

69 - (Simulado Bônus. 2025. Vunesp) Maria é uma estudante de 10 anos com deficiência física. Embora sua deficiência não a impeça de participar das atividades, ela enfrenta dificuldades. A escola não oferece adaptações adequadas para que Maria possa se envolver plenamente nas atividades físicas e em outros momentos que exigem mais mobilidade. Esse tipo de comportamento impede que ela participe de forma igualitária em relação aos outros alunos.

Com base na Lei Brasileira de Inclusão (2015), esses comportamentos que prejudicam a participação social de Maria em igualdade de condições com os outros estudantes são classificados como

- A) violência.
- B) discriminação.
- C) capacitismo.
- D) estigma social.
- E) barreira atitudinal.

Comentário

**Lei 13.146/2015: Art. 3º Para fins de aplicação desta Lei, consideram-se:**

(...)

**IV - barreiras: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros, classificadas em:**

(...)

**e) barreiras atitudinais: atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas;**

## GABARITO E

70 - (Simulado Bônus. 2025. Vunesp) Aurélia estava inspecionando as dependências da escola, e, ao observar a movimentação de um aluno deficiente pelos espaços, comunicou à direção da escola a existência de barreiras que impediam a circulação do estudante. Segundo o que está escrito no art. 2º da Lei no 13.146/2015, considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza, dentre outras:

- A) física, intelectual ou sensorial.
- B) sensorial, cultural e genética.
- C) socioeconômica e sociocultural.
- D) biológica, psicológica e estrutural.
- E) limitante, ambiental e hereditária.

Comentário

**Lei 13.146/2015: Art. 2º Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o**

qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

## GABARITO A

## MATEMÁTICA

71 - (Simulado Bônus. 2025. Vunesp) Carlos e Henrique foram hipoteticamente designados para realizar uma tarefa que foi dividida em duas partes iguais. Carlos decidiu que sempre, a cada dia, irá realizar a metade do que ainda falta para terminar, e Henrique decidiu que sempre, a cada dia, irá realizar a terça parte do que ainda falta para terminar. Após dois dias de trabalho de cada um deles, é correto afirmar que a parte da tarefa já realizada pelos dois é uma fração entre:

- A)  $7/10$  e  $8/10$ .
- B)  $5/10$  e  $6/10$ .
- C)  $4/10$  e  $5/10$ .
- D)  $8/10$  e  $9/10$ .
- E)  $6/10$  e  $7/10$ .

### Comentário

Vamos analisar o trabalho de Carlos e Henrique separadamente e depois somar as partes que eles realizaram.

### 1. Trabalho de Carlos

Carlos, a cada dia, realiza a **metade do que ainda falta** para terminar. A tarefa foi dividida em duas partes iguais, então vamos considerar que a parte de Carlos é "1" (uma unidade da tarefa).

- **Início:** Falta 1 unidade da tarefa.
- **Dia 1:** Carlos faz a metade do que falta, ou seja,  $1/2 \times 1 = 1/2$  da tarefa.
  - Tarefa restante para Carlos:  $1 - 1/2 = 1/2$ .
- **Dia 2:** Carlos faz a metade do que ainda falta, ou seja,  $1/2 \times 1/2 = 1/4$  da tarefa.
  - Tarefa restante para Carlos:  $1/2 - 1/4 = 1/4$ .

A parte total da tarefa realizada por Carlos após dois dias é a soma do que ele fez no Dia 1 e no Dia 2:

$$\frac{1}{2} + \frac{1}{4} = \frac{2}{4} + \frac{1}{4} = \frac{3}{4}$$

## 2. Trabalho de Henrique

Henrique, a cada dia, realiza a **terça parte do que ainda falta** para terminar. Assim como Carlos, a parte de Henrique também é "1" (uma unidade da tarefa).

- **Início:** Falta 1 unidade da tarefa.
- **Dia 1:** Henrique faz a terça parte do que falta, ou seja,  $1/3 \times 1 = 1/3$  da tarefa.
  - Tarefa restante para Henrique:  $1 - 1/3 = 2/3$ .
- **Dia 2:** Henrique faz a terça parte do que ainda falta, ou seja,  $1/3 \times 2/3 = 2/9$  da tarefa.
  - Tarefa restante para Henrique:  $2/3 - 2/9 = 4/9$ .

A parte total da tarefa realizada por Henrique após dois dias é a soma do que ele fez no Dia 1 e no Dia 2:

$$\frac{1}{3} + \frac{2}{9} = \frac{3}{9} + \frac{2}{9} = \frac{5}{9}$$

## 3. Total da tarefa realizada pelos dois

A tarefa foi dividida em **duas partes iguais**. Isso significa que a parte que Carlos fez (3/4 da **sua** parte da tarefa) e a parte que Henrique fez (5/9 da **sua** parte da tarefa) correspondem à metade da tarefa total para cada um.

- Carlos contribuiu para a tarefa total com  $(\frac{3}{4}) \times (\frac{1}{2}) = \frac{3}{8}$
- Henrique contribui para a tarefa total com  $(\frac{5}{9}) \times (\frac{1}{2}) = \frac{5}{18}$

A fração total da tarefa já realizada pelos dois é a soma dessas contribuições:  $3/8 + 5/18$

Para somar as frações, precisamos de um denominador comum. O mínimo múltiplo comum (MMC) de 8 e 18 é 72.

**Múltiplos de 8: 8, 16, 24, 32, 40, 48, 56, 64, 72, 80...**

**Múltiplos de 18: 18, 36, 54, 72, 90...**

### **Converter as frações para o novo denominador**

Agora, vamos reescrever cada fração com o denominador 72. Para isso, dividimos o novo denominador pelo antigo e multiplicamos o resultado pelo numerador.

**Para a primeira fração ( $\frac{3}{8}$ ):**

- $72 \div 8 = 9$
- Multiplicamos o numerador por 9:  $3 \times 9 = 27$
- Então,  $3/8$  é equivalente a  $\frac{27}{72}$ .

**Para a segunda fração ( $\frac{5}{18}$ ):**

- $72 \div 18 = 4$
- Multiplicamos o numerador por 4:  $5 \times 4 = 20$
- Então,  $5/18$  é equivalente a  $\frac{20}{72}$ .

Concluimos que,

$$\frac{27}{72} + \frac{20}{72} = \frac{47}{72}$$

### **4. Comparando com as alternativas**

Agora, precisamos ver em qual intervalo a fração  $\frac{47}{72}$  se encaixa. Vamos converter as frações das alternativas para decimais ou para um denominador comum para comparar.

$$47 \div 72 \approx 0.6527...$$

Vamos analisar as alternativas em decimais:

A)  $7/10 = 0.7$  e  $8/10 = 0.8$

B)  $5/10 = 0.5$  e  $6/10 = 0.6$

C)  $4/10 = 0.4$  e  $5/10 = 0.5$

D)  $8/10 = 0.8$  e  $9/10 = 0.9$

E)  $6/10 = 0.6$  e  $7/10 = 0.7$

O valor de  $47 \div 72 \approx 0.6527$  está entre 0.6 e 0.7.

A parte da tarefa já realizada pelos dois é uma fração entre  **$6/10$  e  $7/10$** .

## GABARITO E

72 - (Simulado Bônus. 2025. Vunesp) Um curso de línguas tem 8 turmas, sendo que a turma de iniciantes em inglês tem mais de 40 alunos. Considerando as demais turmas, os números de alunos em cada uma são, respectivamente, 24, 22, 27, 31, 34, 19 e 25. Do total de alunos desse curso, três quintos estudam em turmas com mais de 25 alunos, logo, o algarismo das unidades do número de alunos da turma de iniciantes é

A) 3.

B) 0.

C) 1.

D) 2.

E) 4.

### Comentário

Vamos resolver este problema passo a passo.

#### 1. Organize os dados das turmas conhecidas

Temos 7 turmas fora a turma iniciante, vamos identificar quais dessas turmas têm **mais de 25 alunos**:

TURMA 1	24
TURMA 2	22
TURMA 3	27
TURMA 4	31
TURMA 5	34
TURMA 6	19
TURMA 7	25

A turma de iniciantes em inglês, que chamaremos de **TI**, tem mais de 40 alunos (**TI > 40**).

**2. Calcule a soma dos alunos nas turmas com mais de 25 Alunos (excluindo a de iniciantes)**

Soma dos alunos nas turmas com mais de 25 alunos (das 7 turmas conhecidas):

$$27 + 31 + 34 = 92 \text{ alunos}$$

**3. Calcule o total de alunos nas 7 turmas conhecidas**

Soma de todos os alunos nas 7 turmas conhecidas:

$$24 + 22 + 27 + 31 + 34 + 19 + 25 = 182 \text{ alunos}$$

**4. Defina o número total de alunos no curso**

O número total de alunos no curso é a soma dos alunos das 7 turmas conhecidas mais os alunos da turma de iniciantes (TI):

$$\text{Total de alunos} = 182 + \text{TI}$$

**5. Use a informação da proporção para montar a equação**

O problema diz que "três quintos do total de alunos desse curso estudam em turmas com mais de 25 alunos".



As turmas com mais de 25 alunos são:

- As turmas conhecidas que já identificamos: **27, 31, 34 (total de 92 alunos)**.
- A turma de iniciantes em inglês (TI), pois sabemos que **TI > 40**, e **40** é maior que **25**.

Então, o número total de alunos em turmas com mais de **25 alunos é 92 + TI**.

Agora, montamos a equação:

$$(3/5) \times (\text{Total de alunos}) = (\text{Alunos em turmas com mais de 25})$$

$$(3/5) \times (182 + TI) = 92 + TI$$

#### 6. Resolva a equação para encontrar TI

Multiplique ambos os lados por 5 para eliminar a fração:

$$3(182 + TI) = 5(92 + TI)$$

$$546 + 3TI = 460 + 5TI$$

$$2TI = 546 - 460$$

$$2TI = 86$$

$$TI = 86 \div 2$$

$$TI = 43$$

#### 7. Verifique a condição e encontre o algarismo das unidades

O número de alunos na turma de iniciantes é 43.

Isso satisfaz a condição de que a turma de iniciantes tem "**mais de 40 alunos**" (**43 > 40**).

O algarismo das unidades do número de alunos da turma de iniciantes é

DEZENA	UNIDADE
4	3

## GABARITO A

73 - (Simulado Bônus. 2025. Vunesp) Em um laboratório farmacêutico, onde certo medicamento está sendo produzido, 2 máquinas, operando juntas e ininterruptamente, produzem x comprimidos em 45 minutos.

Operando com uma máquina a mais, todas juntas e ininterruptamente, e durante o dobro do tempo, seriam produzidas 3.600 cápsulas a mais do que na situação anterior.

Com base nessas informações, pode-se concluir corretamente que x é igual a

- A) 1.200.
- B) 1.400.
- C) 1.500.
- D) 1.600.
- E) 1.800.

Comentário

### 1. Entenda a primeira situação

- **Máquinas:** 2
- **Tempo:** 45 minutos
- **Produção:** x comprimidos

Podemos pensar na "taxa de trabalho" como comprimidos por máquina por minuto.

Se 2 (duas) máquinas produzem x comprimidos em 45 minutos, então:

Produção por máquina por minuto (situação 1) = comprimidos/máquina/minuto

$$\frac{x \text{ comprimidos}}{2 \text{ máquinas} \times 45 \text{ minutos}} = \frac{x}{90}$$

### 2. Entenda a segunda situação

- **Máquinas:**  $2 + 1 = 3$  máquinas (uma a mais)
- **Tempo:** Dobro do tempo anterior =  $45 \text{ minutos} \times 2 = 90 \text{ minutos}$
- **Produção:**  $x + 3600$  comprimidos (3.600 a mais que na situação anterior)

Usando a mesma lógica de taxa de trabalho:

Produção por máquina por minuto (situação 1) = comprimidos/máquina/minuto

$$\frac{(x+3600) \text{ comprimidos}}{3 \text{ máquinas} \times 90 \text{ minutos}} = \frac{x+3600}{270}$$

### 3. Estabeleça a relação entre as situações

Assumimos que todas as máquinas operam com a mesma eficiência. Portanto, a taxa de produção por máquina por minuto deve ser a mesma nas duas situações.

$$\frac{x}{90} = \frac{x+3600}{270}$$

### 4. Resolva a equação para encontrar x

Para resolver a equação, podemos multiplicar em cruz ou simplificar os denominadores primeiro.

Vamos simplificar: note que **270 = 3 × 90**

$$\frac{x}{90} = \frac{x+3600}{3 \times 90}$$

Multiplique ambos os lados por 270:

$$3x = x + 3600$$

Subtraia x de ambos os lados:

$$3x - x = 3600$$

$$2x = 3600$$

$$x = 3600 \div 2$$

$$x = 1800$$

## GABARITO E

74 - (Simulado Bônus. 2025. Vunesp) Em uma faculdade, no início de certo semestre, o número de homens matriculados correspondia a 45% do número total de matrículas. Duas semanas após o início das atividades, a faculdade teve a matrícula de mais 255 mulheres e 143 homens, de maneira que, entre os matriculados, o número de homens passou a ser igual a 80% do número de mulheres.

O total de mulheres e homens matriculados no início desse semestre era

- A) 5.700.
- B) 5.900.
- C) 6.500.
- D) 6.300.
- E) 6.100.

Comentário

### 1. Defina as variáveis iniciais e a relação proporcional

- **Início do semestre:**
  - **HI:** número de homens inicial
  - **MI:** número de mulheres inicial
  - **TI = HI + MI:** total de matrículas inicial
- **Relação inicial:** Homens são 45% do total.
  - **HI = 0.45 × TI**
  - Isso implica que **MI = 0.55 × TI**
  - Portanto, a proporção entre homens e mulheres é:

$$HI/MI = 0.45/0.55$$

$$HI/MI = 45/55$$

$$HI/MI = 9/11$$

## 2. Defina as variáveis após novas matrículas

- **Após 2 semanas:**
  - Novas mulheres final: **+ 255**
  - Novos homens final: **+ 143**
  - **$HF = HI + 143$**
  - **$MF = MI + 255$**
- **Nova relação:** Homens são 80% das mulheres.

$$HF = 0.80 \times MF$$

## 3. Monte e resolva a equação para encontrar MI

Substitua **HF** e **MF** na nova relação:

$$HI + 143 = 0.80 \times (MI + 255)$$

Use a relação inicial ( **$HI = 9/11 MI$** ) para ter apenas uma variável (MI):

$$9/11MI + 143 = 0.8 MI + (0.8 \times 255)$$

$$9/11MI + 143 = 0.8MI + 204$$

Reorganize a equação para isolar MI:

$$9/11MI - 0.8MI = 204 - 143$$

$$9/11 MI - 4/5 = 61$$

Encontre o MMC de 11 e 5 (que é 55) para subtrair as frações:

$$45/55 MI - 44/55 = 61$$

$$1/55 = 61$$

$$MI = 61 \times 55$$

$$MI = 3355$$

4. Calcule o número inicial de homens (HI)

Use a relação  $HI = 9/11 MI$ :

$$HI = 9/11 \times 3355$$

$$HI = 9 (3355 \div 11)$$

$$HI = 9 \times 305$$

$$HI = 2745$$

5. Calcule o total de matriculados no início

$$\text{Total inicial (TI)} = HI + MI$$

$$TI = 2745 + 3355$$

$$TI = 6100$$

### GABARITO E

75 - (Simulado Bônus. 2025. Vunesp) A tabela mostra, em relação a três jogadores, apenas alguns dados referentes ao número de lançamentos de uma bola de basquete, o número de acertos e a razão número de acertos por número de lançamentos, de cada um deles.

Jogadores	Nº de lançamentos (L)	Nº de acertos (A)	Razão: A/L
P	60		3/4
R		44	11/16
T	56		5/8

Considerando a totalidade dos lançamentos e acertos dos três jogadores, a razão A/L corresponde a valor entre

- A) 54% e 58%.
- B) 62% e 66%.
- C) 50% e 54%.
- D) 66% e 70%.
- E) 58% e 62%.

Comentário

**Passo 1: Completar os dados do Jogador P**

- **Dados conhecidos:**
  - Número de lançamentos (L) = 60
  - Razão A/L = 3/4
- **Fórmula:** Razão A/L = Número de acertos (A) / Número de lançamentos (L)

$$3/4 = A/60$$

Multiplicando ambos os lados por 60:

$$A = (3/4) \times 60$$

$$A = 3 \times (60 / 4)$$

$$A = 3 \times 15$$

$$A = 45$$

**Passo 2: Completar os dados do Jogador R**

- **Dados conhecidos:**
  - Número de acertos (A) = 44
  - Razão A/L = 11/16
- **Fórmula:** Razão A/L = Número de acertos (A) / Número de lançamentos (L)

**Cálculo do número de lançamentos (L):**

$$11/16 = 44/L$$

Multiplicando ambos os lados por L:

$$(11/16) \times L = 44$$

Dividindo ambos os lados por 11/16 (ou multiplicando pelo inverso, 16/11):

$$L = 44 \times (16/11)$$

$$L = (44 / 11) \times 16$$

$$L = 4 \times 16$$

$$L = 64$$

### **Passo 3: Completar os dados do Jogador T**

- **Dados conhecidos:**
  - Número de lançamentos (L) = 56
  - Razão A/L = 5/8
- **Fórmula:** Razão A/L = Número de acertos (A) / Número de lançamentos (L)

**Cálculo do número de acertos (A):**

$$5/8 = A/56$$

Multiplicando ambos os lados por 56:

$$A = (5/8) \times 56$$

$$A = 5 \times (56 / 8)$$

$$A = 5 \times 7$$

$$A = 35$$



#### Passo 4: Tabela completa

Agora podemos preencher a tabela com todos os dados:

JOGADORES	Nº DE LANÇAMENTOS (L)	Nº DE ACERTOS (A)	RAZÃO: A/L
P	60	45	3/4
R	64	44	11/16
T	56	35	5/8

#### Passo 5: Calcular o total de lançamentos e acertos dos três jogadores

$$\frac{AP}{LP} + \frac{AR}{LR} + \frac{AT}{LT}$$
$$\frac{45}{60} + \frac{44}{64} + \frac{35}{56} = \frac{124}{180}$$
$$\frac{124}{180} = 0,6889$$

#### Passo 6: A razão A/L corresponde a valor entre

$$0,6889 \times 100 = 68,89\%$$

#### GABARITO D

76 - (Simulado Bônus. 2025. Vunesp) De acordo com informações publicadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município brasileiro com a menor extensão territorial é Santa Cruz de Minas, localizado no Estado de Minas Gerais, com 3,565 km<sup>2</sup>. Se, por algum motivo, for necessária a representação dessa extensão territorial na unidade metros quadrados, a correta escrita é

- A) 3565000 m<sup>2</sup>.
- B) 35650000 m<sup>2</sup>.
- C) 356500 m<sup>2</sup>.
- D) 35650 m<sup>2</sup>.
- E) 3565 m<sup>2</sup>.

### Comentário

Para converter uma área de quilômetros quadrados ( $\text{km}^2$ ) para metros quadrados ( $\text{m}^2$ ), precisamos lembrar da relação entre as unidades de comprimento.

Sabemos que: **1 km=1000 m**

Quando lidamos com áreas, a conversão é ao quadrado:

$$1 \text{ km}^2 = (1000 \text{ m}) \times (1000 \text{ m})$$

$$1 \text{ km}^2 = 1.000.000 \text{ m}^2 \text{ (ou } 10^6 \text{ m}^2)$$

Agora, vamos converter a extensão territorial de Santa Cruz de Minas, que é de  $3,565 \text{ km}^2$ , para  $\text{m}^2$ :

$$3,565 \text{ km}^2 = 3,565 \times 1.000.000 \text{ m}^2$$

$$3,565 \text{ km}^2 = \mathbf{3.565.000 \text{ m}^2}$$

### GABARITO A

## INFORMÁTICA

77 - (Simulado Bônus. 2024. Outras) O sistema operacional Windows 11 tem diversos atalhos de teclado, que são teclas ou combinações de teclas que possibilitam ao usuário uma maneira alternativa de realizar determinada ação sem o uso do *mouse*.

Considerando-se o exposto, pode-se afirmar que o atalho utilizado para percorrer os aplicativos na barra de tarefas sem o uso do *mouse* — tal qual explicitado na imagem apresentada a seguir — é composto pelas teclas:



A) Windows + P.

- B) Windows + T.
- C) Ctrl + T.
- D) Windows + S.
- E) Ctrl + A.

Comentário

**A) Windows + P.**

**INCORRETA.** O atalho Windows + P é usado para abrir as opções de projeção e exibição em múltiplos monitores, o que permite configurar como a tela é exibida em monitores conectados (por exemplo, duplicar, estender).

**B) Windows + T.**

**CORRETA.** O atalho Windows + T permite percorrer os aplicativos abertos na barra de tarefas. Ao pressioná-lo, o foco se move entre os ícones da barra de tarefas, exibindo uma miniatura da janela correspondente (se disponível), sem a necessidade de usar o mouse.

**C) Ctrl + T.**

**INCORRETA.** Não há uma função padrão definida pela Microsoft para a combinação Ctrl + T que se relacione à navegação na barra de tarefas. Em alguns aplicativos (como navegadores), pode abrir uma nova aba.

**D) Windows + S.**

**INCORRETA.** O atalho Windows + S é usado para abrir a ferramenta de pesquisa do Windows, que permite buscar por arquivos, aplicativos e informações na web.

**E) Ctrl + A.**

**INCORRETA.** O atalho Ctrl + A é universalmente usado para selecionar todos os itens em um documento ou diretório.

**GABARITO B**

78 - (Simulado Bônus. 2024. Vunesp) Analise a seguinte estrutura de pastas no Explorador de Arquivos do Windows 11 em sua configuração original:



Considerando que a pasta Tereza está selecionada, caso o usuário pressione a tecla DEL do teclado, quantas pastas serão excluídas, considerando que o usuário possui todas as permissões para a operação, e que a operação foi concluída com sucesso?

- A) 1
- B) 2
- C) 3
- D) 4
- E) 5

Comentário

#### Entendendo a Exclusão de Pastas no Windows 11

No Explorador de Arquivos do Windows, quando você exclui uma **pasta**, o sistema remove não apenas a pasta selecionada, mas **todo o seu conteúdo**, o que inclui quaisquer **arquivos e subpastas** que estejam dentro dela. Isso ocorre porque as pastas funcionam como contêineres lógicos que organizam a estrutura de arquivos.

No caso da nossa questão, A estrutura de pastas mostra que a pasta **"Tereza"** está selecionada. Abaixo e à direita da pasta "Tereza", há duas subpastas: **"2023"** e **"2024"**. Isso indica que "2023" e "2024" são subpastas diretas de "Tereza".

Quando o usuário pressiona a tecla **DEL** com a pasta "Tereza" selecionada, e a operação é concluída com sucesso (assumindo todas as permissões):

1. A pasta "**Tereza**" será excluída.
2. Como "2023" é uma subpasta de "Tereza", ela também será excluída.
3. Como "2024" é uma subpasta de "Tereza", ela também será excluída.

Portanto, a exclusão da pasta "Tereza" resulta na exclusão dela mesma e de todas as suas subpastas.

Assim, serão excluídas um total de 3 pastas: Tereza, 2023 e 2024.

### GABARITO C

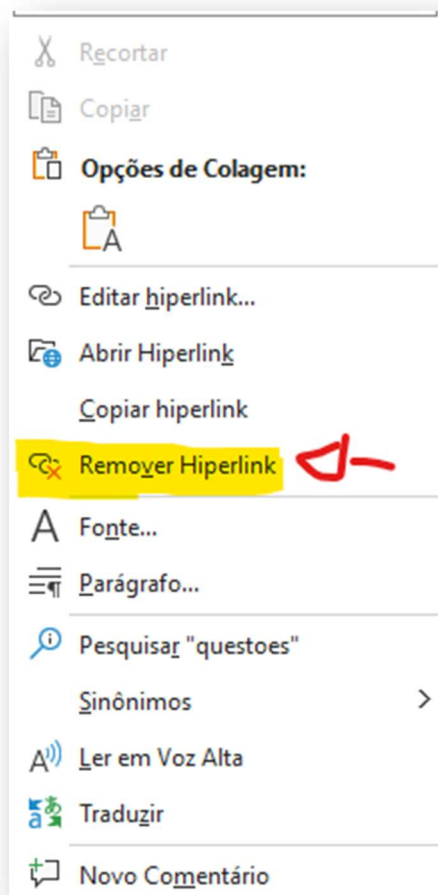
79 - (Simulado Bônus. 2024. FCC. Adaptada) Usando o Word no Microsoft Office 365, em português, aberto e funcionando em condições ideais, o servidor do Tribunal de Justiça de São Paulo produziu uma carta onde, em determinado local do texto, inseriu um endereço eletrônico. Quando fez isso, o Word criou um *hyperlink* para o endereço. Para excluir esse formato e deixar em texto normal, o servidor deve:

- A) clicar com o botão direito do mouse no *hyperlink* e escolher Remover Hyperlink.
- B) clicar em Remover Hyperlink na opção Formatar Hyperlink na guia Formatar.
- C) acessar a guia Referências, escolher Referências Cruzadas e clicar em Remover e-mail.
- D) clicar com o botão direito do mouse no *hyperlink*, escolher Referências Cruzadas e clicar em Remover Hyperlink.
- E) acessar a guia Formatar, escolher Referências e clicar em Remover e-mail.

Comentário

**A) clicar com o botão direito do mouse no *hyperlink* e escolher Remover Hyperlink.**

**CORRETA.** Ao clicar com o botão direito do mouse no hiperlink, aparece um menu com a opção de "Remover hiperlink":



## GABARITO A

80 - (Simulado Bônus. 2025. Vunesp) Em um documento do Microsoft Word 365, em sua configuração original, um usuário digitou uma palavra sem nenhuma formatação na primeira linha. Em seguida, ele digitou uma palavra na segunda linha e a formatou em negrito. Depois, digitou uma palavra na terceira linha em itálico. Todas as palavras das linhas 1 a 3 foram digitadas com todas as letras em minúsculo. Na sequência, o usuário digitou uma palavra na quarta linha, com todas as letras em maiúsculo e sem formatação.

Assinale a alternativa que apresenta o resultado obtido quando o usuário seleciona apenas a palavra da primeira linha, clica sobre o Pincel de Formatação, ativando-o, e, em seguida, seleciona as linhas 2, 3 e 4.

A) A formatação das palavras das linhas 2 e 3 não são alteradas e a palavra da linha 4 fica formatada com as letras em minúsculo.

B) A palavra da linha 1 fica formatada em negrito e itálico, com todas as letras em maiúsculo.

C) As palavras das linhas 2 e 3 ficam sem formatação e a palavra da linha 4 fica formatada com as letras em minúsculo.

D) As palavras das linhas 2 e 3 ficam sem formatação e a palavra da linha 4 se mantém formatada com as letras em maiúsculas.

E) Nada acontece, porque o Pincel de Formatação copia apenas texto com alguma formatação.

#### Comentário

O **Pincel de Formatação** é uma ferramenta muito útil no Microsoft Word (e em outros aplicativos do Office) que permite copiar rapidamente a formatação de um trecho de texto e aplicá-la a outro trecho. Ele copia atributos como tipo de fonte, tamanho, cor, negrito, itálico, sublinhado, parágrafo, espaçamento, entre outros.

No caso da nossa questão:

Cenário inicial:

- **Linha 1:** Palavra "palavra1" (minúsculo, sem formatação)
- **Linha 2:** Palavra "**palavra2**" (minúsculo, em negrito)
- **Linha 3:** Palavra "*palavra3*" (minúsculo, em itálico)
- **Linha 4:** Palavra "PALAVRA4" (MAIÚSCULO, sem formatação)

**Ação:** O usuário seleciona apenas a **palavra da primeira linha** (que não tem formatação e está em minúsculo), clica no Pincel de Formatação e, em seguida, seleciona as linhas 2, 3 e 4.

**Efeito do Pincel de Formatação:** A formatação da Linha 1 (ou seja, **sem formatação**) será copiada e aplicada às Linhas 2, 3 e 4.

- Isso significa que o negrito da Linha 2 será removido.
- O itálico da Linha 3 será removido.
- A característica de maiúscula da Linha 4 **não será alterada**, pois o Pincel de Formatação não considera maiúsculas/minúsculas como uma "formatação" copiável nesse contexto; é uma propriedade do texto.

#### Resultado Esperado:

- **Linha 1:** palavra1 (minúsculo, sem formatação - inalterada)
- **Linha 2:** palavra2 (minúsculo, sem formatação)
- **Linha 3:** palavra3 (minúsculo, sem formatação)
- **Linha 4:** PALAVRA4 (MAIÚSCULO, sem formatação)

Vamos analisar as alternativas:

**A) A formatação das palavras das linhas 2 e 3 não são alteradas e a palavra da linha 4 fica formatada com as letras em minúsculo.**

**INCORRETA.** As formatações das linhas 2 e 3 serão alteradas (removidas), e a palavra da linha 4 manterá as letras em maiúsculo.

**B) A palavra da linha 1 fica formatada em negrito e itálico, com todas as letras em maiúsculo.**

**INCORRETA.** O Pincel de Formatação aplica a formatação da origem ao destino; ele não altera a formatação da linha de origem (linha 1). A linha 1 permanece sem formatação.

**C) As palavras das linhas 2 e 3 ficam sem formatação e a palavra da linha 4 fica formatada com as letras em minúsculo.**

**INCORRETA.** As palavras das linhas 2 e 3 ficam sem formatação, o que está correto. No entanto, a palavra da linha 4 não fica em minúsculo, ela permanece em maiúsculo.

**D) As palavras das linhas 2 e 3 ficam sem formatação e a palavra da linha 4 se mantém formatada com as letras em maiúsculas.**

**CORRETA.** Esta alternativa descreve o resultado preciso. A formatação de negrito e itálico das linhas 2 e 3 será removida (elas ficarão "sem formatação"). A palavra da linha 4, que já estava em maiúsculo e sem formatação (além do caso das letras), manterá suas letras em maiúsculas, pois o Pincel de Formatação não interfere no caso (maiúscula/minúscula) das letras.

**E) Nada acontece, porque o Pincel de Formatação copia apenas texto com alguma formatação.**

**INCORRETA.** O Pincel de Formatação copia a formatação existente, mesmo que seja a ausência de formatação. Se você copiar a "não-formatação" de um texto, essa "não-formatação" será aplicada ao texto de destino, removendo qualquer formatação que ele porventura tivesse.

## **GABARITO D**

81 - (Simulado Bônus. 2025. Consulplan) Micaela, agente administrativo da Câmara Municipal, deverá analisar os custos de diferentes materiais de escritório durante o mês.



Para isso, a profissional elaborou a seguinte planilha no Microsoft Excel 365 (Configuração Padrão – Idioma Português-Brasil):

	A	B	C	D	E
1	Produto	Semana 1	Semana 2	Semana 3	Semana 4
2	Papel	150	170	160	180
3	Canetas	73	60	55	50
4	Tesouras	70	80	75	85
5	Grampeadores	30	35	40	45

Para calcular uma métrica que ajuda a entender o custo total, Micaela utilizou a fórmula =Mult(Máximo(B2:E2);mínimo(B3:E3)). Com base nessa fórmula, o valor do cálculo para o indicador de desempenho será:

- A) 9.000.
- B) 10.100.
- C) 10.800.
- D) 12.000.
- E) 13.140.

#### Comentário

Micaela, uma agente administrativa, precisa calcular uma métrica de custo utilizando uma planilha no Microsoft Excel 365. Para isso, ela empregou a fórmula =MULT(MÁXIMO(B2:E2);MÍNIMO(B3:E3)). Para determinar o valor do cálculo, precisamos entender como as funções **MÁXIMO**, **MÍNIMO** e **MULT** operam no Excel.

- **MÁXIMO(núm1; núm2; ...):** Esta função retorna o **maior valor** dentro de um conjunto de argumentos ou de um intervalo de células.
- **MÍNIMO(núm1; núm2; ...):** Esta função retorna o **menor valor** dentro de um conjunto de argumentos ou de um intervalo de células.
- **MULT(núm1; [núm2]; ...):** Esta função **multiplica** todos os números especificados como argumentos e retorna o produto (o resultado da multiplicação).

Os **intervalos de células** no Excel são definidos por dois pontos (ex: B2:E2), indicando todas as células desde a inicial até a final.

Agora vamos calcular passo a passo:

A fórmula a ser calculada é =MULT(MÁXIMO(B2:E2);MÍNIMO(B3:E3)).

**1. Cálculo de MÁXIMO(B2:E2):**

- Este intervalo compreende as células B2, C2, D2 e E2.
- Os valores nessas células são: **150, 170, 160, 180**.
- O **maior valor** (MÁXIMO) nesse conjunto é **180**.

**2. Cálculo de MÍNIMO(B3:E3):**

- Este intervalo compreende as células B3, C3, D3 e E3.
- Os valores nessas células são: **73, 60, 55, 50**.
- O **menor valor** (MÍNIMO) nesse conjunto é **50**.

**3. Cálculo final de MULT(180; 50):**

- Agora, substituímos os resultados obtidos na função MULT: =MULT(180; 50).
- Isso significa **180 multiplicado por 50**.
- $180 \times 50 = 9.000$ .

Portanto, o valor do indicador de desempenho será 9.000.

**GABARITO A**

82 - (Simulado Bônus. 2025. Vunesp) Considere a seguinte planilha, criada no Microsoft Excel 365, em sua configuração padrão:

	A	B	C	D
1	<b>Despesa</b>	<b>Categoria</b>	<b>Valor</b>	
2	Luz	Fixas	200,00	
3	Água	Variáveis	150,00	
4	Aluguel	Fixas	2.500,00	
5	Internet	Fixas	120,00	
6	Impostos	Variáveis	350,00	
7			2.500,00	
8				

A célula C7 contém uma função, cujo resultado é 2.500,00.

Assinale a alternativa com a função que apresenta esse resultado.

- A) =SOMASE(A2:A6; "Aluguel" ;C2:C6)
- B) =PROCURAR(A2:A6; "Aluguel" ;C2:C6)
- C) =SOMA(C2:C6;C4)
- D) =PROCV(2500;A1:C6;3;FALSO)
- E) =SOMARPRODUTO(C2:C6;A2:A6; "Aluguel" )

#### Comentário

A questão nos apresenta uma planilha no Microsoft Excel 365 e informa que a célula C7 contém uma função cujo resultado é **2.500,00**. Nosso objetivo é identificar qual das funções alternativas, ao ser aplicada a essa planilha específica, produziria o resultado esperado.

**A) =SOMASE(A2:A6; "Aluguel" ;C2:C6)**

**CORRETA.** Função SOMASE: Esta função soma células que atendem a um determinado critério. Sua sintaxe é SOMASE(intervalo\_critério; critério; [intervalo\_soma]).

Aplicação na Planilha:

- intervalo\_critério (A2:A6): A função verificará as células na coluna "Despesa" (A2, A3, A4, A5, A6).
- critério ("Aluguel"): A função buscará o texto "Aluguel" nesse intervalo.

- intervalo\_soma (C2:C6): Se o critério for encontrado, o valor correspondente desta coluna será somado.

Processamento:

- A função percorre A2:A6.
- Encontra "Aluguel" na célula A4.
- Como "Aluguel" foi encontrado em A4, a função soma o valor correspondente na mesma linha do intervalo\_soma, que é a célula C4.
- O valor em C4 é 2.500,00.
- Resultado: 2.500,00.

**B) =PROCURAR(A2:A6; "Aluguel" ;C2:C6)**

**INCORRETA.** Função PROCURAR: Procura uma sequência de caracteres de texto dentro de outra sequência e retorna a posição inicial do texto encontrado. Sua sintaxe é PROCURAR(texto\_procurado; no\_texto; [núm\_inicial]).

Aplicação na Planilha: A sintaxe da função PROCURAR espera um texto como no\_texto (onde procurar), não um intervalo como A2:A6. Mesmo que a sintaxe fosse adaptada, a função retorna uma posição numérica (ex: o número do caractere onde o texto começa), não uma soma de valores.

Esta fórmula geraria um erro de sintaxe ou um resultado inesperado, pois seus argumentos não são compatíveis com a finalidade de soma ou com a própria função.

**C) =SOMA(C2:C6;C4)**

**INCORRETA.** Função SOMA: Adiciona todos os valores ou intervalos especificados.

Aplicação na Planilha: A fórmula somaria o intervalo de C2 a C6 e, adicionalmente, somaria o valor da célula C4 novamente.

- Valores de C2:C6 (200 + 150 + 2500 + 120 + 350) = 3320,00.
- O valor de C4 é 2500,00.
- A soma total seria 3320,00 + 2500,00 = 5820,00.
- Análise: O resultado é 5.820,00, que é diferente de 2.500,00.

**D) =PROCV(2500;A1:C6;3;FALSO)**

**INCORRETA.** Função PROCV: Procura um valor na primeira coluna de uma matriz (tabela) e retorna um valor na mesma linha de uma coluna especificada.

Aplicação na Planilha:

- valor\_procurado (2500): O valor que a função tentará encontrar.
- matriz\_tabela (A1:C6): A área de busca é da célula A1 até C6.
- A função PROCV procuraria o valor 2500 na primeira coluna da matriz\_tabela, que é a coluna "Despesa" (A1 a A6).
- Processamento: Na coluna A (A1:A6), os valores são "Despesa", "Luz", "Água", "Aluguel", "Internet", "Impostos". Nenhum desses valores é 2500.
- Análise: Como a função exige uma correspondência exata (FALSO) e não encontra o valor 2500 na primeira coluna da matriz, ela retornaria um erro #N/D.

**E)=SOMARPRODUTO(C2:C6;A2:A6; "Aluguel")**

**INCORRETA.** Função SOMARPRODUTO: Multiplica os componentes correspondentes nas matrizes fornecidas e retorna a soma desses produtos. Seus argumentos devem ser matrizes numéricas.

Aplicação na Planilha:

- C2:C6 é um intervalo numérico.
- A2:A6 é um intervalo de texto ("Despesa", "Luz", etc.).
- "Aluguel" é uma string de texto.

Análise: Esta fórmula geraria um erro (#VALOR!) ou um resultado inesperado, pois o segundo e terceiro argumentos não são matrizes numéricas válidas para a operação de multiplicação da função SOMARPRODUTO.

## GABARITO A

83 - (Simulado Bônus. 2024. Vunesp) Usando o Microsoft Outlook 2016, em sua configuração padrão, Ricardo enviou uma mensagem de correio eletrônico para Luciana, Tatiana e Paulo, sendo que Luciana estava no campo Para, Tatiana no campo Cc e Paulo no campo Cco. Considerando que a mensagem foi enviada e recebida com sucesso, assinale a alternativa que indica como o Outlook irá preencher os campos Para, Cc e Cco, ao preparar uma mensagem automaticamente, quando Paulo clica no botão Responder a Todos.

- A) Para: Luciana Cc: Tatiana Cco: Paulo
- B) Para: Ricardo, Luciana Cc: Tatiana Cco:
- C) Para: Luciana Cc: Tatiana Cco: Ricardo
- D) Para: Ricardo Cc: Tatiana Cco: Luciana

E) Para: Ricardo Cc: Cco:

## Comentário

O cenário da nossa questão:

- **De:** Ricardo (o remetente original)
- **Para:** Luciana
- **Cc:** Tatiana
- **Cco:** Paulo (destinatário oculto)

**Ação:** Paulo clica no botão "Responder a Todos".

Vamos analisar como o Outlook preencherá os campos da nova mensagem de Paulo.

**A) Para: Luciana Cc: Tatiana Cco: Paulo**

### INCORRETA.

- Para: Estaria incompleto. Ao "Responder a Todos", o remetente original (Ricardo) sempre é incluído no campo "Para" ou "Cc". Além disso, Paulo (o remetente da resposta) não seria colocado no Cco da sua própria resposta.
- Cco: Paulo (o remetente da resposta) não seria incluído no Cco da sua própria mensagem. O campo Cco, por definição, não é automaticamente preenchido em "Responder a Todos" com os destinatários ocultos da mensagem original.

**B) Para: Ricardo, Luciana Cc: Tatiana Cco:**

### CORRETA.

- Para: Ricardo (o remetente original da mensagem) e Luciana (que estava no campo "Para" da mensagem original) serão incluídos.
- Cc: Tatiana (que estava no campo "Cc" da mensagem original) será incluída.
- Cco: O campo "Cco" ficará vazio. Paulo, que recebeu a mensagem original em Cco, não é revelado aos outros destinatários e, portanto, não é automaticamente incluído nos campos "Para" ou "Cc" de uma resposta a todos (e ele próprio não se colocaria em Cco ao responder).

**C) Para: Luciana Cc: Tatiana Cco: Ricardo**

### INCORRETA.

- Para: Estaria incompleto, pois Ricardo (o remetente original) deveria estar.

- Cco: Ricardo, o remetente original, nunca seria colocado no Cco de uma resposta.

**D) Para: Ricardo Cc: Tatiana Cco: Luciana**

**INCORRETA.**

- Para: Estaria incompleto, pois Luciana também deveria estar no "Para".
- Cco: Luciana, que estava no campo "Para" da mensagem original, nunca seria colocada no Cco de uma resposta.

**E) Para: Ricardo Cc: Cco:**

**INCORRETA.**

- Para: Estaria incompleto, pois Luciana também deveria estar no "Para".
- Cc: Estaria incompleto, pois Tatiana, que estava no "Cc" original, deveria ser incluída no "Cc" da resposta.

## **GABARITO B**

84 - (Simulado Bônus. 2024. Vunesp) Usando o Microsoft Outlook 2016, um usuário preparou uma mensagem de correio eletrônico, com todos os campos corretamente preenchidos e pressionou o campo Enviar. A mensagem, que não foi programada para ser enviada no futuro, ficou gravada na pasta Caixa de Saída. Sem fechar o Outlook, para que a mensagem seja efetivamente enviada para os destinatários, esse usuário precisa

- A) salvar a mensagem.
- B) excluir a mensagem da pasta Caixa de Saída.
- C) limpar a pasta Lixo Eletrônico.
- D) mover a mensagem manualmente da pasta Caixa de Saída para a pasta Itens Enviados.
- E) conectar o computador à Internet.

## **Comentário**

No Microsoft Outlook, quando uma mensagem é preparada e o botão "Enviar" é pressionado, ela normalmente é despachada imediatamente. No entanto, se a mensagem fica gravada na pasta **Caixa de Saída** (Outbox), isso indica que ela não foi efetivamente enviada para os destinatários. A pasta "Caixa de Saída" serve como uma fila temporária para mensagens que aguardam o envio.

Vamos analisar as alternativas para determinar o que o usuário precisa fazer para que a mensagem seja finalmente enviada.

***A) salvar a mensagem.***

**INCORRETA.** A mensagem já está salva, pois foi gravada na pasta "Caixa de Saída". Salvá-la novamente não fará com que ela seja enviada.

***B) excluir a mensagem da pasta Caixa de Saída.***

**INCORRETA.** Excluir a mensagem da pasta "Caixa de Saída" fará com que ela seja permanentemente removida (ou movida para a Lixeira, dependendo das configurações), impedindo que seja enviada aos destinatários.

***C) limpar a pasta Lixo Eletrônico.***

**INCORRETA.** A pasta "Lixo Eletrônico" (ou "Spam") armazena mensagens consideradas indesejadas. Limpá-la não tem nenhuma relação com o envio de mensagens que estão na "Caixa de Saída".

***D) mover a mensagem manualmente da pasta Caixa de Saída para a pasta Itens Enviados.***

**INCORRETA.** Mensagens só são movidas automaticamente da "Caixa de Saída" para a pasta "Itens Enviados" após serem efetivamente enviadas. Mover a mensagem manualmente para "Itens Enviados" não fará com que ela seja enviada; essa pasta é apenas um registro de mensagens já enviadas. A "Caixa de Saída" é a única pasta de onde as mensagens são processadas para envio.

***E) conectar o computador à Internet.***

**CORRETA.** Se uma mensagem fica presa na pasta "Caixa de Saída" após o usuário ter clicado em "Enviar", a razão mais comum é a ausência de conexão com a Internet ou um problema de conectividade com o servidor de e-mail. O Outlook tenta enviar as mensagens da "Caixa de Saída" quando há uma conexão ativa. Ao restabelecer a conexão com a Internet, o Outlook tentará automaticamente enviar todas as mensagens pendentes na "Caixa de Saída" para seus destinatários.

**GABARITO E**



**https://example.org:8236/docs/leitura.html?abrir**

O número 8236, colocado após o nome do domínio significa

- A) limite de usuários do site no servidor designado.
- B) chave de criptografia para acessar o recurso no servidor.
- C) porta em que o servidor está recebendo requisições.
- D) identificação do servidor que receberá a requisição.
- E) identificação do cliente enviando a requisição.

#### Comentário

A URL (Uniform Resource Locator) é o endereço que identifica um recurso na internet e especifica como acessá-lo. Uma URL pode conter diversos componentes, e cada um deles tem um significado específico.

No URL `https://example.org:8236/docs/leitura.html?abrir`, o número **8236**, que aparece logo após o nome do domínio (`example.org`) e é precedido por dois pontos (:), representa a **porta** em que o servidor está aguardando e recebendo as requisições de comunicação.

#### Explicação dos Componentes Relevantes da URL:

- **https://**: É o protocolo de comunicação. Indica como os dados serão transferidos (neste caso, de forma segura, com criptografia).
- **example.org**: É o nome do domínio ou hostname, que identifica o servidor na rede.
- **:8236**: É o número da porta. Os servidores utilizam portas para organizar os diferentes serviços que oferecem. Por exemplo, o tráfego web padrão para HTTP usa a porta 80 e para HTTPS usa a porta 443. Se uma porta diferente dessas é especificada (como 8236), significa que o serviço está sendo executado em uma porta não-padrão e o cliente precisa se conectar a essa porta específica.
- **/docs/leitura.html**: É o caminho para o recurso no servidor.
- **?abrir**: É a *query string* (string de consulta), que passa parâmetros adicionais para o servidor.

#### GABARITO C

86 - (Simulado Bônus. 2025. FGV) Ao usar o recurso de “navegação segura” no navegador Chrome, o usuário recebe avisos que ajudam na proteção contra *malware*, sites e

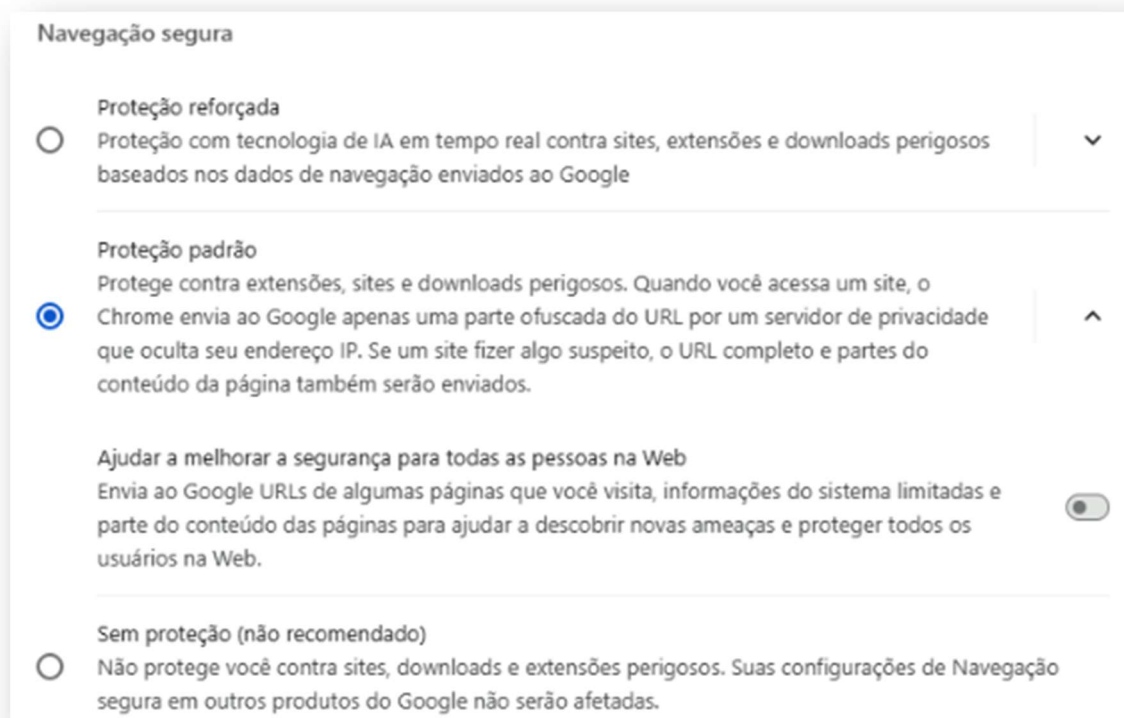
extensões abusivos, *phishing*, anúncios maliciosos e invasivos e ataques de engenharia social.

Os níveis de proteção de navegação segura oferecidos por esse navegador são:

- A) proteção extra e proteção padrão, apenas.
- B) proteção padrão e sem proteção, apenas.
- C) proteção avançada, proteção extra e proteção básica, apenas.
- D) proteção reforçada, proteção padrão e sem proteção, apenas.
- E) proteção reforçada, proteção avançada, proteção padrão e proteção básica, apenas.

#### Comentário

Os níveis de PROTEÇÃO SEGURA do Google Chrome são essas:



**GABARITO D**

87 - (Simulado Bônus. 2025. Vunesp) Acerca do Microsoft Teams, assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as três lacunas a seguir com a funcionalidade adequada.

\_\_\_\_\_ são coleções de pessoas, conteúdo e ferramentas que envolvem diferentes projetos e resultados dentro de uma organização.

\_\_\_\_\_ podem ser do tipo padrão, compartilhados(as) ou privados (as).

\_\_\_\_\_ podem ser públicos(as) e abertos (as), permitindo que qualquer pessoa dentro da organização participe (até 25 000 membros).

- A) Canais ... Canais ... Equipes
- B) Equipes ... Canais ... Equipes
- C) Equipes ... Canais ... Canais
- D) Equipes ... Equipes ... Equipes
- E) Canais ... Canais ... Canais

Comentário

**Lacuna 1: "\_\_\_\_\_ são coleções de pessoas, conteúdo e ferramentas que envolvem diferentes projetos e resultados dentro de uma organização."**

- Esta descrição se refere às **Equipes**. No Teams, as equipes são os grupos maiores que reúnem pessoas para projetos, departamentos ou iniciativas. Elas são o contêiner principal para a colaboração.
- **Base Legal (Conceitual - Suporte Microsoft):** "As equipes são coleções de pessoas, conteúdos e ferramentas que envolvem diferentes projetos e resultados numa organização."

**Lacuna 2: "\_\_\_\_\_ podem ser do tipo padrão, compartilhados(as) ou privados (as)."**

- Esta descrição se refere aos **Canais**. Dentro de uma equipe, os canais são os espaços onde as conversas e o trabalho específico acontecem. Eles podem ter diferentes níveis de acesso.
- **Base Legal (Conceitual - Suporte Microsoft):** "Os canais são locais onde as conversas acontecem e onde o trabalho realmente é feito. Os canais podem ser abertos para todos os membros da equipe (canais padrão), membros da equipe

selecionados (canais privados) ou pessoas selecionadas dentro e fora da equipe (canais compartilhados)."

**Lacuna 3: "\_\_\_\_\_ podem ser públicos(as) e abertos (as), permitindo que qualquer pessoa dentro da organização participe (até 25 000 membros)."**

- Esta descrição se refere novamente às **Equipes**. As equipes podem ter configurações de privacidade que as tornam públicas (abertas para qualquer um da organização participar) ou privadas (somente por convite). A menção ao limite de membros também é uma característica das equipes.

## GABARITO B

88 - (Simulado Bônus. 2025. Vunesp) João organizou uma reunião virtual não recorrente com Paula e Ricardo por meio do Microsoft Teams. No horário agendado, apenas João e Paula se conectaram. Durante a reunião, João convidou Pedro para participar, e este aceitou o convite e se conectou. Depois disso, João compartilhou informações através do chat da reunião. Finalmente, João, Paula e Pedro se desconectaram, finalizando assim a reunião.

Considerando que todos possuem a mesma versão do Microsoft Teams, em sua configuração original, que todos estão dentro da mesma organização e que todos usam desktop, assinale a alternativa que indica quem terá acesso às informações do chat da reunião imediatamente após ela ter sido finalizada.

- A) João, Paula e Pedro, apenas.
- B) João e Paula, apenas.
- C) João, Paula, Pedro e Ricardo, apenas.
- D) João, apenas.
- E) Todas as pessoas da organização.

## Comentário

Informações importantes do enunciado:

- **Organizadores/Convidados Iniciais:** João (organizador), Paula e Ricardo.
- **Conectados Inicialmente:** João e Paula.
- **Convidado durante a reunião:** Pedro, que se conectou.
- **Não conectado:** Ricardo (convidado, mas não se conectou inicialmente).
- **Informações compartilhadas:** Via chat da reunião.

- **Finalização da reunião:** João, Paula e Pedro se desconectaram.

Vamos analisar quem terá acesso às informações do chat da reunião imediatamente após ela ter sido finalizada.

**A) João, Paula e Pedro, apenas.**

**INCORRETA.** Embora João, Paula e Pedro tenham participado ativamente da reunião (João como organizador e Paula e Pedro como participantes), o Microsoft Teams permite acesso ao chat também para quem foi convidado para a reunião, mesmo que não tenha efetivamente se conectado ou permanecido até o fim. Ricardo foi convidado inicialmente e, portanto, também terá acesso ao chat.

**B) João e Paula, apenas.**

**INCORRETA.** Além de João e Paula, Pedro (que se conectou durante a reunião) e Ricardo (que foi convidado, mesmo sem se conectar) também terão acesso ao chat.

**C) João, Paula, Pedro e Ricardo, apenas.**

**CORRETA.**

- João: Como organizador da reunião, ele sempre terá acesso ao chat.
- Paula: Como participante que se conectou e esteve presente, terá acesso ao chat.
- Pedro: Mesmo tendo sido convidado e conectado durante a reunião, ele se torna um participante e terá acesso ao histórico do chat.
- Ricardo: Embora não tenha se conectado à reunião, ele foi um convidado inicial. No Microsoft Teams, todos os convidados para uma reunião (que recebem o convite em seu calendário) têm acesso ao chat da reunião, permitindo que acompanhem a conversa, vejam documentos compartilhados e até interajam antes, durante e depois do evento, mesmo que não entrem na chamada de vídeo/áudio.

**D) João, apenas.**

**INCORRETA.** O acesso ao chat não é restrito apenas ao organizador. Todos os participantes (e convidados) têm acesso.

**E) Todas as pessoas da organização.**

**INCORRETA.** O acesso ao chat de uma reunião não é aberto por padrão a toda a organização, a menos que a reunião tenha sido criada em um canal público específico de uma equipe onde todos têm acesso ou que o chat seja explicitamente compartilhado com toda a organização posteriormente, o que não é o comportamento padrão para uma reunião "não recorrente" entre pessoas específicas.

## GABARITO C

89 - (Simulado Bônus. 2023. FGV. Adaptada) Quando uma pasta do Microsoft OneDrive ou do Microsoft SharePoint é exibida no Explorador de Arquivos do Windows, o status de cada arquivo é mostrado com um ícone. Observe o status do arquivo ilustrado a seguir.



No Explorador de Arquivos do Windows, o ícone de uma nuvem azul ao lado de um arquivo OneDrive indica que:

- A) a conta OneDrive está bloqueada;
- B) o arquivo está disponível apenas online;
- C) a sincronização com a nuvem está em andamento;
- D) a sincronização foi bloqueada pelo administrador;
- E) o arquivo está compartilhado com outras pessoas na nuvem.

Comentário

**A) a conta OneDrive está bloqueada;**

**INCORRETA.** O ícone seria esse:



Se você vir um ícone de estilo vermelho "sem entrada" sobre o ícone OneDrive, isso significa que sua conta está bloqueada.

**B) o arquivo está disponível apenas online;**

**CORRETA.** A nuvem azul ao lado de OneDrive ou pastas indica que o arquivo só está disponível online:



Um ícone de nuvem azul ao lado de OneDrive ou pastas indica que o arquivo só está disponível online. Arquivos somente online não ocupam espaço no computador.

**C) a sincronização com a nuvem está em andamento;**

**INCORRETA.** O ícone seria esse:



As setas circulares sobre os ícones de notificação do OneDrive ou do OneDrive corporativo ou de estudante indicam que a sincronização está em andamento. Isso inclui quando você está carregando arquivos ou OneDrive está sincronizando novos arquivos da nuvem para o computador.



**D) a sincronização foi bloqueada pelo administrador;**

**INCORRETA.** O ícone seria esse:



Se você vir um ícone de estilo vermelho "sem entrada" sobre o ícone OneDrive, isso significa que sua conta está bloqueada.

**E) o arquivo está compartilhado com outras pessoas na nuvem.**

**INCORRETA.** O ícone seria esse:



Se você vir um ícone de "pessoas" ao lado OneDrive arquivos ou pastas, isso indicará que o arquivo ou pasta foi compartilhado com outras pessoas.

## GABARITO B

90 - (Simulado Bônus. 2022. Cespe) Ao se compartilhar um arquivo no Windows com outro usuário, por meio da opção de compartilhamento via nuvem pelo OneDrive,

- A) o arquivo será enviado por *e-mail* como anexo para o usuário.
- B) um *link* será enviado para o usuário por *e-mail* para acesso ao arquivo do OneDrive.
- C) o arquivo será enviado para o Google Drive do usuário.
- D) o arquivo será transferido para a nuvem e será apagado da máquina local.
- E) o arquivo ficará disponível para todos os usuários do OneDrive.

Comentário

**A) o arquivo será enviado por e-mail como anexo para o usuário.**

**INCORRETA.** O compartilhamento via nuvem (OneDrive) geralmente não envia o arquivo como um anexo de e-mail. A principal vantagem do compartilhamento em nuvem é justamente evitar anexos grandes e permitir que o arquivo permaneça em um único local, com controle de versão e acesso.

**B) um link será enviado para o usuário por e-mail para acesso ao arquivo do OneDrive.**

**CORRETA.** Esta é a forma padrão e mais comum de compartilhamento de arquivos no OneDrive. Ao compartilhar, o sistema gera um link (URL) exclusivo para o arquivo. Esse link pode ser enviado ao usuário por e-mail (ou outras formas de comunicação), permitindo que ele acesse o arquivo diretamente no OneDrive, seja para visualização, download ou edição (dependendo das permissões concedidas). O arquivo original permanece no OneDrive do proprietário.

**C) o arquivo será enviado para o Google Drive do usuário.**

**INCORRETA.** O OneDrive é um serviço da Microsoft. Compartilhar um arquivo do OneDrive não o transfere automaticamente para o Google Drive de outro usuário. Isso exigiria uma integração ou ação manual específica para migrar entre plataformas de nuvem diferentes.

**D) o arquivo será transferido para a nuvem e será apagado da máquina local.**

**INCORRETA.** Quando um arquivo é compartilhado do OneDrive (seja ele já sincronizado na nuvem ou recém-colocado nela para compartilhamento), ele não é apagado automaticamente da máquina local do usuário que está compartilhando. O OneDrive mantém uma cópia sincronizada na nuvem e, por padrão, também no dispositivo local (a menos que a opção "Arquivos Sob Demanda" esteja ativa e o arquivo seja liberado do espaço local). O ato de compartilhar não implica em exclusão local.

**E) o arquivo ficará disponível para todos os usuários do OneDrive.**

**INCORRETA.** O compartilhamento via OneDrive é geralmente feito com permissões específicas para usuários ou grupos determinados, ou através de links que podem ser restritos. Um arquivo não se torna automaticamente "disponível para todos os usuários do OneDrive" (ou seja, para qualquer pessoa que use o OneDrive no mundo) a menos que seja explicitamente compartilhado publicamente com essa intenção, o que não é o padrão para um compartilhamento direcionado a "outro usuário".

**GABARITO B**

## **RACIOCÍNIO LÓGICO**

91 - (Simulado Bônus. 2025. Vunesp) Considere a seguinte afirmação:

Se os livros foram catalogados, então eles já foram distribuídos nas estantes.



Uma negação lógica para a afirmação apresentada é

- A) Os livros foram catalogados e não foram distribuídos nas estantes.
- B) Os livros não foram catalogados e não foram distribuídos nas estantes.
- C) Os livros foram catalogados ou foram distribuídos nas estantes.
- D) Se os livros não foram catalogados, então eles não foram distribuídos nas estantes.
- E) Se os livros não foram distribuídos nas estantes, então eles não foram catalogados.

Comentário

A afirmação a ser negada é uma **condicional**:

"**Se** os livros foram catalogados (P), **então** eles já foram distribuídos nas estantes (Q)".

Para **negar uma condicional** "**Se P, então Q**", a lógica nos diz que a negação é "**P e não Q**".

Em outras palavras, a condição (P) precisa ser verdadeira E a consequência (Q) precisa ser falsa.

Aplicando isso ao enunciado:

- Mantemos a primeira parte: "Os livros foram catalogados" (P)
- Negamos a segunda parte: "eles **não** foram distribuídos nas estantes" (não Q)
- Conectamos com a **conjunção** "**e**".

Portanto, a negação é:

"Os livros foram catalogados **e não** foram distribuídos nas estantes."

## GABARITO A

92 - (Simulado Bônus. 2025. Vunesp) Uma negação lógica da afirmação: 'Uma guerra é cruel e cria angústia e aumenta a insegurança' é:

- A) Uma guerra não é cruel e não cria angústia e não aumenta a insegurança.
- B) Uma guerra não é cruel ou cria angústia e não aumenta a insegurança.
- C) Uma guerra não é cruel ou não cria angústia e aumenta a insegurança.

D) Uma guerra não é cruel ou não cria angústia ou não aumenta a insegurança.

E) Uma guerra não é cruel e não cria angústia e aumenta a insegurança.

### Comentário

Para negar a afirmação:

"Uma guerra é cruel **e** cria angústia **e** aumenta a insegurança"

Precisamos aplicar a Lei de Morgan. Essa lei estabelece que a negação de uma **conjunção** (P **e** Q **e** R) é a **disjunção inclusiva** das negações individuais (**não** P **ou** **não** Q **ou** **não** R).

Vamos quebrar a afirmação original em partes:

- **P:** Uma guerra é cruel
- **Q:** (Uma guerra) cria angústia
- **R:** (Uma guerra) aumenta a insegurança

A afirmação original é P **e** Q **e** R.

Para negá-la, negamos cada parte e trocamos o **condicional** "e" pela **disjunção inclusiva** "ou":

- **não P:** Uma guerra **não** é cruel
- **não Q:** (Uma guerra) **não** cria angústia
- **não R:** (Uma guerra) **não** aumenta a insegurança

Portanto, a negação da afirmação é:

"Uma guerra **não** é cruel **ou** **não** cria angústia **ou** **não** aumenta a insegurança."

### GABARITO D

93 - (Simulado Bônus. 2025. Vunesp) Considere verdadeiras as seguintes premissas:

- I. Se Ana vai participar do concurso, então Ricardo vai participar do concurso.
- II. Ana vai participar do concurso se, e somente se, João é concursado.
- III. Ou Ana vai participar do concurso ou Ricardo vai participar do concurso.

Com essas informações, uma conclusão verdadeira é

- A) Ana e Ricardo vão participar do concurso.
- B) Ana e Ricardo não vão participar do concurso.
- C) Ana não vai participar do concurso e João é concursado.
- D) João é concursado e Ricardo vai participar do concurso.
- E) João não é concursado e Ricardo vai participar do concurso.

#### Comentário

Para resolver este problema de lógica, vamos analisar cada premissa, sabendo que todas são **verdadeiras**.

#### Conceitos fundamentais de lógica

Antes de começar, vamos relembrar as condições de verdade para os conectivos lógicos usados:

- **Condicional (Se P, então Q):**

É **falsa** apenas se P for verdadeiro e Q for falso ( $V \rightarrow F = F$ ). Nos outros casos, é verdadeira.

- **Bicondicional (P se, e somente se, Q):**

É **verdadeira** se P e Q tiverem o mesmo valor lógico ( $V \leftrightarrow V = V$ ;  $F \leftrightarrow F = V$ ).

- **Disjunção exclusiva (Ou P, ou Q):**

É **verdadeira** se P e Q tiverem valores lógicos **diferentes** ( $V \vee F = V$ ;  $F \vee V = V$ ).

#### Análise das premissas

Vamos analisar as premissas dadas para determinar o valor lógico de cada afirmação simples:

### Premissa III:

"Ou Ana vai participar do concurso ou Ricardo vai participar do concurso" = V

Como esta premissa é verdadeira, sabemos que uma das partes é verdadeira e a outra é falsa. Temos duas possibilidades:

1. Ana (V) e Ricardo (F)
2. Ana (F) e Ricardo (V)

### Premissa I:

"Se Ana vai participar do concurso, então Ricardo vai participar do concurso" = V

Agora, vamos usar a premissa I para descartar uma das possibilidades da premissa III. Se Ana (V) e Ricardo (F), a premissa I seria  $V \rightarrow F$ , que é falsa. No entanto, sabemos que todas as premissas são verdadeiras.

Portanto, a única possibilidade que faz a Premissa I ser verdadeira é se a primeira parte for falsa, o que nos leva a:

- Ana vai participar do concurso = FALSO
- Ricardo vai participar do concurso = VERDADEIRO

Isso também é consistente com a Premissa III ( $F \vee V = V$ ).

### Premissa II:

"Ana vai participar do concurso se, e somente se, João é concursado" = V

Já sabemos que "Ana vai participar do concurso" é **FALSO**. Para que esta **bicondicional** seja **verdadeira**, ambas as partes devem ter o mesmo valor lógico. Assim, a segunda parte também deve ser falsa:

- **João é concursado = FALSO**

### Conclusão e resposta às alternativas

Com os valores lógicos de cada afirmação, podemos analisar as opções:

Ana vai participar do concurso	FALSO
Ricardo vai participar do concurso	VERDADEIRO
João é concursado	FALSO

a) "Ana e Ricardo vão participar do concurso." (F e V = **FALSO**)

**INCORRETA.** Visto que, Ana não vai participar do concurso.

b) "Ana e Ricardo não vão participar do concurso." (V e F = **FALSO**)

**INCORRETA.** Visto que, Ricardo vai participar do concurso.

c) "Ana não vai participar do concurso e João é concursado." (V e F = **FALSO**)

**INCORRETA.** Visto que, estamos diante de uma **conjunção** com o antecedente verdadeiro e consequente falso.

d) "João é concursado e Ricardo vai participar do concurso." (F e V = **FALSO**)

**INCORRETA.** Visto que, estamos diante de uma **conjunção** com o antecedente falso e o consequente verdadeiro.

e) "João não é concursado e Ricardo vai participar do concurso." (V e V = **VERDADEIRO**)

**CORRETA.** Visto que, estamos diante de uma **conjunção** com o antecedente verdadeiro e o consequente verdadeiro.

**GABARITO E**

94 - (Simulado Bônus. 2025. Vunesp) Considere as afirmações e seus respectivos valores lógicos.

- I. O amor é eterno ou a bondade é essencial. Afirmação **VERDADEIRA**.
- II. A caridade é generosa e a dúvida é inútil. Afirmação **FALSA**.
- III. Ou a elegância é nostálgica ou a felicidade é uma busca. Afirmação **VERDADEIRA**.
- IV. Se a dúvida é inútil, então a felicidade é uma busca. Afirmação **FALSA**.
- V. A bondade é essencial e a elegância é nostálgica. Afirmação **FALSA**.

A partir dessas informações, é logicamente verdadeiro que

- A) O amor não é eterno.
- B) A bondade não é essencial.
- C) A caridade é generosa.
- D) A felicidade é uma busca.
- E) A elegância não é nostálgica.

#### Comentário

Vamos desvendar o valor de verdade de cada afirmação, analisando as sentenças dadas e suas relações lógicas. Para isso, vamos começar revisando a tabela verdade dos conectivos que vamos usar:

- **Conjunção (P e Q)**: Só é **verdadeira** se ambas as partes (P e Q) forem **verdadeiras**. Caso contrário, é **falsa**.
- **Disjunção inclusiva (P ou Q)**: Só é **falsa** se ambas as partes (P e Q) forem **falsas**. Caso contrário, é **verdadeira**.
- **Condicional (Se P, então Q)**: Só é **falsa** se a **primeira parte** (P) for **verdadeira** e a **segunda parte** (Q) for **falsa** ( $V \rightarrow F = F$ ). Nos outros casos, é verdadeira.
- **Disjunção exclusiva (Ou P, ou Q)**: Só é **verdadeira** se as duas partes (P e Q) tiverem valores lógicos **diferentes** (uma verdadeira e a outra falsa).

Agora, com essas regras em mente, vamos analisar as afirmações em sequência para determinar o valor lógico de cada parte.

#### Análise das afirmações

#### 1. Afirmação IV:

"Se a dúvida é inútil, então a felicidade é uma busca" (Condicional) = F

Foi dito que esta condicional tem valor lógico falso. De acordo com nossa revisão, uma condicional só é falsa se a primeira parte for verdadeira e a segunda for falsa. Portanto:

- A dúvida é inútil = VERDADEIRO
- A felicidade é uma busca = FALSO

#### 2. Afirmação III:

"Ou a elegância é nostálgica ou a felicidade é uma busca" (Disjunção Exclusiva) = V

Já sabemos que "a felicidade é uma busca" é FALSO. Como esta disjunção exclusiva é verdadeira, suas duas partes devem ter valores lógicos distintos. Se a segunda parte é falsa, a primeira parte deve ser verdadeira:

- A elegância é nostálgica = VERDADEIRO

#### 3. Afirmação II:

"A caridade é generosa e a dúvida é inútil" (Conjunção) = F

Sabemos que "a dúvida é inútil" é VERDADEIRO. Esta conjunção, no entanto, é falsa. Para que uma conjunção seja falsa com uma das partes verdadeira, a outra parte deve ser falsa:

- A caridade é generosa = FALSO

#### 4. Afirmação V:

"A bondade é essencial **e** a elegância é nostálgica" (**Conjunção**) = **F**

Descobrimos que "a elegância é nostálgica" é **VERDADEIRO**. Como esta **conjunção** é **falsa**, a outra parte deve ser falsa para que a **conjunção** como um todo seja falsa:

- **A bondade é essencial = FALSO**

#### 5. Afirmação I:

"O amor é eterno **ou** a bondade é essencial" (**Disjunção inclusiva**) = **V**

Por fim, sabemos que "a bondade é essencial" é **FALSO**. Esta **disjunção inclusiva**, no entanto, é **verdadeira**. Para que uma **disjunção inclusiva** seja verdadeira com uma das partes falsa, a outra parte deve ser verdadeira:

- **O amor é eterno = VERDADEIRO**

#### Conclusão dos valores lógicos

Reunindo todas as informações, temos:

- **O amor é eterno = VERDADEIRO**
- **A caridade é generosa = FALSO**
- **A elegância é nostálgica = VERDADEIRO**
- **A dúvida é inútil = VERDADEIRO**
- **A felicidade é uma busca = FALSO**
- **A bondade é essencial = FALSO**

Com base nesses valores, você pode agora verificar qual alternativa corresponde à conclusão logicamente verdadeira:

**A) O amor não é eterno. = F**



B) A bondade não é essencial.

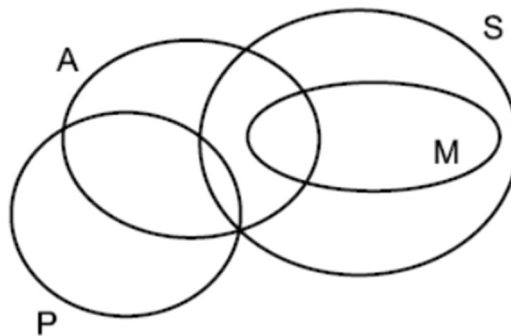
C) ~~A caridade é generosa.~~ = F

D) ~~A felicidade é uma busca.~~ = F

E) ~~A elegância não é nostálgica.~~ = F

## GABARITO B

95 - (Simulado Bônus. 2025. Vunesp) Uma enquete foi realizada entre jovens que praticam esportes de aventura. Os esportes que foram mencionados são: alpinismo (A); paraquedismo (P); mergulho (M) e surfe (S). A enquete também investigou quais desses esportes os jovens praticavam. O diagrama mostra os resultados, e há elementos em todas as regiões do diagrama.



A partir das informações fornecidas no diagrama, é logicamente verdadeiro que

A) Há praticante de P que é praticante de S e não é de A.

B) Qualquer praticando de S, que é praticante de M, é também praticante de A.

C) Os praticantes de P, que não são praticantes apenas de P, são praticantes de M ou são praticantes de A.

D) Aquele esportista que é praticante de A, e não é praticante de S nem é praticante de P, é praticante de M.

E) Todos os que são praticantes de S são também praticantes de M e de A e de P.

## Comentário

A partir do diagrama fornecido e da informação crucial de que **há elementos em todas as regiões do diagrama**, vamos analisar cada alternativa para determinar qual é logicamente verdadeira.

O diagrama representa os seguintes esportes:

- **A:** Alpinismo
- **P:** Paraquedismo
- **M:** Mergulho
- **S:** Surfe

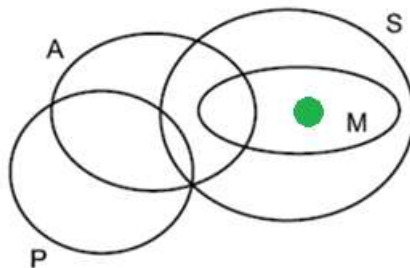
#### Análise detalhada das alternativas

A) Há praticante de P que é praticante de S e não é de A.

**FALSA.** A área onde os círculos de P e S se sobrepõem está completamente dentro do círculo de A. Isso significa que todo praticante de P que também pratica S, **obrigatoriamente**, pratica A. Não existe uma região de P  $\cap$  S que esteja fora de A.

B) Qualquer praticando de S, que é praticante de M, é também praticante de A.

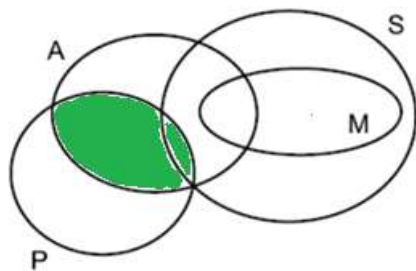
**FALSA.** Existem praticantes que fazem Surfe e Mergulho, mas que não fazem Alpinismo.



C) Os praticantes de P, que não são praticantes apenas de P, são praticantes de M ou são praticantes de A.

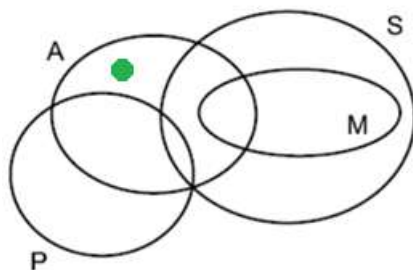
**VERDADEIRO.** Se um praticante está em P e não está *somente* em P, ele está, de fato, na interseção com A **ou** na interseção com M.

Vale destacar que afirmativa menciona A **ou** M, ou seja, um ou outro, não necessariamente os dois.



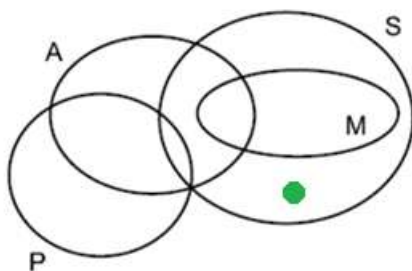
D) Aquele esportista que é praticante de A, e não é praticante de S nem é praticante de P, é praticante de M.

**FALSO.** Há uma parte de A que não toca S nem P, e essa parte não está necessariamente dentro de M (a região de "apenas A").



E) Todos os que são praticantes de S são também praticantes de M e de A e de P.

**FALSO.** Não é verdade que todos que praticam S também praticam M, A e P.



**GABARITO C**

96 - (Simulado Bônus. Campinas. 2025. Vunesp) Em um grupo de atletas há a seguinte situação:

- alguns atletas que disputam os 400 metros também disputam os 100 metros.
- todos os atletas que disputam os 100 metros também disputam os 200 metros.

A partir dessas informações, é logicamente verdadeiro que

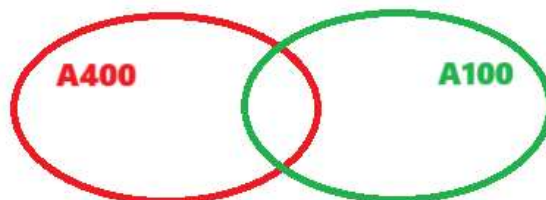
- A) qualquer atleta que disputa os 100 metros também disputa os 400 metros.
- B) todos os atletas que disputam os 200 metros e não disputam os 100 metros disputam os 400 metros.
- C) qualquer atleta que disputa os 400 metros e os 100 metros também disputa os 200 metros.
- D) todo atleta que disputa os 200 metros e também os 400 metros também disputa os 100 metros.
- E) Não há atleta que dispute os 400 metros ou os 100 metros que não dispute, também, os 200 metros.

#### Comentário

Vamos analisar as informações dadas utilizando diagramas de Venn para visualizar as relações entre os grupos de atletas.

#### Informações fornecidas:

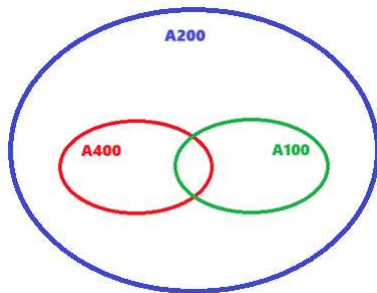
1. **"alguns atletas que disputam os 400 metros também disputam os 100 metros."**
  - Isso significa que há uma interseção entre o conjunto de atletas que disputam 400 metros (**A400**) e o conjunto de atletas que disputam 100 metros (**A100**).
  - Ilustrando através de diagrama, temos:



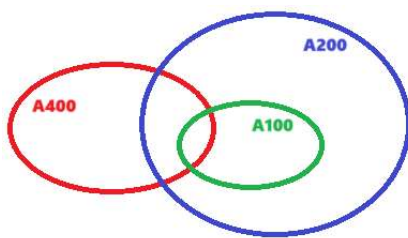
2. **"todos os atletas que disputam os 100 metros também disputam os 200 metros."**

- Isso indica que o conjunto de atletas que disputam 100 metros (**A100**) **está inteiramente contido** no conjunto de atletas que disputam 200 metros (**A200**).
- Ilustrando através de diagrama, temos:

1ª Opção:



2ª Opção:



Agora, vamos analisar cada alternativa:

**A) qualquer atleta que disputa os 100 metros também disputa os 400 metros.**

**FALSA.** A premissa diz apenas que "alguns atletas que disputam os 400 metros também disputam os 100 metros", o que é uma interseção, não uma contenção total de A100 em A400. Pode haver atletas que disputam 100 metros mas não 400 metros.

**B) todos os atletas que disputam os 200 metros e não disputam os 100 metros disputam os 400 metros.**

**FALSA.** O diagrama não nos dá informações para afirmar que toda essa região obrigatoriamente se intersecta com A400. Pode haver atletas que disputam 200m (mas não 100m) e não disputam 400m.

**C) qualquer atleta que disputa os 400 metros e os 100 metros também disputa os 200 metros.**

**VERDADEIRA.** Se um atleta disputa 400m e 100m, ele está na interseção A400 e A100. Como A100 está contido em A200, qualquer elemento em A100 (e, portanto, em A400 e A100) também estará em A200.

**D) todo atleta que disputa os 200 metros e também os 400 metros também disputa os 100 metros.**

**FALSA.** O diagrama permite que existam atletas que disputam 200m e 400m, mas que estão na parte de A200 que não inclui A100. Ou seja, a interseção de A200 e A400 não necessariamente está contida em A100.

**E) Não há atleta que dispute os 400 metros ou os 100 metros que não dispute, também, os 200 metros.**

**FALSA.** Sabemos que A100 estão em A200. No entanto, não há informação que garanta que todo atleta de 400m esteja em 200m. Apenas a parte da interseção (A400 e A100) está garantida de estar em A200. Pode haver atletas que disputam 400m mas não 200m.

## GABARITO C

97 - (Simulado Bônus. 2025. Vunesp) A sequência a seguir foi criada com um padrão lógico:

**29, 28, 27, 26, 38, 37, 36, 35, 34, 46, 45, 44, 43, 42, 54, 53, 52, 51, 50, 62, ...**

Seja A o 41º elemento dessa sequência e B o 53º. O valor numérico da expressão  $B - A$  é igual a

- A) 10.
- B) 11.
- C) 14.
- D) 17.
- E) 21.

### Comentário

- **Grupos decrescentes:** Os números diminuem de 1 em 1 dentro de cada grupo.
- **Tamanho dos grupos:** O 1º grupo tem 4 elementos. Os demais grupos têm 5 elementos.

▪ **Início dos grupos:**

- 1º elemento do 1º grupo: **29**
- 1º elemento do 2º grupo: **38 (29 + 9)**
- 1º elemento do 3º grupo: **46 (38 + 8)**
- 1º elemento dos grupos seguintes:  **aumentam 8 em relação ao início do grupo anterior.**

**Calculando A (41º elemento) e B (53º elemento)**

Vamos listar os inícios dos grupos e as posições que eles cobrem:

29	28	27	26	38	37	36	35	34	46	45	44	43	42	54	53	52	51	50	62
----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----

Notamos que:

- 5º elemento corresponde a 38
- 10º elemento corresponde a  $(38 + 8)$  46
- 15º elemento corresponde a  $(46 + 8)$  54

E assim por diante...

Com essa lógica, admitindo que o 40º elemento é “x”, o 45º elemento subsequente corresponderá a “ $x + 8$ ”, e o 50º elemento, por sua vez, equivalerá a “ $x + 16$ ”.

Adiante, do 40º ao 44º elemento, a sequência comporta-se como uma Progressão Aritmética (PA) decrescente com razão de - 1.

Consequentemente, **o 41º elemento é avaliado como  $x - 1$ .**

Agora, do 50º ao 54º elemento, a sequência continua como uma Progressão Aritmética (PA) decrescente com razão - 1. Assim:

- O 51º elemento será  $x + 16 - 1$ .
- O 52º elemento terá o valor  $x + 16 - 2$ .
- O **53º elemento corresponderá a  $x + 16 - 3$ .**

Por fim, o valor numérico da expressão  $B - A$  é igual a

$$x + 16 - 3 - (x - 1)$$

$$x + 13 - x + 1 = 14$$

### GABARITO C

98 - (Simulado Bônus. 2025. Vunesp) A sequência apresentada a seguir foi elaborada com um único padrão:

*a, a, b, b, b, c, c, c, c, d, d, d, d, d,*  
*e, e, f, f, f, f, f, g, g, g, g, g, g,*  
*h, h, h, h, h, h, h, h, i, i, j, j, j, j, j, j, j, j, k, ...*

Sabendo-se que o primeiro elemento da sequência é a letra a, a posição da terceira ocorrência da letra p, na sequência, é

- A) 124ª.
- B) 99ª.
- C) 131ª.
- D) 92ª.
- E) 155ª.

#### Comentário

Vamos analisar a formação desse "alfabeto" de maneira clara.

O padrão é o seguinte:

- As **vogais** (a, e, i, ...) são repetidas **duas vezes** cada.
- As **consoantes** seguem uma progressão interessante: a quantidade de repetições de uma consoante é **uma unidade maior que a da consoante anterior**.
- Essa contagem começa com o "b", que aparece três vezes.

Assim, a sequência se desdobra como:



2a	3b	4c	5d	2e	6f	7g	8h	2i	9j	10k	11l	12m	13n	2o	14p	...
----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	-----	-----	-----	-----	----	-----	-----

Nosso objetivo é determinar a **posição da terceira ocorrência da letra "p"** nesta sequência. Para isso, somamos a quantidade de vezes que cada letra aparece até chegarmos à terceira ocorrência do "p":

$$2(a) + 3(b) + 4(c) + 5(d) + 2(e) + 6(f) + 7(g) + 8(h) + 2(i) + 9(j) + 10(k) + 11(l) + 12(m) + 13(n) + 2(o) + 3(p) = 99$$

O valor final de 99 representa a posição exata da terceira aparição da letra "p" na sequência.

## GABARITO B

99 - (Simulado Bônus. 2025. Vunesp) Uma afirmação equivalente à afirmação: 'Se o jogo é bem jogado, então o resultado é a vitória ou é justo', é:

- A) Se o resultado não é justo e não é a vitória, então o jogo não é bem jogado.
- B) O resultado não é justo e não é a vitória, ou o jogo não é bem jogado.
- C) O resultado não é justo e não é a vitória, e o jogo é bem jogado.
- D) Se o resultado não é justo ou não é a vitória, então o jogo não é bem jogado.
- E) O resultado é justo e é a vitória, ou o jogo é bem jogado.

## Comentário

Precisamos encontrar uma proposição **equivalente** a **condicional** a seguir:

**"Se o jogo é bem jogado, então o resultado é a vitória ou é justo."**

Sabemos que uma **condicional** possui duas formas de equivalência lógicas:

- uma como **disjunção inclusiva** e outra como outra **condicional**.

## Equivalência na forma de disjunção

Para transformar a condicional em uma disjunção, seguimos estes passos:

1. **Negamos** a primeira parte: "O jogo não é bem jogado."
2. **Mantemos** a segunda parte: "O resultado é a vitória ou é justo."
3. Substituímos "**Se...**, **então...**" pelo conectivo "**ou**".

Isso nos leva à equivalência:

"O jogo não é bem jogado, **ou** o resultado é a vitória **ou** é justo."

Devido à **propriedade comutativa** da **disjunção inclusiva**, também poderíamos expressá-la como:

"O resultado é a vitória **ou** é justo, **ou** o jogo não é bem jogado."

Como nenhuma dessas opções aparece nas alternativas, a equivalência que buscamos deve estar na forma de outra **condicional**.

### Equivalência na forma de condicional (contrapositiva)

Para obter a equivalência de uma **condicional** na forma de outra **condicional** (a contrapositiva), fazemos o seguinte:

1. **Negamos** a primeira parte: "O jogo não é bem jogado."
2. **Negamos** a segunda parte: Como a segunda parte é uma **disjunção inclusiva** ("o resultado é a vitória **ou** é justo"), sua negação exige que neguemos ambos os termos e troquemos o "**ou**" por "**e**". Assim, a negação é: "O resultado não é a vitória **e não** é justo."
3. **Invertemos** as posições das partes negadas.

Aplicando essas regras, chegamos à equivalência:

"Se o resultado não é justo e não é a vitória, então o jogo não é bem jogado"

## GABARITO A

100 - (Simulado Bônus. 2025. Vunesp) Assinale a alternativa que apresenta, corretamente, uma negação lógica da afirmação a seguir.

**O companheirismo alimenta a felicidade e a solidão abriga a tristeza.**

- A) O companheirismo não alimenta a felicidade e a solidão não abriga a tristeza.
- B) O companheirismo não alimenta a felicidade ou a solidão abriga a tristeza.
- C) Se o companheirismo não alimenta a felicidade, então a solidão não abriga a tristeza.
- D) O companheirismo alimenta a felicidade ou a solidão não abriga a tristeza.
- E) Se o companheirismo alimenta a felicidade, então a solidão não abriga a tristeza.

Comentário

Vamos negar a seguinte conjunção:

**"O companheirismo alimenta a felicidade e a solidão abriga a tristeza."**

Para negar uma conjunção ( $p \wedge q$ ), aplicamos a Lei de Morgan, que nos diz que a negação é  $(\sim p \vee \sim q)$ .

Seguimos os seguintes passos:

1. **Negamos a primeira parte:** "O companheirismo não alimenta a felicidade."
2. **Negamos a segunda parte:** "A solidão não abriga a tristeza."
3. **Trocamos o conectivo "E" por "OU".**

Assim, a negação correta é:

**"O companheirismo não alimenta a felicidade ou a solidão não abriga a tristeza."**

Essa opção não está disponível nas alternativas, precisamos considerar a opção através do **condicional**. Vejamos:

**"O companheirismo alimenta a felicidade **e** a solidão abriga a tristeza."**

1. **Mantemos a primeira parte:** O companheirismo alimenta a felicidade;
2. **Negamos a segunda parte:** a solidão não abriga a tristeza;
3. Trocamos o "**e**" pelo conectivo "**Se ..., então ...**";

Concluimos que:

**"Se o companheirismo alimenta a felicidade, **então** a solidão não abriga a tristeza."**

**GABARITO E**

## GABARITO

1D	2C	3B	4E	5D	6A	7C	8A	9B	10B
11D	12C	13D	14B	15B	16A	17C	18A	19E	20C
21B	22A	23E	24D	25C	26D	27D	28A	29E	30E
31E	32E	33C	34B	35A	36B	37D	38D	39A	40A
41D	42E	43C	44E	45C	46B	47B	48E	49A	50C
51D	52A	53A	54D	55B	56C	57C	58E	59D	60C
61B	62D	63D	64C	65B	66B	67D	68E	69E	70A
71E	72A	73E	74E	75D	76A	77B	78C	79A	80D
81A	82A	83B	84E	85C	86D	87B	88C	89B	90B
91A	92D	93E	94B	95C	96C	97C	98B	99A	100E